

DeBates #2

romper com a austeridade PAZ
PÃO
HABITAÇÃO
SAÚDE
EDUCAÇÃO



IX CONVENÇÃO BLOCO DE ESQUERDA | LISBOA | 22 E 23 NOVEMBRO 2014

DEBATES #2

índice

4. PROPOSTA DE REGIMENTO DA IX CONVENÇÃO

7. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

21. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO ÀS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

67. CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA IX CONVENÇÃO

155. CALENDÁRIO DE DEBATES

156. INFORMAÇÕES ÚTEIS

157. ALOJAMENTO

FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa
Ano: 2014
Impressão A Triunfadora
Tiragem: 500 exemplares

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A IX CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Data, lugar e lema

1. A IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 22 e 23 de Novembro de 2014, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema "Paz, pão, habitação, saúde, educação. Romper com a austeridade..

Composição

2. A Convenção é aberta a todas/os os aderentes e constituída pelos delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as todas/os aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

Direcção dos Trabalhos

7. A IX Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 09h30m de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

Intervenções, propostas e debates

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de de-

legadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 30 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções das/os seus delegados, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;

c) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegados só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa:

Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;

Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;

Declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração

aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respectivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

Votações

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.

24. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

Eleição dos Órgãos Nacionais

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta – em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção directa dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

34. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa

Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

Ordem de Trabalhos

Início dos trabalhos, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);

Eleição da Mesa(11h15m);

Alocação de abertura da Convenção (11h30m);

Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);

Moções de Orientação Política – apresentações, debate, conclusões e votação (início 15h00m sábado, votação final 12h00m domingo);

Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo);

Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

(os pontos novos ou com alterações estão a **bold**)

ADERENTES

PROPONENTES:

JOÃO BRANDÃO

Artigo 3.º

Aderentes

1- [.....]

2- [.....]

3- [.....]

4 - A não aceitação de um pedido de adesão deve ser devidamente fundamentada e comunicada ao órgão competente imediatamente superior, nos termos do ponto anterior.

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - (NOVO) - Fazem parte dos cadernos eleitorais do Bloco as/os aderentes que regularizaram a sua quota ou foi dispensado do seu pagamento em pelo menos um dos cinco anos anteriores.

Justificação:

Não se põe a questão do recurso que, suponho, é sempre possível para a Comissão de Direitos, trata-se de não deixar fechada uma decisão desta gravidade.

Esta é uma alteração à proposta da Mesa Nacional. Não basta terem pedido isenção, a dispensa deverá ter sido aprovada. Se a dispensa não foi aprovada e não pagaram, devem estar na mesma situação dos aderentes que não pagaram.

PROPONENTES:

JOANA MORTÁGUA, MARIANA AIVECA E PEDRO FILIPE SOARES

Artigo 3.º

Aderentes

1- [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [NOVO] A inscrição como aderente caduca depois de cinco anos sem qualquer contacto com o Bloco de Esquerda. Essa caducidade implica obrigatoriamente a instrução de um processo de tentativa de contacto com a pessoa inscrita, da responsabilidade do órgão competente na área de inscrição.

PROPONENTES:

ADELINO FORTUNATO, ALEX GOMES
JOÃO C. LOUÇÃ, JORGETE TEIXEIRA

Artigo 3.º

Aderentes

**9 - [NOVO] O Bloco deve proceder à actualização bi-
enal da lista nacional de aderentes no quadro da prepa-
ração de cada Convenção ordinária**

DIREITOS DOS ADERENTES

PROPONENTES:

ADELINO FORTUNATO, ALEX GOMES
JOÃO C. LOUÇÃ, JORGETE TEIXEIRA

Artigo 4º

1 - São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

a) [.....]

b) [.....]

c) [.....]

d) [.....]

**e) [Nova]: intervir e participar nas organizações de ca-
rácter não partidário com autonomia e independência**

RESPONSABILIDADES DOS ADERENTES

PROPONENTES

LUÍS LOURO, JOÃO MINEIRO, JOSÉ GUSMÃO, MARIA JOSÉ VITORINO, SAMUEL CARDOSO

Artigo 5.º

Responsabilidades dos Aderentes

1- [.....]

2 - No caso de impossibilidade económica, o aderente pode requerer a isenção de quota, mediante pedido escrito com fundamentação sumária. A decisão, não delegável, cabe à Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa do pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo o aderente requerer a sua renovação.

Justificação:

O direito à isenção de quota é um direito de todos os aderentes e o seu exercício deve ser uma prerrogativa dos aderentes. Por ser um direito fundamental, os procedimentos para o seu exercício devem ser claros e inequívocos. Actualmente, os estatutos apenas exigem pedido do próprio para a revalidação não clarificando se o mesmo é obrigatório para a primeira isenção. Por outro lado, esta proposta permite contextualizar a situação do aderente em causa de forma a permitir uma decisão informada dos órgãos competentes. A formulação concreta proposta tem como objectivo impedir a exigência de informação excessiva, para lá da que o aderente entender fornecer, mantendo o princípio de confiança que deve nortear o processo. Com o pedido do aderente e a informação aos órgãos dirigentes a relação fica estabelecida entre quem está implicado no pedido e na decisão.

PROPONENTES

HENRIQUE GUERREIRO, MARGARIDA SANTOS

Artigo 5.º

Responsabilidades dos Aderentes

1- [.....]

2. No caso de dificuldade económica, o aderente propõe à Comissão Concelhia da sua área de residência um valor

simbólico de quota anual a pagar, que será ratificado pela Comissão Coordenadora Distrital ou Regional. Em caso de inexistência de comissão coordenadora concelhia a proposta é feita directamente à CCD/CCR. Esta situação termina....

CRIAÇÃO DA FIGURA DE SIMPATIZANTE

PROPONENTES

SARA GOULART, MARGARIDA SANTOS

Artigo 7º [NOVO]

Simpatizantes

1. São simpatizantes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de obter esse estatuto, não sejam aderentes do Movimento e de outros partidos e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos.
 2. São direitos do simpatizante participar nas actividades internas do BE, ainda que sem direito a voto
 3. são deveres do simpatizante o respeito pelos estatutos e pelos objectivos políticos do BE
 4. A inscrição enquanto simpatizante do Bloco de esquerda segue a tramitação prevista no art.3.
-

ORGÃOS DO BLOCO DE ESQUERDA

PROPONENTES

HENRIQUE GUERREIRO, JOÃO MADEIRA

Artigo 7º

1. São Órgãos do Bloco de Esquerda:

O Bloco de esquerda adota o princípio da proporcionalidade na constituição de todos os seus órgãos.

a) [.....]

b) [.....]

c) [.....]

d) A Comissão Permanente

e) [.....]

2. Funcionamento geral dos órgãos do Bloco:

- a) Em qualquer órgão do Bloco, 5% dos aderentes abrangidos pode convocar uma assembleia/reunião plenária
- b) por decisão do plenário, a coordenação do órgão res-

pectivo pode ser eleita por listas, tendo em vista a proporcionalidade na distribuição de mandatos.

PROponentes:

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS
ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL
ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDÁLIA ROCHA, PAULO ROCHA
CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA
JOAQUIM LEAL

Artigo 7º

Orgãos do Bloco de Esquerda

1. São Órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]
- d) [.....]
- e) [.....]
- f) [.....]
- g) [.....]
- h) [.....]
- i) [.....]

j) Assembleias Interconcelhias;

k) Comissões Coordenadoras Interconcelhias.

CONVENÇÃO NACIONAL

PROponentes:

ALEX GOMES, ADELINO FORTUNATO, ALEXANDRA ESPIRIDÍÃO, ALEXANDRE CUNHA, AMÁLIA OLIVEIRA, ANA SOFIA NOVAIS, ANTÓNIO RODRIGUES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, ELISABETE FIGUEIREDO, GRAÇA PACHECO, INÊS SANTOS, ISABEL LOUÇA, IRINA CASTRO, HENRIQUE GIL, HUGO FERREIRA, JOÃO

CARLOS LOUÇA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOANA CASPURRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, LÍDIA FERNANDES, LUÍS RIBEIRO, JOSÉ VIANA, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, MARIA JORGETE TEIXEIRA, NUNO MONIZ, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SANDRA PAIVA, TOMÁS NUNES

Artigo 8º

Convenção Nacional

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção ou pelo conjunto dos aderentes do Bloco de Esquerda caso assim esteja estabelecido pelo Regulamento da Convenção.

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

Justificação:

A escolha entre ter uma Convenção aberta a todos os aderentes ou uma Convenção através de representantes eleitos é uma escolha política que deve ser deixada em aberto. Deve ser a Mesa Nacional a tomar essa decisão e não os estatutos.

MESA NACIONAL

PROponentes:

JORGE TEIXEIRA, LUÍS LOURO

ARTIGO 10º

Mesa Nacional

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais, compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento e é composta por oitenta aderentes.

2 - A Convenção Nacional elege 60 membros da Mesa Nacional. Os restantes vinte são eleitos, um em cada um dos distritos e regiões autónomas, em eleições realizadas no momento da realização do acto eleitoral para a eleição dos delegados à Convenção, em listas afectas a cada uma das moções que se apresentarem à

Convenção Nacional.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direcção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política. Os membros da Mesa Nacional que forem eleitos para a Comissão Política deixarão de fazer parte da Mesa Nacional, à qual podem assistir e intervir mas sem direito a voto, e serão substituídos pelos membros imediatamente colocados nas listas pelas quais foram eleitos.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

NORMA TRANSITÓRIA

As eleições para os vinte membros a eleger pelos distritos e regiões autónomas para o mandato posterior à IX Convenção serão realizadas até ao final do ano de 2014, em moldes a definir pelos membros da Mesa Nacional que forem eleitos na IX Convenção

fundamentação:

A quantificação dos membros da Mesa Nacional não se encontra prevista em nenhuma disposição estatutária, ficando ao sabor da disposição de quem elabora o regulamento preparatório da convenção.

Por outro lado é também necessário esclarecer se os membros da Mesa Nacional devem ser só eleitos de entre os delegados eleitos à Convenção ou se as listas podem ser integradas por aderentes que não são delegados.

Além da questão da paridade, é também essencial que a composição da Mesa Nacional assegure a representatividade de todos os distritos e regiões autónomas, assim se evitando que, por questões de taticismo eleitoral em Convenção, se centralize a representatividade da Mesa Nacional nos grandes centros urbanos ou em membros que apenas formalmente se encontram inscritos nas demais regiões.

Na verdade, o que acontece actualmente é que quem vota as resoluções na Comissão Política acaba por as votar novamente na Mesa Nacional e isso inquina todas as votações. É um facto que algumas moções, e nós também, defendem que a eleição para a Comissão Política deve ser feita de modo proporcional à represen-

tatividade da Mesa Nacional. Mas isso não elimina a grande questão: é que quem vota na Comissão Política volta a votar o mesmo documento na Mesa Nacional.

PROponentes:

JORGE TEIXEIRA, CARLOS DA TORRE

ARTIGO 10º**Mesa Nacional**

1 - [.....]

2 - A Mesa Nacional será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 80% de membros que não sejam ou deputados, nacionais ou europeus, ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo Movimento

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

fundamentação:

A questão da confiança ou desconfiança em relação aos muitos funcionários e assessores que fazem parte da Mesa Nacional não tem que se colocar sequer. É, fundamentalmente, uma questão de transparência.

O aumento da percentagem já prevista nos estatutos visa apenas combater a opinião, que corre actualmente, que o Bloco de Esquerda se está a transformar num partido de funcionários.

PROponentes:

CARLOS DA TORRE, LUÍS LOURO

ARTIGO 10º**Mesa Nacional**

1) [.....]

2) [.....]

3) [.....]

4) [.....]

5 - Compete à Mesa Nacional ratificar as propostas das assembleias distritais e regionais das listas à AR e ALR. SE a Mesa Nacional não ratificar a lista ou alguns mem-

bro da mesma, a Assembleia Distrital ou Regional deverá indicar uma lista ou candidatos alternativos, que serão também sujeitos a nova ratificação pela Mesa Nacional. Se não for apresentado novo candidato ou nova lista ou a Mesa Nacional voltar a não ratificar as alternativas apresentadas, poderá a Mesa Nacional avocar a si a indicação da lista ou do candidato substituto.

6- O procedimento previsto no número cinco para as eleições à AR ou às ALR aplica-se às listas de candidatos para órgãos das autarquias locais, com as necessárias adaptações.

7) [.....]

8) [.....]

fundamentação:

É tempo de devolver às Assembleias Distritais e Regionais a competência para aprovarem e proporem as listas de candidatos. O que aconteceu em Faro não pode ser fundamento para que se imponha a centralização do processo de escolha na Mesa Nacional e na Comissão Política. A vontade a respeitar é a dos aderentes locais.

PROPONENTE:

JORGE CANDEIAS

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - Compete à Mesa Nacional, em coordenação com as assembleias distritais e regionais, decidir sobre o primeiro candidato das listas à A.R. e A.L.R, no caso de círculos com até três deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - [suprimir]

7 - Compete à MN, em articulação com os eleitos, a definição das linhas de orientação política destes.

fundamentação:

A decisão final sobre os candidatos a deputados não

deve ser responsabilidade dos órgãos centrais, mas ser tomada em colaboração entre estes e os órgãos locais relevantes.

A Mesa não deve ter o poder de se sobrepor a decisões tomadas pelas estruturas locais no que toca a candidaturas autárquicas. Estas devem ser tomadas em colaboração entre as estruturas concelhias e as distritais/regionais

A redação atual está em risco de violação da Lei dos Partidos Políticos, artigos 22º e 23º, que determinam a liberdade do exercício dos mandatos.

PROPONENTE:

ALEX GOMES, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, SARA GOULART

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [.....]

2 - A MN não poderá conter entre os seus membros mais de 50% de funcionários e assessores ou pessoas que exerçam cargos remunerados, ou ainda deputados nacionais ou europeus.

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

PROPONENTES:

JOÃO BRANDÃO

ARTIGO 10º

Mesa Nacional

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, a Comissão Política.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

PROponentes:

ALEX GOMES, ADELINO FORTUNATO, ALEXANDRA ESPIRIDÃO, ALEXANDRE CUNHA, AMÁLIA OLIVEIRA, ANA SOFIA NOVAIS, ANTÓNIO RODRIGUES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, GRAÇA PACHECO, INÊS SANTOS, ISABEL LOUÇA, IRINA CASTRO, HENRIQUE GIL, HUGO FERREIRA, JOÃO CARLOS LOUÇA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOÃO MINEIRO, JOANA CASPURRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ VIANA, LÍDIA FERNANDES, LUÍS RIBEIRO, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, MARIA JORGETE TEIXEIRA, NUNO MONIZ, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SANDRA PAIVA, SÉRGIO CERQUEIRA, TOMÁS NUNES

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]

2 - [.....]

3- As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões

Coordenadoras, com mandatos até 2 anos. (acrescentar) salvo o disposto no artigo seguinte.

4- (Novo Ponto) As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora assegurando assim, nos moldes que decidir, a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.

Justificação:

A criação de Comissões Coordenadoras Concelhias é apenas uma das formas possíveis de organização do trabalho ao nível concelhio. O funcionamento em Assembleia é uma outra forma. Na prática, já vários concelhos trabalham sem Comissão Coordenadora por várias razões. Trata-se aqui, apenas, de possibilitar estatutariamente que aconteça uma situação que, de facto, já acontece.

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, **INTERCONCELHIAS**, DISTRITAIS E REGIONAIS

PROponentes:

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDÁLIA ROCHA, PAULO ROCHA CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA JOAQUIM LEAL

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, **Interconcelhias**, Distritais e Regionais

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - **As Assembleias Concelhias, Interconcelhias, Distritais e Regionais reúnem obrigatoriamente 4 vezes por ano e extraordinariamente sempre que sejam convocadas pelas Comissões Coordenadoras ou por 5% dos seus aderentes, num mínimo de dez aderentes.**

6 - **As deliberações das Assembleias Concelhias,**

Interconcelhias, Distritais e Regionais devem sempre sobrepor-se às decisões das respetivas Comissões Coordenadoras.

justificação:

Estes novos órgãos permitirão aos aderentes de uma determinada região ficarem sempre organizados, mesmo que vivam em concelhos onde não exista qualquer estrutura do BE a funcionar.

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, **INTERCONCELHIAS**, DISTRITAIS E REGIONAIS

PROPONENTES:

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS
ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL
ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDÁLIA ROCHA, PAULO ROCHA
CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA
JOAQUIM LEAL

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Interconcelhias, Distritais e Regionais

Fundamentação:

Estes novos órgãos permitirão aos aderentes de uma determinada região ficarem sempre organizados, mesmo que vivam em concelhos onde não exista qualquer estrutura do BE a funcionar.

REGULAMENTOS ELEITORAIS

PROPONENTES:

ALEX GOMES, HELENA FIGUEIREDO,

JOÃO C. LOUÇÃ, JOÃO MADEIRA

Artº 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1- [.....]

2 [novo]: As Coordenadoras Distritais e Regionais podem promover a constituição de organismos sub-distritais ou sub-regionais com o objectivo de impulsionar a organização concelhia onde não exista ou seja manifestamente débil.

3 [novo]: na eventualidade de as coordenadoras distritais e regionais integrarem funcionários ou assessores remunerados, estes deverão ser em número inferior a 50% do total dos seus membros

4 - [.....]

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

PROPONENTES:

ALEX GOMES, ALEXANDRA ESPIRIDIÃO, ALEXANDRE CUNHA, AMÁLIA OLIVEIRA, ANA SOFIA NOVAIS, ANTÓNIO RODRIGUES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, GRAÇA PACHECO, INÊS SANTOS, ISABEL LOUÇA, IRINA CASTRO, HENRIQUE GIL, HUGO FERREIRA, JOÃO CARLOS LOUÇA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOÃO MINEIRO, JOANA CASPURRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ VIANA, LUÍS RIBEIRO, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, NUNO MONIZ, PAULO COIMBRA, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SANDRA PAIVA, SÉRGIO CERQUEIRA, TOMÁS NUNES

Artigo 15º

Limitação de Mandatos

1- O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

2 - O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

3- O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.

4- As contagens do tempo de exercício dos cargos eletivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da IX Convenção do Bloco.

Justificação:

O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeiros deputados na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direção política.

PROPONENTES:

JOÃO BRANDÃO

Artigo 15º

Limitação de Mandatos

[suprimir]

Justificação:

Sou da opinião que os cargos de direção devem ser desempenhados pelos e pelas aderentes mais competentes e só perdemos se desperdiçarmos o seu contributo.

Este artigo 15º, introduzido na anterior convenção, consagra um processo burocrático de combate ao caciquismo e de renovação das nossas estruturas dirigentes. Este combate deve ser feito garantindo o funcionamento democrático do BE que agora é aprofundado. É pelo reforço da democracia interna e não por normas estatutárias que o BE se deve renovar e combater o caciquismo.

Esta política terá como consequência afastar da direção muitos camaradas cujo contributo é importante para o bom funcionamento do BE, em particular, em concelhos e distritos onde o BE é mais fraco. Nestas estruturas, as consequências podem ser graves. Este ponto já teve um efeito: algumas estruturas deixaram de definir um secretariado para evitar ser abrangidas por esta norma.

O BE tem falta de quadros e a sua formação é um proces-

so longo que temos descurado e que não se compadece com prazos pré-definidos. Acresce que, pela sua ação, os(as) camaradas que estão em órgãos de direção ganham um prestígio junto das populações que demora a construir e que não pode ser deitado fora.

PROPONENTES:

JORGE TEIXEIRA, LUÍS LOURO

Artigo 15º

Limitação de Mandatos

A partir da IX Convenção Nacional nenhum aderente poderá exercer funções nos órgãos eleitos do Bloco de Esquerda por mais de dois mandatos consecutivos no mesmo órgão ou um máximo de quatro mandatos consecutivos em diferentes órgãos.

FUNDAMENTAÇÃO

A limitação de mandatos tem de ser assumida de forma clara e inequívoca por parte do Bloco de Esquerda. Não podemos andar a recorrer aos tribunais por causa de candidatos autárquicos que ultrapassavam o número de mandatos previstos na lei e depois não transmitir esse mesmo sinal para o exterior. A renovação parcial dos órgãos, que está em vigor, não responde a esta necessidade, pois a rotatividade permite que um determinado membro de um órgão se mantenha indefinidamente em funções, desde que os outros vão sendo substituídos.

FUNCIONÁRIOS [NOVO]

PROPONENTES:

ALEX GOMES, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO C. LOUÇÃ, SARA GOULART,

Artigo 16º [novo]

Funcionários

1 - A selecção dos funcionários faz-se de acordo com um regulamento específico que pressuponha critérios previamente definidos pela estrutura que procede à respectiva selecção.

2- Haverá sempre possibilidade de candidatura por parte dos aderentes.

3- Os mecanismos de selecção implicarão, entre outros,

uma entrevista e uma carta de intenções apresentada pelo candidato, de acordo com a especificidade do desempenho.

NÚCLEOS

PROPONENTE:

ALBÉRICO AFONSO, ALEX GOMES, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO C. LOUÇÃ,

Artigo 16º

Núcleos

1 - Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em núcleos de âmbito geográfico, de empresa ou sector de actividade os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado

2 - [.....]

3 - [.....]

PROPONENTES:

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDÁLIA ROCHA, PAULO ROCHA CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA JOAQUIM LEAL

Artigo 16º

Núcleos

1 - Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos. Estes elegem um Secretariado, em reunião plenária expressamente convocada para o efeito, por um período não superior a dois anos.

Acrescentar um parágrafo: O Secretariado é responsá-

vel pela condução das atividades entre reuniões, pelas convocatórias das reuniões plenárias e pela distribuição de tarefas entre os seus membros.

2 - [.....]

3 - [.....]

4 [NOVO] - Os Núcleos de âmbito concelhio devem passar a Assembleias Concelhias, a partir do momento em que haja no respetivo concelho um mínimo de 20 aderentes.

Justificação:

A ausência de regulamentação do funcionamento dos Núcleos que se verifica atualmente, tem duas consequências negativas:

1. O Núcleo pode ficar com um défice organizativo, pois se não houver Secretariado não haverá distribuição de tarefas entre os seus membros e não haverá também um estrutura coletiva responsável pela condução política entre as reuniões plenárias e pela convocação das mesmas.
2. O Núcleo pode ficar com défice democrático, pois não havendo Secretariado, as tarefas de direção tenderão a ficar concentradas numa só pessoa.

Os Núcleos devem transformar-se em Assembleias Concelhias, porque esta estrutura é mais democrática e permite eleições com regras bem definidas e uniformes. Assim, estaremos a contribuir para o fortalecimento organizativo e democrático do BE.

REFERENDOS

PROPONENTES:

JOANA MORTÁGUA, MARIANA AIVECA E PEDRO FILIPE SOARES

Artigo 18.º - A (NOVO)

Referendo

- 1- A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a quinhentos aderentes.
- 2- O referendo interno realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.
- 3- Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.
- 4- A deliberação obtém-se por maioria dos votos expressos.

5- Cento e cinquenta aderentes podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6- O referendo interno organiza-se de acordo com regulamento próprio, aprovado pela Mesa Nacional.

7- Os referendos locais sobre matérias do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da Mesa Nacional para os referendos.

8- As decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

SISTEMA DE VOTAÇÃO

PROPONENTES

JORGE CANDEIAS

Artigo 19º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode, em situações excepcionais, ser exercido por correspondência.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Justificação:

O voto por correspondência não deve nunca constituir o padrão, mas responder a situações excepcionais de doença ou dificuldade de deslocação dos aderentes às assembleias de voto. Introduzir nos estatutos a obrigatoriedade do seu carácter excepcional obriga a tomar especiais cuidados, na elaboração dos regulamentos eleitorais, para que nestes fique assegurada a preponderância do voto presencial.

3. [alteração] Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode, em situações excepcionais, ser exercido por correspondência.

PROPONENTES:

JORGE TEIXEIRA, LUÍS LOURO

Artigo 19º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Nas eleições para os órgãos executivos de âmbito concelhio, distrital ou regional ou para delegados à Convenção Nacional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respectivos regulamentos e nos mesmos termos em que é admitido para as eleições para a Assembleia da República ou para as Assembleias Regionais.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Justificação:

Importa clarificar os actos em que é possível o voto por correspondência, pois a actual redacção, ao referir o termo votações, abre a porta a qualquer tipo de votação. Assim fica determinado que é apenas nas eleições dos órgãos executivos ou para delegados à Convenção Nacional. Não parece que seja exigível única e exclusivamente o voto presencial mas o exercício do voto por correspondência também deverá ser limitado e possível apenas nas situações em que tal também é possível nas eleições para a AR ou para a ALR.

PROPONENTES:

JORGE TEIXEIRA, LUÍS LOURO, CARLOS DA TORRE

Artigo 19º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional, a Comissão Política, as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - [.....]

6 - [.....]

Justificação:

Incluí a Comissão Política na regra que se aplica a todos os demais órgãos eleitos do Bloco de Esquerda.

PROponentes:

ALEX GOMES, ADELINO FORTUNATO, ALEXANDRA ESPIRIDÍÃO, ALEXANDRE CUNHA, AMÁLIA OLIVEIRA, ANA SOFIA NOVAIS, ANTÓNIO RODRIGUES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, GRAÇA PACHECO, ISABEL LOUÇA, IRINA CASTRO, HENRIQUE GIL, HUGO FERREIRA, JOÃO CARLOS LOUÇA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOANA CASPURRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ VIANA, LÍDIA FERNANDES, LUÍS RIBEIRO, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, MARIA JORGETE TEIXEIRA, NUNO MONIZ, PAULO COIMBRA, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SANDRA PAIVA, TOMÁS NUNES

Artigo 19º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4- A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional, a Comissão Política (acrescentar) e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - [.....]

6 - [.....]

Justificação:

A eleição proporcional é uma forma do Bloco se enriquecer permitindo fazer da diversidade uma força. A composição dos órgãos de direção deve refletir a diversidade das opções e orientações estratégicas em debate. Não faz, assim, sentido excluir esta diversidade dos órgãos executivos.

PROponentes:

ALBÉRICO AFONSO, JORGETE TEIXEIRA

Artigo 19º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - a eleição será sempre por voto secreto e presencial

3 - [suprimir]

PROponentes:

JOÃO BRANDÃO

Artigo 19º

Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional, a Comissão Política, as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - [.....]

a) As listas para a Mesa Nacional, a Comissão Política e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50.

6 - [.....]

Para ser exequível teria de ter uma lista única que satisfizesse essas condições, pois a composição da Mesa Nacional pode não refletir a proporcionalidade das moções apresentadas `Convenção Nacional, por alianças, etc. que tenham ocorrido na própria convenção. No meu entender, o que deve decidir a composição da Comissão Política é a composição da Mesa Nacional que é eleita na convenção pelo método proporcional.

Com a redação que proponho, a Comissão Política seria eleita por listas garantindo a proporcionalidade entre elas e a paridade de género que resultasse desse processo eleitoral.

Suponhamos que uma moção abandona a Mesa Nacional. A Comissão Política deixaria de cumprir os estatutos pois haveria uma moção não representada.

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

APROVADAS EM MESA NACIONAL

ARTIGO 3º ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - A não aceitação de um pedido de adesão deve ser devidamente fundamentada.

5 - Cada aderente fica vinculado a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiado. No caso de aderentes fora do país, ficam vinculados a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

6 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para os residentes no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

7 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuado o prazo definido no nº 1.

8 (NOVO) – Fazem parte dos cadernos eleitorais do Bloco as/os aderentes que regularizaram a sua quota ou pediram isenção em pelo menos um dos cinco anos anteriores.

9 (NOVO) – O Bloco deve manter atualizada a sua listagem nacional de aderentes.

ARTIGO 4º DIREITOS DOS ADERENTES

1 - São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) Participar democraticamente na definição da política do Movimento e nas suas atividades.
- b) Eleger e ser eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento.
- c) Ser informado sobre a atividade do Movimento.
- d) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Movimento.

2 - O exercício dos direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.

ARTIGO 7º ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;
- b) A Comissão de Direitos;
- c) A Mesa Nacional;
- d) A Comissão Política;
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;
- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;
- g) As Assembleias Concelhias;
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;
- i) Os Núcleos.

ARTIGO 9º COMISSÃO DE DIREITOS

A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento;
- c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
- d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º.

e) sugerir, sempre que possível, os procedimentos mais adequados a adotar face à exposição apresentada.

ARTIGO 10º MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento.

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 50% de membros que não sejam ou deputados, nacionais ou europeus, ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo Movimento.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género 50/50, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional.

4 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual e o seu eventual pagamento faseado.

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre o primeiro candidato das listas à A.R. e A.L.R, no caso de círculos com até três deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às

respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

7 - Compete à MN aprovar a lista de candidatos ao Parlamento Europeu.

8 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política dos eleitos.

ARTIGO 12º ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - a) As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

b) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

6 (NOVO) - As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela MN.

ARTIGO 16º (NOVO) DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - Todas/os os aderentes têm o direito de conhe-

cer as deliberações dos órgãos.

2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.

3 – É obrigatória a publicação dos resultados eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.

4 – As/Os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política, que são publicadas no site do Bloco.

ARTIGO 17º (NOVO) REFERENDOS

1 - A MN aprova um regulamento para os referendos internos vinculativos que podem incidir sobre as seguintes matérias: apoio a uma candidatura presidencial, acordos ou coligações pré ou pós eleitorais nacionais, orientação de voto do partido sobre matéria constitucional ou de tratados internacionais.

a) A Mesa Nacional ou a subscrição de 500 aderentes obriga à convocação do referendo;

b) A subscrição de 150 aderentes obriga ao debate e deliberação da MN sobre uma proposta de referendo.

2 – Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.

3 – A deliberação obtém-se por maioria de votos expressos.

4- Referendos locais sobre matéria do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da MN sobre referendos.

5 – Decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

ARTIGO 18º NÚCLEOS

(...)

ARTIGO 19º GRUPOS DE TRABALHO

(...)

ARTIGO 20º CONFERÊNCIAS NACIONAIS

(...)

ARTIGO 21º SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos do Movimento, a eleição será sempre por voto secreto.

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos.

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos.

a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50.

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de 1/3.

6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.



UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

**Por um Bloco que responda já
aos problemas das pessoas.**

(os pontos novos ou com alterações estão **SUBLINHADOS**)

PROPONENTES / SUBSCRITORES

Ana Maria Afonso Oliveira, 9469 – Monção
António Manuel Antas Moreira, 2959 – Viana do Castelo
Carlos Alberto Dias da Torre, 2331 – Caminha
Ernesto Valério Soares Figueiredo, 8957 - Braga
Francisco Ribeiro Vaz, 815 – Viana do Castelo
Guilhermino Fernandes da Silva - Braga
Inácio Pereira da Costa, 2611 – Viana do Castelo
Jorge Manuel Gomes Teixeira, 6913 – Viana do Castelo
José Luís Amorim da Silva, 814 – Viana do Castelo
José Luís Rodrigues da Silva, 813 – Viana do Castelo

Leonel António Gonçalves Ferraz, 2835 – Viana do Castelo
Luís Filipe de Oliveira Louro, 109 – Viana do Castelo
Manuel Sá Mota, 818 – Viana do Castelo
Maria da Agonia Carvalho Costa Pereira, 6912
Maria Hermínia da Silva Esteves, 811 – Viana do Castelo
Maria Ivone Pinto Viana, 10234 – Viana do Castelo
Rogério Manuel Amorim Barros, 7642 – Viana do Castelo
Rui Alexandre Monteiro da Costa, 3236 – Viana do Castelo
Rui Óscar Gonçalves Azevedo, Braga
Rui Rodrigues Marques, 2318 – Viana do Castelo
Sebastião José da Cunha Torres Correia, 1971- Matosinhos
Valentina Pinto Monteiro, 3237 – Viana do Castelo

UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Por um BLOCO que responda já aos problemas das pessoas.

1.- O PORQUÊ DESTA MOÇÃO

O Bloco de Esquerda fez a grande diferença no debate político do país durante uma década. Nasceu de forma exemplar. Proporcionou a convergência na acção política de uma parte muito significativa da esquerda que não se identificava com o PC e com o PS. Cresceu muito para além disso. Trouxe inovação e profundidade ao debate. Contribuiu para o desenvolvimento de novas formas de intervenção social, cultural e política. Surpreendeu nos movimentos sociais com uma nova cultura de participação. Afirmou lideranças naturais que ganharam merecida notoriedade. Chegou aos dezasseis deputados no parlamento.

E depois, perante a maior ofensiva contra o mundo do trabalho e a vida das pessoas, quando mais necessário se afigurava o seu projecto político, foi perdendo a confiança do país real e mostrando incapacidade para lidar com as dificuldades. Emergiram as tensões. Acantonaram-se fidelidades. Regressaram velhas paranoias ideológicas. Entrou-se num ciclo vicioso de perdas sobre perdas, com os principais protagonistas muito mais preocupados com os aspectos mais estéreis e pessoais do debate político do que com a efectiva resolução dos problemas.

Na preparação da próxima Convenção é possível esmiuçar cada opinião sobre cada erro tático ou estratégico. Sobre cada momento em que se decidiu mal ou tarde. Sobre como se tomaram as decisões e o que a forma utilizada possa representar na afirmação de um ou de outro modelo de cultura partidária. Tudo isso pode e deve ser debatido. Tudo isso, a par de alterações nas estruturas organizativas que ampliem a capacidade de intervenção e o enraizamento local e sectorial do Bloco, é fundamental. Dessa discussão devem sair formulações claras dos princípios políticos, das orientações estratégicas e das práticas democráticas internas.

Mas não nos iludamos. Isso não é o essencial na próxima Convenção pois, mais importante que analisar o passado, é preparar o futuro e, por muito bem que façamos esses debates, se não dermos sinais

claros de mudança profunda e não apresentarmos respostas imediatas que possam contribuir de forma inequívoca, já (agora, não daqui a uma década!), para a inversão do momento político que vivemos, o processo de perda de confiança no Bloco continuará e essa discussão terá sido inútil.

Fomos fazendo a leitura dos projectos de moção que foram sendo apresentados nos últimos meses e, mesmo depois de todas as reuniões havidas e das preocupações transmitidas, tudo nos leva a concluir que todas elas se resignaram já à obtenção de um mau resultado nas próximas legislativas.

Não nos conformamos com esta resignação pois entendemos que o Bloco tem ainda condições objectivas para procurar, sem nenhuma espécie de sectarismo e com o propósito de contribuir para uma plataforma eleitoral que apresente às eleições de 2015, uma ampla convergência à Esquerda do PS que inclua todos os que a queiram.

Por isso, não nos revendo nas outras moções, pensamos que a próxima Convenção tem que ter a coragem de discutir e produzir uma proposta clara e exequível de governação para o país, sem nos pormos em bicos de pés, mas sem nos excluirmos com apriorismos inteligentes e evasivos para ficarmos de fora na responsabilidade de responder aos problemas imediatos das pessoas.

O Bloco tem que declarar condições mínimas para apoiar ou participar num projecto de governação, mostrando maior preocupação com a vida real das pessoas do que com a afirmação do seu acantonamento partidário.

2.- A EUROPA E O EURO

As últimas eleições para o Parlamento Europeu trouxeram uma nova realidade: a ascensão da extrema-direita e dos seus ideais de xenofobia e exclusão social. Grande parte da esquerda não soube interpretar nem dar expressão política consequente ao descontentamento dos cidadãos europeus em relação à austeridade que foi imposta em grande parte da Europa, nomeadamente nos países do Sul. Se é certo que na Grécia o Syriza soube catalisar a resistência do povo grego aos ditames da finança europeia e, em Espanha, o Podemos conseguiu congregiar todo um conjunto de cidadãos que não aceita a ditadura do eixo Alemanha-França e

não se revê no sistema político-partidário existente, já o mesmo não aconteceu em Portugal, onde os partidos europeístas subservientes que assinaram o memorando da Troika continuaram a dominar de forma esmagadora os resultados eleitorais.

Neste período tão difícil para a vida das pessoas, o Bloco de Esquerda não correspondeu aos seus anseios. As históricas manifestações organizadas pelos movimentos sociais que se opuseram à política de austeridade foram evocadas frequentemente, mas temos que concluir que não foram compreendidas. Porque, perante um momento decisivo, em vez de juntar forças e encontrar plataformas de entendimento político para apresentar aos cidadãos uma alternativa eleitoral forte nas eleições europeias, o Bloco ficou centrado na minimização dos estragos provocados por sucessivas erosões internas, agigantados pela forma como ao longo dos últimos anos lidou com as diferenças de opinião sobre os caminhos a seguir.

Assim, embora o Bloco de Esquerda, na sua campanha eleitoral, tenha sabido trazer ao debate os problemas com que a Europa se depara, nomeadamente a ditadura da Finança Europeia e as desigualdades entre o Norte e o Sul, cada vez mais acentuadas por força da política de austeridade, e a quase totalidade dos outros partidos se tenham alheado completamente dos assuntos europeus fundamentais, o resultado foi medíocre, por força do desencanto com que os portugueses passaram a encarar o Bloco.

Aqui, como em muitas outras situações, não se trata de um problema de proposta política. O Bloco não pode deixar de continuar a sua luta contra a ditadura desta Europa Financeira que pretende desumanizar ainda mais as sociedades europeias, abandonando ou reduzindo as responsabilidades sociais dos estados e utilizando cruéis políticas de austeridade para acentuar a concentração de riqueza e responder à crise do seu próprio sistema com um eterno esmagar dos socialmente mais fragilizados.

Esta luta à escala europeia é fundamental. Mas a resposta interna aos problemas imediatos dos cidadãos impõe uma agenda de ação política própria. Por isso, parece-nos que, neste momento, centrar o debate na discussão sobre o Euro e sobre a permanência ou a saída do sistema monetário a ele associado pode transformar-se numa panaceia perigosa. Claro que os prós e os contras dessas possíveis decisões, ou desenlaces involuntários, têm de ser suficientemente medidos, analisados e ponderados. Mas há uma emergência social que necessita de respostas

imediatas e que exige do Bloco adequação estratégica a nível interno para dar uma resposta de esquerda que trave e inverta as dificuldades extremas que as pessoas estão a viver.

Os países mais afectados pelos caminhos impostos por esta Europa dos mais ricos e poderosos, devem unir-se na desobediência às imposições que impedem políticas nacionais de garantia aos seus cidadãos dos direitos à saúde, à educação, à habitação, à justiça e ao trabalho com dignidade. E porque é verdade que a questão do Euro, nas atuais circunstâncias, se entrelaça com o debate sobre o Tratado Orçamental e a dívida soberana, importa alargar a consciência e a capacidade de resposta política e social na escala interna e europeia a esses instrumentos de imposição da lei do mais forte. Teremos que assumir sempre, como último reduto perante estas situações, o princípio de que a imposições iníquas a resposta tem de ser a desobediência.

Também o Tratado Transatlântico deve estar no horizonte desta discussão. Este acordo de comércio livre ameaça diminuir a soberania dos países menos desenvolvidos, que poderão ficar à mercê da vontade das multinacionais, numa lógica de lucro a todo o preço.

O Euro, a dívida pública, o Tratado Orçamental e o Tratado Transatlântico devem ser discutidos mas o mais importante é responder internamente às dificuldades extremas que os cidadãos estão a viver. É a partir do resultado dessa resposta que esses temas devem ser encarados e não o contrário.

2. PORTUGAL

2.1 - O QUE QUEREMOS DO BLOCO

Portugal vive uma das maiores crises económicas e sociais da sua história e torna-se necessário encontrar soluções urgentes que deem resposta às maiores dificuldades e inquietações das pessoas. Não nos parece sensato, esperar que os movimentos sociais criem uma vaga de fundo que estabeleça um novo equilíbrio de forças para as legislativas de 2019, embora isso seja desejável e devamos contribuir sem vícios de controlo para que tal aconteça.

Mas é principalmente como partido/movimento credível e confiável, com um projeto político de esquerda, que temos que contribuir para a mudança.

O Bloco de Esquerda nasceu e cresceu proporcionando

a esperança em muitos portugueses de que era possível fazer uma política diferente. Uma política que pensava nas pessoas e que superava o lado mais mesquinho das divergências partidárias e ideológicas. Muitas das vitórias obtidas nas causas fraturantes, que impulsionaram decisivamente um período de credibilidade e crescimento do Bloco, só foram possíveis devido à união efetiva para a resolução desses desafios que existiu em inúmeros sectores da esquerda.

Já os últimos resultados eleitorais refletem a mudança, que tem vindo a ampliar-se cada vez mais, na avaliação global dos cidadãos à utilidade do Bloco de Esquerda na resolução dos problemas que mais os afetam. O partido diferente, da esperança, passou a ser visto como apenas mais um partido. Que nada parece querer para além da sua própria sobrevivência. Que, mesmo nos momentos em que isso se mostra indispensável, não está disponível para estabelecer convergências para além do seu próprio espaço.

A manifestação mais clara dessa mudança dá-se quando o agravamento da crise social leva às ruas um milhão de pessoas que souberam superar todas as suas diferenças para lutar por uma causa comum e essa união das pessoas não foi capaz de motivar uma resposta não sectária de partidos, sindicatos e movimentos organizados levando-os a protagonizar uma frente de luta também ela coletiva capaz de levar a eleições a convergência e as escolhas que se faziam nas ruas.

É tempo de decidir se queremos fazer renascer essa esperança e regenerar o Bloco de Esquerda para voltar a ser aquilo que esteve na sua génese: um partido aberto, apostado nas convergências com outros sectores da esquerda.

A atual crise económica e social exige um governo de esquerda que tome medidas para o restabelecimento do Estado Social e para devolver às pessoas aquilo que as políticas de austeridade dos últimos anos lhes levaram.

E o Bloco de Esquerda pode ser um elemento catalisador para a convergência que permita a criação desse governo de esquerda, voltando a ser um partido que traga esperança aos portugueses. Ou, pelo contrário, afirmar um reduzido espaço virado para dentro de si próprio a cumprir “ciclos de purificação”.

NÓS OPTAMOS PELA PRIMEIRA ALTERNATIVA

2.2 – O CAMINHO PARA UMA RESPOSTA DE

ESQUERDA

Não podemos dizer que queremos uma governação de esquerda e ao mesmo tempo criar todas as barreiras e artificios para justificar a inviabilidade de acordos com outras forças partidárias, restringindo-nos ao protesto apenas para mantermos o nosso acantonamento partidário.

Quem está na política para resolver os problemas das pessoas tem de estar no local onde se tomam as decisões, por forma a poder influenciá-las e, se não evitar, pelo menos diminuir o seu impacto naquelas que possam pôr em causa direitos dos cidadãos ou agravar as suas condições de vida.

A urgência da resposta prende-se por um lado, com a degradação social sem precedentes a que assistimos e por outro, porque o país, fruto da debilidade demográfica, da emigração sem precedente dos mais jovens e do empobrecimento generalizado de quem cá fica, tende para a sua própria inviabilidade. Se nada for feito entretanto dentro de uma geração teremos um país de velhos pobres e aí não haverá soluções dignas.

Sejamos realistas: um governo de esquerda não tem a mínima viabilidade sem uma convergência muito difícil de construir. É urgente, mas tem que ser construída passo a passo. Com vontade clara, desde o primeiro momento. Assumindo os riscos que ela também comporta. Aceitando cedências num equilíbrio digno para todas as partes. Focada em objectivos claros e responsabilidades inequívocas.

Numa primeira fase, devemos procurar essa convergência com todos os que, ao longo dos últimos anos, estiveram contra esta política de austeridade e que não foram cúmplices dos memorandos nem das diatribes da troika. Todos! A começar por aqueles que, por uma razão ou por outra, se afastaram do Bloco.

Nesta fase não incluímos o atual PS, por força de toda a sua envolvimento no memorando da Troika e a sua cumplicidade com muitas das decisões que foram tomadas pelo Governo de Direita. Aliás, é possível dizer-se que fez mais o Tribunal Constitucional pela defesa dos direitos dos portugueses do que o maior partido da oposição.

Mas, porque temos consciência que em 2015, por muito bom trabalho de convergência que se faça à esquerda do PS, é absolutamente improvável que se obtenha uma maioria de esquerda sem o PS, é irrealista não estar preparado para uma nova fase de convergência, ainda mais difícil do que a primeira, que

obrigue o PS a negociar uma solução governativa à esquerda.

A convergência, difícil mas não impossível, de partidos à esquerda do PS e a sua disponibilidade para um acordo de governação, colocará o PS perante a escolha mais difícil: ou aceita governar à esquerda, com o apoio desta plataforma, acabando com a política austeritária e procurando melhorar as condições de vida dos portugueses ou, não o fazendo, coliga-se com a direita, mas correndo o risco de perder parte da sua base de apoio social, que estará disponível para, em futuras eleições, engrossar esta convergência de esquerda que traz nova esperança aos portugueses.

O que propomos é um caminho difícil e exigente. Que construa um patamar de soluções governativas e corajosas, que coloquem a vida das pessoas no centro da política. Para inverter este ciclo em que tudo é descartável excepto os grandes interesses financeiros. Só possível com muita vontade e determinação. E que, claramente, não se compadece com simplificações táticas de marketing político ou paranoias de afirmação ideológica.

O diálogo é parte essencial deste caminho para uma resposta de esquerda que deve colocar de lado as divergências e concentrar-se nas convergências que possam melhorar a vida dos portugueses

2.3 – AS MEDIDAS PARA UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Para isso, a Convenção tem que fazer este debate.

Temos de discutir, sem tibiezas, se o Bloco é ou não um partido que se preocupa com as pessoas ou se, pelo contrário, se preocupa apenas com o seu espaço. Se o Bloco é ou não um partido que está disponível para fazer parte de uma solução de governação ou se, pelo contrário, continuará a ser o partido do acantonamento e do protesto.

E desta Convenção deve resultar um conjunto de medidas que sirvam de base a essa negociação, um limite até ao qual o Bloco está disponível, no horizonte de uma legislatura, para participar numa solução que se mostra inadiável para este país tão depauperado.

As medidas elencadas são meramente indicativas e resultam da reflexão dos promotores e subscritores desta moção. Muitas outras poderão ser pensadas por outros aderentes mas o que interessa é, exatamente, a discussão sobre se temos ou não medidas para dar resposta aos problemas imediatos das pessoas

capazes de gerar um consenso alargado e veicular todos os compromissos que forem necessários para essa convergência.

1 - Estado social:

SNS

- Manter a qualidade dos cuidados de saúde do SNS aumentando significativamente a sua acessibilidade, sobretudo para as populações em condição social mais desfavorecida ou mais dispersa territorialmente.

- Eliminar ou diminuir significativamente as taxas moderadoras em função de critérios de capitação do rendimento familiar e do afastamento territorial aos cuidados de saúde.

- Eliminar as taxas moderadoras nos tratamentos, exames complementares e consultas subsequentes marcados por iniciativa médica.

- Aproximação dos serviços de saúde às populações, sobretudo os de acompanhamento e que não implicam o recurso cirúrgico ou de internamento, através da deslocação das equipas médicas ao invés da deslocação ter que ser efectuada pelos pacientes.

- Aumento significativo da rede de cuidados continuados.

- Criação de uma rede pública de lares para idosos.

2 - Escola Pública

- O encerramento de escolas do primeiro e segundo ciclo só poderá ser feito caso a caso com o acordo negociado com as populações independentemente do número de alunos.

- A rede de escolas, nomeadamente do ensino básico, deverá ter como critério fundamental a coesão territorial.

- As propinas do ensino superior não podem ser obstáculo ao seu acesso.

- O financiamento do Ensino Superior público e da investigação deve ter em conta as reais necessidades do sistema e a importância estratégica do sector.

3 - Salários e trabalho

- Crescimento do salário mínimo para os 600€ até ao final da legislatura.

- Anulação dos cortes efetuados na função pública e nas empresas públicas.

- Limite de 35 horas de trabalho semanal.
- Revisão do código de trabalho reintroduzindo a o priorado da contratação coletiva e eliminando critérios subjetivos para o despedimento.
- Revisão dos critérios de atribuição do Rendimento Social de Inserção de modo a que nenhum trabalhador possa ficar privado de meios mínimos de subsistência uma vez acabado o subsidio de desemprego.

4 - Segurança social

- Eliminação de todos os subsistemas de saúde e segurança social concentrando todos os serviços de proteção social na Segurança Social.
- Pensão única aos 65 anos não acumulável com outras remunerações provenientes do trabalho (a não ser que o conjunto perfaça um valor inferior a três salários mínimos) e calculada tendo por base toda a carreira contributiva.
- Diferenciação da taxa social única a pagar pelas empresas em função da sua própria natureza: mão-de-obra intensiva ou capital intensivo, penalizando estas últimas e, eventualmente, beneficiando as primeiras.

5 - Serviços públicos

Organização dos serviços públicos em função da sua acessibilidade e coesão territorial nomeadamente: serviços tributários, serviços judiciais, segurança social.

6 - Economia

- Interromper o processo de privatização de todas as empresas públicas e encetar um caminho de renacionalização de muitas das que foram alienadas nos últimos anos e que administram bens que são de todos.
- Conceber um novo mandato para a banca pública que a redirecione para a economia real e que tenha uma estratégia de incentivo à reindustrialização do país e apoio às famílias.
- Alívio fiscal para as empresas que optem por localizações deprimidas socialmente e que utilizem mão-de-obra extensiva.
- Política fiscal que contenha o poder económico-financeiro da grande distribuição.
- Renegociação de todos os contratos das PPP's para taxas de rentabilidade aceitáveis sob pena da sua nacionalização.
- Implementar políticas fiscais de redistribuição que reduzam efetivamente as desigualdades independentemente de haver ou não crescimento

económico.

7 - Demografia e Coesão territorial

- A coesão territorial deve ser uma prioridade do próximo governo retomando o debate sobre a regionalização de modo a que o princípio constitucional da subsidiariedade possa ser o motor do desenvolvimento das regiões mais afastadas dos atuais centros de decisão e promova eficazmente uma relação do poder mais próximo dos cidadãos e das suas preocupações.
- Um país envelhecido e que promove a emigração dos mais jovens como única solução de esperança para as suas vidas é um país sem futuro. A aposta em políticas descentralizadas de incentivo à natalidade e que interrompam este ciclo emigratório é vital para a própria sobrevivência do país.

São medidas que se nos afiguram como exequíveis e que poderão ser o ponto de partida para a formação de uma convergência ou plataforma eleitoral para as próximas eleições de 2015.

Após a Convenção, o Bloco de Esquerda deverá convidar todas as forças partidárias e movimentos sociais que se identifiquem com os ideais de esquerda para essa negociação, sem excluir quem quer que seja nem colocar condições que, à partida, inviabilizem o processo.

As medidas elencadas têm uma finalidade de curto prazo, são as necessárias para as pessoas sentirem, no imediato, que a esquerda, finalmente, se decidiu a esquecer as suas divergências e acantonamentos e está disposta a trilhar um caminho único que devolva a esperança aos cidadãos de que, afinal, é possível governar à esquerda neste país.

Mas outras medidas, estas de médio e longo prazo, são também necessárias para que a resposta interna à crise tenha um carácter duradouro e não esteja condicionada pelos sucessos ou insucessos dos mercados financeiros.

Sempre o Bloco defendeu que era essencial uma reforma do Estado. Mas, quando foi preciso dizer presente para essa reforma, refugiou-se no silêncio, recusando-se a participar nesta discussão.

Todos sabemos o que os portugueses pensaram quando o Bloco se recusou a ir às reuniões com a Troika. Mas, tal como noutras matérias, não

aprendemos com a lição. O que o Bloco deveria ter feito, tanto com a Troika como com o Governo, era apresentar-se à discussão com um plano próprio, com medidas que fossem mais justas para os cidadãos e dizer claramente que essas eram as medidas necessárias para a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Não devemos fazer o mesmo erro. A Reforma do Estado é necessária para acabar com muita da desigualdade que nele existe e com os desperdícios de dinheiros públicos que enchem os bolsos de muito poucos e fazem com que os recursos financeiros para os que mais necessitam sejam cada vez mais escassos.

Num contexto de economia aberta, o combate às desigualdades não pode esperar por um crescimento da economia que se antevê difícil e, muitas vezes, ecologicamente insustentável para encetar esse combate. A reforma do Estado é a solução que preconizamos para que, mesmo em contexto de crescimento anémico, se possam ter ganhos significativos no combate a todas as formas de desigualdade no espaço de uma legislatura.

Nessa reforma do Estado deve também discutir-se, de uma vez por todas, qual a posição do Bloco em relação à regionalização. Uma regionalização que não se preocupe com as clientelas políticas mas sim que estabeleça um regime pelo qual os problemas das populações devem passar a ser vistos numa perspectiva regional, acabando com o ditame dos concelhos e dos distritos para a distribuição dos serviços públicos.

Após a Convenção, o Bloco deverá organizar um debate sobre reforma do Estado, as medidas que devem ser tomadas e até que ponto deverá a regionalização ser parte essencial dessa reforma.

Mas existe ainda uma outra área que tem de ter uma resposta adequada e urgente tendo em vista o desenvolvimento económico e a melhoria das condições socioeconómicas dos portugueses e que visa o sistema financeiro.

Neste campo, entendemos ser de capital importância alterar o paradigma da linha de atuação da Caixa Geral de Depósitos. Entendemos que não é necessário, por agora, nacionalizar o sector bancário se o Banco do Estado der sinais positivos de que a sua administração deixará de ser efetuada como se de um banco privado se tratasse mas passará a ser um

fator de desenvolvimento socioeconómico, com um plano de apoio à economia, que passará por prazos e taxas mais favoráveis do que no sector privado às pequenas e médias empresas, condições de acesso a financiamentos particulares menos rígidas, maior apoio aos mais desfavorecidos.

O Estado, por intermédio do seu agente bancário, tem de ter uma conduta que vise injetar dinheiro na economia, mesmo que à custa de menores taxas de rentabilidade.

2.4 – PRESIDENCIAIS

Não querendo trilhar nenhum percurso de ingenuidade quanto à estreiteza do caminho que nos propomos percorrer, sabemos que ainda assim será possível (e até provável) que o próximo governo escolha, no essencial, manter a trajetória austeritária e de empobrecimento a que estivemos sujeitos nos últimos anos. Sabemos que isso acontecerá caso haja qualquer forma de entendimento maioritário entre os partidos do “arco da governação”.

Para combater eficazmente esse governo será necessário que no próximo ciclo eleitoral aconteçam simultaneamente: a não existência de uma maioria absoluta (do PS ou da coligação PSD/CDS); e que ressurgja na esfera eleitoral uma força política suficientemente forte e representativa capaz de restaurar a esperança nos setores sociais mais deprimidos.

Uma situação como a descrita obrigará o PS a fazer a sua escolha mais difícil. Ou aceita governar à Esquerda, com algum tipo de apoio dessa força emergente, ou opta por se aliar à direita e deixar cair o que resta da sua base social de esquerda que acabará por engrossar essa força emergente capaz de resgatar a esperança das pessoas.

É nesta circunstância que a escolha acertada do próximo presidente da República se torna mais vital e dela depende, em grande medida, a possibilidade de, face ao plausível descontentamento e à existência de uma força que se percebe capaz de restituir dignidade ao exercício da governação, a intervenção do Presidente da Republica seja essencial para não permitir que tal legislatura chegue ao seu termo independentemente da maioria parlamentar que lhe dê suporte.

Assim deve o Bloco de Esquerda encontrar todas as convergências possíveis para contribuir eficazmente para eleger uma personalidade da área política da

Esquerda capaz de gerar um consenso alargado em muitos sectores que nos são próximos abdicando, à partida, de uma candidatura própria.

3. O BLOCO DE ESQUERDA

O Bloco não pode apenas regenerar-se para o exterior, tem também de mudar em termos internos, para poder responder às exigências de democracia interna que há muito se vêm fazendo sentir.

O parlamentarismo e centralismo que passou a ser a pedra de toque da estrutura orgânica do Bloco, com a falta de diálogo com os aderentes, com as propostas de eliminação de concelhias e distritais e com cada vez maior influência dos funcionários, nomeadamente a nível regional, trouxe ainda mais desencanto para aqueles que entraram para o Bloco na esperança de que não era um partido igual aos outros.

Entre algumas medidas que entendemos serem necessárias a um aprofundamento dessa mesma democracia, destacamos as seguintes:

1.- A quota da Mesa Nacional para deputados nacionais ou europeus, funcionários do Bloco ou que exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo movimento deve ser reduzida para 15%

A questão da confiança ou desconfiança em relação aos muitos funcionários e assessores que fazem parte da Mesa Nacional não tem que se colocar sequer. É fundamentalmente uma questão de transparência.

Por outro lado, com esta medida combate-se uma tendência que se vem acentuando nos últimos tempos: a de o Bloco se estar a tornar num partido de funcionários.

2.- A Mesa Nacional deverá ter representantes de todo o país, sejam eleitos em Convenção sejam eleitos em atos eleitorais específicos a decorrer em cada estrutura de carácter distrital ou regional.

A afirmação de paridade não pode ser dissociada da afirmação da representatividade nacional da Mesa Nacional. Deverão ser encontrados mecanismos que permitam que todos os aderentes se sintam representados na Mesa Nacional e que essa representatividade não seja apenas uma questão formal de um membro estar inscrito numa determinada área mas não ter lá qualquer tipo de atividade.

3. Os membros da Mesa Nacional que forem eleitos para a Comissão Política deixam de fazer parte da Mesa Nacional, podendo assistir e intervir mas sem direito a voto, e são substituídos por outros membros da lista pela qual foram eleitos.

Na verdade, o que acontece atualmente é que quem aprova as resoluções na Comissão Política acaba por as votar novamente na Mesa Nacional e isto inquina todas as votações. É um facto que algumas moções defendem que a eleição para a Comissão Política deve ser feita de forma proporcional à representatividade da Mesa Nacional. Mas isso não elimina a grande questão: É que quem vota na Comissão Política volta a votar na Mesa Nacional. Vota duas vezes os mesmos documentos

4. A Comissão Política deverá ser eleita pelo método de Hondt, assim se fazendo representar no órgão executivo todas as tendências da Mesa Nacional.

5.- Nenhum aderente poderá estar mais de dois mandados consecutivos no mesmo órgão ou quatro mandados consecutivos em órgãos diferentes.

Depois da luta do Bloco de Esquerda no que diz respeito às candidaturas autárquicas que violavam a limitação de mandatos, é importante trazer para dentro do Bloco aquilo que defendemos nos tribunais. A limitação de mandatos, ao contrário da atual rotatividade, obrigará a uma renovação dos dirigentes, impedindo que se vão perpetuando nos órgãos locais ou nacionais.

6. A escolha dos candidatos a deputados à Assembleia da República são da competência das Assembleias Distritais, cabendo à Mesa Nacional a sua ratificação. Caso o não faça, caberá à Assembleia Distrital designar outros candidatos. Só após essa segunda tentativa, caso também não mereça ratificação, poderá a Mesa Nacional avocar o processo e decidir à revelia das propostas das Assembleias Distritais.

7.- Tendencialmente, os órgãos do Bloco e as listas apresentadas, externa ou internamente, deverão refletir a paridade de género, de profissões, de território e de todas as diferenciações que enriqueçam a representação efetiva e a capacidade de interpretar e agir sobre as diferentes realidades socioculturais.



REFUNDAR O BLOCO NA LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

(os pontos novos ou com alterações estão **a azul**)

PROMOTOR@S

Adelino Fortunato 8790 Sesimbra/Setúbal
Albérico Afonso Costa 836 Setúbal/Setúbal
Ana Lúcia Duarte Massas 843 Almada/Setúbal
Beatriz Gomes Dias 4621 Lisboa/Lisboa
Carlos Alberto Alexandre Cabrita 4418 Silves/Faro
Cristiana Martins de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria
Filipe Rolão 6794 Vila Real/Vila Real
Francisco Colaço 390 Cartaxo/Santarém

Helena Figueiredo 3736 Lisboa/Lisboa
Henrique Guerreiro 573 Setúbal /Setúbal
João Manuel Martins Madeira 520 Sines/Setúbal
José Manuel Boavida 602 Lisboa/Lisboa
Margarida Castro Felga de Pinho 371 Porto/Porto
Margarida Santos 4295 Cascais/Lisboa
Maria Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal
Sara Goulart 9586 Lisboa/Lisboa

REFUNDAR O BLOCO NA LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

1. RELANÇAR O BLOCO

A constituição do Bloco de Esquerda em 1999 expressou uma extraordinária capacidade de concertação entre organizações com diferentes identidades, percursos e referentes ideológicos; introduziu um dado novo na vida política portuguesa e europeia; suscitou largos apoios e simpatias; resgatou para a ação política velhas militâncias revolucionárias, ativistas sem partido e jovens que despertavam para e se mobilizavam entre velhas e novas causas políticas, sociais e culturais.

a) O Bloco afirmou-se como uma organização socialista, de esquerda, plural e amplamente democrática, superando o sectarismo, o logro, as narrativas falhadas e as grandes entorses orgânicas herdadas do “socialismo real”, demarcando-se da deriva neoliberal da social-democracia. **Com o socialismo no horizonte, assim nos definimos, combinando intervenção institucional com movimento social, na radicalidade política com que queremos mudar o mundo e a vida.**

b) O Bloco de Esquerda, depois de um ciclo de crescimento que permitiu construir um considerável grupo parlamentar, entrou em declínio e **atravessa o momento mais crítico desde a sua fundação**, com uma acentuada quebra de influência eleitoral e um desgaste da imagem agregadora de raiz. Há, por isso, que refundá-lo, percebendo porque chegámos a esta situação, de modo a aprender com os erros e delinear uma orientação ajustada ao presente e aos eixos de desenvolvimento conjuntural previsíveis para o futuro próximo, o que ultrapassa largamente supostas questões de mera identidade.

Queremos contribuir para a construção de um caminho que inverta o actual refluxo na sociedade portuguesa, perante os ferozes ataques ao Estado Social, aos direitos e à democracia, que representam empobrecimento, retrocesso civilizacional e imposição de um novo paradigma económico-social. O Bloco de Esquerda tem de estar à altura desse caminho, refundando-se num movimento que o resgate da erosão e da burocratização, fortalecendo-se a partir da base, apoiado na energia e na inteligência das suas aderentes.

2. SOCIALISMO PARA DERROTAR A CRISE

a) A partir da década de 80, o capitalismo neoliberal, para relançar a taxa de lucro, rompeu com o pacto do pós-guerra baseado no crescimento dos salários indexados à produtividade. O colapso dos ganhos de produtividade colocou ao capitalismo a necessidade de travar os salários para restabelecer a rentabilidade. **O desemprego massivo foi servindo para assegurar as quebras salariais, a flexibilização e a precarização. Mas este relançamento fez-se sem investimento e emprego** e sem a criação de novos mercados impulsionados pela procura.

b) Numa economia mundial globalizada, desregulada e financiarizada, grandes conglomerados financeiros articulam as funções tradicionais da banca com operações especulativas, numa lógica completamente liberalizada. **Os bancos estimularam, artificialmente, uma espécie de “economia eufórica” valorizando especulativamente activos no curto prazo, a partir de um processo, gerado por eles próprios, de aplicações no sistema bancário não regulado.** O resultado foi a criação de um sistema financeiro muito exposto ao risco, às mudanças drásticas de expectativas e às bolhas especulativas.

c) A Grande Recessão de 2007-9, e os seus prolongamentos até aos dias de hoje, são também expressão dos desequilíbrios internacionais entre as economias emergentes (China, Índia, etc.) e do norte da Europa, que acumularam excedentes comerciais, e economias desenvolvidas mas deficitárias (caso dos Estados Unidos). **Estes desequilíbrios globais geraram um excesso de liquidez nos países excedentários que se transferiu para os países mais desenvolvidos à procura de valorização, contribuindo para baixar as taxas de juro e estimular o crescimento do crédito que alimentou a crise do imobiliário.**

d) Neste contexto, a disputa pela pilhagem e controlo dos recursos naturais, no desrespeito pela soberania dos povos, alimenta múltiplos focos de turbulência política e levanta de novo o espectro da

guerra. A NATO arroga-se uma interferência abusiva enquanto se esgota a capacidade reguladora internacional. **Manifestamos solidariedade internacionalista activa com os povos oprimidos e em luta**, destacando em particular a martirizada Palestina, acompanhando e participando nas várias redes internacionais de esquerda que se opõem a este cenário.

O capitalismo quer uma austeridade duradoura e a crise poderá conhecer novos contornos. É preciso derrotar a austeridade para vencer a crise. É precisa uma cultura de internacionalismo activo e de paz entre os povos, a recusa do Tratado Transatlântico e a saída de Portugal da NATO, principal instrumento de guerra que sustenta esta ordem internacional.

3. DERROTAR O TRATADO ORÇAMENTAL: POR UMA EUROPA SOLIDÁRIA E SOCIALISTA

a) A austeridade e as imposições das entidades credoras basearam-se numa União Europeia que nos foi retirando, sem compensação, o Banco Central, a política monetária e cambial e as políticas de desenvolvimento económico, condicionando fortemente a política orçamental. O mecanismo do euro, articulado com o estatuto do BCE, as regras liberais da concorrência, o peso da dívida e uma relação de forças desfavorável, converteram-se num verdadeiro colete-de-forças. Em reacção cresceram os populismos, a extrema-direita, a abstenção. **A ideia de reformar estas instituições passou a chocar cada vez mais com a inércia de arranjos sem legitimidade democrática especificamente criados para impor a actual orientação e que se revelam irreformáveis.**

b) Qualquer projecto de relançamento do nível de actividade económica e do emprego passa por aliviar o fardo insuportável da dívida, colocando a iniciativa do lado do devedor, **empunhando a única arma que está ao seu alcance: a ameaça de moratória unilateral dos pagamentos** se as credoras não aceitarem uma reestruturação profunda da dívida.

c) **Esta trajectória, contraditória com as imposições do Tratado Orçamental assentes numa lógica de inexistência total de défice público, po-**

derá provocar uma atitude hostil das instituições europeias e a saída do euro, com implicações que terão de ser assumidas por um governo preparado para esta solução e com forte apoio popular e da opinião pública em geral, determinado a nacionalizar a banca como resposta à inevitável retirada do BCE do processo de refinanciamento e à descapitalização. Este é um cenário possível, com fortes repercussões sobre outros países, dado o grau de integração do sistema financeiro.

A crise do sistema euro revela o carácter disfuncional de uma união monetária que reúne países com níveis de desenvolvimento diferentes, recusando-lhes os meios que poderiam assegurar convergência. É preciso transformar a recusa deste sistema no sentido de uma refundação europeia solidária e socialista, baseada num orçamento comum, alimentado por um imposto unificado sobre os rendimentos do capital que financiaria as transferências necessárias e os investimentos social e ecologicamente úteis, numa harmonização fiscal e de política de rendimentos. Neste quadro deveremos trabalhar para que os princípios desta Europa refundada se tornem incompatíveis com uma lógica capitalista, colocando o socialismo no horizonte. É preciso transformar a recusa deste sistema no sentido de uma refundação europeia solidária e, neste quadro, deveremos trabalhar para que os princípios desta Europa refundada se tornem incompatíveis com uma lógica capitalista, colocando o socialismo no horizonte.

4. O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

a) Um conceito de desenvolvimento, baseado na utilização das energias fósseis e com a ajuda da tecnologia, tem vindo a delapidar recursos naturais em nome de um produtivismo predador, criando riscos na relação entre a humanidade e a natureza. Por outro lado, é cada vez mais problemático dar resposta a uma população em crescimento exponencial, devido ao progressivo esgotamento desses recursos e a uma repartição muito desigual de rendimentos e da riqueza. **Contrariar esta lógica só é possível com a mudança para uma civilização ecologicamente sustentável**, a implantar-se com crescimento zero

ou decrescimento sustentado, diminuindo progressivamente as fontes de energia fóssil e a produção de materiais esgotantes e contaminantes.

b) Os países desenvolvidos apresentam maior índice de esbanjamento e poluição, devendo ser por isso responsabilizados e forçados nacional e internacionalmente à recuperação de áreas ecologicamente degradadas e à redução dos gastos de energia fóssil e materiais não recicláveis. **Torna-se indispensável adequar o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade ambiental, no respeito pelos limites e ritmos da natureza e com capacidade para reciclar e reutilizar** duradouramente o capital natural planetário.

c) A necessidade de mudança do atual paradigma tecnocientífico é comum a toda a humanidade. **O relançamento da atividade económica e a criação de novos empregos deve fazer-se, sobretudo, pela diminuição da semana de trabalho para 32 horas, dividindo o trabalho pelos braços disponíveis, aumentando o valor das baixas remunerações e ultrapassando a lógica capitalista.** É preciso também eliminar o trabalho precário, a começar no aparelho de estado para forçar o fim da precariedade e da exploração que grassam no sector privado, através da fiscalização baseada numa nova legislação laboral protectora dos direitos do trabalho.

d) O ataque simultâneo à cultura, ao ensino público e à ciência tem em vista a sua destruição progressiva e é acompanhado pela reconversão das escolas em empresas socialmente cegas, não democráticas e pedagogicamente retrógradas. Na ciência, procedeu-se ao desinvestimento nas universidades e dos centros de investigação. Todo o capital humano associado foi fustigado pela instabilidade laboral e pelo desemprego. **Defendemos o investimento na produção cultural, investigação científica e inovação tecnológica, enquanto áreas estratégicas capazes de gerar desenvolvimento com impacto decisivo na sociedade, gerando emprego e maior bem-estar às populações.**

O eco-socialismo realiza a síntese entre uma ecologia necessariamente anticapitalista e um socialismo depurado da lógica do produtivismo.

5. CONVERGÊNCIA À ESQUERDA E COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

a) Num quadro de refluxo do movimento de massas, **a ausência de uma alternativa credível, mobilizadora e convergente à esquerda, penalizou fortemente a capacidade de luta contra a austeridade** e o PS teve particulares responsabilidades nisso ao não demarcar-se da política do governo, mantendo-se no quadro do memorando da Troika e do Tratado Orçamental.

b) O PS, em consonância com a social-democracia europeia, negocia a resposta à perda de competitividade perante a dinâmica dos espaços económicos emergentes, numa base austeritária e de cortes nos salários e nos direitos do trabalho, que torna impossível a reedição do acordo do pós Guerra entre social-democracia e democracia cristã, que contribuiu para o chamado “modelo social europeu”. **É por isso que um governo do PS será condicionado por esta lógica da governabilidade austeritária no quadro dos compromissos e das instituições existentes. As circunstâncias exigirão desobedecer-lhes no que se refere à austeridade e às políticas de direita.**

c) O relançamento do movimento de massas e a alteração da relação de forças, políticas e sociais, no terreno das lutas, nas ruas e nas empresas, é o caminho para neutralizar ou alterar tal orientação, criando condições políticas para **conquistar a confiança da maioria da população numa solução de esquerda e num programa alternativo.** Esta é uma tarefa central do Bloco de Esquerda que justifica o maior empenho na dinâmica dos movimentos sociais.

d) O PCP tem sabido tirar partido da sua capacidade de resistência e da implantação tradicional em empresas, autarquias, sindicatos e dum aparelho de agitação, propaganda e mobilização oleado, permitindo-lhe movimentar-se melhor na conjuntura actual. Fá-lo, porém, numa **lógica acantonada de partido-fortaleza, canalizando as mobilizações e controlando o potencial galvanizador e contagiante das massas, para demonstrar ao Governo que não haverá paz social sem a sua colaboração,** insinuando-se pronto para, numa lógica negocial no actual quadro institucional, assumir compromissos

de regime desde que deles possa retirar vantagens.

e) A nova estruturação da classe trabalhadora criou um vasto grupo de precárias, de vítimas da flexibilização do mercado de trabalho e de migrantes que não encontra representação nas organizações sindicais e mesmo partidárias. A crise do sistema político e a natureza vertical dos mecanismos de decisão e participação nos partidos de esquerda não é atraente para jovens e outras descontentes. Têm sido os novos movimentos sociais a captar parte do seu envolvimento na vida política. **O sucesso do PODEMOS nas eleições europeias do estado espanhol mostra bem o potencial que estes movimentos podem adquirir**, tal como já tinha ficado claro em Portugal com as mobilizações conseguidas pelo “Que se Lixe a Troika”. No entanto, entre nós, a dispersão e debilidade dos movimentos sociais fazem com que estes não tenham conseguido colmatar ainda o espaço deixado vazio pela ausência de uma alternativa mobilizadora e unificadora.

O apoio e o impulso dos movimentos sociais devem constituir uma preocupação central do BE, não no sentido de os instrumentalizar, mas de trabalhar pelo seu alargamento, acolhendo a sua independência e autonomia e refletindo as suas implicações e contribuições para o debate e para a luta política.

6. AS FRENTES CONTRA A AUSTERIDADE

a) A linha política saída da última Convenção foi muito influenciada pelos acontecimentos na Grécia e pelo crescimento rápido do Syriza. **Tais expectativas pouco tinham a ver com a conjuntura que vivíamos**. Estava aí subentendida pela maioria, a possibilidade de eclosão rápida de uma crise revolucionária em Portugal, com o Bloco como seu grande protagonista. O falhanço da actual coordenação do Bloco é o falhanço desta orientação que entrou em colisão com a própria realidade. **A vida política portuguesa nunca atingiu tal grau de radicalização e isso significou muito menor polarização dos conflitos sociais**. Por outro lado, o facto de o PS estar fora do

governo e de se ter excluído, por pressão de figuras conotadas com posições de esquerda, de um acordo formal patrocinado por Cavaco Silva, ou das sugestões de revisão constitucional feitas pelo PSD, evitou-lhe fissuras internas significativas.

b) O Bloco precisa de acumular massa crítica, ter iniciativas públicas mobilizadoras e com impacto político. Isso exige vencer os limites da intervenção parlamentar e institucional e afirmar-se claramente pela criatividade, irreverência e radicalidade, rompendo com o “bom comportamento” com que nos querem cercar, salvaguardando a autonomia e evitando a diluição da nossa mensagem política. **É necessário um maior envolvimento com os movimentos sociais e uma linguagem que, sem cair no populismo, se dirija às descontentes com o sistema político, o que se deve articular com interpelação aos partidos que se reclamam de esquerda**.

c) O Bloco de Esquerda, **mantendo autonomia e independência**, procura a convergência com todos os partidos, grupos e sensibilidades de esquerda ou movimentos sociais **que permitam quebrar o isolamento, chegar a novas camadas da população, conferir a essa aproximação um sentido de utilidade, romper com a paralisia e a sensação de esgotamento da resistência, para se poder passar à ofensiva**. Porém, esta orientação não constitui por si só um projecto político e ideológico definido. É um instrumento táctico ao serviço do fortalecimento da dinâmica social e da criação de uma alternativa que **não pode substituir-se a um Bloco de Esquerda forte, com objectivos claros e consistentes**.

d) **Depois de um forte envolvimento no Congresso Democrático das Alternativas, o Bloco de Esquerda, por não tomar a iniciativa de lançar antecipadamente um desafio aos sectores que aí confluíram, deixou campo livre a iniciativas como os 3D e, mais grave, deixou-se enredar numa situação com custos políticos consideráveis no processo das eleições europeias**. O Bloco não conseguiu impedir que lhe fosse assacada uma imagem pública de sectarismo, o pior dos cenários para um partido cuja génese e identidade vai no sentido oposto. O recente abandono de aderentes, individualmente ou em grupos organizados, reforçou esta tendência criando uma sensação de desagregação que é preciso inverter rapidamente.

e) Face a um PCP entrincheirado e a um PS preparado para acordos à direita, **o Bloco deve tomar a iniciativa e fazer tudo o que estiver ao seu alcance para agrupar todas as forças partidárias e movimentos sociais com vista aos próximos actos eleitorais, seja nas legislativas como nas presidenciais.** As possibilidades de crescimento têm de ser encontradas e ampliadas nas previsíveis diferenças que possam decorrer da desilusão de muitos apoiantes de um próximo governo PS confrontados com medidas de austeridade e a violação das promessas eleitorais.

Isto significa que os necessários apelos à unidade e a convergências se devem fazer em torno de uma CARTA CONTRA a AUSTERIDADE, que configure um programa mínimo para intervenção política e para os combates eleitorais que se avizinhem, interpelando e desafiando toda a esquerda (envolvendo partidos, associações, movimentos sociais). O BE deverá, em simultâneo explorar as contradições existentes em vários sectores políticos em relação às políticas austeritárias, de que o Manifesto dos 74 pela Reestruturação da Dívida foi exemplo. O Bloco precisa de tomar a iniciativa política, radicalizar o seu discurso de oposição às políticas de austeridade, tornar-se menos institucional e mais criativo, aproximando-se de muitas das que perderam a confiança nas instituições e nos partidos e passaram a abster-se ou a ser presa fácil dos populismos. O Bloco compromete-se a continuar a luta feminista em todas as suas vertentes. Propõe-se conjugar a luta anti-austeritária com a luta emancipatória das mulheres, indissociavelmente ligadas. Estas são tarefas para hoje. O Bloco tem de ocupar o centro da iniciativa política, ser o catalisador das convergências necessárias para inverter esta situação.

7. INTERVENÇÃO LOCAL PARA DEFENDER AS POPULAÇÕES E O ESTADO SOCIAL

a) O fraco enraizamento local expõe-nos às adversidades de conjuntura em períodos de refluxo, colocando-nos no limiar da sobrevivência. A orienta-

ção aprovada na última Convenção agravou os resultados das autárquicas e expôs a fragilidade da nossa implantação e do trabalho local.

b) **As nossas camaradas devem inserir-se nas expressões de movimento social ou nas associações e cooperativas; intervir nos grupos e círculos de debate, procurando ganhar influência na solução de problemas concretos e na dinamização da vida cultural e social local. As eleitas devem reflectir este contexto, as suas experiências divulgadas e a sua intervenção estruturada e apoiada a todos os níveis.**

c) O Bloco de Esquerda precisa, também a nível local de desafiar para a unidade outras forças políticas de esquerda, como sucedeu em Caminha, que permitam nalguns casos **gerar programas de defesa dos interesses das populações, chegar a lugares nos executivos autárquicos fazendo com que a nossa intervenção marque a diferença, sem que isso se converta numa política de alianças sistemática a nível nacional e sem perdermos autonomia política.** As orientações gerais, impositivas, motivadas pela desconfiança quanto à capacidade e coerência política dos aderentes, desqualificam e desacreditam as nossas organizações locais.

É fundamental ao Bloco enraizar-se junto das populações. As suas organizações de base não podem ser apenas meras executantes de campanhas de propaganda e o Bloco não pode viver apenas da presença mediática, cada vez menor e cada vez mais hostilizada por parte de sectores dominantes da comunicação social. O Bloco deve incentivar a acção comum, em torno de objectivos concretos com todos os sectores que em cada local se disponham a lutar pelo emprego, pelos direitos sociais ou por planos de sustentabilidade ambiental, designadamente em referência à Agenda Local XXI. O Bloco deve apelar à formação de Fóruns Sociais Locais como forma de incentivar à federação de movimentos dispersos na luta contra a austeridade.

8. PRIORIDADE À RESPOSTA RADICAL A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL

a) Os efeitos das políticas de austeridade e a imposição de um novo paradigma económico-social baseado no empobrecimento, na exclusão, na privatização e mercantilização dos serviços públicos essenciais **exigem uma resposta radical que o Bloco de Esquerda assume com coragem, empenho e frontalidade**. Não é admissível que haja trabalhadoras e reformadas abaixo do limiar da pobreza em pleno século XXI, onde se esbanja dinheiro público a financiar negócios privados, bancos e armamento, em clara inversão das prioridades sociais e onde a caridade não é resposta de uma sociedade solidária e democrática.

b) O Bloco de Esquerda **potencia e apoia as acções contra a discriminação de populações pobres no acesso a condições básicas de vida por dificuldades de pagamento – abastecimento de água, fornecimento de luz, pagamento de renda ou de prestação bancária, acesso à saúde. O Bloco defende a renovação da Agenda Local XXI e a aplicação da Carta das Cidades Educativas (Carta de Barcelona) com programa social integrado de transformação dos bairros sociais em bairros ecológicos, com vida comunitária em que a abertura de refeitórios, creches e escolas e apoio das associações de moradores e de pais reforcem a criação de emprego e sustentabilidade social. O Bloco apoia a abertura de cantinas nos bairros pobres, fomentando o abastecimento e a produção local e gerando postos de trabalho**. É essencial combinar esta acção com a intervenção institucional em defesa dos direitos e exigências sociais, designadamente assegurando o fornecimento gratuito desses serviços às famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza. É preciso reverter as privatizações com nacionalização de sectores ligados à energia, transportes públicos, abastecimento de água, educação, saúde.

c) **O Bloco de Esquerda opõe-se à entrega das casas e aos despejos em resultado da impossibilidade de cumprir compromissos bancários por efeito do desemprego ou de cortes salariais**, apoiando a renegociação dos contratos bancários, de modo a que as prestações de cada família não excedam em circunstância alguma 30% do seu rendimento mensal.

d) O Bloco de Esquerda defende a **reorganização dos serviços públicos de proximidade, particularmente no interior, com a reabertura e ampliação das redes de** escolas, centros e extensões de saúde, tribunais, repartições de finanças. Nesta perspectiva e face ao envelhecimento da população, o Bloco defende a expansão da rede pública de centros de dia, de lares e unidades residenciais, bem como da rede de cuidados continuados.

e) O Bloco defende o aumento significativo do salário mínimo nacional, a diminuição da carga fiscal sobre o trabalho, a eliminação de cortes e sobretaxas salariais, o regime de pensão única aos 65 anos ou aos 35 de vida laboral ativa. Defende igualmente a eliminação das taxas moderadoras com reposição do pagamento de transporte para cuidados de saúde, reforço de cuidados de saúde integrados e de proximidade, aumento da comparticipação nos medicamentos e nos exames complementares. Defende o fim das propinas no ensino superior público.

f) **O Bloco de Esquerda coloca ao serviço das populações pobres e excluídas as competências técnicas e os saberes específicos do seu activismo no aconselhamento e na mobilização de vontades para suprir problemas e necessidades básicas, numa lógica desburocratizada de auto-organização local, com expressão em formas diferenciadas de economia social**, designadamente de base cooperativa, colocando-se no terreno, até aqui ocupado praticamente só pelas igrejas.

g) **O Bloco de Esquerda defende a reutilização económica e social dos espaços industriais abandonados, sob a forma de arrendamento ou expropriação, assegurando apoio técnico, linhas de financiamento bonificado, microcrédito e outros benefícios fiscais, apoio nos transportes e distribuição, bem como defende que o estado tem de dar prioridade, nos contratos e concursos públicos, às cooperativas e a outras formas de economia social.**

O Bloco tem de estar na primeira linha do combate às injustiças e em defesa dos direitos sociais das populações, com soluções concretas e práticas, que visem eliminar situações de pobreza extrema. Isto significa a consagração do direito *per capita* de suporte à vida, que atue de forma automática e universal face à falta de rendimento, qualquer que seja a sua natureza, mas também medidas que garantam condições dignas de vida, na habitação, na saúde, no acesso ao ensino, na plena reintegração social e no respeito pela autonomia dos que enfrentam todas as formas de pobreza. O objectivo estratégico dos fundos comunitários tem de ser o combate à pobreza, uma política de desenvolvimento económico e sustentável, a eliminação das assimetrias entre o litoral e o interior.

9. A REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BLOCO DE ESQUERDA

a) **É fundamental relançar o Bloco de baixo para cima. As aderentes são o esteio da organização.** Esgotou-se o tempo das dirigentes iluminadas, apoiadas num aparelho construído na base da fidelidade política, profundamente desconfiado em relação às bases, ditando orientações, campanhas e iniciativas, mas alheias à realidade social e aos problemas e aspirações da população pobre, agredida pela política de direita. **A base do Bloco é o mais poderoso interface com a sociedade, onde se constrói o enraizamento orgânico quotidiano, em torno dos problemas concretos – das questões do trabalho, do ambiente da qualidade de vida, da defesa dos serviços públicos, mas também onde se combate a inculcação ideológica da direita, o conservadorismo religioso, onde se disputa a hegemonia de pensamento,** seja nos direitos humanos nos feminismos, nas questões LGBT, na juventude, nos direitos dos animais, no pensamento crítico sobre as grandes questões nacionais e internacionais da contemporaneidade.

b) A vida interna do Bloco tem de ser profundamente democrática, **de modo a enquadrar as suas aderentes que, dotadas de autonomia nos movimentos e frentes onde intervêm, possam ter nos núcleos e nas comissões locais o apoio e o alimento político geral que confere consistência à sua intervenção quotidiana.**

c) **As estruturas de base precisam de um funcionamento mais regular e continuado, da multiplicação de assembleias onde todas as aderentes possam participar com a sua presença e com a sua voz,** onde a política tem assento, onde a sua opinião vale, onde contactam com os assuntos da vida interna, numa perspectiva tanto crítica como propositiva. Neste contexto, **o Bloco deve abrir as suas estruturas à participação de simpatizantes formalizando-a estatutariamente mas mantendo as decisões finais restritas a aderentes. As sedes constituem espaços indispensáveis para a vivificação da vida interna do Bloco, enquanto espaços abertos de encontro,** onde se reúne e se discute, espaços de trabalho e de tertúlia, pontos de intersecção de uma multiplici-

dade de intervenções, de encontro de activistas, de simpatizantes e amigas, onde se semeia pensamento crítico e alternativo.

d) **A participação deve ser presencial, tanto nas reuniões e assembleias como nos processos electivos ou referendários.** O voto por correspondência, frequentemente abusivo e utilizado como forma de arregimentação organizada, por vezes maioritário em relação ao voto presencial, constitui uma entorse ao funcionamento democrático do Bloco. **O princípio da representação proporcional, resultante da apresentação de várias listas aos diferentes órgãos do Bloco, deve estar presente em todos os escalões, desde os núcleos e Comissões concelhias à Comissão Política. A quota deve ser encarada como um vínculo primeiro da aderente à organização** e os casos de manifesta dificuldade financeira não devem dar lugar à isenção, mas a formas simbólicas que continuem a expressar esse mesmo vínculo, devendo cada aderente nessas circunstâncias propor, com total liberdade, a quantia com que pode contribuir anualmente para o partido. O processo de relançamento do Bloco de Esquerda deve ser acompanhado do processo de reactualização do recenseamento das aderentes, verificando as situações em que não ocorreu qualquer pagamento de quota ou os casos em que a última quota paga data de anos bastante atrasados. **Os cadernos de recenseamento devem espelhar de modo permanente a realidade orgânica.**

e) O quadro de funcionárias deve combinar de forma equilibrada as necessidades centrais com o apoio às organizações locais e **o processo de recrutamento das funcionárias deve ser por concurso interno com critérios de selecção antecipadamente anunciados, mediante candidatura das aderentes interessadas, avaliada pelas estruturas respectivas,** designadamente sob a forma de entrevista e, se necessário, votada nos plenários de aderentes no caso das funcionárias locais.

f) As organizações distritais constituem estruturas fundamentais na coordenação da actividade de âmbito regional, na discussão dos problemas concelhios e interconcelhios, cuja importância ou gravidade ultrapassa esse âmbito e, sobretudo, no estádio actual da nossa organização, no apoio à implantação e ao enraizamento local. O carácter autónomo do

grupo parlamentar não deve significar a sua sobreposição à direcção do Bloco, cujas linhas de orientação política deve saber adequar à especificidade e ao impacto da sua intervenção, articulando-se ainda com as estruturas regionais, em cujas reuniões deve participar. A solução de coordenação a dois, adoptada na última Convenção, não resolveu nenhum dos nossos grandes problemas internos ou de representação, não contribuiu para unir o Bloco e, nesse sentido, falhou. Perante essa situação e o definhamento orgânico, **defendemos um sistema de coordenação colectiva baseada na Comissão Política e assente num conjunto de porta-vozes para as grandes áreas de intervenção, sem perder de vista que a Mesa Nacional é o principal órgão de direcção entre convenções, devendo por isso ser revalorizado o seu funcionamento.**

Toda a prioridade às organizações de base no sentido do enraizamento e da actividade concreta de cada aderente a partir do seu local de residência ou de trabalho, institucionalização dinâmica da democracia, participação e transparência, ousadia no alargamento das nossas fileiras, configuram o sentido da transformação do Bloco de Esquerda num partido de massas.



BLOCO PLURAL, FATOR DE VIRAGEM!

PROMOTORES

Pedro Filipe Soares, 2861, Aveiro
Alberto Matos, 1542, Beja
Alexandra Ribeiro, 8082, Porto
António Lima, 1303, Braga
Catarina Vieira, 306, Viseu
Cristina Semblano, 2809, Europa
Francisco Alves, 1107, Lisboa
Helena Pinto, 659, Santarém
Humberto Silveira, 4094, Lisboa
Inês Avelãs Nunes, 10051, Coimbra
Joana Mortágua, 3772, Setúbal
João Meneses da Costa, 3802, Madeira

João Manuel Vasconcelos, 1508, Algarve
José Manuel Machado de Castro, 333, Porto
Júlia Pereira, 8834, Setúbal
Luís Fazenda, 1685, Lisboa
Luís Filipe Pereira, 543, Setúbal
Marcos Viegas Quitério, 7471, Algarve
Mariana Aiveca, 241, Setúbal
Nuno Meira, 10529, Setúbal
Rui Costa, 8668, Lisboa
Rute Simão, 6977, Castelo Branco
Sandra Cunha, 487, Setúbal
Sara Schuh, 9088, Lisboa
Zuraida Soares, 3884, Açores

BLOCO PLURAL, FATOR DE VIRAGEM!

15 anos depois da fundação do Bloco de Esquerda, os desafios são enormes. O partido/movimento está enredado num ciclo de derrotas eleitorais com o qual ainda não conseguiu romper, tendo perdido um significativo capital de confiança que foi construindo ao longo de anos.

Urge regressar às origens e recuperar a identidade do BE num novo contexto político. É preciso recuperar a combatividade, a irreverência, a credibilidade e a criatividade. Dissemos desde o início que a afirmação do BE era indispensável para transformar a esquerda. Esse horizonte socialista continua à nossa frente.

Atualmente, a ofensiva austeritária tem no governo um fiel executor e no ataque aos direitos e à Constituição os seus principais alvos. É nessa luta que juntaremos forças e construiremos uma alternativa de progresso, só materializável com um BE forte, exigente e de confiança.

1- GLOBALIZAÇÃO: O MUNDO PARA A ESPECULAÇÃO

1.1- Crises do capitalismo: não é defeito, é feito

O crash financeiro de 2007/2008 mostrou a primeira crise global. Em pouco tempo, a falência de um banco levou à queda de muitos outros; o crash financeiro nos EUA teve repercussões à escala mundial e réplicas fortes na Europa.

À crise da finança seguiu-se a económica e orçamental. No mundo da globalização, o capital não conhece fronteiras e tudo lhe foi facilitado. As décadas de desregulação dos mercados financeiros foram sintetizadas naqueles momentos: a economia de casino era um castelo de cartas.

1.2- Rapidamente e em força: socializar os prejuízos, salvar os bancos

Face à ruína eminente, o BCE e os Estados salvaram os bancos com dinheiro público. Entre 2008 e 2011 os Estados transferiram 1,6 biliões de euros para resgates bancários.

Os Estados endividaram-se e esgotaram verbas dos seus Orçamentos que deveriam ter sido utilizadas em políticas sociais e de desenvolvimento. Transformaram-se os prejuízos da finança em dívidas dos Estados e as responsabilidades de banqueiros, acionistas e especuladores em responsabilidades dos cidadãos. A crise não era dos povos, mas foi a estes que passaram a fatura.

O ataque às dívidas soberanas começou ainda durante os planos de salvamento dos bancos. A solidariedade europeia passou a austeridade. Dos PECs ao memorando da troika, condenaram os povos para salvar os bancos do centro da Europa e garantir que os seus balanços não fossem afetados por quaisquer incumprimentos da periferia. A soberania dos governos nacionais transformou-se em submissão.

1.3- O império não desarma

A disputa mundial continua a ter como base a defesa dos mercados, em especial dos mercados financeiros, a importância dos recursos naturais, originando a geoestratégia de domínio. O conceito estratégico da NATO é o novo modelo para a velha dominação. Nas mãos do império, os povos são sempre saqueados e utilizados como peças de xadrez num jogo de morte. O império tem sido o rastilho de extremismos e da criação de novas tensões.

Na Líbia, dizimada pela intervenção "humanitária" da NATO, temos um país desmembrado. O Iraque está novamente mergulhado na guerra, com o emergir do ISIS (o "Estado Islâmico") e da sua política de terror.

A resposta ao ISIS não pode ser uma nova promoção dos EUA enquanto polícia do mundo. Rejeitaremos qualquer intervenção internacional fora do quadro da ONU e sem a cooperação dos países vizinhos. E não nos calaremos perante o genocídio que acontece em Gaza, perpetrado por Israel e com o silêncio cúmplice de UE e EUA.

As fronteiras europeias estão também a ser alvo de disputa pelo império. Na Ucrânia, o choque entre o imperialismo americano e seus aliados da UE, e os interesses nacionalistas dos oligarcas russos colocou o país em guerra civil. A escolha não pode ser entre opressores, mas sim pela liberdade e pela soberania do povo ucraniano.

2- A EUROPA NA ERA DA AUSTERIDADE

1. 2.1- O saudosismo europeu

O processo de integração mundial levou a uma mudança da centralidade política do Atlântico para o Pacífico. O alinhamento da China com os EUA foi decisivo para superar a fase de queda vertiginosa da crise financeira, deixando claro o equívoco daqueles que lá veem um farol da construção do socialismo.

A perda de importância económica e política da Europa é uma das faces da crise existente, a outra é a dos programas de austeridade que levam a economia europeia à estagnação. A elite europeia quer aumentar a exploração para o regresso a um tempo que não existe. Os choques dos interesses nacionais e europeus estão a atingir novas proporções e a liderança alemã torna insustentável esta realidade.

Rejeitou-se a solidariedade, pregando a austeridade. As desigualdades entre os países do centro e os da periferia agravaram-se brutalmente. As pessoas pagam estas escolhas com as suas vidas, como prova o aumento brutal da pobreza.

2.2- A fuga em frente de Merkel: para os braços do império

O Tratado Transatlântico é a fuga em frente europeia, procurando criar um enorme mercado entre os dois lados do Atlântico. Este tratado procura a desregulação em setores fundamentais, desde o financeiro ao da produção alimentar, derrubando normas ambientais e de saúde pública.

É o caminho da submissão dos países aos interesses das multinacionais, dos tribunais internacionais de arbitragem que pairam sobre a soberania e as escolhas populares, e uma ofensiva contra os povos europeus e os direitos laborais, sociais e ambientais conquistados durante décadas. A sua derrota é um objetivo fundamental da esquerda europeia.

Mais uma vez é o exemplo das negociações nas costas dos povos: a cidadania não é convidada para a construção europeia porque as elites sabem que os povos não aceitariam a reversão de conquistas civilizacionais.

2. 2.3- O cartão vermelho à chantagem europeia

As últimas eleições europeias mostraram a rejeição deste projeto europeu. A Europa da finança não tem o aval popular. A desobediência à UE assumiu, primeiramente, a rejeição de participação nas eleições europeias. Depois, o apoio a programas políticos nacionalistas e antieuropeus. A ascensão da extrema-direita é uma marca deste novo tempo, com os seus programas de exclusão social e xenofobia.

Onde a esquerda foi forte e criou pólos de resistência, foi possível juntar forças e capitalizar o descontentamento contra a Europa da finança, sem escorregar para o nacionalismo, casos da Grécia e Espanha.

O BE teve uma boa candidatura às eleições europeias, que foi possível porque se consensualizou num processo participado e democrático. Apesar do resultado eleitoral estar longe do desejado, o BE juntou forças e os seus aderentes envolveram-se na campanha eleitoral. Isso deve ser valorizado.

2.4- Austeritarismo: *business as usual*, mas em tons de cinza velho

No período da troika o Programa de Governo passou a ser ditado por Frankfurt, Bruxelas e Washington. Agora, o pós-memorando é a manutenção de uma governação telecomandada pelos mesmos, avaliada a cada semestre, e a austeridade é mantida com o Tratado Orçamental.

A escolha conservadora é clara: ou a Constituição ou o T.O.. E, anunciam: sem este não haverá permanência na zona euro.

OBE rejeita o T.O. e exige que Portugal dele se desvincule. Para isso, o referendo é essencial, garantindo a força social necessária para romper com a austeridade e com as restrições europeias. A desobediência à Europa só é possível com um movimento popular de grande afirmação.

2.5- A saída do euro não é uma prioridade, lá estar não é um dogma

O euro não pode ser um calvário para os povos e não aceitaremos a imposição de austeridade em nome da permanência na zona euro.

A expulsão de um país da Zona Euro pode até ser

uma intenção de parte dos principais governos da UE, contudo têm muito a perder se a Z.E. se começar a desagregar. Assim, a força negocial de qualquer Estado da zona euro é real, devendo ser usada para rejeitar as políticas de austeridade.

Mesmo a ideia de um congelamento dos movimentos de capitais, possível ação europeia para penalizar um país que desobedeça, apresenta-se com um efeito boomerang que poderá rebentar nos próprios mercados.

A força desta posição é a de não colocar o centro do problema no euro, mas sim na falta de "euros" no bolso das pessoas, isto é, nas políticas de exploração. Até porque a austeridade também é aplicada em países com moeda própria, como a Inglaterra. É no alargamento da base social de contestação à austeridade que construímos a alternativa.

3- PORTUGAL: UM PAÍS NA ENCRUZILHADA

3.1- Não há duas sem três: a cada orçamento, um ataque à Constituição

O BE percebeu que a austeridade não era constitucional. Logo na discussão do OE para 2012, onde o governo propôs pela primeira vez cortar salários, o BE juntou forças para exigir a pronúncia do Tribunal Constitucional. A vitória foi clara: o TC declarou ilegais os cortes, ainda que os tenha permitido em 2012.

No ano seguinte, o Presidente da República foi obrigado a fazer um pedido de fiscalização sucessiva do OE 2013. PS e PCP, que não quiseram participar inicialmente, renderam-se à evidência: a Constituição estava sob ataque e a linha de defesa foi traçada no TC. O legado da luta do pós-25 de Abril é a garantia dos direitos no séc. XXI.

O centro do ataque da burguesia é à Constituição. A revisão constitucional é o ponto seguinte do plano da elite portuguesa. O BE deve esforçar-se para tornar central a luta contra essa revisão constitucional e pela defesa dos direitos, alargando a força e as convergências nessa luta.

As manifestações Que Se Lixe a Troika provaram

como é possível mobilizar milhões para a luta. Com essa aprendizagem e respeito, o BE deve acompanhar os movimentos sociais, cimentando a mobilização e a participação, juntando forças e criando uma maioria social em defesa dos direitos constitucionais.

3.2- Austeridade e dívida pública: crónica de um aumento anunciado

A entrada da troika ocorreu quando a dívida pública rondava os 94% do PIB. Três anos depois, supera os 134% do PIB.

A dívida pública é um negócio e uma arma de dominação. A saída é a reestruturação da dívida, só possível com a nacionalização da banca, garantindo a continuidade de funcionamento da economia, e a recalendarização dos pagamentos e consequente corte no stock e abatimento de juros.

A reestruturação da dívida é uma condição da libertação do país e não pode estar dependente das chantagens sobre o isolacionismo económico, da ameaça de saída do euro ou de um novo resgate. Esses são os argumentos da finança, para que os seus interesses não sejam beliscados.

O défice e a dívida serviram também como pressão sobre o poder local: extinção das freguesias, criação da lei dos compromissos, PAEL, FAM. O BE rejeita esta desvalorização do poder local.

3.3- O saque dos anéis

A devastação da economia levou à destruição de 440 000 postos de trabalho desde 2011, ao recuo do PIB a valores de 2000 e à emigração massiva de 330 pessoas por dia.

Este processo agudizou a desindustrialização do país. O tecido produtivo, já frágil, foi debilitado perdendo competências estratégicas. Impossibilitado de produzir, o país está refém de outros e menos sustentável. Para amparar a finança, o Estado tem sido devorado nas privatizações e a economia real sacrificada e parasitada por rendas garantidas para a oligarquia financeira.

O BE apresenta e reforça propostas para a regeneração da economia e dos setores produtivos, garantindo um desenvolvimento sustentável apontado ao pleno emprego com direitos, acabando com as rendas

parasitárias e com o drama da emigração de milhares de jovens. Esta nova orientação da economia garantirá a valorização das competências técnicas e o conhecimento e experiência adquiridos, bem como as qualificações educativas e profissionais dos jovens e a sua manutenção no país.

3.4- Interioricídio: um problema central

Os vários governos promoveram uma política concertada de desqualificação do interior e diminuição dos serviços públicos destas regiões: encerramento de fecho de tribunais, escolas, serviços de saúde, correios, caminhos-de-ferro e introdução de portagens.

Lutaremos por uma política de desenvolvimento que valorize o interior do país, repondo os transportes e serviços e públicos encerrados e garantindo a sua qualidade, mantendo os centros de conhecimento com o financiamento adequado, garantindo investimento público para a criação de emprego e promoção da agricultura.

O centralismo é uma doença do regime e tem no ataque ao interior o seu sintoma. A regionalização é uma exigência para romper esta camisa-de-forças e garantir mais Democracia, mais participação e escolhas mais próximas das pessoas.

3.5- Aprofundar as Autonomias Regionais

A austeridade atacou as autonomias regionais: alteração da Lei de Fin. Regionais, a tentativa de subtrair ao SNS os Serv. Reg. de Saúde, o fecho de serviços públicos da responsabilidade da República, a situação residual do serviço público de Rádio e Televisão.

Em breve a área marítima de soberania portuguesa será de 4 milhões de Km² com a extensão da Plataforma Continental. Mas, o que acontece pela existência das Regiões Autónomas, será delas alienado com as intenções de privatização do mar. Rejeitamos esse abuso e defendemos a participação ativa das Regiões Autónomas garantindo o respeito pela sua sustentabilidade ambiental, social e económica.

Contra o centralismo, defendemos o respeito pela autonomia na sua plenitude, a reposição da Lei de Finanças Regionais de 2012 e a manutenção do

conceito de Ultra-Periferias.

As eleições regionais serão fundamentais. Na luta pelo regresso ao parlamento madeirense e pelo aumento da representação no parlamento açoriano, afirmaremos a alternativa de esquerda em defesa das pessoas e no respeito pela autonomia regional.

3.6- BES - Os bancos espirram e as contas públicas engripam

A finança domina o país e utiliza o Estado como bombeiro quando o casino financeiro está em chamas. Todos os grandes bancos privados nacionais tiveram auxílio público: BPN, BPP, BCP, Banif, BPI e BES.

O descalabro do BES e a queda do "Dono Disto Tudo" Ricardo Salgado é um bom exemplo do gangsterismo financeiro e da sua promiscuidade junto do poder político. O pântano da finança mostra como é necessário retirar o controlo dos bancos das mãos dos banqueiros, proteger as pessoas das aplicações e produtos com risco impingidos indiscriminadamente e romper com a ideia que a regulação é a panaceia que resolve os problemas dos mercados. Precisamos de uma banca ao serviço da economia e do emprego e isso só é possível com o controlo público dos bancos.

3.7- Submarinos, PPP's, e eu sem nada ao fim do mês!

O ataque começou pela administração pública e logo a seguir aplicado aos trabalhadores do setor privado. A redução do valor do trabalho, o ataque à contratação coletiva, a precarização, a eternização dos contratos a termo ou a facilitação dos despedimentos é um sonho antigo do capital e procura a mercantilização das relações laborais. Com a taxa de desemprego acima dos 10% durante a próxima década, cria-se um desemprego estrutural insustentável e a pressão permanente para redução de direitos.

A organização dos trabalhadores terá de se ajustar a esta nova realidade para a qual o BE tem de contribuir. É preciso vencer a ditadura que existe nas empresas, a perseguição aos sindicalistas e o medo sobre os trabalhadores.

Enfrentar a ditadura patronal e a subserviência da

UGT implica uma nova agenda laboral centrada no valor do trabalho e na democracia:

- Reforma laboral pelo emprego, combate à precariedade e uma remuneração mais justa:
 - fim da desigualdade salarial de entre homens e mulheres;
 - horário de trabalho de 35h/semana;
 - fim do banco de horas;
 - valorizar o trabalho suplementar e limitar a duração;
 - efetividade após um ano de contrato;
 - proibir a subcontratação para postos de trabalho permanentes;
 - revogação do Código de Trabalho, principalmente em matérias de despedimentos individuais e coletivos.
- Lutar por uma maior participação dos trabalhadores na definição de políticas laborais:
 - acordos laborais votados obrigatoriamente por todos os trabalhadores;
 - quota de representantes sindicais, por inerência, nas equipas da inspeção laboral;

É na escala europeia que os trabalhadores também devem pensar e se organizar. A criação de uma resposta sindical europeia é uma urgência.

3.8- O estado crítico do Estado Social

Ao colocar em causa o SNS, a Escola Pública e a Segurança Social, o governo coloca em causa a própria Constituição.

Ao abrir a escola pública a privados, reduzir a qualidade do ensino atirando alunos para mega-grupamentos e turmas sobrelotadas, encerrar escolas e despedir professores, é a Escola Pública que está em causa. Ao fechar hospitais, arrastar as listas de espera por consultas, agonizar doentes com horas

à espera nas urgências, desmotivar profissionais de saúde, descontinuar valências, é o SNS que fica em risco. Ao perdoar impostos aos grandes grupos económicos, promover a precariedade, manter um desemprego brutalmente elevado, empobrecer o país e privatizar o sistema de pensões, é a subsistência da Segurança Social que é atacada. Ao cortar pensões e reduzir rendimentos de quem descontou uma vida inteira é o contrato de confiança com estas pessoas que é rasgado.

O BE levantará energicamente as bandeiras de defesa do Estado Social, de uma verdadeira Solidariedade Social, da Escola Pública de excelência e de um SNS que garanta serviços de saúde de qualidade para todos. Será dada atenção à organização e mobilização dos aderentes para isso. O Estado Social é a garantia de uma vida digna e de uma sociedade solidária, com vocação redistributiva.

3.9- Quando o conservadorismo nos bate à porta

A agenda conservadora de uma vida "dentro das possibilidades" está a ser imposta na Europa. Marca o ritmo com um programa claro de empobrecimento, a criação de um Estado assistencialista e o preconceito social. O "pobrezinhos, mas honrados" retira dignidade às pessoas e atenta contra os seus direitos mais básicos.

A outra face da agenda conservadora é o ataque aos direitos e às liberdades. As manifestações contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo em França, a criminalização da pobreza na Hungria, a perseguição a imigrantes, a tentativa de referendar a adoção e coadoção por casais do mesmo sexo ou o adiamento da lei sobre a maternidade de substituição em Portugal são disso exemplo.

A extrema-direita não tem o monopólio da perseguição xenófoba, assumida por governos conservadores e social-liberais, como o de Hollande. Exigimos a revogação da Diretiva Europeia do Retorno e a regularização dos mais 5 milhões de imigrantes indocumentados, sujeitos à mais feroz exploração. A proliferação do trabalho forçado, do tráfico humano e da escravatura em pleno século XXI é um novo paradigma de "vale tudo" para obter o lucro máximo que o Bloco combate, em nome dos direitos e da dignidade humana.

O BE luta pelo fim de todas as formas de discriminação e de violência de género. A proibição da adoção por casais do mesmo sexo deve ser revertida. Não deixaremos que ninguém seja afastado da parentalidade pelo preconceito de outros. Não aceitamos o crescimento dos homicídios, violações e agressões com a marca de crimes de género.

A igualdade e o respeito pelos direitos das mulheres é urgente, combatendo pela garantia do direito à maternidade livre de pressões patronais. Vendo os lugares de topo das organizações vemos o que também falta percorrer para se vencer a discriminação de género. Essa é uma prioridade para o BE.

Por outro lado, a pressão ideológica do conservadorismo não nos impedirá de insistir numa agenda anti-racista, anti-homofóbica, anti-machista e anti-conservadora, e em políticas progressistas sobre consumo de drogas leves ou das condições de dignidade do final da vida humana, o que em condições verificadas pode levar à legalização da eutanásia.

3.10- Contra o mofo do sistema, pelo ar limpo de uma democracia plena

O nó institucional foi completamente visível na crise do verão de 2013, onde face à eminente queda do governo, Cavaco colou os cacos e pôs o PS na fotografia de família.

O diagnóstico é o do pântano do sistema dos negócios entre público e privado, do Estado refém dos grandes interesses económicos, do governo sem palavra, do sistema sem compromisso com os cidadãos.

Temos de romper esta barreira com uma crítica radical ao sistema instalado. É essencial valorizar e envolver a cidadania na construção das nossas propostas e programas, resgatando a cidadania. Mas, também, ter um papel ativo na requalificação da democracia, combatendo a corrupção e propondo poderes efetivos de participação e fiscalização aos cidadãos.

O BE rejeita a redução do número de deputados e a criação de círculos uninominais. É um ataque à democracia, ao pluralismo democrático, à participação e à paridade de género. Rejeitamos maiorias de secretaria.

O BE provará que "não são todos iguais", apresentando um programa de choque com a "política instalada", assegurando o protagonismo popular e cidadão. Proporá:

- Redução em metade da despesa pública com campanhas eleitorais e partidos;
- Exclusividade de funções dos deputados da AR, do PE e das ALR;
- Reforço da cidadania:
 - Garantia da iniciativa legislativa ou de fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade por cidadãos pelo mesmo n.º de eleitores necessários para constituir um partido, 7500;
 - Introdução do "Recall Election", permitindo a revogação de mandato representativo por voto popular;
 - Possibilitar listas de cidadãos para AR, PE e ALR.
- Respeito pela paridade de género 50/50 para todas as listas, partidárias ou de cidadãos;
- Alargamento do sufrágio aos imigrantes e a maiores de 16 anos;
- Extensão do regime de limitação de mandatos;

4- OUTRA VEZ BLOCO

4.1- Recuperar o Bloco, resgatar a confiança

O BE perdeu parte da confiança popular que tinha. As últimas presidenciais foram o início desse processo. Percebe-se que foi indevido o apoio a Manuel Alegre. Quando ele apoiou o OE 2011 colocou o BE indiretamente a apoiar Sócrates. A moção de censura a brincar, em que se pediu à direita para que não derrubasse o governo, foi o segundo momento que levou à perda da confiança.

A linha política incoerente e errática afastou muitas pessoas do BE. Muitos que votaram em nós porque dávamos combate às injustiças e à austeridade, não voltaram a votar. E ainda não conseguimos ganhar a

confiança perdida.

A direção foi titubeante em matérias fundamentais que tinham sido o eixo da discussão na Convenção. Sobre o "Governo de Esquerda" o BE bateu a todas as portas, incluindo à do PS, "sem condições", depois deste ter assinado o T.O.. Sobre o Euro a percepção popular é a de que o BE deu o dito pelo não dito.

A promessa inicial do BE foi a de "nada esperar do PS e não ficar à espera do PCP". A transformação passava pelo BE e dava-lhe a identidade mobilizadora de quem quer juntar forças para vencer o centrão e mudar o panorama político. Essa é a identidade que temos de recuperar!

4.2- Confusão ou desnorte: a política de alianças é o que move a estratégia?

O BE tem que voltar a ter um programa e um caminho próprio. Começar a discussão com a pergunta 'Com quem fazemos alianças?' é abdicar da nossa identidade. Discutir apenas alianças é a escolha de quem já não acredita neste movimento.

O BE deve ter um projeto apontado ao socialismo e inconformado com o rotativismo e a alternância sem alternativa. Mais do que discutirmos alianças temos que discutir linha política para juntar forças.

A nossa política de alianças não pode ser na base da soma de partidos, mas sim no desafio à cidadania e aos que já deixaram de acreditar na política. Só rompendo com os taticismos do jogo partidário conseguiremos recuperar a confiança.

4.3- O sistema partidário realmente existente

A ideia de que existirá um bloco central após as próximas eleições legislativas é um voluntarismo de análise e o abraço do urso sobre a esquerda. Culpa a esquerda pelas escolhas do PS e retira força à vontade transformadora à esquerda.

O PS escolheu livremente o caminho do T.O., da mesma forma que no passado escolheu os PECs e os pacotes de privatizações. O movimento 3D ou o Livre apresentam, no entanto, como projeto a governabilidade com o PS a liderar.

Não obstante o apoio popular ao PS por parte de alguns setores da esquerda com quem devemos

dialogar, é errado desejar que o BE possa adornar um governo *à la Hollande*.

A disponibilidade unitária do PCP é de registar, apesar de se esgotar na CDU. Além disso, há diferenças relevantes entre o BE e o PCP na política e na ideologia. No relacionamento com os movimentos sociais e com as esquerdas, o BE assume a vontade de convergir e aprofundar laços, sem dirigismos ou correias de pensamento. Não branqueamos nenhum regime opressivo, nem absolvemos o regime chinês de exploração, censura e ditadura. Não obstante, há pontes importantes nas lutas contra a austeridade que devem ser reforçadas.

4.4- O Essencial

O T.O. é a barreira entre os que são submissos à ditadura da finança e os que colocam as pessoas no centro da política. Mas não esgota o programa de governação com que a esquerda anticapitalista deve abordar as eleições legislativas.

O BE construirá um programa alternativo de governo que dê resposta às necessidades populares e altere a relação de forças. O caminho é claro:

- a) Desvinculação imediata do T.O.;
- b) Reestruturação da dívida pública rejeitando a dívida ilegítima, nacionalização do setor bancário para uma política de defesa da economia e criação de emprego e desobediência à austeridade europeia;
- c) Nacionalização dos bens comuns privatizados, garantindo o poder público dos setores estratégicos contra a globalização e o combate às rendas parasitárias, criando uma economia para o pleno emprego com direitos;
- d) Reforma fiscal que tribute o capital e que seja um fator de redistribuição de riqueza, baixando os impostos sobre quem vive do seu trabalho;
- e) Defesa da água pública, dos serviços públicos de saúde, educação e proteção social.
- f) Legislação laboral que aumente os níveis salariais e o emprego com direitos;

- g) Criminalização do enriquecimento ilícito de altos cargos do Estado, combate efetivo à corrupção e aos conflitos de interesse, garantindo que os interesses públicos deixem de ser reféns de interesses privados;
- h) Saída de Portugal da NATO, lutando pelo fim dos blocos militares para uma política de paz e democracia.

4.5 - Novo modelo de desenvolvimento: ecossocialismo ou barbárie

O ataque desenfreado aos recursos naturais e a consequente destruição ambiental são condições da existência do capitalismo. Por causa dessa voragem, a crise ecológica afeta a vida de uma larga maioria da população e coloca em risco ecossistemas completos.

Em Portugal, as garras do capital afiaram-se para a privatização do mar e a facilitação para a apropriação privada dos recursos naturais. O novo impulso para a extração mineira e o prenúncio da introdução do *fracking* são provas de um país a saque.

Rejeitamos este caminho, exigindo um planeamento urbanístico livre dos interesses especuladores e a reconversão de todo o modelo produtivo, combatendo o desperdício e orientando-o para a reutilização de bens, com primazia à utilização de energia renovável.

É preciso também defender e reforçar os direitos dos animais, desenvolvendo um novo conceito jurídico e criando uma sociedade para o séc. XXI onde o sofrimento animal não seja entretenimento e o abandono e os maus tratos não sejam tolerados.

4.6- Democratizar e organizar para crescer

O BE tem de dar novos passos para mais democracia interna, garantindo direitos iguais a todos os aderentes e que o BE nunca fique refém de tendências ou correntes.

Têm permanecido práticas dirigistas e centralizadoras, tal como um défice de envolvimento dos aderentes. Muitas vezes sabe-se mais pelos jornais do que pelo BE. É inaceitável, é preciso respeito pelos aderentes e pelos órgãos locais.

A experiência de coordenação com dois rostos,

um modelo possível entre outros, não provou na aceitação popular. Parece ser mais adequado seguir referências como o Syriza ou o PEE. Apresentaremos o modelo de uma pessoa na coordenação, sendo indicado para esta tarefa o primeiro nome da lista à MN.

Na II Conf. Nac. de Organização fizemos avanços nos quais nos empenharemos. Mas, é preciso ir mais além na nossa construção democrática:

- a) **Proporcionalidade na Comissão Política:** Deve ser respeitada na composição da CP a proporcionalidade dos resultados de cada Moção na Convenção.
- b) **Paridade a 50% nas listas à MN e CP:** Defenderemos a obrigatoriedade de paridade total na MN e CP.
- c) **Recuperação do espaço jovem do BE:** Potenciar a participação dos jovens no BE eliminando a segregação entre estudantes e não estudantes, fomentando o seu envolvimento nas estruturas e impulsionando a sua criatividade e sentido crítico.
- d) **Mais força às Assembleias Distritais de Aderentes:** Direito de recurso das Assembleias Distritais da decisão da MN sobre as listas de candidatos às eleições legislativas.
- e) **Mais força aos aderentes:** Todas as Assembleias devem poder ser convocadas por 10% dos aderentes, com um mínimo de 15 aderentes.
- f) **Referendos internos:** A MN terá poder para convocar referendos internos. Esse direito também é dos aderentes, quando representem pelo menos 10% do universo total de aderentes. Até que seja realizada a atualização de cadernos, 500 aderentes têm poder para convocar referendos internos.
- g) **Referendo para a definição do apoio nas presidenciais:** Todos os aderentes devem ser chamados a opinar sobre o apoio partidário nas presidenciais.
- h) **Atualização periódica dos cadernos**

eleitorais: A cada 5 anos será realizada uma atualização dos cadernos, procedendo ao contacto de aderentes que se tenham afastado, tentando recuperar laços e revogando o vínculo daqueles que assim o desejem.

- i) **Mais informação:** Serão realizadas e disponibilizadas aos e às aderentes minutas das reuniões da CP. A MN deve realizar reuniões por todo o BE para discussão dos documentos aprovados em cada reunião.
- j) **Mais envolvimento:** criaremos mecanismos de troca de informação entre a ação parlamentar, autárquica e setorial do BE, potenciando a ação em cada um destes espaços e o envolvimento dos e das aderentes.



REINVENTAR O BLOCO

(os pontos novos ou com alterações estão **SUBLINHADOS**)

PROMOTORES

Vila Real - Carlos Ermida Santos, 7126

Viseu - Daniela Fernandes, 6770

Braga - Luís Ribeiro, 3457

Porto - Marta Calejo, 5274

Porto - Nuno Moniz, 4327

Aveiro - Pedro Rodrigues

Coimbra - Irina Castro, 6797

Leiria - Alex Gomes, 2803

Lisboa - Lídia Fernandes, 425

Lisboa - João Carlos Louçã, 240

Setúbal - Emília Gomes

Évora - José Viana

Alemanha - Catarina Príncipe, 3418

Brasil - Rodrigo Rivera, 3451

Açores - Néilson Fraga, 1168

Propostas recusadas de alteração à Moção Reinventar o Bloco

PROPOSTA DE LUÍS FILIPE PIRES, PONTO 6.

Substituir o 7.º item "...reestruturar a dívida pública..." por: Suspende os pagamentos da dívida, através duma moratória unilateral, para impor uma reestruturação profunda da dívida, expurgando a sua componente ilegítima, alargando maturidades, baixando juros e cortando no principal, libertando assim recursos para o financiamento da economia e do Estado Social.

Recusada.

Justificação:

Sendo a renegociação da dívida um processo político que exige uma contínua acumulação de forças, não é claro que se deva rejeitar à partida a tentativa duma via negocial, sem nunca tirar de cima da mesa a utilização do instrumento que é a moratória unilateral.

PROPOSTA DE LUÍS FILIPE PIRES, PONTO 6.

Substituir o item, onde está: "Estabelecer o controlo público da banca intervencionada pelo Estado como instrumento para garantir..."

Por:

Nacionalizar a banca, sob controlo dos trabalhadores como instrumento para financiar a economia, garantindo nomeadamente o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas responsáveis pela criação de emprego.

Recusada.

Justificação: A nacionalização da banca por si só não garante que esta é colocada ao serviço do bem comum, veja-se o caso do BPN e BPP. O controlo dos trabalhadores da banca garante certamente os seus interesses mas não necessariamente os de financiamento da economia. O fundamental é o controlo público que garanta o financiamento de quem cria emprego.

PROPOSTA LUÍS FILIPE PIRES

ADENDA AO PONTO 7.

7.5 A unidade das lutas económicas e sociais e de todos os activistas que combatem o capitalismo tem que ter também expressão ao nível da superestrutura política, para disputar a maioria no país.

Nós não desistimos de nada nem esperamos por ninguém, mas somos os que estamos conscientes, em todos os momentos, que só juntando forças, podemos vencer e que a unidade, com base em princípios, certamente, é uma necessidade objectiva dos trabalhadores e do povo para construir uma solução alternativa. O argumento de que "outros" não querem é por isso irrelevante para a nossa atitude. Propomos por isso, tomar a iniciativa e contribuir activamente para construir uma grande Convergência de Esquerda, cuja perspectiva de vitória dê ânimo a todos os que procuram uma alternativa de mudança e querem combater o sistema capitalista.

Esta Frente de Esquerda deverá elaborar um Programa Comum e incluir todos aqueles que estão:

- por uma política para o Desenvolvimento Sustentado e o Emprego;
- contra a austeridade e pela renúncia do Tratado Orçamental;
- contra as regras da União Económica e Monetária;
- Pela devolução aos trabalhadores e reformados dos cortes nos salários e pensões,
- Pela reposição de todas as conquistas sociais obtidas com a Revolução de Abril de 1974

... Essa Convergência deverá incluir todas as forças de esquerda, organizações, movimentos sociais, activistas, que desejem e entendam unir esforços numa Frente de Esquerda Anti-capitalista, que dispute a maioria do país na rua e nas eleições legislativas e presidenciais, para acabar com o "vira-o-disco-e-toca-o-mesmo" das sucessivas alternâncias em que quase nada muda, criando um terceiro grande pólo alternativo ao PS, que se rendeu ao social-liberalismo, e à direita tradicional (PSD-CDS).

Recusada

Justificação: A perspectiva unitária com pressupostos programáticos fundamentais é desenvolvida pelo conjunto do texto. A redundância não ajuda à clarificação de uma necessidade muito para além dos momentos eleitorais.

REINVENTAR O BLOCO

1. VENCER A CRISE É DERROTAR O CAPITALISMO

1.1. A presente crise é uma crise das políticas liberais desenhadas para defender as

taxas de lucro. Foram os processos de privatização e desregulação do setor financeiro,

realizados ao longo das últimas décadas, que a despoletaram. O endividamento dos Estados para resgatar bancos e instituições financeiras fez disparar as dívidas públicas dos países, provocando um aumento exponencial das taxas de juro e da dívida.

1.2. A resposta dominante não foi pôr em causa o pagamento da dívida e o funcionamento do sistema financeiro e económico mas sim realizar "reformas estruturais" que consistem na fragilização dos direitos sociais, dos vínculos laborais e na degradação e privatização dos serviços públicos. Ou seja, a política neoliberal continuou a transferir poderes (políticos e económicos) para a finança, caminho determinado pela promiscuidade entre empresários e empresas e alguns governantes ou ex-governantes, o que resulta num sequestro da própria democracia por parte de uma mafia manipuladora.

1.3. Esta crise é, sobretudo, uma crise do sistema económico que revela a capacidade do capitalismo de destruir o mundo que conhecemos em nome da acumulação de capital. Assim, socialismo ou barbárie é cada vez mais a escolha que temos pela frente. Hoje, a barbárie não é apenas uma previsão longínqua, mas o retrocesso civilizacional que nos traz não só a agudização do conflito capital-trabalho como também a do conflito capital-vida, no qual os riscos dos mercados são socializados ao mesmo tempo que os bens comuns (saúde, educação, água...) necessários a uma vida digna, estão a ser privatizados.

1.4. A legitimação da privatização dos cuidados e da disputa sobre recursos precisa de bodes expiatórios. Está criado o caldo perfeito para o populismo, para o racismo e a xenofobia, e para visões conservadoras e fascisantes sobre as mulheres e formas de viver os afetos e a sexualidade que não se encaixem nos padrões heteronormativos tradicionais.

1.5. Face a estes desafios, **a esquerda terá de se reinventar** a si e aos seus compromissos, aos critérios para todas as unidades necessárias, o que significa construir simultaneamente práticas de democracia radical e um programa socialista para resistir, para ganhar uma maioria social, para responder a todas as crises sem ambiguidades.

1.6. Para essa finalidade, **o processo de construção vale tanto como o próprio programa.** Daí que a ética revolucionária da decisão coletiva, sem privilégios e sem burocracias, sem hierarquias que remetem uns para posições hegemónicas e outrxs para a passividade de uma participação amputada de sentido e a igualdade radical da distribuição, não possam ser metidas na gaveta. Daí que todas as lutas pela emancipação e dignidade humana tenham de estar em primeiro plano, que os direitos das minorias tenham de valer tanto como os das maiorias.

Assim, vencer a crise é derrotar o capitalismo. E só será pragmático o socialismo que saiba ser programático, que trabalhar hoje para uma sociedade livre, de produtores livres, instituições controladas democraticamente, associação de Estados que respeitem a vontade popular e a soberania, direitos humanos universais, um conhecimento público e investimentos que respeitem a biodiversidade.

2. CRESCIMENTO OU JUSTIÇA SOCIAL

2.1. Porque o produtivismo é um dos elementos que conduz à barbárie, **um programa socialista não pode cair na facilidade de responder de forma acrítica a uma ideia de crescimento económico.** Demasiadas vezes, demasiados economistas comprometidos com a esquerda, utilizam os indicadores de crescimento sem questionarem os modelos que lhes estão subjacentes. E, quase sempre, esses indicadores são os mesmos da economia liberal, de uma conceção do mundo em que o desenvolvimento é medido pelo PIB ou níveis de consumo, pelo dinamismo de mercados ou pelo balanço das trocas comerciais, pelas taxas de emprego e de desemprego sem atender ao tipo de empregos criados.

2.2. **O crescimento não é bom ou mau por si só**, ele pode ou não respeitar o ambiente, pode ou não promover o bem viver, pode ou não significar capacidade futura para construir sociedades mais justas, ele pode ou não significar redistribuição de rendimentos, ele pode até não querer dizer maior produção de riqueza.

Situando-se além do mito do crescimento, a esquerda precisa de abraçar como uma prioridade a inversão do caminho do produtivismo predador do ambiente. Porque só uma economia baseada na valorização do trabalho, na capacidade criativa, na redistribuição da riqueza, nos direitos sociais e na justiça ambiental, pode ser um instrumento contra a crise.

3. DITADURA FINANCEIRA OU DESOBEDIÊNCIA DEMOCRÁTICA EUROPEIA

3.1. **A União Europeia desenhou-se como um projeto de integração dos mercados sob a ditadura do poder financeiro, sem convergência social ou verdadeira unidade.**

3.2. **A crise económica veio não só revelar a fratura exposta entre economias centrais e periféricas como acelerar o desmantelamento do modelo social europeu.** Uma Europa que era tanto uma ilha de direitos sociais como as fronteiras que a cercam. A esquerda não pode esquecer nunca que o outro lado do sonho europeu sempre foi Lampedusa e as mortes no Mediterrâneo, o Frontex e as políticas securitárias.

3.3. Por outro lado, não só os países periféricos são hoje mais pobres, como também **entre os países da Europa Central o equilíbrio de forças alterou-se com um poder da burguesia alemã cada vez mais ostensivo.**

3.4. **Esta Europa em crise dentro da crise ocupa um lugar subalterno face aos Estados Unidos e às suas estratégias mundiais.** O impasse das Primaveras Árabes deu lugar a um crescimento do extremismo religioso que abre possibilidades de novas cruzadas americanas. Os tambores da guerra ecoam, aumentando a islamofobia e xenofobia no

espaço europeu.

3.5. Aliás, também na Europa, **à desagregação do projeto europeu e à ausência de um projeto mobilizador alternativo à esquerda, respondem fenómenos extremistas como o crescimento dos fascismos e dos populismos** os quais, junto com a guerra na Ucrânia, ameaçam reconfigurar mais uma vez o mapa político europeu.

3.6. À consciência de que ditadura financeira transnacional nos rouba democracia deve somar-se a ideia de que **a própria adesão à União Europeia significou um agravamento da dependência e uma restrição das escolhas políticas de Portugal** e dos demais países com economias mais frágeis.

3.7. A questão da moeda europeia deve ser pensada no âmbito destes desequilíbrios estruturais europeus, das consequências políticas de uma renegociação da dívida de acordo com as necessidades do devedor e das limitações à democracia. **O euro é a arquitetura financeira desta Europa colonial que atira para a pobreza a grande maioria das pessoas que nela vivem** ao mesmo tempo que garante a acumulação de lucros aos grandes grupos económicos.

3.8. **À esquerda, o debate sobre o euro tem avançado para a construção de uma síntese agregadora.** De uma lógica estigmatizadora de oposição simples entre saída/permanência, em que a permanência significava a necessidade de uma reforma profunda das instituições europeias e a saída era o modo de escapar ao colete-de-forças do BCE e de promover uma desvalorização cambial que relançasse a economia interna, passou-se a outra fase. Apesar de se manterem diferenças significativas de avaliação de uma saída do euro, estabelecem-se pontes de diálogo importantes. Quer sejamos expulsos se fizermos o que será indispensável fazer ou tenhamos de sair a prazo se as atuais condições asfixiantes se mantiverem, quer queiramos sair imediatamente para fazer o que seja indispensável fazer, **há um debate fundamental para a esquerda: como impedir que a possibilidade da saída do euro se transforme num pesadelo dominado pela burguesia**, como fazê-lo da melhor maneira de acordo com os interesses do povo e com a manutenção da vontade de construção de caminhos comuns com os povos europeus, nomeadamente os dos países periféricos.

No campo interno, a permanência no euro não pode ser uma chantagem para justificar a destruição dos serviços públicos e da capacidade produtiva do país. A dívida não pode ser um garrote às escolhas que temos pela frente. Renegociar os prazos de pagamento e os juros, depois de a expurgar da sua componente ilegítima, é a condição para um caminho de justiça económica e de respeito essencial pela democracia. Para além disto, a esquerda não pode abandonar o internacionalismo onde ganha sentido. É necessária a desobediência democrática que responda à subalternização do povo bem como a solidariedade entre os povos dos países do sul que responda à desigualdade. Neste sentido, a defesa das conquistas e avanços civilizacionais que estão na base do Modelo Social Europeu, constitui um elemento chave da solidariedade à escala europeia.

4. TRATADOS PELA AUSTERIDADE E PELA PRIVATIZAÇÃO

4.1. **Com o ciclo vicioso da austeridade permanente inscrito nos Tratados europeus, a desobediência é condição essencial** para Portugal poder retomar um caminho soberano em que as escolhas da sua população estejam no centro das políticas económicas, das opções fiscais, do bem-estar e da justiça social.

4.2. **Esta desobediência deve estender-se ao TTIP** que já paira sobre a Europa como um espectro. Na ânsia de acumular dividendos, prepara-se em segredo um tratado com os EUA que inviabilizará políticas progressistas, nivelará os direitos sociais por baixo, privatizará o que resta do Estado social e colocará a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as multinacionais podem recorrer sempre que entenderem que há uma decisão política que as prejudica.

4.3. Acresce que **as medidas de precaução instauradas na Europa sobre a produção e comercialização de alimentos transgénicos não são acompanhadas pelo quadro legislativo norte-americano**. Este será provavelmente hegemónico na liberalização absoluta deste tipo de produtos sem a necessária informação ao consumidor e muito menos mecanismos de controlo público às empresas produtoras da agro-indústria.

*Se o combate aos tratados austeritários tem de ser uma das prioridades da esquerda, hoje soma-se-lhe o **TTIP que é provavelmente o maior ataque à democracia e à soberania dos povos**. Contra o secretismo dos bastidores e a inevitabilidades das relações de forças internacionais, só uma enorme mobilização europeia e norte-americana poderá conter este projeto irresponsável.*

5. VIRAR O PAÍS DO EMPOBRECIMENTO DE PERNAS PARA O AR

5.1. Apesar do ataque aos direitos laborais e a "flexibilização" terem sido iniciados por governos do PS, a crise financeira e a política da troika encontraram-se com a vontade incendiária da coligação de direita em ir mais além na austeridade. **Conhecemos assim o maior ataque de décadas aos direitos** do trabalho, à educação, saúde e segurança social, assim como à alienação de estruturas fundamentais a nível social e económico.

5.2. A coberto da crise, **deu-se o maior processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital da história recente do país** e instalou-se uma situação de desemprego massivo e de precariedade generalizada, que atinge hoje cerca de um terço da força de trabalho, mais de metade na população jovem e que expulsa para a emigração parte significativa da população. Por outro lado, a austeridade foi pretexto para incutir uma visão moralizadora do trabalho, presente em grande parte nas medidas de protecção social, visando minorizar quem está em situação de desemprego ou pobreza, e disciplinar força de trabalho.

5.3. **Os donos de Portugal, empreendedores da subsidi dependência e promotores da modernização conservadora, lucram com a crise** como antes tinham, na sequência da adesão à União Europeia, beneficiado do desmantelamento de sectores de produção essenciais, do abate da frota pesqueira do país, da redução dos apoios à agricultura através da PAC, do agravamento das assimetrias entre o Litoral e o Interior, "em favor" de uma terceirização da economia concentrada nos

grandes centros urbanos.

Torna-se essencial pensar um modelo económico alternativo, uma industrialização que conjugue modelos de organização da produção mais justos social e ecologicamente. A esquerda deve, portanto, assumir o compromisso de defender um programa socialista para virar o país do empobrecimento ao contrário e para semear a esperança, assim como o objetivo estratégico de inverter a relação de forças entre trabalho e capital.

6. UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA SEMEAR A ESPERANÇA

O BE apresenta como tarefas imediatas:

- referendar o Tratado Orçamental com o objetivo de restaurar a democracia nas escolhas europeias;
- renegociar os tratados europeus que configurem a dependência de Portugal de instituições e poderes não eleitos democraticamente;
- promover a mobilização internacional contra o TTIP e um referendo no país e, se este for bloqueado, um amplo processo de consulta pública cidadã;
- sair da NATO e acabar com as missões militares portuguesas;
- acabar com o Frontex e todos os mecanismos de vigilância sobre xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;
- regularizar xs imigrantes, promover o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos, sociais, culturais, económicos;
- reestruturar a dívida pública com o expurgo da sua componente ilegítima, alongando maturidades, baixando juros e cortando no principal;
- exercer o direito constitucional de resistência a todas as medidas que configurem um ataque a direitos fundamentais, nomeadamente às das camadas da população mais fragilizadas;
- devolver os cortes nos salários da função pública e dos pensionistas;
- nacionalizar o essencial: energia, água, saúde, educação, transportes e respetivas infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos e a grande distribuição de bens essenciais;
- estabelecer o controlo público da banca intervencionada pelo Estado como instrumento para

garantir o acesso a crédito para pequenas e médias empresas responsáveis pela criação de emprego;

- planear uma política de industrialização que garanta o equilíbrio ambiental, corresponda a necessidades sociais e favoreça alternativas energéticas ao padrão dos combustíveis fósseis;
- realizar uma reforma fiscal com controlo dos capitais;
- diminuir a carga fiscal nos rendimentos do trabalho;
- diminuir o IVA nos bens de primeira necessidade;
- aumentar imediatamente o salário mínimo para 550€ com retroativos desde Maio de 2014 e para 700€ em 2016;
- estabelecer um programa de emergência para combater o desemprego, combatendo a lógica da condicionalidade presente em medidas de protecção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- defender a contratação coletiva
- dinamizar um programa de reabilitação urbana centrado nas pessoas, que combata a gentrificação e a especulação imobiliária;
- apresentar medidas para combater a desertificação do interior garantindo investimento e criação de emprego;
- regionalização para estabelecer entidades regionais eleitas diretamente e com controlo dos fundos comunitários, adequando a sua utilização às necessidades de desenvolvimento das regiões com transparência.

7. JUNTAR FORÇAS NÃO É UM EXERCÍCIO IMPOSSÍVEL

7.1. Este programa é só um começo para continuar o combate. Um programa é um compromisso, não é uma declaração de autossuficiência. Um programa é um mapa de encontros possíveis e necessários para fazer a política mudar de bases. Por isso, o debate sobre alianças não pode ser reduzido a uma questão de tudo ou nada, nem limitado à discussão da sua forma governamental.

7.2. Juntar forças não deve ser reduzido a uma arma eleitoral, não se pode esgotar apenas nos

apelos mediáticos ou declarações de intenções, deve ser um esforço permanente e multiforme para nos encontrarmos em pontos diferentes, com pessoas diferentes, por períodos diferentes.

7.3. Assim, **o BE trabalhará para estabelecer alianças de geografia variável e de temporalidades diversas.** Torna-se urgente hoje a criação de uma frente social anti-austeridade e contra a destruição de serviços públicos.

7.4. Nesta discussão, **o BE precisa de se afastar do fetiche silencioso do PS**, consciente que uma aliança de governo exige condições programáticas que nenhum dos dois partidos pode resolver: o PS realmente existente tem um projeto social-liberal que não se enquadra com o do Bloco. O que não quer dizer que não se devam desdenhar convergências pontuais ou mobilizações conjuntas.

8. PARTIDO DAS SOLIDARIEDADES

8.1. O debate sobre alianças não é um debate sobre arranjos ou o encaixe de organizações. **A aliança fundamental do Bloco é a aliança da solidariedade ativa e transformadora** que faz a diferença concreta na vida de cada um e cada uma, a aliança com quem promove a transformação da subjetividade humana, com as dos setores e estratos sociais mais afastados pela política.

8.2. **O BE necessita de recuperar os espaços políticos** dxs jovens sem futuro, dxs que emigram e dxs que, por cá, vão sobrevivendo, desempregadx, precárixs, reformadxs, e de todxs que, pelas dificuldades do quotidiano e falta de esperança, deixaram de se poder empenhar na construção de projetos coletivos.

8.3. Perante a dificuldade de alcançar os sectores desfavorecidos da sociedade, devemos **avançar no esforço da construção da auto-organização**, através da criação de coletivos capazes de organizar respostas às mais básicas necessidades. Este é o coração do Bloco como partido das solidariedades.

8.4. **Estes coletivos devem focar-se nas áreas**

mais atingidas pelos ataques. Onde centros médicos fecharam, dar atenção médica a todxs, independentemente do seu rendimento, género, etnicidade, sejam legais ou consideradas "ilegais"; organizar coletivos agrícolas, que estabeleçam mercados de comida sem intermediários; coletivos culturais, capazes de mostrar outras realidades e levantar debate sobre a sociedade; criar redes que permitam impedir despejos; estreitar a relação com associações e comissões de moradores.

8.5. Construir o Bloco como partido das solidariedades será um caminho demasiado ousado e inovador? Quer a estratégia de acumulação de forças do Syriza, quer a mobilização que tornou o Podemos um fenómeno político incomparável, têm como suporte um trabalho de base assente numa estratégia de apoio à auto-organização e de militância extremamente ativa e participativa nos movimentos sociais, sem controlo e manipulação.

8.6. É nessa **solidariedade e na militância numa relação horizontal e de confiança com os ativistas no campo social**, que se pode construir a unidade de lutas contra o sistema capitalista. Sem glorificar modelos, é preciso aprender como enraizar um projeto capaz de construir uma maioria social, tendo em conta as condições da situação portuguesa.

8.7. Construir o Bloco como partido das solidariedades será um caminho de desistência face à destruição do Estado Social? Antes pelo contrário, é responder agora, sem ficar à espera do colapso do Estado Social. A auto-organização fortalece a luta, não a enfraquece. A prática da solidariedade é essencial para destruir a narrativa oficial da crise económica e do individualismo enquanto resposta: **não basta afirmar que os problemas coletivos não podem ser resolvidos individualmente, é preciso praticar esta ideia, construindo alternativas.**

8.8. **Daí que o partido das solidariedades seja o melhor antídoto contra o afastamento entre discurso político e vida concreta**, contra a institucionalização, a permanência redutora nas lógicas hegemónicas de (des)fazer política. Assim como contra a desconfiança e o sectarismo porque o socialismo só consegue viver imerso na pluralidade das lutas dos movimentos sociais.

8.9. **O partido das solidariedades é a melhor forma de ultrapassar o desligamento entre militâncias política e social** e entre diversas áreas de intervenção. Ele pretende, nada mais nada menos, transformar as nossas vidas, sair do ciclo vicioso da desmobilização a que a crise nos levou, organizar, fortalecer as lutas populares, passar à ofensiva.

8.10. Para isto acontecer **é necessário inverter a pirâmide**. O BE tem de ser um partido cujo esforço militante não se esgota na autoconstrução imediata, na propaganda do partido, nas campanhas eleitorais. O BE tem de ser, na sua representação pública, o espelho das suas múltiplas intervenções e lutas, inclusivamente – e sem medos ou ocultações táticas – as que são socialmente percecionadas como marginais. O BE tem de construir as políticas alternativas com base no ativismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição. **O partido das solidariedades tem de ser movimento.**

Por tudo isto, o Bloco assume-se como um movimento de múltiplos ativismos e que multiplica ativismos, sem hierarquia de lutas. Não descurando as estruturas da democracia representativa e as tribunas mediáticas, é necessária a consciência de que é tão importante ter propostas e discurso radical, como é implementar práticas radicais.

9. REINVENTAR A DEMOCRACIA E A MILITÂNCIA

9.1. Para passar à ofensiva, **é preciso reinventar a democracia interna e a militância no Bloco**. A percepção de um partido vítima de várias cisões e enfraquecido pelas sucessivas derrotas eleitorais dificulta este caminho. O otimismo que levou o Bloco de vitória em vitória, foi substituído pelas derrotas eleitorais, a depressão organizativa, a saída de correntes e militantes individuais e uma tensão interna paralisante.

9.2. A quebra da "hegemonia partilhada" entre as correntes fundadoras não significou tanto clareza nas escolhas políticas como deu lugar a uma guerra entre

tendências travada nos meios de comunicação social. E, mesmo antes dos acontecimentos mais recentes, já se tinha instalado uma cultura de acantonamentos internos em torno do fantasma do inimigo interno que sacrificou o debate.

9.3. Mas as dificuldades encontram-se, sobretudo, a montante. Em primeiro lugar, a crise do Bloco é **a crise de um partido anticapitalista num período de refluxo** face à destruição de direitos sociais básicos.

9.4. Em segundo lugar, **a crise do Bloco é uma crise de esperança**. O Bloco surgiu no mapa político português como a esperança de uma nova forma de fazer política, o partido-movimento radical – antissistema – que vocalizava as exigências dos movimentos sociais e as traduzia em proposta legislativa. Dentro e fora do parlamento, o Bloco era um partido diferente.

9.4.1. Hoje, a esperança está bloqueada, **o Bloco perdeu criatividade e arrojo, e é visto como um "partido igual aos outros"**.

9.4.2. **A insistência na estratégia eleitoralista** de disputa dos "sectores mais progressistas do PS" tem sido incapaz de atrair e convencer os sectores progressistas do eleitorado tradicional ao mesmo tempo que afasta aqueles que se identificavam com a radicalidade do Bloco. No dilema em que se colocou, o BE é visto como demasiado fora do sistema político para conseguir a confiança de quem está dentro e como demasiado dentro do sistema para atrair quem se sente de fora.

9.4.3. Esta escolha implicou **a procura constante de construir uma imagem de partido com capacidades governativas** que moldou o BE. A mediatização e institucionalização tornaram-se no centro da sua atuação política.

9.4.4. **Os sucessivos e pouco claros discursos sobre um "governo de esquerda"** tiveram também o efeito colateral de refrear a identidade e cultura radical do Bloco, deixando pelo caminho a irreverência e a criatividade que ficaram relegadas a pecados da juventude que não tinham espaço na política a sério.

9.5. Em terceiro lugar, **a crise do BE é resultado de um**

processo de centralização excessiva das decisões políticas em que, por exemplo, Comissão Política e Secretariado funcionam como substitutos da Mesa Nacional. Esta centralização levou à alienação de forças militantes.

9.5.1. **O Bloco profissionalizou a sua direção**, o que influenciou negativamente os espaços de participação e militância, e ficou dependente do carisma de deputadxs e do mediatismo garantido através dos meios de comunicação da burguesia.

9.5.2. O problema não está na existência de elementos profissionalizados mas na **mistura da profissionalização com a centralização**, na pouca cultura de debate, na persistência da lógica da "hegemonia partilhada" entre correntes que implicou um acordo pelo controlo do aparelho e dependência organizativa relativamente ao pequeno grupo profissionalizado.

9.5.3. Desta forma, os processos de gestão e partilha de poderes começaram a transformar-se num dos mecanismos de controlo. A definição da agenda e a escolha dos quadros para os lugares de direção nacional, de direções intermédias ou responsabilidades sectoriais inscreveram-se nesta **lógica de acordo de cúpulas das correntes maioritárias**, à revelia da tomada coletiva de decisão. E muitos dxs que sonharam estar a construir um partido anticapitalista de massas passaram a sentir que vivem num partido de espectadorxs.

9.6. Estas escolhas implicaram uma **desvalorização do trabalho sectorial** que afastou do BE pessoas que continuam ativas no movimento social e afastou o BE de visões distintas e mais próximas da realidade diária das pessoas. Por outro lado, a confusão entre trabalho autárquico e intervenção local, tem limitado parte do trabalho local à intervenção autárquica quando não há implantação real e presença continuada.

Reinventar a democracia e a militância é fundamental para fortalecer o Bloco de dentro para fora e para conseguir abrir o diálogo com xs zangadxs da política para quem o Bloco não deve desistir de falar. Para mobilizar aqueles que votam protestando e os que protestam não votando, é necessário praticar uma democracia de alta intensidade, aprofundando os mecanismos de participação e agilizando a circulação

da informação relevante. O BE precisa de se transformar numa ampla rede de participação, fazendo proliferar espaços de debate transversal e generalizado nas diversas escalas.

10. MOVIMENTAR O BLOCO

10.1. **As estruturas de base devem estabelecer áreas de porosidade com a sociedade**, abrir-se aos simpatizantes, criando mecanismos regulares de diálogo com não aderentes, enquanto ponto de partida para uma visão alargada da sociedade e para a construção de propostas políticas partilhadas e participadas.

10.2. **Os órgãos de base e intermédios devem ter autonomia política na definição da estratégia** e capacidade de iniciativa política, sem prejuízo de uma articulação com a agenda nacional.

10.3. **Os grupos de trabalho devem ajudar o BE a recuperar o sentido da resposta política de médio prazo** envolvendo-se em campanhas políticas de longo fôlego.

10.4. O BE deve criar **Assembleias Interconcelhias**, onde tal se justifique, de modo a que todxs xs aderentes possam estar organizados. Estas Assembleias definirão as modalidades do seu funcionamento e, se assim o entenderem, estrutura de coordenação.

10.5. Incentivar a **criação de núcleos locais e de empresa** de forma a fortalecer a militância e a dinamização de actividades em diferentes localidades.

10.6. O BE deve **criar um grupo internacionalista** capaz de aproveitar e partilhar as análises políticas e sociais de movimentos sociais e partidos ao nível global. Assim como estabelecer redes de contactos internacionais não ditadas por conjunturas eleitorais ou limitadas ao GUE e ao PEE.

10.7. **O Bloco deve encontrar mecanismos de participação para quem se viu obrigado a emigrar** mas quer manter laços. Ao êxodo causado pela crise,

o BE terá de responder com formas de integração na sua vida interna que correspondam a essa realidade.

10.8. Os critérios para contratação devem ser transparentes, para além da confiança política, devem contemplar a capacidade política e não devem ser subordinados a nenhuma condição de pertença a qualquer sensibilidade e/ou tendência.

10.9. Os salários devem ser iguais e a sua tabela pública. Funcionárixs que desempenham as mesmas tarefas devem ganhar o mesmo salário e todos os salários de funcionárixs devem ser públicos como o são as remunerações dxs nossxs eleitxs.

10.10. É necessária uma reestruturação de quadros profissionais: a decisão de investir mais na luta fora dos "Parlamentos" não acontecerá sem uma aposta da estrutura. Isto significa que os distritos e concelhias ganhem quadros capazes de dar apoio aos grupos de ativistas e de estabelecer uma ponte entre os problemas concretos e as instituições em que estamos representados.

10.11. O BE criará uma página de internet onde disponibilizará toda informação sobre tabelas remuneratórias e número de funcionárixs, descontos de deputadx para o BE ou outras instituições, contas de campanha e orçamentos detalhados.

10.12. Eleitxs do Bloco deverão redobrar esforços para conciliar a sua atividade institucional com a constante presença na rua, ao lado de quem sofre as consequências da crise.

10.13. O programa eleitoral das próximas eleições legislativas deve resultar de um amplo processo de construção participativa dentro e fora do BE.

10.14. O Bloco deve voltar à prática da rotatividade em cargos de representação e em cargos de contratações internas. A rotatividade de funcionárixs deve ser transversal e aquelxs que desempenham funções de assessoria devem exercê-las dentro dos limites fixados no quadro das limitações de mandatos.

10.15. O BE deve fortalecer o debate interno não antagonista criando um **boletim interno** editado regularmente.

10.16. Para fazer da diversidade força, o BE deve voltar a privilegiar o papel da Mesa Nacional e, tal como acontece em todos os órgãos de direção do partido (MN, Distritais e Concelhios), a Comissão Política deve ser eleita segundo o princípio da proporcionalidade. A composição dos órgãos deve refletir a diversidade das opções e orientações estratégicas em debate.

10.17. O Bloco deve não só **instituir estatutariamente a limitação de mandatos** para os cargos eletivos de direção política como para os cargos de representação.

10.18. Porque a questão da coordenação não se cinge a uma discussão sobre protagonistas e sua capacidade mediática, o **BE deve assumir um sistema coletivo de porta-vozes.** A comunicação e a intervenção no dia-a-dia devem ser partilhadas pelos membros da CP dada a natureza coletiva da direção política que queremos.

Movimentar o BE será portanto: direcionar-se para os sectores mais afetados pela crise e excludxs da política; fomentar o arrojo e a criatividade que brotam da organização de base, num modelo organizativo aberto e participativo; combater as opressões, procurando contribuir para a organização desses sectores; dinamizar coletivos para a criação de uma cultura anticapitalista, ecologista, antirracista, anti-homofóbica e feminista; trabalhar no enraizamento nos locais de trabalho, em sindicatos, comissões de trabalhadorxs e movimentos sociais.



moção U

MOÇÃO UNITÁRIA EM CONSTRUÇÃO

Revolta cidadã para vencer a austeridade

(os pontos novos ou com alterações estão **SUBLINHADOS**)

PROMOTORES

Catarina Martins; Porto - Porto; 8425

João Semedo; Lisboa - Lisboa; 4638

Alda Sousa; Porto - Vila Nova de Gaia; 654

Ana Paula Canotilho; Porto - Gondomar; 3310

António Chora; Setúbal - Moita; 563

António Ricardo; Portalegre - Ponte de Sor; 209

Carlos Couto; Viseu - Viseu; 3141

Carlos Matias; Santarém - Entroncamento; 1355

Carlos Santos; Lisboa - Lisboa; 236

Cecília Honório; Faro - Lagos; 446

Constantino Piçarra; Beja - Castro Verde; 787

Fernando Rosas; Setúbal - Setúbal; 657

Francisco Louçã; Lisboa - Lisboa; 1684

Helena Carmo; Lisboa - Sintra; 2050

João Teixeira Lopes; Porto - Porto; 2168

Jorge Costa; Setúbal - Setúbal; 635

José Gusmão; Lisboa - Lisboa; 3283

José Manuel Pureza; Coimbra - Coimbra; 406

José Maria Cardoso; Braga - Barcelos; 1308

João Mineiro; Lisboa - Lisboa; 6566

Joaquim Piló; Setúbal - Seixal; 2930

José Soeiro; Porto - Porto; 948

Manuela Tavares; Setúbal - Almada; 845

Maria da Graça Pinto; Viseu - Viseu; 2786

Maria Helena Figueiredo; Évora - Évora; 10118

Mariana Mortágua; Lisboa - Lisboa; 6687

Mário Tomé; Lisboa - Lisboa; 3761

Marisa Matias; Coimbra - Coimbra; 3764

Pedro Soares; Braga - Braga; 108

Renato Soeiro; Porto - Vila Nova de Gaia; 2620

Ricardo Moreira; Lisboa - Lisboa; 4622

Rui Cortes; Vila Real - Vila Real; 251

MOÇÃO UNITÁRIA EM CONSTRUÇÃO

REVOLTA CIDADÃ PARA VENCER A AUSTERIDADE

A crise capitalista iniciada em 2007 persiste e o 1% mais rico impõe uma política austeritária e crescentemente conservadora, que agrava as desigualdades e alarga as áreas em guerra e os riscos para o planeta. A União Europeia (UE) é condenada pela liderança alemã a uma nova Grande Depressão, à estagnação e, a prazo, ao próprio desmembramento. Em Portugal, o capital corta salários e pensões, privatiza bens e serviços públicos, e procura reduzir a democracia à alternância de políticas semelhantes. O país precisa de uma revolta da maioria social contra a elite dominante e os seus políticos. Um pólo pelo fim da austeridade, pela democracia.

A IX Convenção é chamada a responder ao maior desafio que o Bloco enfrenta desde a sua fundação. A pressão austeritária sobre as pessoas reflete-se negativamente na atividade do partido. O Bloco tem debilidades próprias, acumulou derrotas eleitorais e perdeu apoio. Esta Convenção deve apontar um caminho alternativo para o país e isso só pode ser alcançado pelo debate mais profundo, capaz de recuperar a confiança e a iniciativa na construção da mais ampla alternativa social e política.

1. A SEGUNDA GRANDE DEPRESSÃO E O RISCO DE UM NOVO CRASH

1.1. A transformação da crise financeira em crise das dívidas soberanas, com o colapso da bolha imobiliária e o resgate público da banca, permitiu que a dívida fosse utilizada na chantagem para a imposição da austeridade. A transferência de rendimentos do trabalho para o capital assenta na diminuição do salário e das pensões, na precariedade e em altos níveis de desemprego, na privatização de serviços públicos e setores estratégicos, monopólios e bens naturais.

A atual depressão económica só é comparável à dos

anos trinta. O perigo de deflação marca a zona euro. O Banco Central Europeu persiste na injeção de liquidez no sistema financeiro enquanto recusa o financiamento dos Estados. A capacidade produtiva, o emprego e a procura continuam a cair, tornando possível um novo *crash* do sistema financeiro com riscos para a moeda única.

1.2. No Médio Oriente, a guerra generaliza-se a partir de tensões regionais antigas (a partição colonial, o longo genocídio na Palestina, o apoio das grandes potências às ditaduras locais) e mais recentes. Com a invasão do Iraque em 2003, o neoconservadorismo instalou o caos na região, alimentou o sectarismo religioso, a militarização e uma crise de refugiados permanente. O esmagamento das primaveras árabes reforçou regimes autoritários em vários países. Na Síria e no Iraque, a afirmação do chamado Estado Islâmico é a última expressão da barbárie. Não pode haver qualquer contemplação com esta força nem com os seus apoios externos, que devem ser objeto de sanções. A esquerda anti-imperialista recusa mais ações incendiárias na região e as formas de intervenção ilegítima que, como todas até agora, reforcem o extremismo religioso.

1.3. A guerra na Ucrânia serve a estratégia norte-americana de isolamento da Rússia. A escalada alimentada por Moscovo também reforça a NATO, facilitando a aproximação da Ucrânia à aliança belicista. A atuação da UE tem aumentado riscos e tensões. Só a escolha democrática do povo da Ucrânia e o respeito pela vontade expressa de todas as suas componentes, permitem uma saída pacífica e o respeito intercomunitário. O Bloco recusa uma leitura saudosista dos conflitos entre potências que se refere ao confronto entre dois "campos", um imperialista e outro anti-imperialista.

1.4. O aquecimento global é uma certeza científica sinalizada por fenómenos extremos. Uma vez mais, são os mais pobres que sofrem o maior impacto destas alterações. Mas o alerta desloca-se da mitigação das emissões para a adaptação às condições em mutação. A UE entrega recursos naturais à destruição privada, sob falsificações verdes como os créditos de

carbono, o abuso das hidroelétricas ou os agrocombustíveis.

O mundo é um local cada vez mais perigoso para os povos. Apesar da urgência do reforço da cooperação internacional, da desmilitarização e da ação comum ecológica, todos os fatores de crise concorrem para degradar a situação mundial. A esquerda internacional mantém viva a possibilidade de novas respostas globais e liga entre si as experiências de resistência à barbárie. O Bloco é um elo dessa corrente.

2. A UNIÃO EUROPEIA CONTRA OS POVOS

2.1. A UE consumou o processo de constitucionalização da austeridade. O desenvolvimento desigual condena a periferia europeia à concentração da riqueza na elite, a mais recessão, desemprego, precariedade e pobreza. O Euro, desenhado para facilitar a acumulação financeira no centro da Europa, sangra as economias periféricas. O Tratado Orçamental extingue qualquer soberania orçamental e impõe constrangimentos draconianos e permanentes. Ainda em negociação, o Tratado Transatlântico (TTIP) quer impor a desregulação dos mercados e reforçar as multinacionais, inclusive contra os Estados. A Comissão Europeia impediu a iniciativa cidadã StopTTIP e é um dos principais protagonistas deste tratado, que Portugal deve denunciar.

2.2. Os resultados das eleições europeias de 2014, com a elevada abstenção e o crescimento de novas forças de sinal reacionário, xenófobo e neo-fascista, demonstram a descrença numa UE que esmaga as soberanias populares. De igual modo, esses resultados sublinham que a esperança reside hoje nas forças de esquerda que, como em Espanha, na Grécia ou na Irlanda, assumem o confronto com as instituições europeias, rompendo com o centro político e a austeridade.

A UE é hoje a força regressiva dos seus tratados, o inverso da promessa de progresso social e solidariedade. O nascimento de um novo projeto europeu depende de uma mudança de regime, só possível pela desobediência à UE, a partir da iniciativa de cada povo subjugado à austeri-

dade e à ditadura da dívida. O único europeísmo vivo é hoje o da solidariedade entre os que, em cada país e nas redes europeias de movimentos, sindicatos, partidos e também no Parlamento Europeu, enfrentam o poder da UE em nome de uma alternativa comum.

3. PORTUGAL ESTÁ PIOR: TRÊS ANOS DE REGRESSÃO CIVILIZACIONAL

3.1. O governo da austeridade transformou Portugal. O PIB recuou 15 anos, os salários mais de uma década, o emprego duas décadas. Foram destruídos mais de meio milhão de postos de trabalho. Mais de metade das pessoas sem emprego não têm qualquer apoio social. A precariedade é a regra. Os serviços públicos, mais caros e inacessíveis, dão sinais de esgotamento. Foram privatizados setores estratégicos, monopólios e bens naturais. A pobreza cresce e anula as perspetivas de emprego dos mais jovens. O sofrimento social é ainda maior nos setores mais atingidos pela pobreza: infância e terceira idade, mulheres. A emigração supera os valores da década de 60 e a taxa de natalidade é a mais baixa de sempre, por efeito do empobrecimento e êxodo de portugueses e imigrantes, bem como da desproteção da parentalidade, que penaliza especialmente as mulheres. A desestruturação social configura um quadro propício a retrocessos como é o aumento da violência de género, fenómeno epidémico em Portugal.

3.2. O discurso da recuperação económica, repetido pelo governo, está desmentido. As exportações não se transformaram em motor da economia, não chegam sequer a superar sustentadamente as importações, e não há investimento. A dívida pública atingiu os valores mais altos de sempre - 134% do PIB - e, como prova o caso BES, o sistema financeiro é um risco maior.

Portugal foi submetido à doutrina do choque, com resultados devastadores. Esta é uma guerra social permanente, prolongada e com centro ofensivo em Berlim e na Comissão Europeia. Ela implica mais miséria e a subversão da Constituição e da democracia. Estes efeitos profundos convocam um sentido de urgência.

4. NO PAÍS DE ABRIL, UM NOVO LEVANTAMENTO SOCIAL É POSSÍVEL.

4.1. Há dois anos, a moção aprovada pela VIII Convenção era clara na sua prioridade: "a maior urgência é a resposta social". No fim do ciclo da troika e na abertura do ciclo do Tratado Orçamental, vale a pena olhar para as exigências que enfrentámos. Em 2011, a chantagem da bancarrota deixou a sociedade portuguesa perplexa. Combatida em tentativas anteriores - 15 de Outubro 2011, Primavera Global - essa perplexidade só termina na grande manifestação Que Se Lixe a Troika (QSLT), a 15 de Setembro de 2012.

4.2. Essa manifestação inicia o ano de mais intensas manifestações populares em democracia. Ainda em setembro de 2012, a CGTP manifesta-se no Terreiro do Paço, abrindo caminho para a greve geral de 14 de novembro, com correspondência noutros países do Sul europeu. No dia 2 de Março de 2013, a segunda manifestação QSLT sobe a parada da mobilização, com participações setoriais importantes. Sem que fosse percebida como tal, a crise política de julho é sobretudo o resultado desta escalada da mobilização (vd. carta de demissão de Vitor Gaspar). Mas a pressão europeia e o agenciamento de Belém impuseram a continuação do governo e instalaram um profundo de desalento. Apesar de lutas setoriais importantes, sobretudo vindas dos trabalhadores dos serviços públicos, a mobilização estagnou. Em todos estes momentos, o empenhamento dos ativistas do Bloco esteve presente.

4.3. A experiência extraordinária das manifestações QSLT não bastou para a afirmação de espaços descentralizados, abertos e territoriais para a organização da mobilização. Entre setembro de 2012 e março de 2013, faltou a unidade para avançar nesse sentido e mudar a qualidade da expressão da rejeição popular do governo da troika. Em vez disso, assistiu-se à desagregação de plataformas e à ausência de novos sujeitos. Da emigração forçada não resultou ainda uma expressão política do "exílio económico".

4.4. Este ciclo político foi marcado também por mobilizações setoriais importantes: a greve dos professores em 2013, um dos fatores de precipitação da crise política; as lutas na saúde, em particular dos enfermeiros e médicos; dos estudantes, com seis manifestações que obrigaram o governo a repor bolsas aos estudantes de famílias com dívidas; dos bolsiros e investigadores, que resistem à precarização do setor; dos estivadores, que ganharam o novo contrato coletivo e a reintegração de 47 trabalhadores; dos trabalhadores precários, que conseguiram mudanças na lei a partir da segunda iniciativa legislativa cidadã realizada em Portugal; das mulheres, contra a violência de género; das pessoas LGBT contra a discriminação; das populações em luta contra a extinção forçada de freguesias e contra o encerramento de tribunais, centros de saúde, correios e outros serviços essenciais. Dar continuidade a estas experiências é o nosso compromisso.

4.5. Para além da resistência e da luta social, o caminho também se fez de iniciativas centradas no diálogo e convergência da oposição. Se, nos encontros da Aula Magna, foi possível juntar vozes contra a austeridade e os ataques à Constituição, já antes, no Congresso Democrático das Alternativas, tal como na Iniciativa por uma Auditoria Cidadã, o debate em torno da necessidade da renegociação da dívida e da rotura com o Tratado Orçamental deu passos clarificadores. Estas iniciativas juntaram milhares de pessoas de todos os quadrantes da esquerda, incluindo militantes do PS, cuja direção se manteve, no entanto, distante. Esse alheamento tem uma base política profunda: a contradição entre o discurso e as escolhas reais do Partido Socialista.

Construindo a unidade contra a ofensiva austeritária, o Bloco participará, com renovado compromisso, em todos os esforços coletivos de imaginação e ação, elaboração de alternativas e mobilização para a luta. Sem um novo protagonismo popular ativo, não haverá a força para uma inversão de rumo.

5. UM BLOCO QUE RENOVE A IRREVERÊNCIA

5.1. O Bloco atravessa dificuldades que importa ultrapassar. É relevante analisar as que têm raiz nas próprias escolhas das direções políticas ao longo do tempo. A reabsorção da crítica alegrista pelo PS, depois de cinco anos de dissidência, diminuiu o Bloco, que investiu nessa fratura para uma nova relação de forças política. Num curto intervalo de tempo, em 2011, o apoio à candidatura de Manuel Alegre e a apresentação da moção de censura ao governo Sócrates surgiram, aos olhos de muitos, como decisões contraditórias e erráticas. Cremos, porém, que não se recupera a confiança de muita gente que acompanhou o Bloco criando hoje divergências internas num passado onde afinal houve consensos maioritários. O rumo estratégico do Bloco continua a passar pela conquista da maioria social: expressar o protesto, quebrar a base de apoio da alternância, polarizar à esquerda.

5.2. Outra dificuldade que enfrentamos é o peso esmagador da ação institucional na imagem do partido. Apesar do seu papel na resistência social à austeridade e contra o conservadorismo, o Bloco não conseguiu até agora crescer com a revolta dos que se manifestam, nem expressar o protesto de muitos que preferem abster-se. Pelo contrário, o partido surge cada vez mais adaptado aos cânones da comunicação política dominante. O domínio absoluto do parlamento na nossa visibilidade mediática é, só por si, um factor de institucionalização e normalização da imagem. Torna-se assim ainda mais premente a necessidade de uma maior diferenciação do discurso, de mais irreverência e de uma renovação do grupo parlamentar. O Bloco deve interpretar o sentimento contra a política dominante, o sistema e a sua elite.

5.3. A nossa representação pública sofreu profundas transformações no último período, na sequência da substituição da coordenação anterior, momento que se sabia difícil. O Bloco propôs uma rotura com os modos da representação tradicionais e adoptou um modelo de coordenação paritário. Como era previ-

sível, nestes dois anos, muitas das dificuldades do partido foram analisadas à luz desta mudança, mesmo que não se tenham confirmado os prognósticos de divergências e contradições na nossa afirmação pública e apesar das virtualidades reveladas pelo modelo. O Bloco pagou o preço de ser o primeiro partido português a estabelecer a paridade de género na sua representação. Nesta Convenção, fazemos um novo avanço no sentido da consagração da paridade como regra democrática e política da esquerda, estabelecendo-a em 50/50 na MN e na CP. Na coordenação, mantemos a coerência dessa escolha.

5.4. O Bloco continua a ter pouca implantação local e autárquica. Tem hoje centenas de eleitos locais, mas organizações com níveis desiguais de estruturação. Mesmo onde a intervenção autárquica é mais ativa e consistente, nem sempre é acompanhada pela intervenção que lhe pode dar impacto local, em campanhas e movimentos. Hoje já existem alguns bons exemplos que têm de ser aprofundados.

5.5. O Bloco tem estado preso a vícios centralistas e insuficiências na participação quotidiana dos seus aderentes. Para intensificar a democracia interna é fundamental uma aproximação entre os órgãos do Bloco e os aderentes, com debate em assembleia dos planos de trabalho, envolvendo militantes na iniciativa, na elaboração e na formação políticas. A Conferência Nacional dedicada às questões organizativas teve o mérito de levar o debate mais longe do que alguma vez tinha ido. Impõe-se agora concretizar, local e centralmente, as medidas ali decididas.

O Bloco renova-se na prioridade à mobilização social e na aprendizagem de novas formas de organização e intervenção. Reforça-se na descentralização do debate e da ação, na pluralidade de vozes em luta contra a austeridade.

6. UM PROGRAMA PARA ACABAR COM A AUSTERIDADE

6.1. O objetivo imediato do Bloco é o fim da austeridade. O investimento público para a criação de em-

prego sustentável e a recuperação dos rendimentos do trabalho e dos serviços públicos degradados requer um governo capaz de devolver à esfera pública os bens estratégicos privatizados. O controlo privado destes recursos - banca, energia, telecomunicações, transportes - não só diminui a capacidade de iniciativa do Estado, essencial a uma inversão de políticas, como desvia recursos e aumenta a vulnerabilidade do país.

6.2. Este objetivo depende de medidas concretas, de um caminho para acabar com a austeridade. A primeira medida deste programa é a renegociação da dívida pública e de toda a dívida externa, cujos valores são insustentáveis. Sem um forte abatimento no peso da dívida, manter-se-ão a drenagem de recursos para o exterior e a incapacidade de financiamento da economia. A par desta renegociação, deve iniciar-se a desvinculação do Tratado Orçamental. O núcleo do programa do Bloco completa-se com uma profunda reforma fiscal e com a nacionalização dos bens estratégicos. No caso da banca, o controlo público deve evitar a socialização das perdas e responsabilizar os acionistas e os potentados financeiros - os grandes credores da banca privada.

6.3. O Bloco empenha-se na resistência à revisão conservadora e antidemocrática da Constituição e da lei eleitoral. O PS acompanha o PSD na redução da representatividade do Parlamento, facilitando a bipolarização. Os círculos uninominais propostos por António Costa diminuem a representação, excluem a esquerda anti-austeridade e qualquer opinião minoritária. São um golpe contra a democracia e rompe as relações políticas estabelecidas pela Constituição desde 1976.

6.4. A recuperação do rendimento do trabalho depende de uma inversão de tendência no mundo laboral. Nos últimos anos, Portugal assistiu ao aumento da exploração, à destruição abrupta da contratação coletiva e à multiplicação de formas de precariedade (subemprego, trabalho temporário, programas ocupacionais) que permitiram, com a emigração, a ocultação da dimensão real do desemprego. O Bloco assume a centralidade do trabalho na resposta à crise: a redução do horário laboral para a criação de em-

prego implica o desenvolvimento da proteção legal dos trabalhadores e o fim da discriminação das mulheres, na lei e na prática.

6.5. Com a austeridade, avança também o conservadorismo e acentuam-se as discriminações. A resistência a essa agenda faz parte da identidade do Bloco, que deve investir na reanimação dos ativismos feministas, LGBT, anti-racistas, pelos direitos sexuais e reprodutivos e pelos direitos dos animais. Deve mobilizar-se para o movimento social em torno destes temas e reforçar a sua intervenção no parlamento e nas ruas. Destacam-se neste capítulo, a adoção plena por casais do mesmo sexo, a procriação medicamente assistida, alteração da lei da violação e a aplicação da lei da mudança de sexo, o fim da perseguição dos imigrantes, o combate à violência contra animais e o investimento em alternativas à experimentação animal.

6.6. A austeridade é um mecanismo de saque do território. Entre a procura de novos recursos energéticos não-sustentáveis, expansão de extração mineira (corrida ao ouro), concessões marítimas, expropriação urbanística (despejos a favor de fundos especulativos e pressão sobre as populações dos centros turísticos), a crise vende barato os recursos do país e rebaixa os padrões ambientais. A resposta à recessão não pode ser um regresso a um modelo de predação ambiental, incapaz de reformular padrões de consumo e focado num crescimento sem critérios ecológicos e sociais. Pelo contrário, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental são indicadores essenciais. A valorização das pequenas e médias empresas e a reindustrialização do país impõem uma estratégia ecossocialista que combine planeamento e participação popular.

6.7. A austeridade despovoava o interior e gentrifica as cidades. O Bloco recusa a desestruturação territorial e o desinvestimento no interior. Defendemos a devolução de serviços públicos, o investimento no sistema de transportes, nomeadamente em meio rural, em particular os ferroviários, e o reforço do investimento e da democracia local.

6.8. A ciência e a cultura garantem a nossa capacidade de conhecer, pensar e criar alternativas. Estamos presentes no combate à sua mercantilização e precarização e empenhados no desenvolvimento de estratégias públicas de financiamento e apoio à investigação científica, preservação do património, difusão cultural e criação artística.

O Bloco será claro quanto ao seu objetivo imediato e quanto ao programa para o alcançar. Desafiámos para esta alternativa quem queira romper com a austeridade.

7. UM PÓLO UNIDO À ESQUERDA PARA DERROTAR A AUSTERIDADE

7.1. A aplicação do Tratado Orçamental coloca dois campos em confronto. O campo da alternância, formalizado em 2011 pelas direções do CDS, PSD e PS na assinatura do memorando, continua na submissão àquele Tratado e à dívida. Na oposição a qualquer governo deste campo, deve afirmar-se um pólo político de alternativa à austeridade. É nesse pólo à esquerda que o Bloco se situa.

7.2. Não há posição intermédia. A integração da esquerda no campo da alternância nunca permitiu qualquer avanço, como já demonstraram as alianças com partidos liberais e da austeridade - em Itália (Re-fundação Comunista no governo Prodi) ou na Grécia (Esquerda Democrática no governo da troika). Os socialistas governam a Alemanha com Merkel. Hollande e Renzi não enfrentam nem os mercados nem a Comissão Europeia. O Tratado Orçamental imporá cortes de 7000 milhões na despesa pública ao longo dos próximos três anos: não há recuperação de salários e serviços públicos. Os setores que se aproximam do Partido Socialista e com ele pretendem governar abdicam de responder ao principal desafio colocado ao país: desobedecer às imposições da UE como condição para cumprir qualquer objetivo da esquerda em Portugal. O Bloco não desiste.

7.3. O Bloco recusa novos sacrifícios em nome de um Euro que, como afirmámos na anterior Convenção, está na raiz da crise: "criou auto-estradas de capital de sentido único, da periferia para o centro". O Bloco

reitera assim a posição assumida nas eleições europeias e que é a base das nossas alianças na Europa. Contra a austeridade, a esquerda deve assumir todas as possíveis consequências do confronto com as instituições da UE. Este caminho alternativo pode resultar num rompimento com a união monetária.

7.4. Nas eleições presidenciais, o Bloco estará disponível para apoiar uma candidatura independente que se coloque sem ambiguidade no campo anti-austeridade, pela desvinculação do Tratado Orçamental e pelo cumprimento da Constituição. O Bloco não exclui a possibilidade de apresentar uma candidatura própria.

É necessário um pólo político das forças que combatem a austeridade. Uma união das esquerdas que, sendo a voz da revolta cidadã, seja uma alternativa de governo ao bloco central. A esse pólo, é indispensável a cidadania independente, ativistas e movimentos sociais em oposição a qualquer governo submetido ao diktat europeu. Indispensáveis são também os partidos presentes nessa luta. Só essa unidade em bases programáticas claras pode conquistar força política, social e eleitoral, fraturar o campo da alternância e mobilizar atuais abstencionistas, para definir os desenvolvimentos futuros e a própria governação. Promover a formação e desenvolvimento deste pólo deve ser uma das prioridades da nossa acção política, a todos os níveis.

Onze desafios para a oposição e para a governação:

1. *Romper com a austeridade, repondo salários, pensões e subsídios.*
2. *Referendo para desvinculação do Tratado Orçamental.*
3. *Reestruturação das dívidas pública e externa.*
4. *Aumento do salário mínimo nacional.*
5. *Reforma fiscal, baixando impostos sobre trabalho e bens essenciais e taxando as grandes fortunas.*
6. *Recuperação dos serviços públicos essenciais, saúde, educação, segurança social.*
7. *Nacionalização do sistema bancário e dos recursos privatizados ou concessionados.*
8. *Revisão do código do trabalho, com devolução dos direitos e da contratação coletiva.*

9. *Combate à corrupção, pelo fim da promiscuidade entre política e negócios e pela criminalização do enriquecimento ilícito.*
10. *Democracia paritária, com igualdade de oportunidades e combate à violência de género.*
11. *Recusa das guerras do império e saída da NATO.*

8. UMA ORGANIZAÇÃO PARA A LUTA, COM UMA DEMOCRACIA VIVIDA

8.1. O Bloco deve ter a marca genética democrática que anunciamos a toda a cidadania. Não pode existir apenas para si próprio, mas antes ser ágil e sensível ao conflito social. Deve assegurar a igualdade plena de todos os aderentes, quer pertençam ou não a tendências internas. As estruturas devem responsabilizar-se por planos de intervenção nas lutas. Em particular, no mundo do trabalho e nos seus movimentos, deve ser aprofundado o envolvimento nas lutas e a presença nos locais de trabalho.

8.2. Na juventude, o Bloco precisa de uma estratégia que combine enraizamento e capacidade de iniciativa. Para isso, deve ter acção política dirigida à juventude, responsabilizando-se por essa intervenção e pela afirmação do Bloco junto dos jovens. O Bloco deve manter também uma intervenção sistemática nas escolas e no movimento estudantil dando prioridade ao alargamento no secundário. Para isso, o Bloco elegerá, em Conferência Nacional convocada para o efeito, uma comissão coordenadora nacional de jovens e criará um grupo de trabalho para o movimento estudantil, composto por activistas estudantis, que forme rede activista e multiplique espaços de politização nas escolas e universidades.

8.3. É necessário corrigir o desequilíbrio de género na base do Bloco, estudando formas de aumentar a filiação de mulheres, bem como modos de organização (horários das reuniões, guarda das crianças, etc) e integração de novas militantes.

8.4. O Bloco deve manter uma profunda articulação com as organizações autónomas do Bloco, na Madeira e nos Açores, continuando a promover uma cultura

de defesa das autonomia política das mesmas. Já em 2015, disputaremos o regresso ao parlamento madeirense de um Bloco comprometido com a autonomia regional e com a luta da esquerda e, nos Açores, em 2016, estaremos unidos em torno do reforço da nossa representação no parlamento açoriano.

8.5. A concretização das propostas aprovadas na Conferência de Organização constitui uma exigência e um compromisso desta moção. Há outras mudanças urgentes a fazer, algumas das quais necessitam de alterações estatutárias que aprofundem a nossa democracia interna.

8.6. Todas/os os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações coletivas. Do núcleo de base até à Comissão Política (CP), todos os órgãos devem estar obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões. Todos os órgãos têm de ter um plano de intervenção, com objetivos claramente definidos, que estejam sujeitos a escrutínio e balanço regular. São passos elementares, mas decisivos para que uma participação efetiva.

8.7. A MN deve propor um estatuto dos funcionários que garanta que as escolhas são feitas com critérios predefinidos, transparência entre opções e participação direta dos órgãos envolvidos.

8.8. Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes será debatida e votada.

8.9. A MN pode convocar referendos internos sobre as seguintes matérias: apoio a uma candidatura presidencial, acordos ou coligações pré ou pós-eleitorais nacionais, orientação de voto do partido sobre matéria constitucional ou de tratados internacionais. A subscrição de 500 aderentes obriga à convocação do referendo. A subscrição de 150 aderentes obriga ao debate e deliberação da MN sobre uma proposta de referendo. Referendos locais sobre decisões do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecerão também ao regulamento do referendo que a MN aprovará. Decisões tomadas em Convenção não são referendáveis.

8.10. É dado conhecimento às coordenadoras distritais da ordem de trabalhos da MN. Após cada reunião, o Correio da Mesa passa a ser publicado em bloco.org.

8.11. Se a presente moção e a lista que vai apresentar para a MN forem as mais votadas, os seus eleitos procurarão, junto de todas as moções presentes na MN, acordos de confiança e trabalho comum que definam uma CP de representação plural.

8.12. A coordenação é um debate e uma escolha da Convenção. A coordenação integra-se na MN e na CP, às quais está vinculada. A coordenação é paritária e, à luz da experiência dos últimos dois anos, terá funções diferenciadas. Se a lista apresentada por esta moção à MN for a mais votada, a coordenação será desempenhada pelos seus dois primeiros membros. Em nome da unidade política da representação do Bloco, os eleitos na lista desta moção não participarão em qualquer coordenação que resulte de arranjos entre moções políticas diferentes.

O Bloco precisa de uma estratégia de organização que sirva os combates políticos locais e nacionais, que vá muito além da presença institucional, que o enraíze socialmente e pratique uma democracia interna sem tutelas.

9. SOCIALISMO, ALTERNATIVA DE SOCIEDADE

9.1. O socialismo é a democracia toda, nas relações sociais, na vida pública, nos modos de vida, na economia. É o primado da política social contra a mercantilização da vida. É a alternativa que aprendeu com o desastre das experiências totalitárias do Leste e da Ásia e com a capitulação da social-democracia ao neoliberalismo. O socialismo é a alternativa à predação social, económica e ambiental intrínseca ao capitalismo. O Bloco age pela abertura dos caminhos, nacionais e internacionais, para este novo regime social.

9.2. Em Portugal, a burguesia rentista é responsável pelas fragilidades da economia, pelo atraso e desigualdade extrema. A austeridade é uma decla-

ração de guerra da classe dominante. A sua derrota só pode ser imposta pela mobilização de milhões de pessoas. Da América Latina às primaveras árabes, a revolta cidadã é um fenómeno do nosso tempo.

9.3. Socialismo é o novo regime feito de todas as emancipações. Reestrutura a economia para acabar com a exploração do trabalho. Recusa os blocos militares, em nome de uma política de paz e prevenção de conflitos. Combate todas as relações de dominação, em todas as escalas. E faz-se proposta para hoje: justiça social, propriedade pública dos setores estratégicos, proteção dos recursos naturais, eficiência energética, acesso à água, energias renováveis, direitos dos animais. Enfrenta a ditadura do capital sobre o território, contra a segregação social nas cidades e pelo desenvolvimento rural e do interior.

9.4. Em contraste com o feminismo liberal e institucional, assumimos a herança feminista na luta de classes, o seu papel na transformação da vida das mulheres, em particular das mais desfavorecidas. Empenhamo-nos na procura de novas práticas sociais e de linguagem, ultrapassando discriminações.

9.5. Ampla mobilização e democracia plena são exigência das lutas desta década. A esquerda tem de saber participar nesses movimentos sociais, com respeito pelas suas dinâmicas e agendas, contribuindo para respostas concretas e afirmando uma alternativa de sociedade. A auto-organização e a solidariedade popular concorrem para a unidade, a cidadania e a emancipação do trabalho numa sociedade democrática e participada.

Em rotura com o sectarismo, o Bloco assume o legado histórico das revoluções populares, do pensamento e das lutas pela liberdade e do socialismo. No quotidiano, renova a esperança e a vontade de vencer o capitalismo.

Contributos para os debates da IX Convenção



Um partido para a luta social

ADA PEREIRA DA SILVA, ADRIANO CAMPOS, BELANDINA VAZ, BRUNO CABRAL, INÊS TAVARES, JOÃO CAMARGO, JOÃO MINEIRO, MARCO NEVES MARQUES, MARIA LUÍSA CABRAL, MIGUEL CARDINA E MIGUEL REIS

As manifestações Que Se Lixe a Troika, pela sua dimensão popular, foram momentos centrais da resistência à austeridade. Não foram poucos os ativistas do Bloco que estiveram, como tinham de estar, na dinamização deste processo. Entre eles, os signatários deste texto, que foram subscritores do apelo inicial à manifestação de 2 de março de 2013.

As convocatórias e iniciativas lançadas pela plataforma permitiram alargar a sua rede de activistas, convocando novas ações de massas.

Retiramos desta experiência algumas lições importantes:

1. Com imaginação, arrojo e improviso, é possível abrir espaços muito amplos para expressar unidade popular contra as políticas da elite.
2. Nenhum setor político consegue, sozinho, conceber e dirigir uma mobilização de massas capaz de derrubar o governo. Foi assim contra Passos e assim será contra o próximo governo.
3. A erupção de mobilizações massivas não assegura, só por si, espaços permanentes de mobilização unitária, essenciais para a transformação da relação de forças. É essencial a dimensão territorial e descentralizada da mobilização, bem como o papel de movimentos e estruturas locais e setoriais.

O Bloco de Esquerda tem dado um contributo importante na resistência à austeridade. Para avançar neste caminho, precisamos de virar a página na nossa relação com o movimento social. Seja diante dos movimentos dos trabalhadores ou de outros movimentos constituídos, seja perante expressões novas ou pontuais – como foi o Que se Lixe a Troika, por exemplo. O Bloco só acrescentará a força de um ativismo experiente e politicamente formado se tratar hoje de valorizar, conhecer e pensar, como partido, os desafios e necessidades da intervenção social que os seus ativistas protagonizam.

Recusamos as velhas correias de transmissão que tão maus resultados produziram e produzem ainda hoje no movimento social. Mas a cartilha do ativismo pilotado não deve ser substituída por outra, que trata o movimento como assunto “externo”, reduzindo o Bloco à expressão parlamentar de reivindicações que não contribui para organizar na sociedade, um partido que se institucionaliza, que se acomoda e que assim empobrece os próprios movimentos sociais.

Estamos orgulhosos do que fizemos nestes anos. E insatisfeitos com o estado actual de desânimo no campo anti-austeritário e com a permanência do governo da troika, mesmo depois da partida desta. Para de novo levantar o país, aprendendo com o caminho feito, e para enfrentar estes e os próximos executores da política da dívida e do tratado orçamental, a esquerda precisa de um Bloco de combate. Para o ser, o Bloco precisa de mais enraizamento nas lutas e mais capacidade de diálogo e de aliança social. Um Bloco isolado, auto-suficiente e virado para dentro, mais concentrado no poder interno do que na influência social, com uma intervenção feita de prudência e institucionalidade, esse Bloco não serve à luta popular.

Por isso apoiamos a Moção Unitária em Construção, Moção U.

A esquerda e o PS

ADELINO FORTUNATO

Quase 50 anos de ditadura e as vicissitudes do processo que se seguiu ao 25 de Abril criaram a clivagem entre PS e PCP com a configuração que hoje conhecemos. O PCP foi o partido da resistência, marcando gerações de activistas e intelectuais e construindo uma implantação organizada nas empresas e nos sindicatos, enquanto o PS se transformou num partido de massas apenas com a implantação do regime democrático e por demarcação face ao PCP. É importante relembrar isto sobretudo aos que não se reconhecendo nem no PS nem no PCP são conduzidos a optar por um deles naquilo que designam por “política de alianças”.

Num momento em que a Troika se prepara para abandonar o país, podendo criar na opinião pública a sugestão de que a austeridade pode acabar em breve, a esquerda no seu conjunto deveria envolver-se no compromisso de desobediência às regras do Tratado Orçamental que, por exigirem uma contracção acelerada do défice público e da dívida, implicam a perpetuação daquela mesma austeridade por décadas. Isso significa um desafio que não pode deixar ninguém de fora ao nível partidário, até porque neste momento, à esquerda, todos se declaram contra a austeridade. Não só o PCP, mas também o PS, na versão António Costa, faz disso um ponto de demarcação em relação à direita que pretende derrotar nas próximas legislativas, ainda que nada seja dito acerca do Tratado Orçamental.

Face a esta questão perfilam-se dois tipos de abordagens.

Primeiro, a daqueles que procuram influenciar o PS declarando-se disponíveis para colaborar com um futuro governo desde que este cumpra um certo número de requisitos mínimos. Trata-se de uma perspectiva negocial, de olhos postos nas promessas que os actuais dirigentes irão certamente fazer e frustrar. Mas que tem um enorme inconveniente, até tendo em conta a forma como está a ser gerida: alimenta ilusões que não têm fundamento na dinâmica concreta da social-democracia contemporânea e coloca os seus promotores à mercê da assimilação pelo cone de aspiração criado pelo próprio PS. Tudo isto sem resultados palpáveis.

Segundo, a dos que objectivamente privilegiam a aproximação ao PCP na convicção de que o desafio ao PS é uma causa perdida, afinal foi este mesmo partido que começou a austeridade e até assinou o memorando da Troika. É, desde logo, uma visão que negligencia a evolução das expectativas de milhares de cidadãos, que devem ser confrontados com as contradições daqueles que os pretendem representar no governo, de uma forma que não se resume à política da denúncia feita aprioristicamente, que é insuficiente.

Uma variante deste argumento inspira-se numa ideia ainda igualmente discutível: o PS já não seria de esquerda, ao acompanhar a viragem neoliberal da social-democracia que inspirou Schroder, Blair, Hollande ou Sócrates e deve ficar fora do apelo de unidade à esquerda. É uma concepção que despreza a natureza ambivalente de um partido com uma direcção que habitualmente executa políticas de direita, mas visto pelos trabalhadores como sendo de esquerda e onde a maioria deles se reconhece. O único partido a tirar vantagem desta abordagem é o PCP, pois alimenta aquela clivagem histórica da esquerda que lhe assegura o controlo das bases sem contágios. Não pode ser inspiradora para mais ninguém, sobretudo para os que não dispõem dessa implantação e antes precisam de a conquistar.

A resolução da tensão enunciada deveria passar por uma iniciativa que ganhasse dinâmica à esquerda e perante a qual toda a esquerda fosse responsabilizável, que não desistisse de influenciar e acompanhar o conflito e as diferenciações que pudessem surgir na consciência de muitos milhares de portugueses que se revêm nos grandes partidos de esquerda ou sem partido. Seria uma Carta Contra a Austeridade, construída de forma articulada com o contributo de um leque abrangente de sugestões, individuais e colectivas, partidárias e de movimentos sociais, no terreno das lutas concretas e das experiências de cidadania, o instrumento adequado para estruturar uma frente contra a austeridade mobilizadora e eficaz.

A centralidade do trabalho no nosso combate

ADRIANA LOPERA, ALEXANDRE CAFÉ, ANA PAULA CANOTILHO, ANA SOFIA CORTES, ANTÓNIO CHAN, ANTÓNIO CHORA, ANTÓNIO RODRIGUES, BELANDINA VAZ, BRUNO CABRAL, BRUNO MAIA, DANIEL BERNARDINO, DEOLINDA MARTIN, HUGO EVANGELISTA, JOÃO VAZ, JOAQUIM PILÓ, JOSÉ CASIMIRO, JOSÉ FERREIRA, LUÍS PACHECO, MANUEL DIAS AFONSO, MANUEL GRILO, PAULO GONÇALVES, PAULO RICARDO, RICARDO MOREIRA

A austeridade não é uma política transitória, de excepção, ou um ajuste de contas pela classe dominante. Trata-se de um novo regime – “uma nova normalidade” (Passos dixit) – que realiza a maior operação de engenharia social a que já assistimos. O objetivo está definido: diminuir o estatuto do trabalho, reduzir o salário direto e indireto (prestações sociais), precarizando os vínculos laborais, minando a contratação coletiva, enfraquecendo as organizações dos/as trabalhadores/as, assim garantindo o aumento da exploração.

Se, para o capital, a sobreexploração do trabalho é a estratégia de acumulação, todas e todos sofremos com as relações sociais assim determinadas. Em Portugal, a redução dos salários, a destruição de 470 mil empregos, o desemprego real a atingir mais de um milhão, a emigração de mais de 250 mil e a saída de milhares de emigrantes, assim como o aumento da pobreza e das desigualdades, fazem ver porque é preciso vencer o medo e a exploração que estão cada vez mais presentes nos locais de trabalho.

Relembremos a magnitude do saque sob o pretexto do défice e da dívida: desde o início da crise e até 2013, o fator trabalho perdeu 3,6 mil milhões de euros e o excedente do capital engordou 2,6 mil milhões de euros. O governo reduziu os impostos sobre os lucros das empresas, mas cortou salários e pensões e realizou um “aumento colossal” dos impostos sobre o trabalho. O Bloco tudo fez para juntar forças nos pedidos de fiscalização ao Tribunal Constitucional (TC) e das injustiças que as medidas de austeridade representavam para quem trabalha, o TC deixou passar 80% da austeridade que foi avaliada, como os cortes na educação, na saúde, nas pensões, nos salários e o aumento de horas trabalhadas e dias de trabalho. Na revisão do Código do Trabalho, os critérios para despedimento põem em causa o conceito constitucional de “justa causa” e a negociação e contratação coletiva.

A fim de vencer a austeridade, cuja chantagem é a dívida e os constrangimentos do Tratado Orçamental, para reverter o caminho de destruição de direitos e salário, a classe trabalhadora precisa de um novo protagonismo e novos espaços e formas de combate social. A existência de um pólo político alternativo à austeridade é um elemento essencial para a confiança, para uma proposta ao país vinda do campo dos que hoje resistem. Mas no próprio movimento dos trabalhadores é necessária uma abertura à mais ampla unidade das lutas, dos seus coletivos de base e das organizações representativas da classe. Para conseguir essa unidade, é preciso superar a ideologia que alega interesses contraditórios entre velhos e novos, assim como as práticas que afastam segmentos da mesma classe trabalhadora: trabalhadores “dos quadros”, precários ou desempregados. É ainda necessário construir pontes com outros movimentos por direitos – de mulheres, imigrantes, LGBT... -, pontes que respondam à transversalidade social da exploração e afirmem uma nova cultura de solidariedade entre oprimidos e um novo discurso emancipatório no mundo do trabalho.

O Bloco pode e deve ser catalizador destas mudanças.

A história das e dos bloquistas na luta sindical e nas lutas sociais, nomeadamente na prática da democracia sindical e da defesa da representação proporcional nos sindicatos, no desenvolvimento de instrumentos de participação direta dos trabalhadores e trabalhadoras sobre as decisões que os/as afetam, de negociação transparente, são uma identidade forte. A organização dos/as seus/suas ativistas nos locais de trabalho, trazendo a sua experiência e as suas exigências de democracia, de participação e de transparência, é vital para ganhar a confiança de quem trabalha.

O setor do trabalho no Bloco deve então desenvolver-se, facilitar a partilha de experiências, organizar-se ao nível das empresas e setores, interligando a rede entre ativistas, membros/as de CT's, sindicalistas, para que possamos fazer a diferença que é necessária. Esse setor deve ser a garantia de que entre estes ativistas e o nosso grupo parlamentar a informação flui e o trabalho é articulado. Temos a obrigação de trabalhar com as distritais de forma a estimular o aparecimento de grupos de trabalho que conheçam os problemas no terreno e que envolvam todo o Bloco em momentos como os encontros nacionais do trabalho ou os encontros de membros das CT's.

Para quem subscreve este texto, ativistas do movimento dos trabalhadores, membros de CTs, dirigentes e delegados sindicais, a centralidade do trabalho é concreta, na ação a que dedicamos todo o nosso empenho e que nos transforma pelos laços de solidariedade em todas as lutas que fazemos.

Lutar pelo direito ao trabalho e pelos direitos sociais, vencer a precariedade e o desemprego

ADRIANO CAMPOS, ANA FEIJÃO, CRISTINA ANDRADE, HUGO EVANGELISTA, JOÃO CAMARGO, JOÃO CURVÊLO, JORGE PAIVA, MÁRCIA SILVA, MARCO MARQUES, MIGUEL HELENO, JOANA CAMPOS, RICARDO MOREIRA, RICARDO VICENTE, SARA SIMÕES, SOFIA ROQUE, TIAGO GILLOT E TIAGO PINHEIRO

A rápida degradação dos direitos laborais e sociais ocorre actualmente em plano inclinado. O Governo de Passos e Portas, aproveitando as condições únicas proporcionadas pelo reinado da troika e pela chantagem da dívida, puderam implementar uma verdadeira vaga de destruição. No entanto, a aceleração provocada pelo actual ciclo de brutais políticas anti-sociais e de transferência de rendimentos para o capital não nos deve iludir. Trata-se da consolidação de um projecto que estava já em plena aplicação em Portugal e, com diferentes ritmos e contradições, em todo o contexto europeu: a ambição é reconfigurar totalmente o campo do trabalho e, dessa forma, o conjunto dos direitos colectivos que associamos à democracia.

A generalização da precariedade laboral é, assim, a estratégia seguida para alcançar um retrocesso histórico no salário e no conjunto dos direitos no trabalho e na vida. Mas é também plano para fragmentar a classe trabalhadora e anular a sua capacidade de acção colectiva. Este roteiro só é possível a partir da pressão permanente baseada em elevadíssimos níveis de desemprego, acompanhada de um esforço ideológico continuado para individualizar a relação com o trabalho e abolir as referências colectivas. Não é apenas um regresso a um passado de dificuldades ou o fim de um intervalo histórico: o regime social da precariedade e do desemprego é um projecto que responde às conquistas históricas do movimento dos trabalhadores, para, a partir do seu recuo, recuperar níveis de exploração e desfazer a força colectiva. É por isso que não escolhe gerações ou qualificações, não selecciona profissões ou ramos de actividade.

O Bloco teve o mérito de nascer percebendo esta realidade. E de não ter medo de actuar sobre ela, mesmo quando ainda não tinha uma visibilidade própria e uma identidade na sociedade portuguesa. Sempre dissemos que é um gigantesco desafio, mas provavelmente o mais importante de todos: estancar a sangria da desagregação na classe trabalhadora, batalhar pelos direitos das vítimas da engenharia social que está a reconfigurar o mundo do trabalho. Somos nós. É um trabalho imenso, uma tarefa para um tempo longo, que exige a paciência da continuidade e tem de vencer grandes dificuldades. É um trabalho imenso, mas é incontornável e é o nosso.

Está hoje consolidado um trabalho social no terreno, desenvolvido por organizações e movimentos, que garantiu uma voz própria e um princípio de organização que responde à condição precária no trabalho e na vida. Muitos e muitas militantes do Bloco participam e são uma força activa nessa batalha, em que se estão a construir experiências de luta e organização.

É um caminho que vem construindo uma base de reivindicação e assegura o apoio mais elementar para vastos sectores excluídos de uma real possibilidade de participação ou representação. Alguns resultados relevantes foram obtidos, como a recente conquista de uma nova legislação para combater os falsos recibos verdes. Também a força e a coragem de lutas concretas, como no caso da Linha Saúde 24, prova que é possível enfrentar as amarras da precariedade e combater a tirania patronal para exigir direitos elementares.

As grandes mobilizações que a sociedade portuguesa conheceu nos últimos anos, além do seu extraordinário alcance social e político, da enorme força social que se exprimiu numa invulgar convergência de sectores e descontentamentos, foram igualmente uma poderosa demonstração de como é impossível ignorar as novas ansiedades que surgem dos sectores marginalizados no campo do trabalho. Seria um erro grave interpretá-las como meros acontecimentos casuais; ou, pior ainda, arrumá-las num balanço simples em que se concluisse que não obtiveram resultados práticos. Importa, acima de tudo, reflectir e actuar sobre os factores que explicam a incapacidade destes momentos gerarem continuidades na luta social. À esquerda, a responsabilidade está em contrariar esse vazio, em organizar e recuperar energias nos combates que são longos e permanentes, em construir redes e convergências que sejam duráveis, que alarguem a participação e consigam desenhar alternativas fortes e enraizadas socialmente.

Sabemos, portanto, que estamos ainda muito longe de conseguir contrariar a ofensiva em curso e que vivemos tempos de perda persistente. E, se dúvidas podiam subsistir, os últimos anos demonstram que não podemos esperar que nos seja oferecida alguma inversão desta tendência. Carregamos, por isso, o sentimento de urgência que reclama, de forma inadiável, que a luta contra a precariedade e o desemprego esteja no centro da acção colectiva do campo do trabalho como um todo. Ou seja, é preciso que a luta pelo direito ao trabalho esteja no centro da acção e das reivindicações, que a partir dela seja possível uma ampla convergência no movimento do trabalho. Por aqui passa, em grande medida, a sua viabilidade e um horizonte mínimo de futuro. É aí que temos de estar, com toda a energia e determinação.

Basta-nos a Constituição?

ADRIANO CAMPOS

Afirmar que a esquerda se deve bater pelos direitos das pessoas não é como inventar a roda. Essa certeza está inscrita na nossa atuação e no embate contra a austeridade perpétua. A verdadeira questão é perceber como se faz essa defesa na luta de classes, como se confronta a alternância política sob o poder de Merkel e dos mercados. Que caminho para juntar forças numa alternativa à austeridade?

A Moção E – “Bloco Plural”, encabeçada por Pedro Filipe Soares, é taxativa: “o centro do ataque da burguesia é à Constituição. A revisão constitucional é o ponto seguinte do plano da elite portuguesa”. Assim, “o BE deve esforçar-se para tornar central a luta contra essa revisão constitucional e pela defesa dos direitos, alargando a força e as convergências nessa luta”. A criação de uma maioria social em defesa da Constituição corresponderia a uma polarização necessária entre os que defendem os direitos das pessoas e os que defendem o projeto expoliador austeritário – “A escolha conservadora é clara: ou a Constituição ou o Tratado Orçamental”.

Sendo certo que a defesa da Constituição tem sido assumida com clareza pelo Bloco, possibilitando grandes embates com o Governo, a questão é saber se a defesa da Constituição define uma alternativa para o país, clarifica as opções à esquerda e permite uma mobilização ofensiva contra o campo da alternância e da austeridade. Olhar à nossa volta é um bom princípio de resposta. Foi em outubro de 2013, numa reunião da Mesa Nacional, que Luís Fazenda, da moção E, expressou pela primeira vez esta centralidade dada à Constituição. Apenas dois dias depois, Rui Tavares publicava o seu apelo a um “arco constitucional”: “Há que reequilibrar a política portuguesa, e para isso é preciso opor a este processo [de ataque à Constituição] um Arco Constitucional, ou Arco da Constituição, constituído pelos partidos e cidadãos que não estão dispostos a deixar que os valores democráticos, republicanos e de justiça social que constituem o quadro legal deste país sejam triturados sob pretexto do memorando com a troika” (Público, 14.10.2013). Esse arco, logo apoiado por André Freire (Público, 16.10.2013), teria a vantagem de federar todos os partidos à esquerda, do PS ao Bloco. O “arco constitucional” de Rui Tavares regressou no Congresso do Livre, cuja estrela foi António Costa.

Na próxima Convenção, o Bloco define uma orientação para dois anos, a meio dos quais haverá eleições legislativas. Neste período, com a orientação moderada proposta pela moção E, o Bloco teria no centro da sua política a defesa de uma Constituição que António Costa também jura defender e não rever nos seus aspetos sociais. No esforço para “tornar central a luta contra essa revisão constitucional”, em pleno confronto pré-eleitoral, o Bloco contribuiria para branquear o apoio do PS ao memorando e à política de cortes, dando a Costa mais uma oportunidade para se mostrar convergente à esquerda, prometendo fidelidade à Constituição enquanto se prepara para aplicar o Tratado orçamental.

De resto, é claro para qualquer trabalhador que a trincheira da Constituição é muito curta. É necessária, como já vimos, mas está muito longe de ser suficiente para estar no centro da política da esquerda: mesmo com esta Constituição, a austeridade avançou. Provas disso são as medidas selvagens que passaram no Tribunal Constitucional – 40 horas na função pública, o aumento do IRS, a CES – ou ao lado deste – como é o caso dos roubos de salários e pensões, privatizações, precarização.

O choque contra o centro político, contra o arco do Tratado Orçamental, continua a estar na proposta de abatimento da dívida. É nesta questão que o PS se enfraquece, apresentado-se incapaz. É a defesa da reestruturação da dívida, a partir da nacionalização da banca e de uma redistribuição radical dos rendimentos, que pode fortalecer-se o campo político onde nos situamos, sem biombos com o PS.

As autarquias locais e o seu relacionamento institucional com o Estado e as Regiões Autónomas

ALBERTO MATOS, ALMERINDA BENTO, ANDREIA FERNANDES, ANTÓNIO GOMES, BRUNO GÓIS, BRUNO LOURINHO, CARLOS GUEDES, CARLOS SOLPOSTO, CIPRIANO PISCO, CONSTANTINO ALEXANDRE, DAVIDE COSTA, FABIAN FIGUEIREDO, HELENA PINTO, ISABEL PIRES, JOÃO VASCONCELOS, JOAQUIM ESPÍRITO SANTO, JORGE RAMOS, JOSÉ DOMINGOS, JOSÉ MACHADO CASTRO, JOSÉ PEDRO OLIVEIRA, JOSÉ VEIA, LIA RIBEIRO, LUÍS CARLOS BRUM, LUÍS FILIPE PEREIRA, LUÍS MONTEIRO, LUÍSA TEIXEIRA, MANUEL VILARES, MARCO PEREIRA, MIGUEL MADEIRA, MOISÉS FERREIRA, NELSON PERALTA, PEDRO MOTA, PEDRO GONÇALVES, PEDRO OLIVEIRA, PEDRO TAVARES, PEDRO TEIXEIRA, RUI COSTA, RUI NÓVOA, SANDRA ALMEIDA, SILVESTRE PEREIRA, TERESINA PAZ, TIAGO CARVALHO, VERA PIRES, VIRGÍNIA MATOS

DIGNIFICAR AS AUTARQUIAS LOCAIS NA SUA RELAÇÃO COM O ESTADO E AS REGIÕES AUTÓNOMAS

As autarquias locais não estão dotadas de competências em matéria legislativa, sendo estas reservadas à Assembleia da República, ao Governo e às Assembleias Legislativas Regionais. No entanto, a igual legitimidade conferida pelo voto popular, pese embora o âmbito territorial mais restrito, impõe um especial papel dos órgãos das autarquias locais no relacionamento com os órgãos de soberania.

Os órgãos das autarquias locais, em número representativo, devem passar a gozar do direito de iniciativa legislativa perante a Assembleia da República e perante as Assembleias Legislativas Regionais, direito que de resto já é conferido a grupos de cidadão eleitores.

Na linha da defesa da extensão do direito de fiscalização abstrata da constitucionalidade a grupos de cidadãos eleitores proposta pela Moção E, deve também ser conferido tal direito aos órgãos das autarquias locais em matérias que as afetem, aprofundando assim o conteúdo do artigo 11.º da Carta Europeia da Autonomia Local.

As autarquias locais deverão dispor de um regime especial de exercício do direito de petição perante a Assembleia da República e perante as Assembleias Legislativas Regionais permitindo, em função da sua representatividade populacional, equiparar a obrigatoriedade do debate das suas petições perante as comissões e o plenário às petições subscritas por cidadãos.

A criação, extinção e modificação territorial das autarquias locais, que é concretizada por acto legislativo, deve ser precedida de referendo local, bem como de um amplo debate, conforme dispõe o artigo 5.º da Carta Europeia da Autonomia Local.

Por último e tal como a Moção E propõe, o Bloco deve defender sem ambiguidade as Regiões Administrativas no continente (a única autarquia cuja instituição em concreto foi sujeita a referendo em 1998), indispensáveis para completar a arquitectura democrática constitucional.

Poderes tributários e serviços públicos das autarquias locais

ALBERTO MATOS, ALMERINDA BENTO, ANDREIA FERNANDES, ANTÓNIO GOMES, BRUNO GÓIS, BRUNO LOURINHO, CARLOS GUEDES, CARLOS SOLPOSTO, CIPRIANO PISCO, CONSTANTINO ALEXANDRE, DAVIDE COSTA, FABIAN FIGUEIREDO, HELENA PINTO, ISABEL PIRES, JOÃO VASCONCELOS, JOAQUIM ESPÍRITO SANTO, JORGE RAMOS, JOSÉ DOMINGOS, JOSÉ MACHADO CASTRO, JOSÉ PEDRO OLIVEIRA, JOSÉ VEIA, LIA RIBEIRO, LUÍS CARLOS BRUM, LUÍS FILIPE PEREIRA, LUÍS MONTEIRO, LUÍSA TEIXEIRA, MANUEL VILARES, MARCO PEREIRA, MIGUEL MADEIRA, MOISÉS FERREIRA, NELSON PERALTA, PEDRO MOTA, PEDRO GONÇALVES, PEDRO OLIVEIRA, PEDRO TAVARES, PEDRO TEIXEIRA, RUI COSTA, RUI NÓVOA, SANDRA ALMEIDA, SILVESTRE PEREIRA, TERESINA PAZ, TIAGO CARVALHO, VERA PIRES, VIRGÍNIA MATOS

1 – Autonomia local e poderes tributários

Enquanto expressão da sua autonomia, as autarquias locais gozam de amplos poderes tributários, nos termos da lei.

O livre exercício dos poderes tributários das autarquias locais não pode ser inutilizado em nome de mecanismos de equilíbrio financeiro tais como os previstos pelo PAEL ou pelo FAM, qual “memorando da troika” para as autarquias, esvaziando os poderes de decisão dos órgãos legitimamente eleitos. Impõe-se a rápida alteração desta realidade.

Para a concretização das suas competências e funções sociais, as autarquias precisam de verbas adequadas. A taxação da utilização do espaço público para atividades lucrativas (caso das caixas ATM dos bancos) é apenas um exemplo, entre outros, de propostas de novas fontes de financiamento autárquico.

Alguns impostos que revertem em favor das autarquias locais, e perante os quais as autarquias locais dispõem de poderes de fixação das respectivas taxas, têm um grande peso nas famílias e, conseqüentemente, no debate político local. Assim:

- a) O Código do IMI deve ser revisto, passando os imóveis destinados à habitação própria e permanente dos agregados familiares a ser tributados com taxas diferenciadas e reduzidas;
- b) A participação variável dos municípios no IRS deve integrar elementos que mantenham o carácter progressivo deste imposto e permitam diferenciar as taxas de participação no IRS consoante os rendimentos dos agregados familiares.
- c) No quadro de um inaceitável desagravamento fiscal dos rendimentos de capital face aos rendimentos do trabalho, impõe-se maior justiça no tratamento da Derrama, isentando do seu pagamento apenas as pequenas e micro empresas.

A fixação de tarifas de serviços, como a água, o saneamento e a recolha de resíduos sólidos urbanos deve competir inequivocamente ao órgão deliberativo do município: a assembleia municipal. Em particular no abastecimento de água e de saneamento, reconhecido como um Direito Humano pela ONU, o Bloco opõe-se incondicionalmente à sua privatização, mesmo sob a capa de concessão, devendo os municípios assegurar sempre a prestação desses serviços.

A pressão financeira sobre as autarquias locais tem levado à cobrança de taxas que constituem verdadeiros impostos, na senda da austeridade praticada pelo governo em termos nacionais. Deve haver especial atenção a estes abusos, que vão ocorrendo um pouco por todo o lado, sendo o caso mais visível a Taxa Municipal de Proteção Civil em Portimão.

2 – A titularidade pública dos serviços públicos essenciais e a organização dos Municípios

Este Governo, na senda ultraliberal, tem promovido paulatinamente a privatização da gestão e titularidade de serviços públicos essenciais como o abastecimento de água, saneamento, recolha de resíduos e transportes públicos. Serviços como a captação e distribuição de água, devem permanecer, tal como a sua gestão, na esfera pública municipal ou intermunicipal.

De resto, a concessão ou privatização destes serviços origina inevitavelmente uma perda de qualidade dos mesmos e pesados encargos para as autarquias locais, decorrentes de contratos usurários que beneficiam os privados e oneram ainda mais os cidadãos utilizadores. Basta de PPP's e de verdadeiros “negócios da China” à custa das populações.

3 – A privatização da atividade municipal

As autarquias locais utilizam por vezes entidades por elas participadas para desenvolver a sua ação, invocando agilidade e eficiência de gestão. No entanto, na maioria dos casos, o que se pretende é a desorçamentação e a fuga às regras de controlo público. Para além, é claro, da diminuição do controlo democrático dos eleitos locais relativamente a estas atividades.

Impõe-se, por isso, reforçar o controlo democrático dos eleitos sobre as entidades participadas pelas autarquias locais, bem como a limitação do recurso a esta forma de organização da atividade autárquica.

Sem prejuízo desta posição de princípio quanto ao sector empresarial local e às entidades participadas pelas autarquias, em caso de extinção de empresas municipais e de internalização das suas atividades, devem ser garantidos os postos de trabalho e os direitos adquiridos, no cumprimento do direito fundamental ao trabalho da legislação comunitária.

Democracia local

ALBERTO MATOS, ALMERINDA BENTO, ANDREIA FERNANDES, ANTÓNIO GOMES, BRUNO GÓIS, BRUNO LOURINHO, CARLOS GUEDES, CARLOS SOLPOSTO, CIPRIANO PISCO, CONSTANTINO ALEXANDRE, DAVIDE COSTA, FABIAN FIGUEIREDO, HELENA PINTO, ISABEL PIRES, JOÃO VASCONCELOS, JOAQUIM ESPÍRITO SANTO, JORGE RAMOS, JOSÉ DOMINGOS, JOSÉ MACHADO CASTRO, JOSÉ PEDRO OLIVEIRA, JOSÉ VEIA, LIA RIBEIRO, LUÍS CARLOS BRUM, LUÍS FILIPE PEREIRA, LUÍS MONTEIRO, LUÍSA TEIXEIRA, MANUEL VILARES, MARCO PEREIRA, MIGUEL MADEIRA, MOISÉS FERREIRA, NELSON PERALTA, PEDRO MOTA, PEDRO GONÇALVES, PEDRO OLIVEIRA, PEDRO TAVARES, PEDRO TEIXEIRA, RUI COSTA, RUI NÓVOA, SANDRA ALMEIDA, SILVESTRE PEREIRA, TERESINA PAZ, TIAGO CARVALHO, VERA PIRES, VIRGÍNIA MATOS

Razão de Ordem

Os/as subscritores/as desta contribuição para o debate na IX Convenção do Bloco de Esquerda, desenvolvendo actividade autárquica e sendo subscritores da **Moção E – “Bloco Plural – Fator de Viragem”**, conscientes das limitações à dimensão das Moções globais à Convenção, julgam importante aprofundar o debate conducente à elaboração de uma política de esquerda na autarquias locais, baseada na experiência de intervenção e no pensamento dos autarcas do BE.

A política autárquica necessita de se renovar, respondendo aos novos desafios que colocam em causa a sua autonomia e asfixiam financeiramente as autarquias. Existe um novo quadro político, fruto das reformas levadas a cabo por este Governo mas também da aplicação, embora mitigada, da Lei da Limitação de Mandatos. Essa renovação tem que corresponder a um novo patamar de exigência e de proposta concreta.

Que democracia local?

A democracia local, enquanto elemento essencial da autonomia das autarquias locais merece reflexão e aprofundamento em três grandes dimensões: a democracia representativa, a democracia participativa e a democracia direta.

Melhorar os mecanismos de Democracia Representativa

Ao nível da democracia representativa importa acentuar a responsabilidade política dos órgãos executivos perante os órgãos deliberativos das autarquias locais – municípios e freguesias – devendo estes passar a ter o poder de demissão daqueles.

O presidencialismo do sistema de governo das autarquias locais deve ser diluído, evitando assim verdadeiros caudilhismos locais que têm sido patrocinados pelo atual sistema de governo autárquico, reforçando o papel dos órgãos executivos colegiais e das assembleias.

A oposição democrática tem um papel insubstituível de fiscalização e controlo das maiorias governativas. Importa, por isso, tornar mais efetivos os poderes e os direitos de quem exerce mandatos locais na oposição.

O combate aos vícios do presidencialismo aconselha a um aprofundamento do regime de limitação de mandatos, pondo fim à “transumância” de caudilhos de autarquia local para autarquia local, bem como a sua presença, noutras posições, em executivos autárquicos, como se verificou apesar da atual lei de limitação de mandatos.

A igualdade de tratamento das candidaturas de cidadãos eleitores aos órgãos das autarquias locais deve ser aprofundada, mitigando-se as exigências quanto ao número de subscritores, à adopção de siglas e símbolos que as identificam e outras condições materiais que as colocam em clara desvantagem relativamente às candidaturas promovidas por partidos políticos.

Por último, mas nem por isso menos importante, defendemos a adopção da *Recall Election*, isto é a possibilidade de os mandatos representativos dos órgãos das autarquias locais serem interrompidos por decisão popular, expressa através de referendo. Se as populações têm o direito de escolher os seus representantes deverão ter, verificados alguns requisitos formais que evitem a banalização deste instrumento, o poder de efectivar a sua destituição e de provocar novas eleições, tal como é proposto na moção E.

Efetivar a Democracia Participativa

A dimensão participativa tem especial relevo na democracia local. Com efeito, é aqui que as populações se sentem mais motivadas a participar, tendo em conta a sua proximidade aos problemas abordados pelas autarquias locais.

As ainda incipientes experiências de Orçamento Participativo devem ser generalizadas a todas as autarquias locais, aprofundando os seus mecanismos com vista a um sempre maior envolvimento das populações.

No âmbito do planeamento e ordenamento do território, bem como do licenciamento urbanístico, devem ser aprimorados os mecanismos de consulta pública, promovendo-se uma maior divulgação das decisões sujeitas a consulta pública, bem como o desenvolvimento dos mecanismos de participação.

Em Bloco contra o TTIP

ALDA SOUSA, ALEXANDRA RICARDO, JOÃO CAMARGO, RICARDO CABRAL FERNANDES, SARA SIMÕES, MARIANA MORTÁGUA

O TTIP, TAFTA ou Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (PTCI) é um acordo de livre comércio e investimento que está, neste momento, em fase de negociações entre a União Europeia (UE) e os Estados Unidos (EUA). As negociações começaram em Junho de 2013 e prevê-se que fiquem concluídas até 2016. Os governos dos Estados-membros da UE, sem consultarem os seus próprios parlamentos (muito menos os seus povos) transferiram para a Comissão Europeia a “legitimidade” de negociar com a administração Obama em nome dos 28.

Sob pretexto da eliminação do aumento do investimento directo e eliminação de barreiras tarifárias e alfandegárias, o TTIP apenas serve as grandes empresas em ambos os lados do Atlântico. Prepara-se a maior desregulamentação de que há memória na UE. O TTIP constitui uma fortíssima ameaça à democracia

Se por um lado o acordo vai eliminar as pequenas barreiras que ainda existem, permitindo um aumento de lucro, o seu objectivo principal é dar às grandes multinacionais uma ferramenta para atacar os Estados e as pessoas. A ISDS (Investor-state dispute settlement) é essa ferramenta: uma cláusula de resolução de litígios entre investidores e Estados, intermediada por advogados privados, com um histórico infalível de subjugar os Estados às empresas, decidindo a favor dos privados.

A ISDS vai permitir a uma qualquer empresa processar um Estado (a nível central ou local) se por exemplo, este decidir que a água, ou os transportes públicos, devem ficar na esfera pública e não podem ser privatizados: ameaça à concorrência, dizem eles. É o fim da soberania dos Estados.

Uma análise profunda do relatório sobre o tratado encomendado pela Comissão Europeia, sobre o impacto geral da sua aplicação revela, entre outros, um efeito devastador no campo do trabalho. Por exemplo, os EUA não ratificaram normas elementares em matéria de direito de trabalho, no quadro da organização internacional do trabalho (OIT), nomeadamente no que respeita às convenções sobre liberdade de associação e de acção sindical. Esta realidade implicaria que seria exigível que os países europeus não tivessem que cumprir essas convenções que assinaram. Prevê-se, no cenário mais optimista a destruição de mais de um milhão de postos de trabalho na Europa. A abertura de práticas ambientalmente insustentáveis, desde a exploração de gás de xisto e fracking ou a liberalização de alimentos transgénicos na Europa são outras questões em discussão no acordo. Outro aspecto importante é o do preço dos medicamentos e do possível fim dos genéricos

O TTIP é uma ferramenta de transferência de poder na maior escala. As legislações nacionais e regionais subjugam-se ao império do comércio livre, privilegiando-se sempre a atracção do investimento e desprotegendo oficialmente populações, finanças, ambiente, alimentação, trabalho e serviços públicos. Tudo poderá ser posto em concorrência, ou seja, a privatização dos serviços públicos passará a ser facilitada

Por este motivo, as negociações decorrem no maior secretismo, contra decisão do Tribunal Europeu e até à margem dos deputados do Parlamento Europeu. O mandato de negociação só há 15 dias foi tornado público pelo Conselho Europeu. Por outro lado, as multinacionais têm acesso directo às negociações e o lobbying praticado na discussão deste acordo é de escala épica, da parte de todos aqueles que poderão ganhar com o mesmo: da Goldman Sachs à Monsanto, da BMW à Coca-Cola, da Nestlé à Bayer.

A aprovação do TTIP será uma bomba atómica sobre o país, depois de 3 anos de troika. O Bloco deve concentrar forças e usar todos os meios ao seu alcance para fazer parar as negociações em curso, divulgando todos os contornos deste acordo. Este trabalho deve ser realizado nas várias instâncias do Bloco que devem informar a população sobre o que está em causa. É necessário tornar claro que PS, PSD e CDS são a favor da TTIP e, na Europa, continuar a expor a falta de transparência e democracia no processo das negociações, lideradas pelas empresas. Apesar de a Comissão Europeia ter chumbado a iniciativa de cidadania europeia (ICE), esta deve continuar ainda que de forma “não-oficial”. O Bloco deve ainda apoiar os seus activistas para que participem empenhadamente nos vários movimentos nacionais e nas dinâmicas redes internacionais que lutam neste momento contra o TTIP.

Os jovens todos, na luta toda!

ALEXANDRA RIBEIRO, ANDRÉ MOREIRA, BRUNO GÓIS, DIOGO BARBOSA, FABIAN FIGUEIREDO, GONÇALO CABRAL FERREIRA, ISABEL PIRES, JOÃO MANSO, JÚLIA PEREIRA, LAURA DIOGO, LUÍS BERNARDINO, LUÍS MONTEIRO, PEDRO CELESTINO, RUTE SIMÃO, SARA SCHUH, SUZAN TIMUROGLU

O debate sobre o modelo de organização dos mais jovens dentro do Bloco de Esquerda é dinâmico desde sempre, tendo dado origem a modelos diferentes. No presente momento, existe um modelo de organização estudantil, que agrega todos e todas as que estudam e focam o seu activismo político no espaço da escola pública e das universidades.

Este modelo teve origem numa necessidade, na altura, de intervenção estudantil pelos ataques ferozes (e que continuam) à escola pública, mas também porque a massa crítica jovem do BE sentiu que se devia agregar nesta área de luta.

Apesar de todas as vantagens que possa ter este modelo e das vantagens do trabalho já alcançado, é consensual, hoje, que este modelo não serve as necessidades de intervenção jovem dentro do Bloco de Esquerda.

Isto porque uma intervenção jovem não se esgota com a intervenção estudantil e urge, no momento político actual, trabalhar com base num modelo amplo, que não invalide nenhuma intervenção sectorial. Há, por outro lado, que olhar para a realidade á nossa volta e perceber onde estão os jovens do país e quais as maiores ameaças que enfrentamos: e não se circunscrevem ao meio estudantil.

Na II conferência de Organização propusemos que se iniciasse a reflexão sobre o modelo existente para pensar o futuro, apresentando uma proposta de caminho para um novo modelo. Um modelo que deve englobar todos e todas as jovens na sua discussão e formação de base, sem preconceitos e com legitimidade democrática. Um modelo que seja também um reflexo da realidade dos nossos dias.

Num momento em que cada vez menos e menos pessoas têm possibilidade de estudar devido aos seus custos, a luta deve estar concentrada no fim da mercantilização do ensino, mas também junto daqueles e daquelas que emigram, que têm trabalho precário ou que estão desempregados sem perspectivas de futuro. E só com um sector jovem organizado, que privilegie vários sectores de luta, poderá dar resposta aos anseios dos jovens e implementar-se na sociedade portuguesa.

Um modelo que cresça da discussão de base, com legitimidade democrática, sem grupos ou comissões tuteladas; um modelo de coordenação de jovens que seja representativa de todos os activismos, dando espaço a todos e a todas que hoje não têm esse espaço político no Bloco ou na sociedade.

Acreditamos ser possível contrariar a tendência de descredibilização da política sentida nas camadas mais jovens da sociedade através da sua integração em todas as discussões; acreditamos ser possível inverter a tendência vivida internamente de dificuldade de atrair mais jovens para o trabalho estudantil, no secundário e no superior.

Atrair jovens para a luta contra o trabalho precário, para a luta por mais direitos na investigação, para a luta contra a emigração forçada, para a luta feminista (na escola, locais de trabalho, etc), para a luta ecologista e tantas outras lutas que cada um e cada uma queira fazer. Mas também o movimento inverso, se levar uma política activa para os locais onde estas lutas se travam.

Maior abrangência e democraticidade para um maior enraizamento e diversidade na discussão e acção dentro e fora do Bloco de Esquerda, é isso que propomos.

Ciência precisa-se !

ALEXANDRA RICARDO, IRINA CASTRO, JOANA LOUÇÃ, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOÃO MINEIRO, JOSÉ MANEIRA, JOÃO TEIXEIRA LOPES, LILIANA FONSECA RODRIGUES, RUI D'ÁVILA LOURIDO, RUI CURADO, SOFIA ROQUE

Desde a tomada de posse do governo de Pedro Passos Coelho temos assistido, quase à velocidade da luz, ao desmantelamento do sistema de investigação científica e desenvolvimento tecnológico que foi erguido com o esforço de tantas e tantos profissionais a uma velocidade sem paralelo com qualquer países do mundo. O plano do governo de direita PSD/CDS, através das reduções das funções do Estado ao mínimo, submete aos ditames do capital a criação e difusão de conhecimento, e as vidas de todas e todos os que o produzem erradicando progressivamente a ideia do conhecimento como bem comum. O plano está montado: reduzir drasticamente a democratização do acesso e da produção científica, ao mesmo tempo que se procura uma ciência ideologicamente comprometida com o poder.

O plano que se concretiza através da condenação de várias gerações de investigadores/as, institucionalizando a precariedade, promovendo a emigração forçada em massas e levando os centros de investigação à bancarrota, tem também promovido uma desigualdade científica, afetando em especial todas as investigação consideradas sem “valor de mercado”.

Em Portugal, com uma das classes capitalistas mais rentistas da Europa, esta prioridade à investigação “próxima do mercado” não é, mais ainda do que noutros países, para levar a sério nos seus termos, correspondendo a mais uma descarada apropriação privada de recursos públicos. O capital não precisa de ciência em Portugal. Mas (por enquanto) tem de fingir que sim.

Em menos de 4 anos, o governo reduziu mais de 40% o financiamento para as instituições de investigação científica, cortou mais de 53 milhões de euros na Fundação para a Ciência e Tecnologia, arrasou Centros de Investigação, precarizou vida de milhares de profissionais científicos.

Só no ano passado, o governo reduziu 40% o número de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento. Promoveu concursos de contratação de investigadores pautados por erros obscuros e critérios pouco transparentes. Cancelou a abertura de projetos estruturais de investigação, remetendo o financiamento do estado para projetos de âmbito residual a que chama de exploratórios. Reduziu o número de contratações de investigadores/as doutorados, e deixou grande parte dos centros de investigação portugueses condenados ao desaparecimento com o processo de avaliação encomendada à European Science Foundation, cuja atitude persecutória em relação às críticas feitas pela comunidade é simplesmente vergonhosa.

A estes factos, associa-se a nomeação de Carlos Moedas para Comissário Europeu da Ciência, uma pasta para a qual não se lhe reconhecem quaisquer competências. Pelo contrário, a única competência científica de Moedas é a sua experiência no governo de Passos Coelho que destruiu o sistema científico nacional e promoveu o despedimento coletivo de milhares de investigadores e investigadoras portuguesas. Na Europa, a incompetência política e a mediocridade científica são bem valorizadas.

Neste cenário o Bloco tem denunciado e estado com os investigadores e investigadoras, com os centros e institutos, na defesa por uma ciência pública, plural e democrática.

Em Julho, o Bloco promoveu uma audiência sobre os centros de investigação científica na Assembleia da República, esteve nas ruas com os estudantes de doutoramento e investigadores pós-doutorandos que viram as suas vidas destruídas, debateu e debateu-se muito.

Mas ainda há um longo caminho a percorrer. Um caminho que exige ao Bloco de Esquerda assumir a Ciência como um setor estratégico da sua ação política e intervenção, que assuma a ciência como setor estratégico para o país. Um caminho que nos exige não apenas exigir, mas também promover a mudança no seio da academia. Precisamos pois de construir forças dentro e fora, que permitam rejeitar os atuais valores utilitaristas que orientam a ciência, reorientando-os para ao serviço do conhecimento e da sociedade.

É urgente também a estruturação de um grupo de trabalho sobre ciência no Bloco de Esquerda, que tenha capacidade de articulação de ativistas, que promova a partilha de experiências militantes de trabalho e que solidifique a intervenção do partido nesta área.

Precisamos de construir forças dentro e fora, que permitam rejeitar os padrões e métricas de avaliação da atividade científica, que em nada olha à qualidade e missão da investigação na sociedade, mas apenas se preocupa com o seu valor de mercado final.

Precisamos de construir forças para exigir contratos e direitos laborais, em vez da generalização das bolsas e sem perdas salariais, uma verdadeira carreira contributiva e sindicatos fortes e agregadores, que compreendam a precariedade a que os jovens cientistas estão hoje condenados, reconhecendo o seu trabalho como produção científica e não como de tarefas.

Ciência precisa-se !

A eleição de delegados/as e a desvalorização dos debates

ALEX GOMES, CARLOS CARUJO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, LÍDIA FERNANDES

Uma das preocupações comuns a todas as moções apresentadas nesta convenção é a democracia interna, e a necessidade de maior participação política. Contudo, se há entendimento no plano das ideias, as questões práticas separam concepções do que é a democracia de alta intensidade pela qual lutamos. Assim, nesta Convenção repete-se o erro de realizar os debates obrigatórios em cada um dos distritos e regiões autónomas já depois de encerrado o prazo de entrega de listas de delegados e delegadas.

Isto significa, por exemplo, que alguém que não esteja previamente alinhado/a com nenhuma das moções publicadas - ou seja, que não apoie nenhuma das moções ainda antes da sua publicitação através do caderno de debate #1 (7 de Outubro) - ou fica absolutamente convencido/a, propõe alterações (se assim entender) e apoia uma moção dentro do prazo de entrega das listas de delegadxs (24 de Outubro) ou fica impossibilitado/a de participar nas listas das moções. Se tiver dúvidas e se quiser posicionar-se a partir dos debates entre moções (1 a 9 de Novembro)... tarde demais, as listas já estão fechadas!

Por tudo isto, consideramos que esta forma de organização do processo de convenção - priorizando a elaboração de listas em relação aos debates entre moções - beneficia as moções que contam com um aparelho considerável a trabalhar a seu favor, e prejudica as moções que à partida não tenham rede organizada de contactos a nível nacional e tenham menos recursos para organização de iniciativas prévias. E, sobretudo, desvaloriza o papel do debate de ideias na construção de um projeto coletivo.

Reinventar a unidade, desdramatizar a pluralidade

ALEX MATOS GOMES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, IRINA CASTRO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ VIANA, LÍDIA FERNANDES, LUÍS FILIPE PIRES, LUÍS RIBEIRO, MARIA EMÍLIA GOMES, NUNO MONIZ, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA E RODRIGO RIVERA.

Camaradas,

A próxima Convenção do Bloco de Esquerda será excepcional a todos os níveis. Pela crise económica e o que significa nas nossas vidas, pela crise no Bloco e o clima tenso que se vem arrastando. Assim, acreditamos que é a existência do próprio Bloco de Esquerda enquanto projeto de unidade ampla anticapitalista que está em causa.

Contudo, regista-se um acordo significativo entre várias das moções relativamente aos conteúdos centrais de uma política de esquerda, nomeadamente no que diz respeito a temas como o combate à austeridade, a dívida, o euro, a Europa, a rejeição do TTIP entre muitos outros.

Com isto não queremos, longe de nós, minorizar as diferenças. Elas existem e são suficientes para que não faça sentido uma perspetiva de fusão de moções. Pelo contrário, pensamos que a escolha de alternativas deve ser desdramatizada.

Contudo, o que temos em comum e a necessidade de manter o Bloco unido para enfrentar os dias difíceis que temos pela frente interpelam-nos para pensarmos o espaço que existe depois da Convenção para trabalhar em conjunto e a melhor forma de reinventar o Bloco.

Desta forma, dado o clima da discussão e os equilíbrios de forças à data conhecidos, pensamos que, em vez de um ou dois coordenadores/as apoiados/as por menos de metade da organização, deveremos apelar à unidade num sistema coletivo de porta-vozes.

Assim reconstruímos laços de confiança, reinventaremos a unidade que fez do BE aquilo que conseguiu ser, unir-nos-emos sem recorrer a acordos de cúpulas, sem hegemonias partilhadas, aprofundando a democracia como é preocupação de todas as moções que se apresentam à Convenção.

Assim, estaremos juntos/as e mais fortes para fazer a luta toda!

Que caminho tão longo, que viagem tão comprida

ALICE BRITO

Eu só queria dançar contigo, sem corpo visível, dançar como amigo se fosse possível, Sérgio Godinho

A esquerda e o feminismo nem sempre estiveram no mesmo caminho.

O feminismo foi muitas vezes caminhada solitária para alcançar um patamar mínimo de decência.

Com as excepções explícitas do chamado feminismo neoliberal, o feminismo mantém intacta a chama limpa da ideia libertadora.

É preciso que a esquerda se sinta feminista e o feminismo assuma a esquerda.

Nos grandes momentos da vida dos povos, que foram responsáveis pela mudança da vida, as mulheres foram personagens principais e não figurantes.

A revolução francesa, a Comuna de Paris, a revolução Russa, a guerra civil de Espanha, são disso exemplos. As mulheres ensaiaram novas formas de viver. À medida que estes momentos de ouro perdiam glória, as mulheres foram puxadas para trás pela moral vencedora. Foi assim com a burguesia na revolução francesa e na comuna, foi assim com os fascistas em Espanha e foi assim com os estalinistas nas revoluções socialistas.

Quando se fala da luta das mulheres pelo direito a ser, fala-se de um grande abalo telúrico que faz tremer sobretudo a ordem doméstica, aquela que assenta sobre as rotinas que dão estabilidade à vida, sobre o conforto das coisas feitas, das refeições pontualmente servidas, sobre o garante unilateral do bem-estar das crianças. Esta é a ordem que possibilita poder e sujeição. **A ordem que é todo o edifício da vida até aqui.** Só que esse edifício é construído, mantido e garantido apenas por metade da população. Se a metade beneficiária está no poder, as coisas complicam-se e o combate pode ser duro.

Que o diga toda a esquerda. **A esquerda sob o pretexto teórico da primeira contradição da sociedade ser a das classes, colocou a luta das mulheres sempre em segundo plano.** Quando o proletariado vencesse a revolução, no socialismo, no comunismo, num qualquer amanhã, as mulheres veriam a sua situação resolvida. Entretanto, o primeiro de todos os combates era contra o patronato explorador. Dentro da intimidade da vida doméstica, não fazia confusão à esquerda que os homens se sentassem à mesa e nem o prato levantassem para ir à reunião do partido lutar contra o capitalismo sugador.

O “clã estalinista”, por exemplo, essa mancha ideológica e procedimental que levedou praticamente no mundo todo, vai ser responsável por retrocessos substanciais. A acústica aparelhística dos partidos comunistas classificará muitas vezes o feminismo de pequeno burguês e divisionista do movimento operário.

Em França, durante décadas, a CGT recusou-se a lutar pelo direito à contracepção e ao aborto; em Itália o PC chegou à pouca-vergonha de ser contra o divórcio aliando-se à Igreja Católica.

As feministas radicais dos anos 60 e 70 vão sublinhar que a raiz da opressão é patriarcal.

Família, sexualidade, corpo, vão ser alvo de aturada análise, concluindo-se pela necessidade de ruptura.

Abriam-se as portas ao privado. O privado é político.

Será possível hierarquizar opressões?

Será possível acreditar que quando acabar a opressão capitalista, a opressão de que as mulheres são vítimas desaparecerá magicamente?

Um movimento anti-capitalista e feminista será mais forte que outro que comporte apenas uma destas dimensões. O que se impõe é a construção de um sujeito colectivo que integre a luta contra todas as formas de opressão.

É tempo de recuperar o tempo. E este tempo feroz tem sido o tempo da feminização do trabalho produzido pela globalização capitalista.

Conjugar o anti capitalismo com a luta feminista, sem que cada uma destas lutas se atropela uma à outra, é o desafio que se coloca hoje a ambos os movimentos. A influência esmagadora da ideologia neoliberal é tão forte que hoje, a esquerda, não ousa pôr em causa a família burguesa. Os media sugerem a toda a hora que já não há necessidade de lutar seja pelo que for. As liberdades estão todas alcançadas. A mulher já vota. Tem os mesmos direitos constitucionalmente consagrados. As raparigas aparecem na publicidade com roupas ousadas e desportivas. A modernidade chegou trazendo uma saquilada de libertações. O que é que falta?

No entanto, a violência doméstica prossegue implacável; as diferenças salariais não são vistas como um escândalo; o acesso ao topo, à liderança, à gestão da sociedade, permanece inatingível para a maioria das mulheres; o trabalho doméstico cola-se às mãos femininas como se fosse uma luva invisível.

Para agir, para mudar, não há melhor momento que este momento.

Em conclusão:

Opressão é opressão. Não há opressões de primeira e de segunda. A luta contra uma opressão não exclui a luta contra a outra opressão. Não é possível um projecto de mudança da sociedade que não promova a luta feminista.

Uma esquerda sem feminismo é uma esquerda fossilizada. E, como escreveu Brecht, “fabricar fósseis é tarefa fatigante e dispendiosa”.

Ainda a Paridade

ALMERINDA BENTO

Quando em 2012 o Bloco de Esquerda foi confrontado com o afastamento de Francisco Louçã da coordenação do partido e a passagem do testemunho para Catarina Martins e João Semedo, as reacções foram de surpresa. Surpresa por ser uma proposta inusitada, inesperada, não discutida previamente e pela novidade. Essa surpresa foi não só dentro, como fora do Bloco.

Na altura, o então coordenador justificou a bondade da proposta de modelo paritário por ser inovadora, mas também por existir em alguns partidos na Europa. Desde logo, o qualificativo “paritário” passou a ser substituído por “liderança bicéfala” nos órgãos de comunicação social, mas também frequentemente era ouvido dentro do nosso partido em reuniões de militantes. Defensora da paridade e com um percurso enquanto activista feminista frequentemente confrontada com militantes de organizações de mulheres adversárias da paridade e das quotas, esta mudança na coordenação do nosso partido, obrigava-me a colocar a defesa da paridade e a rejeitar a designação “bicéfala” entre os nossos camaradas. Acreditava que era possível ao Bloco marcar pela inovação e pela diferença, também aqui.

Aliás, o Bloco tinha no seu percurso a luta pela paridade e uma importante quota parte na aprovação da Lei da Paridade na Assembleia da República no ano de 2006, em que é fixada uma representação mínima de 33% de cada um dos sexos. Acrescento, na aprovação e na sua aplicação. Convém lembrar que na Assembleia da República e na actual legislatura é o Bloco quem tem a mais elevada percentagem de deputadas, de entre os 230 deputados e deputadas que constituem a Assembleia. O CDS tem 6 deputadas em 24 (25%), o PCP 4 deputadas em 14 (28,6%), o PSD 32 deputadas em 108 (29,6%), o PS 22 deputadas em 74 (29,7%), os Verdes 1 deputada em 2 (50%) e finalmente o Bloco de Esquerda 5 deputadas em 8 (62,5%).

Portanto, em 2012, na sequência do fim de uma liderança forte, o nosso partido aprovou em Convenção uma proposta de liderança paritária que era um desafio múltiplo. Mas passados dois anos, que balanço fazemos dessa experiência? É com estranheza que lemos na Moção Unitária, a propósito desta questão “... apesar das virtualidades reveladas pelo modelo. O Bloco pagou o preço de ser o primeiro partido português a estabelecer a paridade na sua representação.” Só isto? Parece-me muito pouco. Não há na Moção U uma ponta de autocritica, nem o mínimo de humildade para questionar “as virtualidades do modelo” aplicadas à coordenação do/dum partido. Estamos no momento certo para analisar e questionar o rumo do nosso partido e também o modelo de coordenação. Não basta fazermos as propostas ideais, perfeitas, politicamente correctas; se elas estão desfasadas das dinâmicas sociais e do tempo próprio, elas são rejeitadas e de nada valem. Honestamente, camaradas, qual o feedback que têm sobre a nossa coordenação paritária, dentro e fora do partido entre a população com quem contactam? Ela não consegue colher apoio, não transmite confiança, não é mobilizadora.

E logo a seguir, numa fuga para a frente, sem que haja um reconhecimento sério de que este modelo de liderança correu mal, lê-se na Moção U: “Nesta Convenção, fazemos um novo avanço no sentido da consagração da paridade como regra democrática e política da esquerda, estabelecendo-a em 50/50 na Mesa Nacional e na Comissão Política. Também na coordenação, mantemos a coerência dessa escolha pela paridade.” Sobre o avanço para a consagração da paridade plena nos órgãos de direcção – Comissão Política e Mesa Nacional – orgulho-me, enquanto apoiante da Moção Plural, de termos sido pioneiros/as nesta proposta que mereceu posteriormente apoio por parte de outra moção à IX Convenção. Sabendo que é um caminho que, dentro do nosso partido, há que fazer e que não é fácil, é, no entanto, um desafio que se coloca a todos/as nós e que passa por uma maior aposta nas nossas camaradas e no alargamento do Bloco a mais militantes. Mas para isso, a questão da confiança no rumo da política e na liderança é vital. A paridade política que já conquistámos tem de ser sustentada pela paridade social que hoje está fortemente em risco, fruto das políticas austeritárias que têm conduzido muitas mulheres a regressar ao lar. O reganhar da confiança passa por uma mudança na liderança e, sobretudo, pela clareza da política que a liderança consiga transmitir.

Termino, rejeitando liminarmente que esta minha intervenção possa ser apodada de misógina ou de retrógrada por questionar a manutenção da coordenação paritária. Se quisermos fazer “um debate mais profundo que todos os que o Bloco já conseguiu fazer, capaz de recuperar a confiança e a iniciativa na construção da mais ampla unidade social e política.” temos que ser consequentes. Ir à raiz do problema, questionar o que correu mal e arrear caminho. Para bem do Bloco de Esquerda e do futuro do nosso país.

Roteiro para uma cidadania activa, na construção duma democracia real

AMÂNDIO CORDEIRO, TERESA DELGADO, JOANA CARVALHO

Qualquer edifício ideológico novo necessita, para permitir o alcance dos objectivos pré-definidos, assentar num certo número de premissas, na condição destas facultarem, pela adesão à realidade, o desenvolvimento dum processo realmente democrático. O edifício que se pretende construir será sujeito à aprovação das seguintes premissas:

1. As Classes Dominantes nacionais é que detêm o poder político efectivo, preparando-se para transmitir progressivamente esse poder a uma Nova Ordem Mundial em marcha, de que o GMT (Grande Mercado Transatlântico), entre os Estados Unidos e a UE, que irá constituir a pedra basilar.
2. As Classes Médias Trabalhadoras constituem, na actualidade, a única força motora contra o projecto de manutenção de Regimes de Classes Dominantes, após o desaparecimento e enfraquecimento progressivo do proletariado clássico.
3. Só com a criação, pelos movimentos de esquerda, de novos partidos e movimentos que integrem e organizem as Classes Trabalhadoras espezinhadadas, poderá ser retomada a luta decisiva pela construção duma sociedade mais justa, centrada na reconstrução dum novo Estado Social, livre de Corrupção em todas as suas formas.

1º COROLÁRIO

A construção duma sociedade Anti Nova Ordem Mundial, apenas poderá ser levada a cabo através duma redução progressiva, mas acelerada e firme, do poder político efectivo das Classes Dominantes.

2º COROLÁRIO

O poder político das Classes Dominante apenas poderá desaparecer com o surgimento do poder de novas formas de organização dos cidadãos.

I

DA NOVA FORMA DE ACTUAÇÃO DO BLOCO A NIVEL LOCAL

Um partido de massas começa pela imersão dos seus aderentes em movimentos e actividades de natureza cívica. Não se trata de um processo de recrutamento mas a expressão duma empatia para com os ideais, aspirações, problemas específicos de grupos de cidadãos. Não se trata de levar o partido aos cidadãos nem os cidadãos ao partido. Trata-se de partilhar uma preocupação comum.

Paralelamente trata-se de estabelecer ou reforçar uma ponte entre essas organizações e os órgãos de poder local: Freguesia, Concelho, Distrito.

Todo o aderente deve estar atento aos problemas que surjam e afectam uma boa parte da comunidade. Agir imediatamente como factor de coesão.

Por último, todo o tipo de acções que conduzam ao esclarecimento sobre a forma de exercício do poder da Classe Dominante, devem ser levadas a cabo. É aqui, neste grande processo reciprocamente pedagógico, que entra a segunda parte do Roteiro: a Organização Cidadã.

II

ORGANIZAÇÃO DA CIDADANIA

1. É um processo que terá diferentes velocidades conforme a natureza e história das diversas comunidades. Mas o principal motor será o conhecimento e o reconhecimento que deverá ter a nível nacional. Haverá uma proposta de estrutura, um debate e uma aprovação para cada comunidade. Os traços comuns a propor poderão ser os seguintes: Instituição dum Conselho de Cidadãos (CC) por Município ou Freguesia sem qualquer discriminação política, religiosa ou clubista.
2. O CC reúne periodicamente, de preferência no dia anterior ao da Assembleia Municipal ou de Freguesia, ou por razões inesperadas e graves. Sempre que houver necessidade de colocar um problema dum cidadão ao poder autárquico correspondente, o afectado deverá ser apoiado e, se possível e solicitado, representado.
 - 2.1. O CC reúne em qualquer local do Município.
3. O CC poderá eleger um Provedor Municipal do Cidadão e seu Adjunto, por períodos renováveis, estabelecidos pelo CC.
 - 3.1. O Provedor do Cidadão pode ser substituído em qualquer altura, pelo CC.
4. Os Provedores e seus adjuntos reúnem por círculos de concelhos, por distrito ou por outro tipo de agrupamento.
5. Qualquer cidadão pode propor temas para discussão, de âmbito local, concelhio, regional ou nacional.

Organizar os Cidadãos - parte 1

AMÂNDIO CORDEIRO, TERESA DELGADO, JOANA CARVALHO

UMA MUDANÇA RADICAL DE INTERVENÇÃO SOCIOPOLÍTICA

DE DOGMÁTICO A ORGANIZADOR

O Bloco de Esquerda, apesar de se declarar em contrário, tem sido um partido dominado por correntes dogmáticas que partilham o poder. Esta característica foi inovadora no espectro partidário e, como tal, mobilizadora na defesa de causas inexploradas e largamente aceites pelas classes médias, donde recebeu a sua força inicial.

Por falta de inovação ideológica virada para os cidadãos, a abertura inicial do Bloco de Esquerda foi-se fechando, revelando internamente a característica dogmática das suas correntes fundadoras. A retirada progressiva do apoio popular, resultou em fracassos eleitorais e levou ao crescente abandono de activistas desiludidos e desesperançados quanto ao futuro do partido.

Em consequência, como primeiro passo, as direcções anquilosadas que se tem agarrado ao poder através de diversos expedientes de fachada democrática, devem dar lugar a uma nova equipa plural, em que as diferentes sensibilidades devam estar representadas a todos os níveis. A falsa unidade de pensamento na cúpula deve, imperiosamente, ser substituída por uma abertura efectiva ao exterior, fazendo com que os elementos mais esclarecidos da sociedade entrem e transformem radicalmente o modo de intervenção do partido na sociedade: de apologetico e dogmático, o Bloco de Esquerda deve tornar-se a força organizadora e impulsionadora das forças reestruturantes da sociedade portuguesa.

A PALAVRA E O PODER AOS CIDADÃOS

De apologetico ao desenvolvimento duma auto-pedagogia cidadã é a nova evolução a seguir, é a única solução democrática real. De instrumento de mobilização (“votem em nós, que faremos o resto em vosso nome”) a instrumento de restituição do poder às populações, pela organização territorial e sectorial (temática) dos cidadãos, pelo aproveitamento integral dos direitos de cidadania ainda reconhecidos.

Se e quando esses direitos de cidadania tiverem sido integralmente explorados, caberá aos colectivos de base decidirem as novas formas de organização da sociedade. A liberdade de pensamento e as iniciativas inovadoras terão que ser garantidamente estimuladas. Os dirigentes coordenadores exporão as suas ideias e apresentarão as suas propostas como activistas de base.

“CONVENÇÕES” OU DEBATES E SONDAJENS?

Activistas e cidadãos escolherão entre a forma actual de legitimação negociada do poder interno, através de Convenções de democraticidade questionável com recurso a processos pouco transparentes (ex. voto por “correspondência” pressionada e por “mensageiro”), e uma nova forma de intervenção que privilegiará necessariamente os debates abertos, com contributos de activistas e cidadãos, sondagens e referendos de âmbito a determinar.

Esta via é apenas possível através duma revolução nas mentalidades e nos comportamentos de alguns camaradas que não conheceram outra forma de organização, derivada do dogma do “centralismo democrático”, contaminada pela partilha de funções e de designações consideradas prestigiantes e tendentes a manter uma burocracia auto-suficiente e conservadora.

Se a revolução nas mentalidades é um começo, a democracia interna terá que ser garantida nos estatutos e, pelo menos transitoriamente, dotar ou criar um organismo com capacidade de julgamento e de produção de alertas e recomendações relativamente a abusos de posição por parte de elementos ou níveis da estrutura partidária.

Nenhuma organização política poderá ser considerada não só democrática, na asserção plena do termo, como dinâmica, evoluindo dialecticamente com a realidade para o alcance dos seus objectivos, se uma larga maioria dos seus membros se alheia do debate e se inibe de contributos, produtos da sua reflexão. Tenderá a depositar a sua confiança em pessoas e não em ideias, sendo o voto por correspondência a via mais confortável para o seu alheamento.

Assim, para além do voto presencial há que implementar o voto via internet, permitido por uma senha atribuída a cada aderente. Esta metodologia contribuirá certamente para uma tomada de posição mais consciente e mais convincente na selecção dos representantes às Convenções, reduzindo o peso dos sindicatos de voto, enquanto aquelas tiverem o peso que hoje têm na selecção do escol dirigente do partido.

E se quisermos que as grandes opções políticas não se esgotem numa convenção dominada por maiorias mecânicas, mas que sejam amplamente debatidas antes e após cada Convenção, terá que, a cada viragem ou facto marcante da vida política portuguesa, haver a possibilidade de todos os aderentes terem a sua palavra a dizer, com a realização de sondagens electrónicas sobre os temas mais importantes. A ausência destes mecanismos, no passado, tem gerado as maiores divisões e defecções do Bloco de Esquerda, contribuindo estas para a sua ruína.

Organizar os Cidadãos - parte 2

AMÂNDIO CORDEIRO, TERESA DELGADO, JOANA CARVALHO

UMA MUDANÇA RADICAL DE INTERVENÇÃO SOCIOPOLÍTICA

UM NOVO PODER LOCAL APARTIDÁRIO E PARALELO

Para um partido reformador da sociedade, é imperativo desenvolver a capacidade de organizar e ouvir as preocupações, desejos e valores de que cada cidadão é portador. É necessário que os próprios cidadãos se encontrem, troquem ideias e definam denominadores comuns à sociedade, contribuindo para a formulação duma hierarquia nas acções a empreender.

Contrariamente ao que afirmava publicamente um conceituado dirigente do BE (em 2013), o trabalho das bases ao nível local é o primeiro pilar da projecção dum partido. E esse trabalho é, necessariamente, igualmente no plano autárquico. É do interesse dum regime de Classe Dominante que sejam unicamente os partidos a disputarem e a exercer esse poder. Porque os partidos que seguem o jogo “democrático” (por intermitências) podem sempre cair sob a sua alçada ou controlo.

Em consequência é importante criar condições para alterar, o mais radicalmente possível, as regras do jogo que nos são impostas, para não continuarmos no círculo vicioso em que nos querem manter.

E o primeiro princípio a estabelecer é a diferença entre o conceito usual de “trabalho autárquico”, tido em geral como secundário ou de apoio e divulgação das decisões de topo, e um outro trabalho de carácter político, mas não-partidário, o da auscultação e organização dos cidadãos. Como veremos, um verdadeiro trabalho de base determina como inalienáveis essas duas componentes, apenas diferenciáveis no estágio actual da *praxis* cívica e “democrática”.

Para além do contributo directo para a sociedade que o trabalho organizativo dos cidadãos poderá e deverá fornecer, à medida que o seu grau de penetração e a compenetração aumentar no seio das populações, esse trabalho será de inestimável importância, mesmo indispensável, para o aumento da relevância, eficácia e alcance do trabalho autárquico no seu todo.

Em termos práticos, há no entanto que ultrapassar o ponto crítico da exiguidade dos quadros activistas na maioria das Concelhias. Neste caso, os velhos princípios da guerrilha devem ser aplicados: concentrar inicialmente os esforços do maior número possível de aderentes, de modo a constituir bases de recolha de experiência e de relançamento para outras localidades. Núcleo a núcleo, com a necessária preparação cuidadosa das acções a empreender.

Esta nova dinâmica deverá ter a mais larga difusão possível em todos os meios de comunicação. Uma conferência nacional deverá decidir os termos e forma desta nova etapa.

NÃO MAIS MAIORIAS (PRE) FABRICADAS

O modo de funcionamento dos partidos de esquerda (e não só) foi fortemente influenciado pelo tipo de organização que se desenvolveu na extinta União Soviética, existindo em Portugal o mais consolidado e maior (proporcionalmente à população) partido dessa natureza, em países de pseudodemocracia. Por mais protestos que se levantem recusando esse facto, a verdade é que os comportamentos se repetem sob uma “democracia” interna apenas formal, não se demarcando da mesma forma “democrática” do poder saído das urnas e que legitima o que é usual designar por “democracia burguesa”.

O Bloco só poderá ser um movimento estruturante da sociedade, e consequentemente reestruturante dos Regimes de Classe Dominante, se vier a constituir um exemplo dessa futura sociedade. Implica recriar um partido onde se viva uma revolução permanente das mentalidades, onde se recrie um novo edifício ideológico.

Um novo partido onde os trotskistas consigam não ser burocratas, onde os marxistas-leninistas sintam que a dialéctica se aplica e que há uma nova análise de classes a ser levada a cabo, onde os maoistas se lembrem da necessidade de 100 flores desabrocharem e de 100 correntes rivalizarem sob o plano ideológico e não da organização.

Enfim, para já, um partido onde não hajam « inimigos internos » a inocular, onde os debates sejam permanentes e não geridos por conceitos vazios e cristalizados entre convenções de antemão armadilhadas.

Organizar os Cidadãos - parte 3

AMÂNDIO CORDEIRO, TERESA DELGADO, JOANA CARVALHO

UMA MUDANÇA RADICAL DE INTERVENÇÃO SOCIOPOLÍTICA

CONCEITOS E GRANDES TEMAS

CLASSES DOMINANTES (ClassDom) E HYPERCLASSE

As sociedades modernas nunca poderiam atingir o seu estágio de desenvolvimento social sem o surgimento e manutenção de Classes Médias. São elas que dão expressão a uma forma de organização, a “democracia”, que, por sua vez, permitiu a existência tranquila de Classes Dominantes (ClassDom), do seu poder difuso, dificilmente personificável e delimitável. Acima dos partidos e governos, as ClassDom são as detentoras do poder político através do poder económico e financeiro. Este último poder ainda persiste apesar da sua corrosão crescente por um novo poder financeiro global (consolidação duma *Hiperclasse* mundial) que ainda se apoiará duravelmente no poder económico detido pelas Classes Dominantes nacionais, embora o possa condicionar à medida dos seus interesses de dominação global. Seja por procedimentos ilegais ou ilegítimos, pela Exploração do trabalho, na produção de bens e nos serviços e sobretudo pela Corrupção, são estes os principais meios de condicionamento da “democracia” e da reprodução duma Classe Dominante acima do poder político formal.

CAPITALISMO SEM CLASSES DOMINANTES?

A forma de exploração capitalista tem evoluído e não foi o único sistema que, no passado e actualmente, engendrou e engendra ou mantém, necessariamente, Classes Dominantes, dado que a burocracia soviética acabou também por criar esse tipo de poder. Daqui a necessidade da construção dum novo edifício ideológico que substitua o da luta exclusiva contra os regimes capitalistas, para o da aceitação, como premissa, do facto de que o poder político, só muito marginalmente, pertence aos partidos políticos. Se este dado é facilmente aceite, pela esquerda, como referindo-se aos partidos de direita e do “centro”, os próprios partidos de esquerda devem repensar e analisar o seu papel na sociedade “democrática” em que vivemos.

Há décadas que as ClassDom têm vindo a iludir as populações europeias com melhorias sensíveis nas condições de vida das populações e em especial das **Classes Médias Trabalhadoras**. Deste modo compraram uma paz social, permitida pelo voto determinante das Classes Médias sob a égide de partidos dóceis, dirigidos por lideranças corrompíveis em abono dos interesses das Classes Dominantes.

Do mesmo modo a ilusão eleitoralista tem mantido inoperantes os partidos autoconsiderados de esquerda, enredados numa política partidária endógena, mas preocupada com o controlo das organizações sindicais, prossequindo estas objectivos estritamente laborais limitados e entorpecentes da Classe Trabalhadora.

PARA QUE SERVE UMA MOÇÃO?

Em todos os partidos dos regimes de ClassDom, sem excepção, as convenções ou congressos sempre serviram para, através de procedimentos formalmente democráticos, outorgarem um mandato a um poder interno. O passado demonstrou a formalidade dessa démarche, porquanto os textos das Moções pouco ou nada tiveram a ver com as decisões tomadas, do mesmo modo que o último governo constitucional fez tábua rasa do programa pré-eleitoral.

Para fazer do Bloco de Esquerda o espelho duma sociedade verdadeiramente democrática, é necessária uma simbiose entre os seus aderentes e o maior número de cidadãos, para dar a primazia à Justiça e a um Estado Social. Por esse motivo, todas as moções apresentadas à IX Convenção do Bloco de Esquerda encontram-se no mesmo pé de igualdade. Isto é, todos os pontos de vista expostos, após a Convenção, deveriam vir a debate nas estruturas de base, no processo de posicionamento político e na concretização das grandes etapas do empoderamento cidadão.

Organizar os Cidadãos - parte 4

AMÂNDIO CORDEIRO, TERESA DELGADO, JOANA CARVALHO

UMA MUDANÇA RADICAL DE INTERVENÇÃO SOCIOPOLÍTICA

PARA QUE SERVE UMA MOÇÃO?

Em todos os partidos dos regimes de ClassDom, sem excepção, as convenções ou congressos sempre serviram para, através de procedimentos formalmente democráticos, outorgarem um mandato a um poder interno. O passado demonstrou a formalidade dessa démarche, porquanto os textos das Moções pouco ou nada tiveram a ver com as decisões tomadas, do mesmo modo que o último governo constitucional fez tábua rasa do programa pré-eleitoral.

Para fazer do Bloco de Esquerda o espelho duma sociedade verdadeiramente democrática, é necessária uma simbiose entre os seus aderentes e o maior número de cidadãos, para dar a primazia à Justiça e a um Estado Social. Por esse motivo, podemos considerar que, para além do que propomos, todas as outras moções serão consideradas no mesmo pé de igualdade. São também anexos à nossa Moção principal. Porque todos os pontos de vista expostos virão a debate nas estruturas de base, na concretização das grandes etapas.

A PALAVRA E O PODER AOS CIDADÃOS

De apologético ao desenvolvimento duma autopedagogia cidadã é a nova evolução a seguir, é a única solução democrática real. De instrumento de mobilização (“votem em nós, que faremos o resto em vosso nome”) a instrumento de restituição do poder às populações, pela organização territorial e sectorial (temática) dos cidadãos, pelo aproveitamento integral dos direitos de cidadania ainda reconhecidos.

Se e quando esses direitos de cidadania tiverem sido integralmente explorados, caberá aos colectivos de base decidirem as novas formas de organização da sociedade. A liberdade de pensamento e as iniciativas inovadoras terão que ser garantidamente estimuladas. Os dirigentes coordenadores exporão as suas ideias e apresentarão as suas propostas como activistas de base.

AGENDA PARA UMA DEMOCRACIA

Organizados pelos aderentes e dirigidos aos cidadãos, em pleno espírito de abertura, passamos a seriar as iniciativas e os princípios que nos parecem importantes para serem debatidos, independentemente doutros enunciados pelas moções à Convenção.

1. **Conferência sobre “Democracia Interna e Abertura”.** Integra a defesa do documento “Cinco desafios para uma convenção democrática e participativa” proposto por João Madeira. Atribuição de novas responsabilidades à futura Comissão de Direitos e de Ética Partidária, assim como a outros órgãos do partido.
2. **Conferência nacional aberta sobre “Justiça e Corrupção”.** Realização dum debate preparatório do acto, com contributos e participação do maior número de cidadãos.
3. **Conferência sobre “Empresas Sociais de Direito Privado”.** Trata-se, pela primeira vez, de lançar o debate sobre o papel, pelo menos a médio prazo, das empresas na economia e no mundo do trabalho. Equacionar a criação dum novo tipo de “Empresa Social”. Desmitificar a “falta de produtividade” do trabalhador português (apreciada no estrangeiro), cujos principais responsáveis são os gestores e os patrões, em maioria de incompetência notável mascarada precaridade (subserviência) e pela adopção de menores salários por mais horas de trabalho.
4. **Conferência Europeia sobre o “Grande Mercado Transatlântico e os partidos de esquerda”.** Preparação dum ataque decisivo para o recuo do respectivo tratado, sub-repticiamente preparado pelos EEUU e a União Europeia. Séria ameaça de redução drástica das prerrogativas nacionais e direitos dos cidadãos em vários domínios.
5. **Encontro sobre a “Abstenção eleitoral e a criação duma organização nacional de abstencionistas”.** Modo e forma de representação e integração de mais de metade da população na democracia portuguesa.
6. **Conferência sobre “Robotização e o futuro das Classes Trabalhadoras”.** Resposta da esquerda europeia à apropriação pelas Classes Dominantes e Hiperclasse mundial, dos substanciais ganhos de produtividade com os avanços tecnológicos e a robotização.
7. **Encontro sobre “Universidade e Responsabilização Social”.** Envolvimento das diferentes áreas do conhecimento e da investigação na construção do Estado Social e Transparência Governativa.

Mais democracia, mais organização

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS, ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL, ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDÁLIA ROCHA, PAULO ROCHA, CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA, JOAQUIM LEAL

O Bloco de Esquerda está em crise. Urge encontrar as raízes desta crise e apontar saídas que nos permitam dar a volta por cima.

Para o Bloco sair da crise precisa de reforçar, simultaneamente, a sua organização e a sua democracia interna.

Se reforçar só a sua organização, corre o risco de se burocratizar e transformar-se numa réplica do PCP; se reforçar apenas a democracia interna, arrisca-se a ser ineficaz, ou seja, a ser mais do mesmo. **Só uma relação dialética entre organização e democracia** poderá conduzir o BE a patamares mais elevados, fintando o risco de degenerar num partido acantonado e irrelevante. Para além disso, o BE precisa de traçar um rumo e abandonar a política de ziguezague, como a que foi seguida nos últimos 5 anos, e que nos trouxe até aqui. Para concretizarmos estes objetivos, precisamos de pôr em prática as seguintes medidas:

1. TENDÊNCIAS

Devemos evitar os aspetos negativos associados às tendências, como o **espírito de capela, o compadrio e a arregimentação**, que fazem com que as pessoas escolhidas para certos cargos o sejam por pertencerem a determinada tendência e não pelo seu mérito. A arregimentação faz com que muitos camaradas prefiram «alugar» o cérebro à sua tendência, desistindo de dizer e fazer o que consideram ser correto.

Só faz sentido haver tendências se elas servirem para aprofundar o debate de propostas políticas diferenciadas, mas complementares, num projecto plural e democrático como deve ser o do Bloco de Esquerda.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO, MENOS ELEITORALISMO

2.1. Criação de Comissões Coordenadoras Interconcelhias, de modo que todos os aderentes fiquem organizados numa estrutura.

2.2. Dinamização de atividades em diferentes localidades, de modo a incentivar a criação de Núcleos locais e de empresa, sem os quais nunca conseguiremos chegar às pessoas.

2.3. Realização de menos eventos voltados para dentro e, pelo contrário, **privilegiar os eventos voltados para as comunidades onde estamos inseridos**.

2.4. Criação de novas Concelhias em todos os concelhos onde existam, pelo menos vinte aderentes.

2.5. O Bloco de Esquerda tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista e ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

3. DEMOCRACIA INTERNA

3.1. Democratizar o funcionamento das estruturas do BE, tendo como método de funcionamento

a direção coletiva. A **vontade de protagonismo**, evidenciada por muitos dirigentes, é uma manifestação clara da ideologia burguesa.

3.2. Devemos ser **inclusivos e tolerantes** para com todos os nossos camaradas, principalmente aqueles que pensam de uma forma diferente de nós.

4. CORRUPÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO

Os partidos que há cerca de 40 anos controlam o poder político têm feito tudo para usar este poder em benefício da sua clientela, distribuindo entre si milhares de cargos com regalias que contrastam com os sacrifícios que vão exigindo aos trabalhadores e reformados deste país. O povo vai descrendo cada vez mais no sistema político que permite estas injustiças. Embora o Bloco de Esquerda tenha defendido sempre posições corretas nesta matéria, a verdade é que essas posições não são conhecidas pelo povo que, cada vez mais, encara o BE como um partido do sistema.

5. CLASSE OPERÁRIA

Precisamos de lutar contra a tendência que se vem acentuando de transformar o Bloco de Esquerda num partido de pequeno-burgueses para pequeno-burgueses, mais ou menos intelectuais, mas sempre cada vez mais distanciados do povo. Propomos que em todas as eleições internas, pelo menos, um em cada 3 candidatos seja operário/a, ou similar.

6. POLÍTICA ECONÓMICA

6.1. Permanência no Euro.

6.2. Restruturação da dívida, com recusa do pagamento da dívida ilegítima.

6.3. Nacionalização da banca intervencionada e dos setores estratégicos da economia.

6.4. Justiça fiscal, com aumento dos impostos sobre os ricos e diminuição dos impostos sobre os trabalhadores e desempregados.

6.5. Reposição de salários e direitos.

6.6. Plano de emergência social, para responder ao drama da fome e miséria que alastram no país.

6.7. Nacionalização das parcerias público-privadas.

6.8. Prisão efetiva para os corruptos e confiscação dos seus bens.

6.9. Redução do horário de trabalho, para diminuir o desemprego.

6.10. Antecipação da idade da reforma, para reduzir o desemprego.

7. SOCIALISMO

Dar respostas socialistas à ofensiva do capitalismo, que devem ser elaboradas através de uma discussão colectiva, aberta a todos os sectores não parasitários da sociedade

Emigramos mas não desistimos do Bloco

ANA JÚLIA FILIPE, HUGO DIAS, RICARDO SÁ FERREIRA E RODRIGO RIVERA.

Portugal vive um regresso ao passado. Mais de 500 mil jovens saíram de Portugal entre 2001 e 2011. Com a entrada da troika em Portugal mais de 120 mil pessoas abandonam o país todos os anos. Os atuais níveis de emigração só são comparáveis aos anos 60 em que Portugal vivia sobre a ditadura salazarista e entrincheirava-se numa guerra colonial.

Um país a saque. No memorando de entendimento assinado pelo PS, PSD e pelo CDS-PP, foi prometido que as reformas estruturais trariam mais emprego, reduziam a dívida e lançavam as bases para uma recuperação económica a todo gás. Hoje o desemprego bate máximos históricos, a dívida aumentou e a recuperação económica não passa de uma miragem. O desemprego não é uma “oportunidade” mas tornou-se uma fatalidade que se perpetua sem fim à vista. A austeridade não é parte da solução, é o raiz do problema. O país está a ser saqueado por homens com gravatas de seda que penhoraram o presente e querem caducar o futuro

O exílio económico. Uns partiram antes, outros depois da crise se instalar. Com percursos e idades diferentes, encontramos fora de Portugal uma oportunidade de estabelecer uma vida que nos foi rejeitada. Não somos os casos de sucesso que são reproduzidos pelo Governo, não somos os que vão trabalhar para a City de Londres, para uma grande multinacional em Hong-Kong ou para uma empresa da Silicon Valley. Para encontrar um emprego estamos sujeitos à precariedade laboral e à vida precária porque as formas de emigração estão sujeitas à condição de classe.

Uma política para os emigrantes? Existem 2,3 milhões de emigrantes portugueses e o Bloco terá que desenvolver uma linha política para abordar esta questão. O Bloco não pode esgotar a sua intervenção política junto dos emigrantes na denuncia de casos.

A generosidade internacionalista. Nós crescemos com o Bloco. Somos filhos duma experiência única na reorganização da esquerda a nível global. Essa experiência é, normalmente, altamente valorizada pelos camaradas dos partidos dos países onde vivemos hoje. É importante que essa capacidade de criar redes mais amplas através dos militantes emigrados seja aproveitada. O Bloco poderá ter um papel determinante na integração política de quadros e militantes exilados junto dos partidos com quem tem relação política, mantendo viva a militância política. Isto seria auxiliado com a constituição da promessa adiada do Departamento Internacional. A nossa luta só faz sentido se for internacionalista.

Reinventar um Bloco que seja nosso. Constituímos uma comunidade que vive em exílio económico em que, apesar da distância, o Bloco continua a ser o nosso espaço político para a transformação do país. O Bloco precisa estreitar a comunicação com os seus militantes emigrados, porque a possibilidade de emigração não é uma hipótese distante, mas uma realidade cada vez mais presente. O Bloco já está atrasado na disputa de propostas para a diáspora que aumenta diariamente com novos portugueses, exilados económicos e políticos do seu país. Políticos também porque não existem instrumentos eficazes de intervenção política através do Bloco ou dos movimentos sociais. Ao contrário do Estado Espanhol, em Portugal não se criaram respostas sólidas de forma a impor o tema na agenda política dos movimentos anti-austeridade e anti-capitalistas. Além disso, existem grupos de bloquistas em número suficiente para organizar-se em alguns países, como fazem os militantes exilados do Syriza. Urge então construir, conjuntamente com a Comissão Política e o futuro Departamento Internacional, uma relação séria com estes militantes de forma a empoderá-los. Não podemos desperdiçar a experiência, conhecimento e sobretudo a vontade que têm para construir o Bloco e a luta em Portugal. Será pela organização de núcleos ou círculos presenciais por cidade e/ou por país? Terá que ser adequado à presença militante em cada cidade e em cada país. Como é que fazemos com que os militantes emigrados participem nas decisões do Bloco estando fora e não podendo se deslocar devido aos custos elevados? Começando a trilhar um caminho que alargue o prazo de votação ou pela criação de um modelo de votação online. Como é que o Bloco impulsiona o trabalho em locais onde haja comunidades portuguesas significativas? Não temos propostas fechadas mas lançamos as questões que nos afetam a todos.

Provocar uma reviravolta na luta de classes

ANA RITA FILIPE; ANTÓNIO LIMA, ARTUR FARIA, FABIÓLA CARDOSO, FERNANDO SEQUEIRA, FILIPE SANTOS, FRANCISCO ALVES, GINA MATEUS, JOÃO VASCONCELOS, JOAQUIM ESPÍRITO SANTO, JOAQUIM MORAIS, JOAQUIM PEREIRA, JORGE MAGALHÃES, JOSÉ FERREIRA, LUIS CARLOS BRUM, MARCOS SANTOS, PAULO REIS, PEDRO RAMOS, RUI MARQUES, SÓNIA RIBEIRO, TIMÓTEO MACEDO, VERA PIRES, VITOR FRANCO

Este não é um texto de frases consensuais que ficam bem em qualquer convenção.

Eis a realidade: nós trabalhadores, nós movimento popular vivemos em derrotas sucessivas e queremos por fim a isso. A contratação colectiva, os Acordos de Empresa e CCTV, estão em grave risco de desaparecimento e temos de salvá-los! Caminha-se para a “escravatura” precária! Por sua vez, o Bloco perdeu influência nos movimentos sociais, perdeu activistas em sindicatos e comissões de trabalhadores, perdeu capacidade de iniciativa política própria que desencadeasse movimento e atração de pessoas à luta e ao Bloco, que apoiasse as concelhias e os activistas na base. O refluxo social exponencia tudo isso.

Propomos uma linha de contra-ataque à ditadura que está imposta na esmagadora maioria das empresas, impõe o medo sobre os trabalhadores e faz tábua rasa dos direitos constitucionais. Propomos uma linha que junte forças em acção, em movimento e em alianças concretas!

Este texto vai direto ao assunto: queremos provocar uma reviravolta na luta de classes e vamos lutar por ela!

É difícil? É, muito! As forças são poucas? São! Existe medo? Muito! Mas temos ideias, plano para as desencadear, “ferramentas” para a acção, forças e muitas pessoas que anseiam por algo de novo!

Dirigimo-nos para já aos que não desistem, a esperança chegará a e com muitos mais.

O centro político dessa linha de contra-ataque chama-se democracia.

Queremos democracia nas empresas e portanto queremos votar e decidir os acordos salariais e ACTs, queremos abolir os despedimentos *à la carte*, queremos acabar com a destruição da contratação colectiva e o enfraquecimento dos sindicatos. Queremos abolir este Código do Trabalho: impor o princípio de tratamento mais favorável, impor a proibição de despedimento sem justa causa e retomar a lei conquistada pelo Bloco que impunha contrato efectivo a quem já estava um ano a prazo.

Chega de ser o PSD/CDS, a direita e os patrões, a marcarem a agenda – agora teremos de ser nós trabalhadores. Questionaremos esta concertação social. Chega de lutar para perder por poucos, agora queremos vitórias, agora queremos os nossos direitos de volta.

É por isso que queremos tempo para viver e o horário semanal das 35 horas, que queremos abolir bancos de horas que fazem de nós máquinas telecomandadas pelo patrão a seu belo prazer, queremos novos direitos para os sindicatos como o de terem representantes por si indicados nas equipas da inspecção de trabalho.

Não se trata só de um problema de luta contra a austeridade, trata-se da luta por todos os direitos consignados na Constituição.

Para o reforço do movimento dos trabalhadores, o Bloco e todos os seus activistas apoiam um grande movimento nacional, dos locais de trabalho à opinião pública, exigindo democracia nas empresas.

Essa movimentação nacional pela democracia nas empresas significará muitos rios de cidadania, sem margens que os oprimam, sem tutores e comandos centrais.

Essa movimentação popular pela democracia nas empresas apresenta 9 pontos:

1. Impulsionará a solidariedade como fator educador, mediático e pilar da luta política e reivindicativa. Como mostraram lutas de enfermeiros e carteiros, a solidariedade deverá ser fator integrante e planeado da luta, do envolvimento da população e de personalidades, nenhuma luta pode ficar isolada. Como mostrou a greve aos exames dos professores criar fundos de greve reforçará a solidariedade e os efeitos da luta;
2. Impulsionará petições ao Parlamento ou uma iniciativa legislativa popular pelas 35 horas semanais ou pelo fim da caducidade da contratação colectiva;
3. Incentivará abaixo-assinados, nas empresas, exigindo que os trabalhadores votem os acordos sindicatos-patrões e defendam melhorias salariais;
4. Incentivará mudanças de estatutos nos sindicatos para introduzir a eleição proporcional ou por método de hondt, o direito de tendência e eleições para delegados sindicais para reforçar a pluralidade e a base sindical;
5. Incentivará listas de rejuvenescimento e reforço dos sindicatos, programas de participação democrática dos trabalhadores, combate à exploração, à política da troika e defesa de todos os direitos constitucionais;
6. Incentivará a criação de CTs, a apresentação de listas e a entre-ajuda destas com os sindicatos;
7. Incentivará a criação de um site de informação laboral, mediatização de lutas, apoio jurídico, partilha de experiências e solidariedades. O site fará seminários e debates públicos, encontros de partilha e inter-apoio, junção de forças sem burocracias;
8. Divulgará o sentido e a consciência de classe, apoiará as iniciativas e a unidade na luta entre sindicatos e movimentos sociais, de todos aqueles e aquelas que se colocam ao lado do trabalho;
9. Pugnará por mais liderança e protagonismo aos imigrantes, às mulheres e às lutas pela igualdade, incluirá a luta LGBT na luta laboral e aliançará com a universidade e o conhecimento. Todas as lutas são dos trabalhadores!

Apoiamos a moção E – Bloco Plural.

Escolhas anticapitalistas para o Bloco

ANDREA PENICHE, ANDRIANO CAMPOS, MARIANA MORTÁGUA, MIGUEL SEMEDO, RICARDO COELHO

Em quinze anos de existência, o Bloco enfrentou dois governos do PS e três maiorias de direita, bateu-se na Europa contra um poder cada vez mais colonial, juntou forças nas mobilizações contra a austeridade, reinventou a forma de fazer política em Portugal. A coerência de um movimento que toma partido na luta de classes deve responder ao imperativo de uma política anticapitalista: a construção de um programa socialista e emancipador, capaz de dotar o embate militante de uma direção e uma urgência revolucionária.

Contra o centro, não nos rendemos

No tempo da troika, os momentos de confluência política em torno do combate à austeridade não se traduziram numa alternativa capaz de romper com o poder do centro político. O PS, esteio da alternância política, sofreu pouco com os ecos de descontentamento à esquerda. Isso resultou no fortalecimento da velha proposta do partido muleta, capaz de influenciar o próximo governo liderado pelo PS.

Conhecemos os efeitos deste debate no seio do Bloco, com camaradas, nomeadamente da Forúm Manifesto, a optarem por uma agenda mínima para uma frente eleitoral – a defesa dos serviços públicos e reposição dos cortes – mas mantendo uma posição difusa e nebulosa quanto à relação com o PS.

As movimentações que se seguiram a esse episódio resultaram ainda numa mudança política substancial: a abdicação por parte deste grupo da exigência de uma desvinculação do Tratado Orçamental como princípio básico para a formação de um governo de esquerda anti-austeridade. O Bloco respeitou as escolhas estratégicas dos seus militantes ao rejeitar essa proposta, afirmando a necessidade de uma desobediência popular à UE (desvinculação do Tratado Orçamental) e a continuidade do Bloco como projeto socialista capaz de enfrentar e derrotar o poder da burguesia em Portugal. Nesta Convenção reafirmamos a necessidade de uma direção anticapitalista para o Bloco, capaz de sustentar uma luta contra o centro político que em Portugal se traduz na alternância entre o PS e o PSD, recuperando os votos desacreditados desta mesma alternância.

Revolta cidadã: classe política ou luta de classes?

O regime de destruição social comandado por Berlim tem no autoritarismo um dos seus principais instrumentos. A imposição de governos submetidos ao poder dos mercados e a celebração de pactos políticos (Memorando da troika) deteriorou a imagem dos partidos ao serviço do poder: nas últimas Europeias um em cada cinco eleitores votaram em partidos sem representação parlamentar. Neste contexto, pesa sobre o Bloco o desafio de sacudir a imagem de um partido instalado e preso a rotinas institucionais.

A deterioração do regime e o crescimento do descontentamento popular confronta-nos ainda com uma tarefa primordial de um partido anticapitalista: apontar o inimigo. A proposta de reforma política apresentada por Seguro e o resultado eleitoral de Marinho Pinto demonstram como os protestos contra a ideia de uma “classe política” podem ser moldados dentro do sistema de poder instituído. O desafio da esquerda hoje é ser capaz de transformar o descontentamento em confronto político, a partir do qual se dividem campos antagónicos. À aposta e solidariedade com todas as expressões de luta social, devemos somar o trabalho assumido dentro do Bloco de desnudar o poder da burguesia. Foi graças a esse esforço de conhecimento que hoje conseguimos traduzir em linguagem popular a expressão real da luta de classes em Portugal. Anticapitalistas na ação e no pensamento, onde o conhecimento técnico está ao serviço da política.

Movimentos sociais: um partido de combate, sem falas mansas

No campo dos movimentos sociais, os últimos três anos foram marcados por uma contradição: o surgimento de grandes vagas populares de protesto não correspondeu a um fortalecimento das solidariedades e da capacidade mobilizadora das organizações. O Que se Lixe a Troika representou o primeiro espaço unitário capaz de enfrentar nas ruas o Governo da troika, dando força à ação da CGTP na convocação das greves gerais. Nesse espaço, os militantes do Bloco foram parte indispensável, solidários na atuação e na recusa da construção de falsos consensos ou de maiorias passageiras.

A crise de julho de 2013, com a recondução de Paulo Portas e manutenção antidemocrática do governo, marcou o início do refluxo que ainda hoje vivemos. O Bloco deve responder a esta paralisia com as armas da esquerda anticapitalista, protagonizando e apoiando todas as formas de resposta social que afrontem o poder. Foi a capacidade de dialogar com as heterogeneias políticas que nos levou a estar presentes na Escola da Fontinha, de aguentar sol e chuva na acampada do Rossio, embalados pela música do Que se Lixe a Troika Cultural, de não aceitar a precariedade que nos paralisa a vida, de ter a ousadia de tentar virar o Porto ao contrário, de gritar alto contra a presença da NATO e chamar todos à solidariedade contra o genocídio em Gaza. Assim deve continuar a ser.

O nosso ambiente e o capital deles

ANTÓNIO ANDRÉ, ALEXANDRA RICARDO, JAIME PINHO, PEDRO TEIXEIRA, RICARDO COELHO, RICARDO MOREIRA

Apesar de ser um dos países menos industrializados da Europa Ocidental, Portugal está longe de ser um paraíso ambiental. Rios poluídos, florestas substituídas por plantações de eucaliptos, solos degradados pela agricultura intensiva ou contaminados por minas e fábricas abandonadas, são alguns dos problemas que a população enfrenta quotidianamente e que se repercutem negativamente na sua saúde, na produtividade agrícola, no custo de vida e na qualidade de vida em geral. Defender a sustentabilidade ambiental é defender um sistema produtivo orientado para a satisfação das necessidades humanas presentes e futuras, rompendo com a lógica da ganância que apresenta o “ambiente” como algo que tem de ser destruído em nome do “progresso”.

A construção desenfreada de novas barragens sacrifica os rios e as praias para obter um aumento na produção de eletricidade insignificante. Ao mesmo tempo, o investimento em energias renováveis, como a eólica e a solar, tem-se revelado insuficiente para reduzir o uso de fontes poluentes, como o carvão ou o gás natural. Uma política energética eco-socialista deve transferir o controlo da produção para as pessoas, nomeadamente através do apoio a cooperativas locais. Num país onde se desperdiça cada vez mais energias, urge reduzir consumos, nomeadamente através da reabilitação urbana e da reconversão da indústria.

A produção agro-florestal pode ser um eixo de recuperação da economia e de criação de emprego, sem comprometer a proteção do ambiente. Para tal, é fundamental investir na redução do uso de químicos, de energia e de água na agricultura, através da introdução de técnicas de cultivo ecológicas, assim como promover a produção e o comércio locais. Nas florestas, a eucaliptização deve ser travada, apostando antes na floresta diversa e baseada em espécies autóctones, capaz de produzir bens e serviços de alto valor acrescentado e impacto ambiental positivo.

O extrativismo já deixou uma elevada fatura ambiental (vejam-se as minas de urânio). Não há qualquer ganho para o país ou para as populações locais na destruição do território em nome da extração de ouro ou outro minério, conduzida por empresas estrangeiras que levam consigo todos os lucros e deixam para trás todos os custos.

Nos transportes, o domínio do automóvel tem de ser contrariado com o transporte público e o uso de modos de deslocação suaves (como a bicicleta ou o andar a pé). Ficar isolado num subúrbio ou numa zona rural por falta de acesso a transportes públicos, pagar um preço elevado por transportes de qualidade decrescente ou enfrentar risco de acidente por andar de bicicleta, são exemplos de situações inaceitáveis do ponto de vista social e ambiental. Para assegurar o direito à mobilidade sem agravar a poluição, a dependência energética e os “engarramentos”, é necessário ter menos carros nas ruas e ter mais e melhores transportes públicos e condições para andar de bicicleta e a pé.

A austeridade é um rolo compressor que destrói a regulação ambiental, ataca os investimentos ambientalmente úteis, usa o ambiente como pretexto para aumentar os impostos sobre o consumo, restringe o acesso a serviços públicos de baixo impacto (como os transportes públicos) e acelera o processo de apropriação do ambiente pelo capital. Em nome da acumulação de capital, destroem-se territórios com minas, barragens e eucaliptais e apresenta-se a destruição como o custo inevitável do emprego, mesmo quando o desemprego não para de aumentar.

A nível europeu, a austeridade acelerou também a financeirização da natureza. Com base na falhada experiência do mercado de carbono, que distribuiu biliões aos grandes poluidores e ao setor financeiro sem ter reduzido as emissões, prepara-se a criação de novos mercados que permitam ao capital comprar o direito de destruir a natureza. A água e a biodiversidade são já alvo de experiências que visam transformar toda a natureza num conjunto de produtos financeiros a serem entregues à voracidade dos especuladores. Em nome da acumulação de capital, entrega-se o destino do nosso ambiente comum aos bancos e à indústria.

Responder a esta ofensiva com uma política eco-socialista é, mais que uma prioridade, uma necessidade. Uma política eco-socialista não se confunde com um “esverdeamento” inconsequente do discurso político, que não se transmite em medidas concretas nem enfrenta poderes instalados. Ser eco-socialista passa por defender medidas que reduzam consumos e/ou impactos ambientais da produção, sem por em causa a qualidade de vida das pessoas. Implica, por isso, defender o trabalho contra o capital e o controlo democrático da produção contra a ditadura dos mercados.

Não existe um dilema “ambiente vs. emprego”, existe uma contradição entre o nosso ambiente e o capital deles. Defender medidas que promovam o emprego e a proteção ambiental é o primeiro passo para expor esta contradição.

O Bloco precisa de Ti... para transformar a sociedade

BRUNO GÓIS, ALEXANDRA RIBEIRO, ANA FILIPE, ANDRÉ LUCAS, ANDRÉ MOREIRA, CÁTIA ALVES, DIOGO BARBOSA, FABIAN FIGUEIREDO, FILIPA FILIPE, GONÇALO CABRAL FERREIRA, ISABEL PIRES, JOÃO MANSO, LÍDIA PEREIRA, LUÍS MONTEIRO, RUTE SIMÃO, SARA SCHUH

Tu não participas há muito tempo, a tua vida está difícil e o Bloco não anda a facilitar. Quantas e quantos emigrámos ou pensámos nisso? Quantas e quantos já não desesperámos perante uma sociedade que nos rouba a esperança? Mas a Esquerda precisa de ti! Quanto mais vive o capital menos tu vives. Temos de voltar a juntar forças.

Regressar ao pluralismo das ideias e das lutas é vital. É preciso massa crítica para que haja força e esperança.

O capital vive atualmente da destruição da produção e das nossas vidas. Como resposta à crise, aposta numa ofensiva conservadora que ganha terreno em todas as frentes: os direitos sociais e liberdades individuais e coletivas estão a ser postos em causa.

A sociedade de que o capital hoje precisa é incompatível com a Constituição de 76. Isto apesar das várias revisões com que PS, PSD e CDS foram pondo conquistas da liberdade, justiça e fraternidade na mesma gaveta onde fecharam o socialismo. Como será a próxima?

Nenhuma lei resiste sem força social. A Constituição da República Portuguesa não é exceção. A Assembleia Constituinte de 75-76 não foi buscar aos céus os artigos que gravou naquele alicerce da nossa democracia. Fundou-se nas lutas populares.

É para essa luta que somos convocadas e convocados quando reconhecemos que a Constituição é o centro do ataque da burguesia. Invocamos a memória de um processo revolucionário que não pediu licença para organizar comissões de trabalhadores, comissões de moradores, ocupar terras e fábricas, fazer dos palácios escolas. Foi a força social que fez com que os avanços da luta popular fossem escritos na Lei.

Não nos podemos perder nos labirintos das renegociações da dívida, temos de saber o nosso caminho. Nem nos podemos entrincheirar na armadilha da questão “euro”, a questão é mais profunda. Na luta pela transformação social, sabendo qual o centro do ataque, o regime político-social, respondemos à vaga conservadora em todas as frentes: propriedade pública e direitos sociais, direitos das mulheres e direitos LGBTI, a defesa do ambiente e do direito à cultura, combate anti-racista e pelos direitos dos imigrantes, todas as liberdades...

Nascido à esquerda dos partidos parlamentares de 1999, seria de esperar que o Bloco fosse hoje a força política mais capacitada para contribuir para mobilizar uma maioria social e afirmar alternativas à esquerda de rutura com o sistema.

Ainda vamos a tempo. As exploradas e os oprimidos precisam de movimentos sociais e políticos que se ampliam e se reforçam, cuja diversidade e cujas contradições elevem e multipliquem as forças populares na luta intransigente pela liberdade.

Ampliar e democratizar o espaço jovem do Bloco, dar mais voz às e aos aderentes, nomeadamente com os referendos, e dar mais força às assembleias locais são ferramentas necessárias. Um Bloco com agenda própria, ativo em todas as lutas, e mais aberto a antigos e novos aderentes e à sociedade é o que se exige.

É tempo de ser exigente!

Da radicalização... que diz que nos falta!

BRUNO MAIA

Este mês o Centro Hospitalar do Médio Tejo decidiu contratar novos enfermeiros, recorrendo a uma empresa de prestação de serviços na área da saúde – a Sucesso 24! O ordenado oferecido foi de 510 euros mensais. Mau o suficiente?... Nem por isso! É que aquele hospital (público, por sinal...) está a pagar 1200 euros mensais por cada enfermeiro à referida empresa! 700 euros para o intermediário... 500 para o enfermeiro – dinheiro público!

A generalização da prestação de serviços está em curso no nosso SNS há já muito tempo, bem ainda antes da austeridade. Aliás, a dita cuja não teve qualquer papel dissuasor no processo. Enfermeiros e médicos, empresas de segurança, empresas de limpeza, distribuição de produtos, medicamentos e material, refeitórios e bares, jardineiros, administrativos, informáticos, técnicos de saúde, exames complementares de diagnóstico, telefonistas, as copas e cozinhas dos doentes, os parques de estacionamento, os laboratórios,... Existem milhares de empregos, empresas e intermediários que todos os dias fazem funcionar o SNS e... vivem à custa dele. Paralelamente, muitos daqueles que ainda trabalham directamente para as instituições do SNS estão com contratos individuais de trabalho, ou seja sujeitos ao direito privado do trabalho. As próprias instituições empresarizaram-se, encheram-se de gestores e ficaram obcecadas com orçamentos e números.

A introdução nos serviços públicos da “lógica” e dos interesses privados mina todos os dias o desenvolver de serviços de bem-estar e próximos dos cidadãos, ao mesmo tempo que precariza e afasta os profissionais das instituições. Sabe-mo-lo bem e temos confrontado os vários governos e ministérios com estas contradições. Também soubemos denunciar os vários códigos do trabalho e introduzir a precariedade no debate público. Mas falta-nos perguntar quem está a lucrar com tudo isto? Quem são as empresas que cresceram à custa do emagrecimento dos serviços públicos? Quem são as caras? Quem é a Sucesso 24?

A defesa dos serviços públicos e da Constituição são combates fundamentais da esquerda e na criação de uma hegemonia popular assente na luta de classes ou antes até de uma polarização à esquerda. Tal como é a luta contra a austeridade ou a discussão sobre a dívida. Mas a radicalização do combate e das lutas (ou a falta dela) que temos discutido nos últimos anos também carece de se debruçar sobre as formas e as estratégias. O Bloco não pode ser apenas um megafone dos grandes princípios e das grandes contradições com a austeridade. A monotonia do Parlamento não podem esgotar a intervenção pública do partido nem sequer serem mais o seu pilar fundamental. O Bloco tem de ousar mais na denúncia do polvo que consome o Estado e os serviços públicos, sem medo de nos confundirmos com o discurso da direita que usa o mesmo argumento para a defesa do “emagrecimento” do Estado. Queremos mais Estado e melhores serviços públicos e isso passa por denunciar todos os interesses privados que orbitam e parasitam o Estado.

Sem tréguas, nem apelos. Ao mesmo tempo que a austeridade consome a vida das pessoas, o polvo que nos suga os recursos, nas suas várias formas, tendencialmente corrupto e com lobbies poderosíssimos nas próprias secretarias de Estado e ministérios tem que ter cara, tem que ter perfil, tem que ter nome para poder ser atacado e destruído. O Bloco precisa de cartazes com as caras e os nomes deles. Mas também precisa de acções de desobediência civil nos locais deles, de debates públicos em que mostremos o que eles fazem e como o fazem. E aí deve procurar todas as alianças possíveis. Guardar para si o radicalismo numa tentativa de afirmação própria perde pela eficácia e pelo alcance. São os nossos activistas que têm de estar nesses locais, com os activistas dos outros. São os nossos dirigentes que dão a cara e o corpo e juntam os dirigentes dos outros. A agressividade sobre o Estado e os serviços públicos não se compadece com afirmações partidárias individuais, precisa de alianças no terreno para ser combatida.

Eu quero saber quem são os cabrões da Sucesso 24 e não quero ter medo de os insultar, nem aqui num texto, nem em qualquer cartaz ou discurso no parlamento. Passamos o decoro há já muito tempo e as regras com que radicalizamos o discurso e a acção são nossas, são colectivas e não podem estar amarradas a lugares comuns da vida “institucional” do nosso partido ou àquilo que os outros definiram por nós e para nós!

Organizar este país desorganizado

CARLOS ERMIDA SANTOS

É irónico constatar que aquando do referendo da Regionalização houve mais gente de Lisboa a votar favoravelmente pela Região de Trás-os-Montes do que naquela Região.

Tal deveu-se a uma forte implementação dos partidos de direita no Interior Norte, promovendo a sua ideia de cinco regiões, pretendendo agregar Vila Real e Bragança ao Porto. O mesmo pode ser dito para os demais distritos do Interior e as respetivas regiões do Litoral as quais deveriam ser anexadas.

Apesar de a Regionalização ter morrido na praia referendatária, os desígnios do PSD e PS para o Interior acabaram por se consumir, com duas décadas de desvios de fundos comunitários para o Litoral e de políticas Interioricidas de encerramento de serviços florestais, cooperativas e linhas ferroviárias, depois nas escolas, urgências e maternidades e agora nos postos de correios, tribunais e repartições de finanças.

O resultado é um subdesenvolvimento brutal, uma asfixia financeira enorme das populações mais isoladas, bem como de entidades públicas (também por culpa de executivos camarários) e um vazio sociocultural que reduz a politização das pessoas.

Analisando a situação:

- Os fundos comunitários destinados a infraestruturas, desenvolvimento e combate à pobreza foram desviados para corrigir derapes orçamentais em obras de metrópoles do Litoral, como a Casa da Música e o Metro do Porto, devido ao enquadramento na NUTS 2. Tal deixou o Interior sem dinheiro para as suas infraestruturas, por exemplo a Linha do Corgo e o Túnel do Marão.
- Sem uma estrutura democrática em que os cidadãos tenham a palavra, a “defesa” do interior passa pelos executivos camarários e das Comunidades Intermunicipais, em que os cidadãos não tem palavra exceto no período eleitoral. Ora, para os autarcas que lideram estes órgãos, o melhor uso que se possa dar a estes fundos é orçamentar no papel obras faraónicas que nunca são concluídas, ficando como mamarrachos (mas em que alguém sai sempre a ganhar) e a manutenção de estradas nas cidades em período eleitoral.
- O encerramento de serviços apenas leva a mais encerramento de serviços: se as pessoas se veem subitamente sem serviços de proximidade, uma vez que não tem dinheiro para pagar as deslocações diárias, em especial em distritos onde há sítios onde o transporte só passa uma vez por dia e de dimensão geográfica duas a três vezes superior a distritos como Porto e Lisboa, acabam por mudar a residência para onde possam ter acesso a esses serviços. Daí o êxodo rural enorme para o Litoral, agravado agora com a maior emigração de sempre. O argumento dos sucessivos desgovernos para encerrar estes serviços é de que não há pessoas suficientes que justifiquem os gastos nos serviços no Interior. É um autêntico ciclo vicioso, que chegará ao fim no prazo de duas décadas com a morte do Interior.

Assim fez-se a completa e brutal destruição do Interior de Portugal e é por isso que se deve rejeitar falar numa Região Norte, Centro ou Sul: estas regiões são apenas o Litoral.

Impera assim realizar a Regionalização como forma de equilibrar e organizar a estrutura do país, de acordo com os seguintes critérios:

1. A não anexação de regiões do Interior às do Litoral;
2. Equilíbrio na distribuição dos fundos comunitários regulados de forma pública e com poder de participação dos cidadãos através de orçamentos participativos;
3. Criação de órgãos regionais como os chamados Parlamentos Regionais, onde os cidadãos possam estar representados e eleger diretamente os representantes nesses órgãos, ao invés das CIM, eleitas por voto secreto nas Assembleias Municipais;
4. Fim imediato das CIM pelo acima exposto;
5. Organização em regiões respeitando os parâmetros socioeconómicos e culturais de cada uma.

É um debate urgente com o novo quadro de apoios comunitários, o Portugal 2020. PS e PSD-CDS já começaram a dar indícios de querer promover novamente este tema centrado nas cinco regiões, através de Rui Moreira e António Costa.

O principal problema do Bloco quanto à Regionalização tem sido o mapa. É absurdo defender este tema mas não discuti-lo publicamente por não termos definido o mapa, aspeto que é fácil nas jornadas autárquicas, pois existem apenas dois mapas que possam merecer ser defendidos:

- 6 regiões, conforme proposto pelo camarada Ernesto Figueiredo: Douro-Minho, Trás-os-Montes e Beira Interior, Beira Litoral, Estremadura, Alentejo, e Algarve.

- 7 regiões, conforme proposto pelo PCP aquando do referendo e defendido pelos camaradas de Vila Real: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Alentejo, e Algarve.

Obviamente que não se excluem as regiões autónomas mas dado que estas já gozam de um regime administrativo específico, não são o alvo principal desta proposta.

Assim é bastante claro, que não só é a Regionalização essencial para reorganizar o país (sem prejuízo de reformas tipo a lei da RATA) como temos um caminho bastante sólido a propor agora mesmo.

Sonha a esquerda com ovelhas negras digitais?

CARLOS ERMIDA SANTOS E LUÍS RIBEIRO

Desde o seu início o Bloco foi revolucionário na forma de comunicação digital. Tentou com sucesso explorar todas as formas de comunicação com as pessoas e a imprensa e soube aproveitar o boom da internet, demonstrando-se um partido acessível e aberto.

O esquerda.net continua a ser um site em crescimento e de referência na informação na esquerda política e que se tem vindo a actualizar periodicamente tanto no formato e conteúdo. Localmente a nova plataforma para os sites distritais e concelhios (ainda em atrasada fase de implementação em todo país) vem responder a inconstante proliferação de sites/blogues, interligando toda rede local, unificando a imagem do bloco e legitimando os mesmos. O potencial de crescimento destes será proporcional à recuperação da iniciativa e acção política do bloco, à opção editorial e da capacidade da equipa editorial. Devemos por isso ter em conta a necessidade de mais interação e formação entre as equipas editoriais locais e nacional.

Relativamente ao Bloco.org existe toda uma possibilidade ainda de reinventar. Numa nova era da web do 2.0 também é preciso acabar com o ativista/militante/simpatizante espectador de sofá

Essa reinvenção digital passa por duas prioridades, apesar de não se esgotar nelas: Programa Eleitoral e Grupos de Trabalho.

Sobre o programa, reinventar será mesmo a palavra, pois já uma vez o bloco construiu o seu programa online com contributos de inúmeras pessoas. É tempo de recuperar essa ideia e prática, reformular com novos métodos de contribuição e seleção de propostas aproveitando ao máximo as novas tecnologias web e móveis, e não apenas em tempo eleitoral, mas permanentemente com uma secção nos sites dedicada a contributos nacionais e locais para a construção desses documentos, bem como o acompanhamento das matérias de relevo na sociedade.

Relativamente aos grupos de trabalho, este pode ser uma vantagem extremamente importante se articulado com uma orientação clara da necessidade e dos objetivos desses grupos. Bem delineados podem ser responsáveis pela recuperação de uma prática coletivista e militante. Devem ser públicos a sua existência. Sabemos neste momento quais são? Na nossa opinião, não. Como podemos então integrar, participar ou cooperar com eles? Consideramos necessário estarem incorporados na plataforma bloco.org com secção própria para publicação de reuniões, encontros, teses, actas, etc. tal como já acontece para as tendências. Devemos além de mais nós próprios desenvolver as ferramentas de gestão online como mailing lists/fóruns/rede-social (tipo n-1) destes grupos evitando assim a fragmentação por ferramentas alheias (de acesso democrático controlado e duvidoso) à organização tais como de empresas como a Google e o Facebook. Não devemos excluir que todo este trabalho pode e deve ser feito coletivamente promovendo a experiência do ativismo web, do open source e da internet livre e anónima, devendo abrir igualmente a possibilidade de reuniões via videoconferência. Igualmente, devemos observar e interagir com o que outros partidos políticos a nível internacional tem feito no campo digital, como o Podemos e o Syriza, que incluem algumas ferramentas nos seus sites que permitem realizar algumas das opções tecnológicas que aqui também propomos. Aliás, toda esta comunicação com outros partidos com os quais temos uma ligação de família política, pode mesmo permitir criar uma rede de comunicação socialista internacional na web, permitindo partilhar a acção e experiência entre camaradas a nível internacional. A Era da Sociedade da Informação não deve ser subestimada: as tecnologias cada vez mais são acessíveis e também existem diversas opções gratuitas e de fonte livre que nos permitem interagir com o terreno de formas que antes não eram possíveis, eliminando barreiras e juntando forças. Consideramos assim necessário rever o nosso olhar e acção digital para solidificar o trabalho colectivo do partido. Reinventar é iminente.

O Peter Pan voltou?

CARLOS CARUJO

Lembram-se do Peter Pan? Quando um partido nos acusava sistematicamente de sermos aqueles/as que não queriam crescer, radicais inconsequentes que sofriam do complexo de Pan, usámo-lo sem medos como símbolo porque sabíamos que queríamos crescer com uma cultura política que não desistia da radicalidade da juventude.

Algures no caminho, metemos o Peter Pan na gaveta. Na busca da respeitabilidade, quisemos crescer como os outros. Depois, com a mesma facilidade com que o encerrámos, olhámos para trás e lembrámo-nos de fazer apelo à irreverência perdida. Mas se há alguma coisa que se conhece sobre o Peter Pan é que é teimoso. E agora não sai por decreto. Não lhe agrada sair da gaveta como numa jogada de magia.

Nada interessado em retóricas, diz que a radicalidade que lhe interessa não é apenas um apelo vago ou uma atitude superficial, diz que é toda uma cultura organizativa que é preciso inverter. Diz que a radicalidade não é voltar atrás ou permanecer no que eramos ontem, diz que só sai se estivermos dispostos a ir mesmo ir à raiz das práticas de sempre e de hoje e mudá-las para enfrentar as dificuldades de amanhã.

Lembram-se do Peter Pan? Diz que não tem nada a ver com as gabarolices superficiais e o egoísmo infantil de que sempre foi acusado. Diz que aprendeu a olhar para o/a outro/a. E percebeu que a radicalidade em tempo de capitalismo feroz é a solidariedade concreta que é o começo do trabalho coletivo e não apenas uma bandeira para agitar. E a irreverência é, mais que uma forma apelativa de mostrar, um conteúdo profundo com o qual nos saberemos fazer.

Lembram-se do Peter Pan? Diz que não quis entrar comodamente no governo do nunca e manter-se na infantilidade desse mito. Diz que quer crescer na dificuldade da luta e permanecer criança no riso com que se enfrentam os poderes sinistros que nos destroem a vida.

Lembram-se do Peter Pan? Diz que afinal pode mesmo até aparecer de surpresa na Convenção do Bloco mas que não está nada interessado em contar espingardas. Diz que só leva uma espada porque acha que por ali passa também o combate contra os piratas financeiros. Esperemos que não esteja enganado no que sente. Esperemos que tenha o poder e a inteligência para juntar no essencial o que separaram no acessório.

Encontramo-nos com ele lá?

Fazer da diversidade força, outra vez

CARLOS CARUJO E RICARDO SÁ FERREIRA

O eclipse da política?

O problema deste debate não é a discussão do modelo e quem deverão ser os seus protagonistas. O problema é que está centrado na mediatização do Bloco, relegando questões políticas importantes para um segundo plano. Reconhecemos a importância deste tema, mas um debate que seja somente centrado na coordenação dita o eclipse da discussão política no Bloco.

Percursos e inflexões: da coordenação coletiva à coordenação bicéfala

O debate sobre a coordenação exige que se comece por um balanço sério. Na sua criação o Bloco tinha uma coordenação coletiva, em que a representação e os debates em nome do Bloco eram divididos entre 4 dirigentes. Em 2005 a figura de coordenador nacional foi aceite para responder à crescente mediatização do Bloco. Desde esta cedência ao mainstream, a figura de coordenação ganhou uma importância central na vida e na própria percepção do que era o Bloco. Em 2011, o Bloco cria a coordenação paritária, para superar as disputas que ameaçavam a hegemonia partilhada e para apresentar à sociedade uma forma diferente de fazer política.

Não aderimos à ideia de que foi o modelo da coordenação bicéfala que nos trouxe à crise que o Bloco atravessa. Muito menos achamos que seja culpa dos protagonistas.

Não são problemas de comunicação. Os problemas de comunicação que o Bloco enfrenta são provenientes das dificuldades impostas pela crise económica, da sua linguagem política e da sua estratégia, da sua vontade/necessidade de correr permanentemente atrás do prejuízo mediático.

Não são problemas de carisma. Sabíamos de antemão que a questão do carisma seria arma de arremesso contra qualquer novo/a porta-voz depois da experiência de ter tido um coordenador com muita projeção mediática e pública. O Bloco nunca poderia estar dependente do carisma para fazer política, porque a centralidade de uma pessoa não combina com a nossa cultura política e com a esquerda.

O problema não é devido à "ousadia" do modelo de coordenação paritária. Esta narrativa mediática, de que a ousadia do modelo, sendo inédito no nosso país, teria deparado com uma forte rejeição popular constitui uma profecia auto-realizada. A ofensiva começou no próprio dia em que ele foi proposto e pretendia derrotar a direção do Bloco através do argumento do conservadorismo popular.

Porta-vozes ou líderes?

Há que voltar atrás na discussão para avançar: é preciso reafirmar as diferenças entre porta-vozes e líder. Nesta convenção o que está em jogo é quem serão os porta-vozes do Bloco, porque esperamos que ninguém esteja a propor uma regressão à lógica dos líderes de partido.

Desconstruir a ideologia do chefe do partido que nos pretendem impor é uma prioridade absoluta. São os partidos da burguesia que defendem a lógica da fulanização da política. É assim no PS, no PSD e no CDS-PP. É com base nesta prioridade e nesta prática política que defendemos um sistema coletivo de porta-vozes que será o que melhor garante para defender o princípio de uma direção coletiva.

Um partido que quer ser diferente no conteúdo e na forma deve afirmar o princípio da direção coletiva como fundamental. São os coletivos que fazem os partidos de esquerda. É com este tipo de trabalho que enfrentaremos as balas do populismo para dizermos que não são todos/as iguais, nem no que dizem, nem no modo como se organizam.

Direção Coletiva: os problemas e as vantagens.

Conhecemos os tradicionais argumentos contra este sistema. Uns dizem que o "tempo não volta atrás" ou que "por alguma razão acabou esse tempo no Bloco". Pensar assim é assumir a impotência da nossa ação política: não nos foi imposto por uma entidade exterior, escolhemos que assim fosse, por isso a escolha poderá ser diferente. Não é voltar atrás, é andar para a frente.

Outros utilizam o argumento do realismo. Teríamos de ser eficazes mediaticamente e que não poderíamos ter um dirigente por dia a dar a cara pelo Bloco. Ainda que não reconhecêssemos chefes ou líderes, teríamos de utilizar essa mística de forma a conseguir difundir uma contracultura de esquerda. A narrativa simples de x contra y, a cara única que permitiria a identificação coletiva, jogar o jogo da política como ela existe, seriam as únicas possibilidades. Não tem que ser assim, não temos que jogar este jogo. O Bloco nasceu para mudar as regras do jogo e virar a política ao contrário.

A naturalização da hierarquia é um mau começo de discussão. E que não é dado sequer que a eficácia comunicativa de uma cara seja maior do que de muitas. A eficácia comunicativa depende muito mais da linha política, da identidade reconhecida ou não do projeto político, do que das lideranças "naturais". Não, não é uma utopia bonita, que o realismo político desmentiria. Os processos participativos estão aí para ficar. A democracia reinventa-se nos movimentos sociais, não devemos chegar atrasados/as a esse encontro.

Para além dos argumentos de princípio sobre esta proposta, há também fortes argumentos circunstanciais. Hoje, no Bloco, o regresso a um sistema coletivo de porta-vozes é a proposta mais realista para reconstruir pontes, para criar laços, para reinventar o Bloco. O partido é coletivo. A direção terá que ser coletiva.

Ousar fazer escolhas

CARLOS SANTOS

A IX Convenção do Bloco de Esquerda vai fazer escolhas entre 5 moções. Certamente, que há pontos importantes em todas as moções, mas a moção U é a que responde mais cabalmente aos desafios difíceis que estão colocados ao Bloco.

Uma proposta para vencer a austeridade

A moção U aponta como objetivo imediato o fim da austeridade, enuncia um programa para acabar com ela e indica um caminho para a transformação social que a atual situação requer: a revolta cidadã. É uma proposta clara, assente na luta de classes, que convoca a cidadania, apresenta um conjunto de onze desafios concretos e aponta a necessidade de um pólo político das forças que combatem a austeridade. É uma proposta para a luta política e social e que é igualmente clara em relação às eleições presidenciais: apoio a “uma candidatura independente que se coloque sem ambiguidade no campo anti-austeridade, pela desvinculação do Tratado Orçamental e pelo cumprimento da Constituição”, sem excluir “a possibilidade de apresentar uma candidatura própria”. É importante sublinhar que é a única moção que apresenta uma proposta clara face às presidenciais.

Constituição no centro da tática é diluir demarcação com o PS

A moção E afirma que “o centro do ataque da burguesia é à Constituição”, esta afirmação é inexata e insuficiente. O centro do ataque da burguesia é ao salário, é um ataque de classe aos trabalhadores e com o objetivo do máximo lucro. Sem dúvida, que o ataque da burguesia também passa pela Constituição, mas o centro do ataque é ao salário, daí os cortes em salários e pensões que foram aplicados, apesar da Constituição.

Apesar da Constituição e das decisões do Tribunal Constitucional, o essencial da política do governo e da troika foi aplicado. A Constituição é uma trincheira que devemos defender, mas trata-se de uma trincheira recuada. Se o Bloco colocasse a defesa da Constituição no centro da tática passaria a uma posição recuada face ao ataque da burguesia. E jogar só à defesa só pode dar derrota certa.

Esta seria a pior tática para enfrentar a ilusão António Costa, e dentro de um ano teremos eleições legislativas. Com a Constituição no centro da tática dilui-se a demarcação com o PS e o Livre. Acresce que dentro de um ano não haverá qualquer revisão constitucional e... lá iria a política do Bloco para o espaço.

Além disso, pôr no centro a defesa da Constituição acentuaria o lado parlamentar da ação do Bloco e não a luta de massas, a luta de classes. Sabemos que é difícil enfrentar a política de austeridade, que é difícil apelar à revolta cidadã, mas Portugal precisa de protestos mais vastos e o Bloco tem de ousar sem medo enfrentar a política de austeridade como o fez o movimento “que se lixe a troika”. Não na retaguarda, mas na primeira fila do combate.

Não há estratégia, nem tática, sem política de alianças

A moção E só fala de alianças no seu ponto 4.2 e para... desancar no tema.

Diz a moção que “começar a discussão com a pergunta ‘Com quem fazemos alianças?’ é abdicar da nossa identidade”, que “discutir apenas alianças é a escolha de quem já não acredita no poder transformador e agregador deste movimento”, que “mais do que discutirmos alianças temos que discutir linha política para agregar forças junto das pessoas” e que “a nossa política de alianças não pode ser na base da soma de partidos, mas sim no desafio à cidadania e aos que já deixaram de acreditar na política”.

Em resumo, discutir alianças é tabu para a moção E.

No entanto, nunca o foi para os partidos de esquerda ou para os partidos revolucionários. Não há uma única mudança social profunda no mundo sem ter havido alianças e política de alianças. Nem na Revolução de Outubro.

Estratégia é definir um caminho para a transformação social, exige a definição de objetivos e de alternativas políticas e obrigatoriamente deve responder à pergunta e com quem? Ou seremos nós e só nós que protagonizamos a mudança social?

Mais, a tática, o caminho da transformação num determinado período, implica igualmente definir com quem poderemos nos aliar, ou convergir, nem que seja pontualmente. Para a moção E, ao que parece, isso são “taticismos do jogo partidário”. Lançar anátemas sobre a política de alianças pode arrastar fiéis, mas é temer a mudança social, não se lançar à água, para não se molhar.

A palavra que falta

É com profunda tristeza, mas sem surpresa, que na moção E promovida pelos meus camaradas Luís Fazenda e Pedro Filipe Soares, nem uma só vez é usada a palavra “UNIDADE”, nem para o Bloco, nem em relação ao movimento social.

E, no entanto - no entendimento de que no sistema capitalista o proletariado se organiza e revê em diversas formas políticas e organizativas - a mais célebre frase da esquerda, dos marxistas e dos revolucionários é, desde o século XIX: “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”

Por uma agricultura social e ecologicamente sustentável

CARMO BICA

Bem sei que o Bloco nasceu em meio urbano e que tem ainda poucas ligações ao rural, à agricultura e à floresta. Talvez por isso a pouca atenção ao problema da alimentação na sua origem, ou seja na produção de alimentos, nomeadamente na agricultura. Porém, um partido que pretende construir uma alternativa política, de oposição e de governo, não pode deixar de ter em conta as questões agrárias nas suas diversas dimensões.

A produção de alimentos em quantidade e qualidade para assegurar a vida de todas/os nós, consumidores, deve ser preocupação central das políticas públicas. É também necessário produzir a preços compensadores para os agricultores e assegurar alimentos seguros e a preços acessíveis a toda a população. Outra dimensão a ter em conta é a sustentabilidade ambiental, da paisagem e da biodiversidade.

Todas estas dimensões, além dos necessários equilíbrios sociais e territoriais, deverão ser consideradas na definição de uma nova política agrícola e de desenvolvimento rural.

Apesar da crítica acima expressa, o Bloco já tem reflexão nesta matéria. Resulta da intervenção parlamentar (principalmente durante a sua presidência da Comissão de Agricultura), da participação de militantes em fóruns e activismos sociais, do Grupo de Trabalho de Agricultura e Desenvolvimento Rural, das iniciativas públicas organizadas para esse efeito (como o encontro sobre a PAC em Santarém) e da participação no Grupo de Trabalho de Agricultura do Partido da Esquerda Europeia (PEE).

No Congresso de Madrid do PEE, há cerca de um ano, foi aprovada uma moção sobre política agrícola. É reconhecido o contributo da agricultura familiar para a soberania alimentar, um direito que deve ser colocado no centro da política agrícola e alimentar europeia do século XXI. Iguamente a necessidade de garantir a territorialização das produções, de modo a impedir a concentração agroindustrial, os circuitos curtos, a criação de emprego, a sustentabilidade ambiental e a re-humanização dos campos.

A Esquerda Europeia defende os princípios da soberania alimentar, mas coloca-se numa perspetiva de solidariedade à escala global. As nossas reivindicações confrontam as organizações supra-europeias, como a OMC e FAO, e colocam na agenda a alternativa às políticas liberais e aos mercados especulativos, com um novo modelo agrícola e alimentar na Europa.

O Bloco deverá empenhar-se no reforço dos direitos dos consumidores e ser capaz de responder às necessidades de uma alimentação saudável. Promover comportamentos de consumo responsáveis e solidários e apoiar os projetos de combate ao desperdício de alimentos e perdas nas colheitas.

As políticas agrícolas do século XXI devem preservar a diversidade genética e proteger o direito de uso e proliferação de sementes da agricultura camponesa. Assim, devemos defender, com firmeza, a proibição das patentes de seres vivos e um forte investimento público na engenharia genética por forma a produzir conhecimento independente dos interesses dos mercados.

Precisamos de uma reforma do sistema de ensino agrícola e uma maior atenção às questões agrícolas e alimentares nas escolas. É preciso aumentar muito a capacidade de investigação agronómica dedicada à agricultura biológica e ao desenvolvimento.

Os meios da PAC devem ser usados para apoiar a agricultura familiar e a reconversão social e ecológica da agricultura. O problema do previsível fim das cotas leiteiras deve ser objeto de atenção especial pelo seu impacto económico e social. O plafonamento das ajudas diretas deve ter em conta o trabalho gerado nas explorações. Devemos defender a regionalização das ajudas ao rendimento previstas no 1º pilar da PAC. Estas deverão ser estendidas a todo o território nacional com potencial agrícola e florestal, incluindo os Baldios, por forma a combater com a maior eficiência o abandono.

A par da defesa dos pequenos e médios agricultores, o Bloco não pode alhear-se das condições de trabalho sazonal e do combate à exploração extrema de imigrantes, praticada em algumas explorações agrícolas intensivas. Defendemos padrões sociais elevados para toda a população agrícola.

O Bloco deverá continuar firme na defesa dos Baldios, propriedade comunitária cada vez mais ameaçada. A liberalização da plantação de eucaliptos, os rendimentos das eólicas, a indústria extractiva, a Bolsa de Terras (segundo o modelo deste Governo) e a recente alteração à Lei dos Baldios que o Bloco considera inconstitucional, abrem caminho para a destruição dos Baldios.

As questões agrícolas e alimentares estão indelevelmente associadas e por elas passam também a revolta cidadã. É preciso, por isso, envolver neste debate todas as pessoas, agricultores e consumidores, sindicatos, ONGs, associações e outras forças sociais. A questão agrícola é, pois, uma questão central nas mobilizações contra a austeridade, na definição de uma nova política para um governo de esquerda e para uma verdadeira alternativa socialista.

Uma orientação forte para unir o Bloco

CATARINA MARTINS E JOÃO SEMEDO

A próxima Convenção é diferente de todas as que realizámos até hoje. Pela primeira vez, há uma divisão significativa sobre a condução do Bloco para o objetivo que anima todos os bloquistas: vencer a austeridade. Na Convenção, vamos decidir uma linha política e escolher uma liderança. A força e o futuro do Bloco dependem das opções que fizermos.

O grande desafio colocado ao Bloco é o de contribuir para uma alternativa à alternância no arco PS, PSD e CDS. Esta rutura exige um programa de desobediência à União Europeia, com centro na reestruturação da dívida para a recuperação do que foi roubado e destruído nestes anos.

Uma linha moderada diminui a esquerda

É preciso ser claro: para erguer esta alternativa anti-austeridade, não serve uma moderada convergência na defesa da Constituição. É preciso atacar a dívida, essa fronteira que separa a austeridade da sua alternativa. Foi a dívida que deu o pretexto e armou a chantagem para a austeridade permanente. Vale a pena lembrar que, com esta Constituição, já quase tudo foi privatizado e que a direita esfrangalhou direitos laborais e serviços públicos. E que não está no horizonte qualquer processo de revisão constitucional. O PS, mesmo com a Constituição debaixo do braço, não é parceiro para o fim da austeridade, nem para qualquer das rupturas de que o país precisa.

A Constituição só por si não responde à violência da atual crise social e à radicalidade da transformação da relação de forças verificada nos últimos anos. Admitir o contrário seria subestimar a própria natureza da crise e da transformação que acontece em Portugal.

Recusar o isolamento, contribuir para a Revolta Cidadã

Contrariamente ao que quisemos e pelo qual agimos, a crise e a falta de perspectivas para tantos cidadãos tem diminuído as resistências. Para se reencontrar com tantos que perderam quase tudo, a esquerda tem que se constituir como um pólo político capaz de devolver a esperança no futuro e no país.

Para transformar a indignação em movimento e mudança política, o Bloco tem que ser a força dinâmica que desafia quantos queiram romper com a ditadura da dívida e a austeridade. Sim, contamos com todos. Sim, olhamos para além do Bloco. Sim, pensamos em alianças. Sim, queremos aliados. Não vemos mesmo outro caminho se não queremos menos do uma maioria social e política para derrotar a direita e impôr uma alternativa: juntar forças ao Bloco, sim; construir pontes e diálogos para enfrentar o centrão e a austeridade.

O Bloco que assim luta faz-se ouvir para além do Parlamento e dos telejornais, está junto das pessoas, irreverente e ousado na ação, coerente e solidário na proposta. Um Bloco empenhado nas lutas e no trabalho diário junto das organizações e movimentos sociais. Acumular forças contra a austeridade, contra a dívida, por uma alternativa de esquerda. É a isso que a Moção U chamou Revolta Cidadã, o levantamento social contra a austeridade.

Um pólo político à esquerda para enfrentar o centrão

Se os tempos vão difíceis, mais difíceis serão os que se avizinham. Com governo do bloco central ou maioria do PS pouco mudará, como fica à vista sempre que se vai além da retórica. Pela nossa parte, não nos resignamos. Não nos rendemos à doutrina do “mal menor” e a adornar a lapela do PS, nem nos conformamos com a auto-suficiência que faz do “caminho próprio do Bloco” a senha sectária de um Bloco fechado sobre si próprio.

Somos claros: não há alternativa à esquerda sem o Bloco, mas só o Bloco não constitui alternativa. Queremos um pólo político das forças que combatem a austeridade, uma união das esquerdas que, sendo a voz da revolta cidadã, seja uma alternativa de governo ao bloco central ou ao governo do PS. Construir esse pólo é o grande desafio para o próximo ciclo político e a exigência do tempo que leva às eleições legislativas. Nesse pólo cabem todos os que se levantam contra a austeridade e a dívida: a cidadania, os ativistas, os movimentos, as forças e partidos políticos. Não fazemos da nossa identidade um exercício de isolamento.

A genética da diversidade ou a lógica do grupo dominante

No Bloco que defendemos, a diversidade não é defeito, é feito. Tem sido força e não fraqueza. Ao longo de quinze anos, soubemos sempre construir os consensos mais amplos e inclusivos. Nesta Convenção escolhemos também entre esta genética da diversidade ou a lógica do grupo dominante. Entre o Bloco ou o grupo, a nossa escolha está feita e sabem qual é: respondemos às dificuldades com um novo compromisso claro, trabalhando com as diferenças e renovando o empenho na ação unida do Bloco. Foi assim que, nestes dois últimos anos, coordenámos o Bloco. Certamente com erros mas sempre respeitando as diferentes opiniões de cada camarada e os órgãos eleitos no partido, uns e outros a riqueza maior para um Bloco socialista e popular.

Atrás do pano

CECÍLIA HONÓRIO, DINA NUNES, IRINA PAMPIM

As crianças e os/as que vivem do seu trabalho ou pensões têm sido o alvo do austeritarismo da direita. À esquerda cabe não ignorar os sinais que apontam para o escavar das desigualdades dentro das desigualdades - no fosso entre trabalho e capital, agravam-se as diferenças entre homens e mulheres.

Elas auferem 81,5% da remuneração média mensal deles, aumenta a diferença (78,9%) se nos reportarmos ao ganho médio mensal (que inclui prémios ou trabalho suplementar, entre outros rendimentos dependentes de critério discricionário) e ainda maior se aumentam as suas qualificações (*CITE, relatório sobre o progresso da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional - 2013*).

O agravamento das diferenças salariais acompanhou a cronologia da crise: na UE desde 2007 e em Portugal, reconhecidamente a retroceder ainda quando comparado com outros países da OCDE. Invertido o impacto inicial sobre os homens, a taxa de desemprego é mais alta nas mulheres (2013: M-16,4%; H-16%; e no 2.º trimestre de 2014 H-13,5%; M- 14,3%; *INE*). E elas são a maioria (51,5%) dos contratos a termo e "outras situações", quando os vínculos laborais temporários aumentaram de 2012 para 2013 (*CITE, Relatório...*).

Os traços de continuidade aprofundam-se: as mulheres detêm níveis mais elevados de habilitação, mas são a maioria nas categorias profissionais com níveis de qualificação mais baixos. Elas permanecem uma minoria em órgãos de direção e chefia, quer no setor público quer no privado; são 10,5% no Conselho de Estado e nem no Conselho Nacional de Educação ultrapassam os 29,5%. Dados do INE revelam que apenas 33,7% das mulheres são representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as, verificando-se até uma ligeira diminuição face a 2012.

A feminização da pobreza acentuou-se nos últimos anos. Embora em 2013, quando os dados se reportam a rendimentos de 2012, não se verifiquem distinções de género (H-18,8%; M-18,6%; *INE, 24 março 2014*), esta constatação não se mantém se atendermos aos níveis de habilitação: ligeiramente inferior quando elas têm o ensino superior, o risco de pobreza das mulheres é superior ao dos homens quando o nível de escolaridade desce (M-12,1%, H-9,2% - ensino secundário e pós secundário; M-21,6%; H-20,7% - ensino básico; *INE, 16 de outubro de 2014*). Atente-se ainda que o risco de pobreza se agravou para 40,4% em famílias com 3 ou mais filhos e para 33,6% nas famílias monoparentais (maioritariamente constituídas por mulheres).

Com o empobrecimento geral, a desregulação das relações laborais e contração das prestações sociais, as mulheres têm cada vez menos condições de autonomização quando vítimas de violência doméstica, numa altura em que as participações deste crime aumentaram (mais 3,1 % em 2013 face a 2012; *RASI, 2013*), assim como aumentaram os femicídios (3 mulheres assassinadas por mês este ano). Ainda segundo a mesma fonte, é possível constatar um aumento dos crimes sexuais, nomeadamente de violação e coação sexual, que têm uma evidente componente de género.

Quando grávidas são vítimas mais fáceis da exploração, mas se tiverem dupla condição, grávidas e precárias, estão fora da alçada da fraca proteção do artigo 63.º do Código de Trabalho. Chantageadas, pressionadas ou descartadas, a gravidez é um risco imenso - num país "que não é para grávidas" - e argumento do reforço da exploração e da arbitrariedade.

Pelas razões e dados invocados, a agenda feminista é aquela que se centra no lugar das mulheres no mercado de trabalho, no seu empobrecimento e redução de autonomia, nos ataques à sua capacidade de decisão. É aquela que se dirige às mulheres em todas as dimensões de discriminação e exploração. É a que dá respostas aos problemas concretos, nomeadamente das mulheres mais jovens. É também aquela que as convoca para a participação política. Neste sentido, o futuro do Bloco de Esquerda é também o do seu compromisso na luta pela paridade absoluta em todos os seus órgãos de decisão e é a assunção plena do ganho histórico da paridade na sua direção - por tudo isto, pôr um homem a liderar o Bloco de Esquerda, depois do caminho feito, é um grande passo atrás.

Europa: migrar de dentro e migrar de fora

(uma reflexão sobre a real necessidade de lutas internacionais)

CATARINA PRÍNCIPE

A análise que fazemos hoje da União Europeia ao nível económico, para permitir entender os mecanismos da crise, deve ser feita a dois níveis: o entendimento da criação da UE e da moeda única como forma de estabelecer um bloco capitalista transnacional capaz de competir com os EUA e China; mas um bloco composto *por* Estados-Nação em competição económica uns com os outros. Não é suficiente falar da transnacionalização do capital europeu; é necessário entender o papel que os capitais nacionais têm na estruturação da UE como ela é hoje. O chamado “milagre alemão” – o tal milagre que permitiu à Alemanha não ser atingida pela crise – assenta na compressão de salários e na precarização das condições laborais (com mais trabalhadorxs a trabalhar por menos). Para isto foi essencial a desvalorização do antigo Marco alemão em comparação às moedas nacionais dos países periféricos na passagem ao Euro e pacotes de apoio estadual à indústria que permitiram a produção e a exportação. Estas transformações acentuaram os desequilíbrios económicos na União Europeia e permitiram à Alemanha ocupar o central papel enquanto país campeão de exportações. Puseram também a olho-nu as fraturas que sempre existiram dentro da própria União entre países do centro e países periféricos.

A análise dos fluxos migratórios na UE deve, a meu ver, seguir a mesma linha de análise de que esta funciona a dois níveis. Por um lado, como bloco transnacional que mantém de fora da “fortaleza” todxs aquelxs que não pertencem, criando mecanismos de “vigilantismo” profundamente racista como a Frontex e continuando tanto a não permitir a cidadania plena de todxs aquelxs que cá vivem e trabalham, como a constantemente ameaçar xs refugiadoxs que aqui buscam proteção e apoio, negando-lhes direitos básicos de acesso ao trabalho ou à deslocação. Por outro lado, esta os fluxos migratórios da Europa da crise demonstram também que esta União não é um bloco transnacional unificado, mas constituído por estados-nação em competição económica. Pela primeira vez, segundo a OCDE, há fluxos migratórios em massa *entre* países da OCDE. E estes fluxos migratórios são os fluxos da crise. Para aquelxs que pertencem a países da UE, os processos de migração são obviamente mais fáceis. No entanto, uma grande maioria deste migrantes encontra nos países de chegada, como a Alemanha, condições laborais semelhantes das quais fugiram: salários baixos, precariedade e desemprego. É mais difícil hoje para alguém com um sobrenome espanhol ou grego alugar uma casa ou conseguir um emprego. E mesmo esse emprego terá, em grande parte dos casos, um salário baixo e um salário *mais baixo* do que o de um ou uma trabalhadora “nacional”.

Este fenómeno, em si, não é novo. É a expressão de uma das contradições do capitalismo: os processos de acumulação capitalista exigem a perfeita mobilidade da força de trabalho. Onde existem barreiras a essa mobilidade, a força da expansão capitalista tenta destruí-las (como é o caso dos princípios fundacionais da UE). No entanto, há obstáculos que se mantêm no lugar e que tendencialmente representam a posição contraditória da classe capitalista, presa dentro do conflito entre a exigência económica da mobilidade perfeita a longo-prazo e necessidade de diferentes categorias de trabalhadorxs bem como a necessidade de manter uma hegemonia política e ideológica sobre uma classe trabalhadora dividida a curto-prazo (imigrantes como instrumento de ameaça sobre a baixa de salários). O que este fenómeno tem de novidade é estar a acontecer dentro da UE, a uma escala massiva e na criação de novos estereótipos xenófobos dxs “gregxs preguiçosxs” ou “portugueses improditivxs”. E estes estereótipos funcionam também no processo inverso e na ideia de que xs trabalhadorxs alemães é que estão a lucrar com a crise, quando, como já vimos o milagre alemão para a crise foi ter mais gente a trabalhar por menos e em piores condições. Temos hoje, portanto, uma ideia de projeto e integração europeias completamente derrotada e uma classe trabalhadora europeia mais dividida ideologicamente.

Dar a volta a esta situação, responder à crescente xenofobia na Europa, bem como à subida exorbitante de partidos de extrema-direita, não é fácil. No entanto, o entendimento de que isto anda tudo ligado, parece-me ser uma necessidade urgente que tem que ser central no discurso político de qualquer partido de esquerda. Tanto as lutas pela cidadania plena para todxs, como as lutas pelo aumento do salário e por condições laborais dignas são, tanto cá como lá, essenciais para virar o tabuleiro à arquitetura económica europeia. Estas lutas são também a base da verdadeira solidariedade internacional, que se recusa a responder à crise através de propostas puramente nacionais e que, por entender as relações e dependência entre a classe trabalhadora do sul da Europa e do centro, recusa os preconceitos xenófobos dentro da própria União. São talvez a linha estratégica necessária para construir uma Europa realmente dos povos.

Não podemos trabalhar sem as nossas vidas

(repensar a classe, quem a compõe e as estratégias para a organização da sua luta)

CATARINA PRÍNCIPE

Em Portugal, a precariedade é a realidade laboral de pelo menos metade da classe trabalhadora. Ela não é exclusivamente o trabalho temporário; ela é o falso recibo verde, a subcontratação, a realidade do trabalho informal e a constante ameaça do desemprego. A precarização das condições laborais acontece em todos os sectores e afecta trabalhadorxs de todas as idades. A precariedade representa a transformação profunda das relações sociais e entre capital e trabalho, para garantir o mais alto lucro e intensificar o nível de exploração. Ela é ainda acompanhada pelo desmantelamento do Estado Social e dos ganhos históricos da classe trabalhadora (as oito horas diárias de trabalho, o direito à protecção na doença e no desemprego, a férias pagas ou contratos colectivos e à existência de um estado social que providencie o acesso público, universal e gratuito à educação e à saúde). Parece-me essencial compreender a ligação entre a destruição do estado social e a transformação do mercado laboral, porque esta ligação nos dá pistas sobre como interligar reivindicações económicas no local de trabalho com reivindicações políticas mais amplas (juntado, assim, a economia à política).

O entendimento de que a precariedade é mais do que a deterioração da condição laboral, mas sim a deterioração de todos os aspectos da vida, é um dos conceitos base do movimento anti-precariedade em Portugal. A esta compreensão chamámo-lo “precariedade na vida” e ela continua a ser da maior importância para repensar a estratégia para a luta de classes. A ideia de “precariedade na vida” é a ideia simples mas vital de que a experiência da precariedade laboral afecta de formas distintas diferentes grupos sociais (mulheres, migrantes, pessoas LGBT, pessoas portadoras de deficiência, etc). A ideia de “precariedade na vida” permite-nos teoricamente estabelecer as ligações necessárias entre opressão e exploração, tornado claro que a esfera do trabalho e a esfera da vida se entrecruzam e entre-constroem. Mas mais do que isso: permite-nos desenhar uma **estratégia que redefine a noção de “classe” e que a torne mais abrangente** (não são apenas xs trabalhadorxs assalariadxs que compõem a classe, mas todas aquelas que estão de alguma forma dependentes da realização de trabalho assalariado e na potencial posição de vender a sua força de trabalho em troca de um salário – crianças, mulheres que fazem trabalho doméstico, doentes, reformadxs, desempregadxs) e, por isso, que **redefine a noção de luta de classe e que a torne mais abrangente** (não é luta de classe apenas a luta económica no local de trabalho, mas poderão ser todas as lutas que avancem a condição da classe, que nos permitam ganhar ao capitalismo mais um espaço de auto-determinação, liberdade ou igualdade).

Esta ideia não é apenas um exercício teórico, mas uma ideia para, não só abrir o campo da política no que toca às lutas sociais e como as entendemos, mas também como premissa para a revitalização das formas e dos temas da organização de trabalhadorxs. Os tópicos que são tradicionalmente vistos como estando de fora da esfera do trabalho podem e devem ser mobilizados para a construção de um movimento de trabalhadorxs mais plural, mais capaz e mais integrado. Dando um exemplo concreto, o facto de que a grande maioria das mulheres faz ainda grande parte do trabalho reprodutivo (tomar conta das crianças, idosxs, trabalho doméstico, etc) torna-as mais conscientes e tendencialmente mais críticas a transformações laborais que flexibilizem o seu horário de trabalho, que precarizem o seu vínculo laboral mas também à necessidade de um estado social que ofereça respostas colectivas ao trabalho reprodutivo: creches e escolas públicas, lares de idosxs públicos ou serviços de apoio, hospitais e clínicas gratuitas. Neste sentido, a experiência concreta das mulheres na “esfera da vida” influencia a sua experiência na “esfera do trabalho” e vice-versa. Ligando estas duas esferas à recomodificação do estado social, é urgente ser capaz de mobilizar em torno de temas que ligam a experiência concreta da classe.

Os desafios que temos pela frente são como pôr estas ideias em prática. Mas deixo algumas pistas para a reflexão colectiva: precisamos de sindicatos menos burocratizados e que juntem a força dxs precárixs e dos desempregxs. Precisamos de repensar como organizar trabalhadorxs precárixs: se em novos sindicatos não-sectoriais, se pela disputa coordenada das estruturas sindicais já existentes. É necessário, sobretudo hoje, que a pertença sindical possa existir quer se tenha contrato ou não ou se esteja desempregadxs ou não. É necessário coordenar a intervenção sindical com as necessidades das comunidades e trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessário uma coordenação entre movimentos e sindicatos que juntem as questões económicas às questões políticas e que possam construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista) que seja capaz de inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

Não voltaremos atrás

CECÍLIA HONÓRIO, FERNANDO ROSAS, JOSÉ GUSMÃO E MÁRIO TOMÉ

O Bloco nasceu há 15 anos da convergência de diferentes correntes da esquerda radical portuguesa. Depois da sua fundação, outros percursos aqui confluíram e foram contribuindo para o enriquecimento de um projecto a que, na altura, muitos decretaram vida curta. Em todos os que aqui se juntaram, a mesma esperança: a construção de uma esquerda que rejeitasse a tentação centrista do PS e o fechamento do PCP. A estas duas desistências, o Bloco opôs o compromisso com a construção efectiva de uma alternativa a sério.

Quem construiu o Bloco, qualquer que tenha sido o seu percurso, não fez nenhum acto de contrição. O Bloco refundou as tradições de pensamento e acção de correntes da esquerda com um património inestimável. Reclamando esse património, o Bloco procedeu à sua crítica e superou as suas limitações. O resultado não podia ter sido mais esclarecedor. Em poucos anos, o impacto do Bloco no combate da esquerda e no mapa político ultrapassou em muito o que todas essas correntes tinham conseguido em várias décadas.

Nesse sentido, o Bloco fez mais do que reunir pequenas organizações de esquerda. Criou um sujeito político novo, com uma forma diferente de olhar para a sua acção e para os seus objectivos. O Bloco nasceu para conseguir transformações reais e não para se contentar com a propaganda. Nasceu para vencer, e não apenas para ter razão. É por isso que, ao longo deste percurso, as convergências foram sempre um tema fundamental. Do que se tratou foi de conseguir construir e integrar um movimento político capaz de ser maioritário e mudar o país. Para isso, o Bloco é necessário, é imprescindível.

Este caminho tem sido politicamente complexo. A questão das convergências exige inteligência estratégica e tática. Os processos de convergência são por definição incertos, quanto mais não seja porque não estamos sozinhos e não dependemos apenas de nós. Mas o certo é que foi nesse caminho que o Bloco cresceu e se afirmou. Não errámos e não erraremos sempre que quisermos que o Bloco dê força a movimentos de transformação aqui e agora em vez de falar dos amanhã que cantam em sedes a que ninguém vai. A moção unitária em construção, que apoiamos pretende precisamente dizer que a unidade é um trabalho de síntese política quotidiano e deliberado.

Desde a sua fundação, o Bloco foi dirigido por uma maioria complexa, que incluiu grande parte da pluralidade do Bloco e construiu uma direcção que conduziu o Bloco nas suas vitórias e nas suas derrotas. Dentro dessa maioria sempre houve divergências mas foi possível construir relações de confiança e lealdade que sobreviveram a todos os debates porque a política esteve sempre primeiro. Até chegarmos a esta convenção. Pela primeira vez, a proposta de uma maioria plural vai ter como contra-proposta o controlo do Bloco por uma corrente, por um grupo. Seria o corolário lógico de uma estratégia de isolamento. Uma estratégia que recusamos.

Não temos saudades de uma democracia em que a única alternativa a PS e PCP eram pequenas organizações pouco mais do que irrelevantes por maiores que fossem os méritos dos seus ativistas. Não temos saudades do tempo em que vanguardas esclarecidas se condenavam ao isolamento e a processos cíclicos de depuração. Não temos saudades de uma esquerda onde predominava o aparelhismo, o grupismo e as divisões. Já aí estivemos. Não voltaremos atrás.

Assimetrias regionais versus níveis de desenvolvimento

ERNESTO FIGUEIREDO

Como contributo de clarificação sobre qual deverá constituir o centro da agenda política que define o BE, em termos programáticos de ação e de projeto político estratégico de primeira ordem, de entre digamos dois polos (ou conglomerados) agregadores, como sejam, por um lado, o montante da dívida externa, o valor dos juros e os prazos de amortização e o Tratado Orçamental, que têm comandado a ordem do dia e se irão repercutir no futuro, por outro lado, a atribuição de prioridade máxima à Reforma do Estado Democrático de direito participativo, que tem merecido pouca atenção, é pouco conhecida, sobretudo dos cidadãos (que maior número de expectativas apresentam de, justificadamente, ver satisfeitas), mas abre novos caminhos para um novo estado democrático (que pode muito bem ser o socialista). Um estado em que a participação e inclusão sociais, a responsabilidade cívica enquadrando o respeito pelo direito próprio e alheio, o bem-estar social (decorrente de um estado social consolidado, seja nas prestações sociais, seja na educação, saúde e acessoria jurídica tendencialmente gratuitos), a delimitação dos espaços sociais e territoriais públicos e privados, a definição de políticas descentralizadas para identidades regionais tornadas autónomas, o acompanhamento do progresso e a supervisão do desenvolvimento com base no Poder Local autárquico, enfim, um estado decorrente de uma revolução democrática e cultural profunda. Com orientação socialista, acrescente-se, a fim de evitar derivas comportamentais e atuações políticas (já conhecidas) conducentes a regimes austeritários, autoritários ou totalitários, sejam eles de auto proclamação de esquerda ou de direita, de tipos de ditaduras civis ou de ditaduras militares.

Simulando aqui um cenário virtual, cremos que ele nos poderia auxiliar a ordenar, chamemos-lhe objetivo da revolução democrática, em primeiro lugar, condicionando assim o segundo objetivo, chamemos-lhe económico e financeiro, que apareceria em segunda ordem de prioridade. Ou seja, se, por hipótese remota e instrumental, aparecesse um D. Sebastião redentor do País nas atuais circunstâncias políticas e administrativas e se revelasse restaurador pela via de uma revolução democrática, em vez de (conservador) pela adoção da solução de pagamento da dívida soberana, teríamos como resultado, entre um sem número de outras coisas, um estado a funcionar com, digamos, pelo menos oito regiões autónomas no País que somos. Se, então, o governo com suas regiões atentasse em uma auditoria da proveniência ou origem da dívida soberana e chagassem à conclusão quase segura de que (por inexistência do parâmetro regional tomado em linha de conta, aquando da contração do empréstimo) a dívida acumulada atual tinha distribuição muito assimétrica, que conclusão ou conclusões poderiam ser deduzidas de tal facto? Uma, inequívoca, seria então a de que, dada a estratificação social, a estratificação regional impende como corolário a ser explicado por causalidade experimentada ou sofrida, mas não por si provocada. Prolongando o *status quo* não parece aligeirar o estado real das coisas, antes agrava-o decididamente, pois não considera a problemática regional com dignidade suficiente, muito menos como eixo prioritário ou tendência ao fomento da emancipação dos povos, que é a base organizativa mais fecunda, genuína e apropriada pelas ideologias mais amigas dos cidadãos.

Para obviar, diga-se que o reconhecimento da importância da estratificação territorial liga-se e confunde-se com a identificação regional do escalão de administração intermediário, situado algures entre o poder central, a grande distância, e o poder local, base de ocorrência de todo o desenvolvimento criado e sustentado. É ao poder regional, em sede de autarquia política e administrativa autónoma, que compete organizar o espaço territorial, partilhado com os municípios e as freguesias, em rede e aos diferentes níveis. Finalmente, diga-se que a partir de 1835 (data da instauração da administração distrital uniformemente a todo o País), a estratificação social da época, representada pelo (na pessoa do) Ministro do Reino Rodrigues da Fonseca, paralisou e anulou todo e qualquer efeito ou impacto de desenvolvimento fomentado ou provocado pelas administrações provinciais (regionalistas de então) anteriormente em vigor. Manutenção de um estado soberano forte e centralizado, para poder segurar o império, possuía valor supremo absoluto. A única identificação de cidadania que se impunha neste contexto era a nacionalista, com a criação de arquétipos e referências honoríficas, como sejam, o heroísmo, estoicismo, patriotismo, invencibilidade, soberania absoluta, etc., rasurando em contraposição identificações regionais impregnadas de diferenças e contrastes fazendo todo o sentido identitário e emancipatório dos povos.

Estratificação social versus ordenamento regional

ERNESTO FIGUEIREDO

É para nós dado assente que a enorme fragmentação que agrilhoa a sociedade portuguesa, com clivagens de toda a espécie semeando as relações inter e intra-familiares, inter vizinhanças habitacionais, inter gerações, inter instituições, inter colegas da mesma instituição, inter categorias e classes sociais, *inter pares*, etc., nos remetem para um tipo de sociedade em que o sentimento da solidariedade (*obligatio in solidum*, que significa obrigação comunitária, semelhante ao sentido de família), outra que não a caritativa ou existencialista, não se afigura radical no sentido literal do termo e apresenta-se muito fragilizado quando comparado com outras sociedades ou estados de direito, mais evoluídos ou desenvolvidos. Esta circunstância decorre em simultâneo com a sua inversa, do sentido da competitividade como instrumento de organização social, sendo certo que, sociedades totalmente solidárias ou exclusivamente competitivas, constituem extremos (fictícios) da mesma escala de aferição, de completa interdependência (paradigma virtual). No entanto, apesar de haver sempre algum ponto de equilíbrio que sirva alguma sociedade, a grande surpresa estará em que os coeficientes de variação destes pontos de equilíbrio sejam tão díspares, quando se trata de sociedades humanas dotadas (em teoria) dos mesmos direitos universais! Este facto revela ainda que as sociedades civis, sejam elas nacionais, regionais ou outras, se encontram desigualmente desenvolvidas e com trajetórias de percurso que também não são uniformemente percorridos. Pretendemos enfatizar com esta reflexão que a diversidade, a heterogeneidade e as desigualdades (e não as homologias, as igualdades e as concentrações) é que constituem a maioria das realidades naturais e, sobretudo, das relações do quotidiano em que nos movemos em cronologias etária, vital ou existencial. Procurar homologias, promover igualdades ou construir concentrações constituem apenas algumas formas (ou metodologias) de ordenamento (ou organização socioeconómica) dos factos ou unidades de análise.

Por conseguinte, quando se fala correntemente em estratificação, procura-se dalguma forma encontrar ou satisfazer uma classificação ou avaliação social que reúna, na mesma classe ou estrato, elementos que possuem, em simultâneo, valores próximos (para não dizer iguais, de aferição incerta), seja em relação apenas a uma, ou a mais que uma característica. Existem assim estratos ou categorias sociais mais robustas que outras, devido ao facto de englobarem ou aglomerarem diversificadas características. Por exemplo, as classes sociais dos pobres, dos agricultores ou dos banqueiros, para citar apenas algumas, terão níveis de robustez distintas. E, depois, há também a ter em conta a natureza dos próprios interesses que mantêm a coesão intra-estratos e a natureza das relações mantidas com os demais estratos (inter-estratos) que entre si repartem a sociedade classificada: serão relações de inter ajuda e de cooperação ou, ao invés, serão relações de competição e disputa concorrencial? E, também, torna-se importante saber se se trata de relações fortes ou de relações fracas. Relações fortes de cooperação podem eventualmente contribuir para uma superação das contradições inter-estratos ou inter-classes; relações fortes de competição ou disputa são bom exemplo de relações de exclusão. Ambas constituem, no entanto, relações de forte interdependência. E isto, evidentemente, falando do espaço social em que se estratificam as sociedades humanas, mas que se torna extensível a sociedades não humanas ou outras realidades ecológicas.

No entanto, pensando em termos regionais, digamos, da doutrina que suporta o movimento social e político que enforma as sociedades humanas, dito de novo regionalismo, teremos analogamente que haverá classificações, coincidentes com identificações, territoriais que reúnem numa mesma classe ou estrato territorial elementos de pertença ou membros que, em simultâneo, possuem valores muito próximos, seja em relação apenas a uma ou a mais que uma característica. Quantas mais características se agruparem ou agregarem em determinados estratos territoriais, tanto mais robustas se tornam tais classes ou tipologias de territórios. Ou seja, também no espaço territorial (histórico ou marcial), tal como no espaço social (rural ou urbano), se podem construir ou identificar categorias ou regiões dotadas de coerência interna ou homogeneidades que podem ser aferidas e que contrastam, naturalmente, com outros subespaços ou regiões, suas congéneres. E mais, pode ser que se trate de regiões sobretudo complementares ou solidárias ou, então, regiões entre si extremamente competitivas e concorrenciais. Será no equilíbrio destes dois tipos de relacionamentos que assentará o progresso comum do espaço territorial envolvente (espaço nacional ou supranacional), abrangendo os dois tipos de relacionamentos inter-regionais.

Reforma do estado, democracia e poder regional

ERNESTO FIGUEIREDO

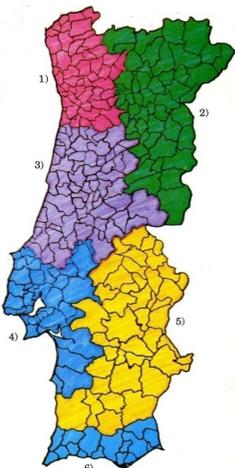
Decorridas **mais de três décadas** sobre a **inscrição** na **Constituição da República (Art.239º, 1976)** das **regiões administrativas**, como base de sustentação para uma **profunda reforma** do aparelho do estado com vista à edificação de um **sistema descentralizado e democraticamente consolidado** (isto é, permitindo **mudança social** ideológica e não apenas **alternância** de poder plutocrático), prossegue alguma **discussão** (comprometida e envergonhada!) do tema regional. A **direita e o “Partido Socialista” (PS) travaram a regionalização**, o que significa que tolheram o **desenvolvimento** do País, tornando-o moribundo. Esta situação é de tal visibilidade que (a manter-se) virá o tempo em que mais uma vez a **União Europeia (UE) enviará comissários** ao seu protectorado a comunicar que a **reforma da administração do estado** terá, finalmente, que ser levada a bom porto.

É vital que **o País se organize**, à semelhança da maioria dos países, nomeadamente no seio da UE, em **bases regionais autárquicas** sólidas. A **UE das regiões** não pode constituir nenhuma miragem, quando se promovem (ou se afirma que assim será muito mais intensamente no futuro) as **políticas inter-regionais** de troca de relações, em contrapartida às **políticas inter-nacionais** hoje existentes. Para efeitos de **construção de uma UE dos povos**, das **nações**, das **pátrias** e também da almejada **UE da paz**, parece plausível admitir-se que o **desenvolvimento centrado nos poderes regionais**, [instalados entre os poderes centrais e locais, com protecção especial dentro da UE traduzida pelo **Comité das Regiões** (do qual, sublinhe-se, Portugal continua arredado!)], constituirá um **modelo político-administrativo digno do primeiro mundo**.

São as **políticas regionais** e não outras (federais, confederadas ou centralizadas) que, nos dias de hoje, conferem **estatuto de primeiro mundo à UE** no concerto das relações internacionais, pese muito embora o **papel da função de distribuição** europeia estar longe de alcançar o seu objectivo maior: processo de **integração** adequadamente ponderado e regulamentado ou perfil de **acumulação gradual** devidamente ajustado ao espaço europeu. **Portugal** como membro de pleno direito da UE terá, por conseguinte, **tudo a ganhar**, na justa medida em que alinhar pelo diapasão **regional autárquico**. Pode, por esta via, descolar da cauda da Europa, para lugares mais consentâneos com os seus **valores**, a sua **História**, a sua **ambição**. O acanhamento ou a **subserviência transparecida pelos tratantes** (e nossos representantes) nas negociações com a UE, **mostrando em detalhe (ou ocultando) a nossa situação socioeconómica**, só dificulta o ritmo de construção e consolidação europeias. A **UE é, sem dúvida, uma das maiores realizações políticas** internacionais do século XX, na qual temos papel significativo a desempenhar.

Defendemos que a **delimitação regional** é parte integrante da **teoria regional** e que a sua comprovada complexidade (técnica e científica) não se compadece com o **desconhecimento** revelado por muitos regionalistas e anti-regionalistas. Se o **desenvolvimento** não pode ser senão **regional**, no entender de muitos, a verdade é que este último não pode ser planeado e alcançado em abstracto, isto é, em ausência de regiões **“bem delimitadas”**. Mas pode, ao invés, ser procurado em sede de **regiões virtuais**, mal definidas: como foi o caso bem conhecido da **actuação liberal** de fazer **substituir** as antigas regiões ou **Províncias Administrativas** pelos “revolucionários” **Distritos**. Estes estiveram na origem da **regressão social** verificada a partir de então, marcando sem dúvida a **trajectória administrativa** do País a prazo, da qual todavia não nos libertámos: os distritos (leia-se **associações de municípios** despaisadas) permanecem funcionais, resolvendo problemas administrativos ao seu nível hierárquico.

As Regiões Fundamentais, estruturantes do Continente.



Defendemos a edificação no País de um **sistema regional consensual** (ver **Mapa das Regiões Fundamentais, acima**), em que as **regiões tradicionais** (carregadinhas de história), pré-liberais e pré-neoliberais, são redefinidas e designadas assim: 1) **Douro-Minho** ou região Minhoto-Duriense (em consonância com o seu estatuto de pertença à grande região **Galaico-Duriense**) agregando as duas margens do Douro; 2) **Trás-os-Montes e Beira Interior**, já que a região de Trás-os-Montes e a Beira Interior são estruturalmente muito **semelhantes**. Incluí-las em regiões dotadas de níveis de desenvolvimento muito superiores [o que tendo sido ensaiado, (mantendo-se ainda em vigor!), sem medidas de protecção adequadas] deu como resultado observado o seu esvaziamento; 3) **Beira Litoral**, constituindo claramente a sub-região beirã de mais elevado nível de desenvolvimento; 4) **Estremadura**, sem inovação face a representações recentes, mas de designação consagrada; 5) **Alentejo**, grosso modo, o clássico e o do futuro; 6) **Algarve** permanecendo o “reino” dos Algarves.

Contributo

FERNANDO LETRA

Voto obrigatório

A democracia portuguesa, ao fim de perto de 40 anos, está a entrar no, quase, último grau da crise. A multiplicidade de partidos, que não de ideologias, não convence já a maioria da população, levando a que a abstenção atinja níveis nunca vistos e, pior, aumentando, cada vez mais, o número daqueles que atiram aos 'quatro ventos' que os políticos são todos iguais. Não são, mas a população não (ou não quer ver) isso. Quando os populistas aparecem, logo vários milhares estão decididos a segui-lo, endeusando-os como os salvadores da pátria, não vendo nem querendo ver que é mais alguém a tentar valer-se do sistema para alcançar determinados objectivos. Aí, alguns políticos deixam de ser iguais a todos, mas não por muito tempo. Por incompetência própria, aqueles que por interesse se envolvem na política, acabam por revelar-se aquilo que realmente são... Mas, infelizmente, os políticos passam a ser, de novo, todos iguais. E a abstenção aumenta outra vez...

Para obviar a esta situação, e para tentar levar os eleitores a descobrirem aquilo que os partidos realmente lhes 'oferecem', e não aquilo que eles acham que é (por ouvir dizer), a solução é tornar o voto obrigatório. Desse modo, qualquer tipo de voto seria um voto 'consciente', mesmo na mais completa inconsciência, e levaria a que mais pessoas se envolvessem na dinâmica cívica que é a participação política.

Proporcionalidade directa

Em consequência do citado anteriormente, o apuramento de resultados eleitorais por proporcionalidade directa seria muito mais recompensador para os eleitores – e para os eleitos – que a actual 'fórmula' do método de Hondt, que, já se verificou várias vezes, é penalizador dos partidos com menores votações e vice-versa. As diferenças entre percentual de votação e percentual de deputados chegam a ser de perto de 10 pontos percentuais... sendo facilmente verificável, através de contas simples, que os partidos mais votados beneficiam injustamente desse facto, conquistando mais deputados do que aquilo que a proporcionalidade directa lhes daria.

JUSTIÇA

Crime é crime é crime...

Todos os crimes cometidos têm de ser punidos. É assim que a grande maioria das pessoas vê o equilíbrio da Justiça. Não faz sentido que um crime, ao fim de um determinado tempo, 'deixe de o ser', ou que processos andem de um lado para o outro por 'incompetência' dos tribunais. Isto é, se o criminoso for mais 'esperto' que o sistema, tem probabilidades de escapar à condenação merecida. E a 'esperteza' pode envolver muitas formas; desde não se deixar apanhar como apresentar instrumentos dilatatórios.

Assim, **nenhum Tribunal se pode considerar ou ser considerado incompetente para julgar seja que processo for**; se algum impedimento técnico existir deve ser resolvido na recepção do processo, de modo a que não haja atrasos na sua resolução;

não há prescrição de qualquer crime; crime é crime, ontem, hoje e amanhã, por isso não faz sentido que se esgote no tempo. Quando muito, poderá haver 'atenuantes' – não considerar crime necessário de julgamento (ter, p.e., uma 'tabela' de castigos associada, tipo trabalho comunitário durante x tempo), para quem comprovadamente não tiver meios de subsistência para si e para os seus e for apanhado a subtrair bens alimentares ou equivalente –, aliviando os tribunais de processos morosos e caros sem qualquer finalidade punitivo/moralista;

limite de recursos em caso de sentenças iguais; Se alguém é condenado/inocentado 'duas, três, quatro' (?) - valor a determinar - vezes seguidas por diferentes instâncias, essa sentença passa a definitiva, impedindo que instrumentos dilatatórios levem a prescrições ou que 'teimosias' do MP tornem processos em verdadeiras 'peças de alta joalheria'.

Estas medidas permitiriam uma justiça mais célere, mais barata e mais equilibrada, sendo benéfica para todas as partes envolvidas em cada momento em cada processo.

A fábula do governo sem condições

FERNANDO ROSAS, MARIANA MORTÁGUA E JOSÉ GUSMÃO

Pedro Filipe Soares apresentou a sua candidatura à liderança do Bloco. Valorizamos o gesto e a apresentação de alternativas claras. Esperamos que possa contribuir para um debate democrático em que se aprenda, em que se corrijam erros e em que se reforce o Bloco como alternativa na esquerda.

Mas, precisamente porque queremos um debate fundamentado, cumpre-nos desmentir a fábula que apresentou sobre as reuniões do Bloco de Esquerda com o PS e com o PCP durante a crise política de julho de 2013. Segundo o candidato, “batemos à porta do PS para um governo de esquerda sem condições”, que seria “chefiado por António José Seguro”. Esta fantasia não tem qualquer base factual e a tentativa de iniciar qualquer conversa sobre essa ficção degrada o nosso debate democrático.

Enquanto Seguro e a direita negociavam um acordo sob a vigilância de um enviado do Presidente da República, o Bloco de Esquerda dirigiu-se por carta ao PS e ao PCP – partidos com os quais fez sistemáticas convergências parlamentares no recurso ao Tribunal Constitucional contra medidas orçamentais do governo – propondo uma reunião para discutir a crise e as alternativas. No comunicado da sua Comissão Política, o Bloco apelou a “que essas conversações se façam sem qualquer condição prévia”: nada devia impedir uma conversa entre partidos de oposição, que devia ocorrer nesse preciso momento.

No mesmíssimo comunicado, a Comissão Política adiantou que “a agenda do Bloco de Esquerda para estas rondas de negociação é clara: o Bloco empenha-se na construção de um governo de esquerda que termine a austeridade e o memorando, que consiga a reestruturação da dívida, mobilizando os recursos bancários, financeiros e fiscais necessários, e que recupere o rendimento perdido pelas pessoas”. Dizer, portanto, que o Bloco propunha nesse momento um “Governo sem condições” não é perspectiva ou matéria de opinião. É simplesmente falso.

Na reunião com o PS, a delegação do Bloco foi composta pelas três pessoas que assinam este texto. Testemunhamos rigorosamente o que se passou. Como então informámos o partido e a comunicação social, o Bloco fez a proposta clara e directa de uma reunião subsequente, na mesma semana e sem delongas, sobre os dois temas mais importantes da política nacional: a reestruturação da dívida e a devolução de salários e pensões com a criação de emprego. Ou seja, uma reunião para discutir condições para uma alternativa. A resposta não podia ter sido mais esclarecedora: o PS rejeitou essa proposta e emitiu um comunicado esclarecendo que só discutiria questões de governo no âmbito das suas conversas com o PSD e CDS, evidenciando grosseiramente o seu compromisso com o Presidente e a direita.

Assim, não têm fundamento as acusações de que o Bloco teria “batido à porta do PS”, para um “governo sem condições” e “presidido por António José Seguro”. O Bloco nem propôs um governo sem condições, nem jamais em tempo algum sequer se falou, ou ponderou, nomear António José Seguro primeiro-ministro de um governo para o qual nunca houve acordo político nem vontade do PS para o discutir. Pelo contrário, o Bloco apresentou posições claras e propostas concretas sobre as questões essenciais, o PS esclareceu que não estava disponível e queria um acordo com a direita.

O conteúdo da reunião está esclarecido, como sempre esteve.

Mas o assunto tem outras consequências. Se a imaginada proposta de um “governo sem condições” e “presidido por Seguro” tivesse existido, coisa tão grave que motivaria um ano depois uma candidatura à liderança, porque é que, até ontem, o agora candidato nunca encontrou uma única oportunidade de censurar aquela iniciativa nas várias reuniões da Mesa Nacional entretanto ocorridas? Porque escondeu do conjunto do partido a sua crítica durante um ano inteiro? Como se sentiu à vontade para representar um Bloco que “bate à porta do PS” para propor “governos sem condições”?

Não nos cabe tirar conclusões. Mas, como não alimentamos caricaturas nem fábulas, reafirmamos simplesmente os factos.

Fizemos o que todos os militantes sabem: nessa crise, desencadeada pelas demissões de Gaspar e Portas, seguida das conversações entre o PS e o governo, o Bloco mostrou capacidade de iniciativa, apresentando os seus termos para a construção de uma alternativa. A violência da reacção do PS a essa iniciativa tornou claras as intenções da sua direcção. Por outro lado, a nossa iniciativa sublinhou por onde tem de passar uma solução, que é sempre pela luta coerente contra a dívida, o Tratado Orçamental e a austeridade.

Lançar poeira não faz parte da tradição de debate sério, plural e franco que construiu o Bloco, e que reclamamos com orgulho.

Igualdade, nada menos

GUSTAVO BEHR, JOSÉ FALCÃO, LUÍS LEIRIA

O Bloco de Esquerda tem na sua génese a luta contra todas as discriminações. A marca distintiva do Bloco é incluir na sua pauta a igualdade entre todas/os. Isso abrange, evidentemente, repudiar as restrições de acesso a direitos feitas razão da nacionalidade dos cidadãos. Passa por repudiar todas as formas de racismo, toda a xenofobia.

Nos diferentes países europeus, a austeridade trouxe consigo o ressurgimento da extrema-direita e de políticas muito conservadoras em relação aos imigrantes e minorias étnicas e religiosas. Ao invés da procura pelos reais culpados da crise, alimentou-se um sentimento de ódio em relação aos estrangeiros. Um sentimento de ódio aos trabalhadores que fazem os trabalhos mais precários destes países, com menos direitos, com menos condições de trabalho.

Há situações perturbadoras e extremas. Na Grécia, na Itália, no Estado Espanhol, em França, na Grã-Bretanha, entre muitas outras. No entanto, basta citar um exemplo para entender o resto: o cemitério em que se transformou o Mar Mediterrâneo, onde milhares de imigrantes perdem a vida por ano, muitos fugindo da guerra e da fome. Um genocídio vergonhoso e absolutamente inaceitável que a Europa permite e que persiste no seu horizonte. A União Europeia não tem, nem quer ter, a vontade política para a sua resolução, de forma que respeite os direitos humanos. Por isso se impõe a saída imediata do Frontex e a sua eliminação a nível europeu. Impõe-se o fim da externalização das fronteiras. E é fundamental acabar com os “subsídios” aos países periféricos para fazer o que a hipocrisia europeia não faz.

Este pano de fundo, tão negativo, tão desumano, é utilizado como critério de comparação para políticas de imigração dentro dos países europeus. Não é critério. Há apenas uma medida verdadeiramente aceitável para a cidadania: a igualdade.

Sem complacências com a demagogia do medo de quem vem de fora. Sem a chantagem do “feito-chamada”. Sem estigmas. Sem rótulos. Porque os direitos não são privilégios. Portugal devia compreender isso: milhares de portugueses tiveram que abandonar o país, assolado pela crise.

Por outro lado, a política de imigração não deve ser orientada para privilegiar os imigrantes milionários ou os altamente qualificados. É preciso receber bem todos, porque todos têm o seu contributo a dar. Não há razão plausível que justifique que um trabalhador da construção civil ou de um restaurante, ou o seu agregado familiar tenha que sofrer um calvário burocrático para se regularizar (ou que nem se consiga mesmo regularizar) enquanto existem vistos golds e expressos para quem compre uma casa muito cara ou tenha uma conta bancária muito recheada.

Mas este apelo à igualdade, no Bloco de Esquerda, não é um chavão abstrato: defendemos o direito de voto para os imigrantes; defendemos a autorização de residência para todas/os; defendemos uma lei de nacionalidade justa; temo-nos oposto aos despejos e lutado por uma habitação digna para todas e todos, assim como nos temos oposto à construção dos ghettos das periferias; temos lutado pela regularização do vendedor ambulante; defendemos a igualdade em todas as prestações sociais; defendemos que a lei de imigração deve ter as mesmas garantias de defesa jurídicas que todas as leis; lutamos por uma proteção cabal às vítimas de tráfico de seres humanos, escravatura, trabalho forçado e exploração laboral.

Muito o Bloco já fez, com inúmeras iniciativas legislativas e com muita fiscalização do governo. Concretizamos isso com diversos projetos de lei: como o que defende a igualdade de acesso a apoios sociais pelos imigrantes; como o que cria os gabinetes jurídicos nos aeroportos e como o que determina o efeito suspensivo nos recursos das decisões previstas na lei de imigração; como o que determina a regularização de todos os imigrantes que trabalhem ou tenham exercido uma atividade em Portugal e os menores filhos de imigrantes, que tenham nascido ou frequentem as escolas portuguesas; como a atribuição da nacionalidade para quem nasceu em Portugal; como o projeto que defende uma proteção mais efetiva às vítimas de tráfico ou o que combate o trabalho forçado. Apesar do que foi feito, cabe sempre a tarefa de persistir, de aprimorar, de melhorar. Mais inserção, mais integração, para combater a retórica vergonhosa da expulsão.

Não há tempo a perder. Não há hesitações na luta pela conquista de direitos. O conservadorismo não hesita quando pretende amputar direitos ou diferenciar cidadãos que são iguais, mas que nasceram em diferentes lugares do planeta.

Todas as nossas propostas, todo o nosso discurso, toda a nossa ação deve ir no sentido que sempre foi: a defesa da igualdade entre todas/os, já!

A Constituição Portuguesa de 1976: memória colectiva e resistência social

HUGO FERREIRA

Nas últimas semanas gerou-se, no Bloco, um debate acalorado, muitas vezes leviano e panfletário, sobre a Constituição da República Portuguesa, fazendo-se dela e da sua importância, presente e futura, arma de arremesso político. Nas linhas que se seguem darei sucintamente a minha opinião sobre o assunto.

A Constituição da República Portuguesa de 1976, mesmo depois de 7 revisões constitucionais promovidas pela direita (PS, PSD E CDS), quase sempre desvalorizada nos textos produzidos pelos camaradas da Moção U, é tão irrelevante na definição de posições táticas e estratégicas futuras de um partido de Esquerda, que, nos últimos 3 anos, foi a única responsável, através dos sucessivos chumbos do Tribunal Constitucional, no plano institucional, pelo enfraquecimento e quase derrube do actual governo. Curioso, no entanto, é notar que aqueles que agora desvalorizam a importância da Constituição, são os mesmos que simultaneamente a ela recorrem para exemplificar o seu trabalho unitário e parte do sucesso do seu mandato político nos últimos 2 anos.

A importância social e política de uma Constituição é sempre determinada pela correlação de forças existente na sociedade numa determinada época. A nossa Constituição foi, na sua versão originária, o reflexo das lutas sociais do pós-25 de Abril e do PREC. As 7 revisões constitucionais entretanto operadas foram, também elas, o espelho do progressivo refluxo social em Portugal nas décadas de 80, 90 e 2000. Hoje, como no passado, a Constituição reflecte as dinâmicas sociais, mas continua a ser, apesar de tudo, o último muro institucional, ainda que pequeno e frágil, a fazer frente às tentações mais perversas da Burguesia. Isso mesmo foi sendo dito, e bem, pela direcção do Bloco nos últimos 3 anos, só se entendo, assim, a sucessiva desvalorização da Constituição pelos camaradas da Moção U como uma tentativa de, à última hora, criar trincheiras políticas sobre assuntos em relação aos quais se verifica um enorme consenso no Bloco.

Por outro lado, a Constituição Portuguesa continua ainda, apesar dos ataques, nacionais e europeus, de que tem sido alvo, a assumir-se como um documento de referência para as classes trabalhadoras, que viram e, apesar de tudo, ainda vêem nela resultados práticos da sua luta. A Constituição Portuguesa, se mais não fosse e significasse, é hoje, assim, um indispensável depósito de memórias de lutas colectivas, onde constam vitórias e derrotas da classe trabalhadora, que ela deve mobilizar para o futuro, corrigindo erros cometidos e desenvolvendo as estratégias vitoriosas.

Se é certo que uma Constituição expressa a síntese da correlação de forças de uma sociedade num determinado contexto histórico, a verdade é que tentar fazer dela um programa de governo ou um instrumento capaz, por si só, de alterar aquela relação de forças, significa não compreender minimamente o papel de uma Constituição numa sociedade. As constituições são documentos jurídico-políticos cimeiros e fundamentais das sociedades, cujo papel consiste, desde logo, na legitimação institucional de um determinado contexto de lutas sociais. É, se quisermos, a etapa final do processo gerador da correlação de forças existente, no qual participam, de forma determinante, partidos e agentes político-sociais. É a estes que cabe, no plano e cenários político e social, em primeira ordem, e não à Constituição em abstracto, a tarefa de protegerem e desenvolverem a ordem constitucional pela qual se bateram e na qual se sentem representados. Se a ordem constitucional é ou não respeitada e desenvolvida nesse contexto - usando a terminologia constitucional, se logra obter *força normativa* e se vai conseguindo conformar, com alguma autonomia, a vida em sociedade - é questão que diz mais da força dos agentes políticos e sociais que por ela se batem do que propriamente da resiliência do texto constitucional.

Ainda falta o Q na bandeira do Bloco

IRINA CASTRO, ANTÓNIO ALVES VIEIRA, SÉRGIO VITORINO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, MARTA CALEJO, TIAGO BRAGA

Quando nasceu, o Bloco foi associado a várias causas erradamente chamadas “fraturantes”. O termo, cunhado pela JS, marcou iniciativas políticas e debates na sociedade que fraturaram tanto ou tão pouco como o aumento do salário mínimo, o RSI ou a legalização dos emigrantes que vivem e trabalham no país.. Remeter o Bloco para estas causas foi para muitos, desvalorizar o seu papel e para alguma esquerda elas desviavam a importância da centralidade do conflito capital/trabalho.

Mas esta foi uma postura que rejeitámos e o Bloco fez parte de um movimento que marcou agenda e obteve vitórias importantes.

No entanto, este não é um percurso isento de contradições.

O primeiro desses erros foi gritante: tratou-se do projeto lei aprovado em 2006 que regula a Procriação Medicamente Assistida, negociado entre o PS e o Bloco. O projeto que visava corresponder às dificuldades de conceção de casais heterossexuais, excluía a opção das mulheres de constituírem famílias monoparentais, bem como casais de lésbicas. Esta assimetria de direitos, resultou assim de uma incapacidade de dialogo entre a direção do Bloco e xs ativistas LGBT das suas fileiras, de forma a alinharem uma estratégia que respondesse às realidade vivida por estas pessoas e alterando o rumo dos acontecimentos.

E isto foi algo que nos custou, e custa ainda, politicamente, pois as expectativas depositadas no Bloco por parte dxs ativistas LGBT ficaram longe de ser correspondidas.

Pode ser dito que o erro se tentou corrigir em 2011 com a apresentação de um novo projeto-lei que visava eliminar essas assimetrias. No entanto, a rejeição desse projeto, não permitiu alterar a situação, mantendo uma lei que discrimina mulheres, particularmente as lésbicas. Uma continuidade da qual somos corresponsáveis..

Outro dos momentos que marcaram a relação do Bloco com as temáticas da igualdade foi o da aprovação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, em janeiro de 2010. Em carta dirigida ao grupo parlamentar e à direção, os e as activistas LGBT do Bloco diziam:

“A hipótese de ganhar o casamento com um debate perdido travado em torno destas questões, [da parentalidade] constituirá um avanço legal firmado sobre a expressão mais básica da homofobia. Será muito mais prejudicial do que benéfica para o futuro e um presente envenenado que só podemos dispensar.”

Celebrando a vitória legal do casamento a ala direita do movimento e o PS, hipotecou a oportunidade para remover as discriminações sobre parentalidade. Hoje, como em 2010, é evidente que a lei do casamento, impondo uma discriminação no acesso à adopção por casais homossexuais, não era para ser celebrada como foi. Ela será sempre símbolo da modernidade dos tempos de Sócrates, mas ao mesmo tempo, exemplo da concessão de direitos pela metade que hoje só podemos combater.

E finalmente, na lei da Identidade de Género, também negociada entre o Bloco e o PS e aprovada em 2011, não soubemos traduzir no plano legal a questão essencial para as pessoas transgénero. A lei que simplifica importantes procedimentos no registo civil, coloca no diagnóstico médico de doença mental, a determinação do processo. Ou seja, aceita a patologização destas pessoas e com ela retira-lhes autonomia sobre as suas vidas. Também neste caso, o debate com militantes e ativistas do Bloco na área revelou-se pouco útil. No afã de marcar agenda parlamentar e de aprovar projetos lei, o Bloco foi corresponsável por uma lei ambígua no reconhecimento da igualdade plena. Exigir hoje que esta lei seja aplicada, sem mais, não contribui em nada para um movimento social que, por todo o mundo, exige que as pessoas transexuais deixem de ser qualificadas como doentes mentais.

O Bloco teve as oportunidades para poder ser expressão natural de um movimento que não se limita ao reconhecimento formal dos direitos, que disputa internamente visões do mundo e perspectivas sobre a sexualidade que não se podem limitar a uma simetria homo das relações heterossexuais na ficção ideológica da monogamia. O Bloco optou sempre pelos caminhos fáceis, dispensando demasiadas vezes o contributo dos seus militantes ativos no movimento LGBT, preferindo todas as parcerias com o movimento institucional, referenciando-se a ele, sentando-o sempre à sua mesa até ser um partido que corresponde no parlamento a cada iniciativa do PS, que deixou de ter uma ideia para os direitos sexuais e para a igualdade. Que acena com a paridade entre sexos, dispensando o debate do género e de como este é ideologicamente construído. Coresponsável por leis que hoje o movimento LGBT e os ativistas do Bloco neste movimento combatem.

Parte da solução ou parte do problema? Como todas as moções a esta convenção parecem constatar, a institucionalização do Bloco é um dado adquirido. No caso das questões LGBT foi um processo repleto de episódios de desencontro e de opção pela política fácil.

Um partido que quer ser movimento ou é *Queer* ou não será nada.

Movimento Social: esticar cordas

JOANA LOUÇÃ, JOÃO CAMARGO, SARA SIMÕES

Nos últimos anos, em aprendizagem acelerada, o movimento social português foi esticado ao limite, com resiliência e adaptabilidade que poderiam ser inesperadas à partida. Nenhum exemplo é tão evidente disto como o Que Se Lixe a Troika. Pela primeira vez na história recente um processo social extra-institucional produziu uma contra-hegemonia clara à superestrutura neoliberal.

Avaliar este processo implica olhá-lo à luz de tudo o que ocorreu nos últimos anos em Portugal e fora –acampadas, 15-M, protestos na Grécia, em Itália e até o Occupy Wall Street e Primaveras Árabes. Em Portugal, as debilidades do movimento social não podem ser isoladas da revolução ou da força sindical. No 25 de Abril, a participação popular fez com que sindicalismo e associativismo se tivessem tornado muito relevantes de forma acelerada. A enorme pressão popular alterou as instituições políticas, estatais e partidárias, abrindo o caminho à consolidação de associações e organizações representando grupos populares, capazes de exigir apoio e recursos do novo regime. As estruturas sindicais próximas do PCP tiveram uma força incomparável no espectro da esquerda, pelo reconhecimento que o partido teve nesse período. A sua capacidade de organização e estruturação estabilizou e expandiu o movimento sindical, estancando a emergência de outras grandes forças dentro campo social e do Trabalho. 40 anos depois, há outro espírito da época –individualista, muito mais despolitizado, resignado, tecnocratizado, a-histórico, avesso à organização. Os movimentos associativos tornaram-se cada vez menos movimentos e menos sociais, com excepções. A competição pelo acesso a fundos comunitários tornou as vozes críticas cada vez mais dóceis, a cooptação por forças partidárias de centro neutralizou a massa crítica que aderira em massa à participação política na vida em sociedade. É um campo adverso, aquele em que se procura um movimento social radical e alternativo. Criar fetiches de espontaneidade em relação ao movimento social que realmente existe é contraproducente. É preciso transformar esta realidade e os últimos anos viram ser usadas estratégias diversas para redinamizar o movimento, por parte de muitas forças sociais no país.

O Que Se Lixe a Troika bebeu da aprendizagem do que foi o 15 de Outubro, mais formal e oficial. Esta plataforma tinha aprendido das acampadas do Rossio e do Porto, além da Geração à Rasca. A construção de convocatórias, manifestos, propaganda, comunicação, contactos, etc., foi colectiva, fruto da soma e confronto de várias perspectivas presentes. Desde o primeiro momento havia tensões, que se mantiveram e mantêm, fruto das experiências e perspectivas diversas e dos balanços anteriores. Nada teria sido conseguido senão através de uma militância generosa, aberta, plural e construtiva. As forças em presença (sociais, sindicais, partidárias, movimentos, individuais) conseguiram, num salto qualitativo inestimável para a realidade do movimento no país, manter as tensões equilibradas no ponto que permitiu organizar dois momentos históricos da vivência radicalizada do país. Mas momentos como a organização da manifestação “Povos Unidos Contra a Troika” demonstraram a diversidade e conflito das forças em presença, com o choque entre propostas de acção nacional e internacional. Acusações de dirigismo e sectarismo apontadas neste processo chocam com a realidade: pela expansão de convocadores a cada manifestação, pela informalidade da estrutura e pela direcção que era a única possível – a dos que participavam e decidiam colectivamente. Os “erros” cometidos resultam da dialéctica das forças em presença. Assacá-los a uma ou outra parte é desvalorizar os participantes, qualificá-los de espectadores. E preparar, contactar, articular, propor, discutir, são formas de organização, indispensáveis para o que quer que seja aconteça, não formas de dirigismo. Ou quem lançou o movimento decidiu acabar com ele ou havia mais forças do que aquelas presentes no movimento que concorreram para o seu enfraquecimento. Só uma das possibilidades pode ser verdade.

O derrotismo, a submissão, o medo e a desconfiança produzidos pelo capitalismo são os principais inimigos e a razão pela qual, mesmo perante provas de força e vontade como foram os protestos ocorridos nos últimos anos, o austeritarismo continue a vencer.

A história não acabou a 13 de Março de 2011, a 16 de Setembro de 2012, a 3 de Março de 2013. Precisamos aprender com as experiências e não empobrecê-las. O movimento social teve grandes aprendizagens, mas a falta crónica de balanços sérios reduz o valor destas e deve-se ao espírito da época do imediatismo, da resposta fácil, do comentário paragrafado. Há muito por fazer. Já se provou que é possível fazer muito mais do que era imaginável. Os e as activistas do BE têm de continuar a dinamizar e apoiar todos os protestos, com abertura e lealdade. A melhor resposta é a preparação política, a análise racional, sem desconfianças ou sectarismo, com empenho e sacrifício, especialmente quando a maré é baixa.

Memó(ria) sobre um mandato

JOANA MORTÁGUA

Como outros camaradas que subscrevem a Moção E “Bloco Plural: Fator de Viragem”, apoiei a moção aprovada na última Convenção. Ao longo dos últimos anos fui eleita pela chamada “moção A” para os órgãos dirigentes do Bloco, incluindo a Comissão Política e o Secretariado Nacional, tendo participado em todos os debates que nesses órgãos se fizeram.

Esta realidade tem levado alguns camaradas que apoiam a atual coordenação a negar o valor das nossas vozes críticas à direção política do Bloco. Argumentam que as nossas vozes não têm valor porque estiveram supostamente caladas até agora. Afirmam que estávamos lá quando as decisões foram tomadas e que “não dissemos nada”. Sobre isto, e a bem da clareza que o debate convencional exige, importa esclarecer posições e corrigir a amnésia repentina sobre o que se passou nos órgãos de direção do Bloco.

Como sempre, é bom começar pelo início. A tortuosa estrada que o Bloco percorreu nos últimos tempos teve casa de partida na candidatura presidencial de Manuel Alegre. Estou tão à vontade para dizer que votei o apoio do Bloco a essa candidatura como para afirmar agora que a escolha se revelou errada. É esse o valor dos balanços.

O percurso de Manuel Alegre e as consequências que esse apoio teve para o Bloco ensinam-nos muito sobre a nossa identidade, sobre o espaço político que ocupamos e sobre quem é o “nosso povo”. Se a candidatura de Manuel Alegre serviu para alguma coisa foi para nos mostrar que o Bloco tem de manter os dois pés firmes à esquerda, sem manobras táticas que nos confundam com os partidos da austeridade.

O caminho do Bloco pós-alegre mostra que a direção do Bloco falhou essa lição, e só isso justifica a forma como foi posta em prática a estratégia do Governo de Esquerda saída da última Convenção. Aquilo que era uma visão de transformação e acumulação de forças para uma maioria social à esquerda, que eu apoiei, transformou-se numa procura de parceiros para governar com um programa mínimo em que o “com quem” atropelou o “como” e o “para quê”. Foi dessa mudança de linha que me fui demarcando progressivamente.

A valorização excessiva da política de alianças em sobreposição a um projeto autónomo levou a que fôssemos com esse programa mínimo, ou até sem ele, bater à porta do PS. Na altura, opus-me na Comissão Política à realização dessa reunião, defendendo que o PS já tinha aceitado as condições prévias do Cavaco e que o encontro seria incompreensível aos olhos do nosso eleitorado, e perguntei onde ficavam as condições prévias aprovadas na nossa Convenção.

Depois disso, o Bloco travou duas eleições, autárquicas e europeias, que resultaram em derrotas. Em nenhuma delas podemos apontar responsabilidades aos candidatos ou aos programas, nem à militância que deu a cara nas ruas. No entanto, o balanço dessas eleições feito pela direção não conseguiu analisar as razões do recuo eleitoral nem identificar nele um problema político de fundo.

Foi por isso que na Mesa Nacional eu e outros camaradas eleitos pela antiga Moção A não aprovamos os balanços propostos. Identificamos como problema central um rumo político pouco perceptível, a necessidade de autonomia estratégica e o fraco distanciamento face ao centrão que tinha como prova, no caso do balanço autárquico, a reunião com o PS poucos meses antes.

No entanto, o Bloco seguiu pela mesma estrada. No final de 2013 fazia escola na maioria da direção a confusão entre autonomia e isolamento, entre projeto de afirmação e sectarismo. Felizmente avançamos com uma lista própria às europeias e com isso acertamos o passo. Mas não escapamos à novela dos 3D que durante os meses de inverno entalou o Bloco entre o Rui Tavares e o Daniel Oliveira, pântano onde nos metemos e quase ficamos atolados. Vale a pena recordar que fiz, nessa altura, junto com a Mariana Aiveca e o Pedro Filipe Soares, um pedido de convocação de Mesa Nacional extraordinária que foi rejeitado pela maioria da Comissão Política, que defendemos a demarcação do Bloco face a esse processo e que intervimos na Mesa Nacional dizendo o mesmo que agora escrevo.

Mais tarde veio a carta às esquerdas sem conteúdo e sem saída, contra a qual votei na Comissão Política. Como neste, em tantos outros episódios recusei a confusão entre lealdade e seguidismo e distanciei-me na Mesa Nacional de decisões que tinham sido tomadas sem o meu acordo na Comissão Política.

É verdade que corremos sempre juntos, mas isso não pode servir para esquecer quem foi dizendo que nos enganámos no caminho. Ao longo dos últimos dois anos, as nossas vozes críticas fizeram-se ouvir. Não nos jornais, não em declarações anónimas, não em saídas ruidosas nem em demissões públicas. Não onde podiam prejudicar publicamente o Bloco, mas onde deviam ter sido ouvidas: nos órgãos de direção do Bloco, na Comissão Política e na Mesa Nacional e, em coerência, no apoio a esta moção à Convenção.

Agora, com a memória mais fresca, tratemos do caminho futuro e continuemos a correr juntos.

À procura da unidade da esquerda

JOÃO BRANDÃO

As movimentações populares contra as medidas de austeridade dos governos de Sócrates e Passos Coelho mostraram-nos um movimento de massas que, embora contando com o contributo do Bloco de Esquerda (BE), em muito ultrapassava a sua capacidade de mobilização. Também as iniciativas da Auditoria Cidadã à Dívida, do Congresso das Alternativas, o Manifesto dos 74, etc. mostraram haver um campo ideológico de alternativa às políticas de austeridade que em muito ultrapassa o BE. Estes acontecimentos provaram que existe, fora do BE mas próximo de nós, um campo que urge congregar para transformar este país.

Estes movimentos de revolta e de procura de soluções necessitavam de uma saída que apresentasse uma alternativa política clara, para passarem de pólo de resistência a um pólo construtor de uma solução para o país. O BE, que tem na sua matriz fundadora um projeto de unidade da esquerda, não deveria ter ficado indiferente à necessidade de assumir um papel de catalisador na construção desse pólo. A alternativa seria arvorarmo-nos nesse pólo, esperando que o movimento viesse engrossar o BE. **Isto é, em vez de alimentarmos o movimento criado, esperarmos que o movimento alimentasse o BE.**

No meu entender, o momento mais propício teria sido a seguir às manifestações de 2 de Março de 2013. Porém, a reunião da Mesa Nacional de 6 Abril de 2013, em vez de debater a questão da consolidação política destes movimentos, aprovou um “Programa de Emergência Social” cujos objetivos políticos nunca ficaram claramente definidos e o debate havido pouco mais foi que acrescentar mais pontos e vírgulas ao referido programa.

Faço notar que, nessa reunião fiz uma proposta para darmos consistência política ao movimento de 2 de Março (ver Correio da Mesa 36, pág. 5). A alternativa, que então propus, foi juntar todas as forças políticas e movimentos que participaram na manifestação de 2 de Março para criar um movimento anti-austeritário que pudesse concorrer às próximas legislativas. Na altura teve 3 votos a favor e 17 abstenções, mas hoje aparecem 3 moções à IX Convenção com propostas semelhantes.

Recordo que esta decisão da Mesa Nacional nunca foi avaliada nem nenhuma moção alude semelhante programa. O próprio relatório da Mesa Nacional apenas menciona a sua aprovação nessa reunião e nada mais se lhe refere. Dir-se-ia que nesse momento crucial, “passámos a bola ao guarda-redes” e, com a nossa ausência de propostas, demos o nosso contributo para a actual desagregação desses movimentos.

Estudar o passado só tem interesse se servir para tirarmos lições para o futuro, e a minha conclusão é que, em abril do ano passado virámo-nos para nós próprios, centrámos a resposta política no BE, e o resultado foi nulo.

Hoje a situação é diferente, as movimentações populares de então estão desmobilizadas, António Costa substituiu Seguro na direção do PS, etc., mas continua a haver um campo para uma unidade da esquerda. O manifesto “Por um país” publicado no Público a 26 de setembro, e a conferência “Governar à esquerda” realizada no passado dia 4 de outubro pelo Congresso Democrático das Alternativas são um exemplo deste facto.

Nem todas as cinco moções publicadas abordam, da mesma forma, o alargar da nossa ação. As moções A, B e R, embora com variantes, apontam para que a direção do BE saia da convenção estabeleça negociações com partidos, movimentos e grupos com vista à construção de uma unidade da esquerda. A moção U, propõe a construção de um pólo para derrotar a austeridade com todas as forças, movimentos sociais e partidos presentes nesta luta, mas não concretiza como pretende construí-lo. Ao contrário das outras quatro moções, a moção E foca-se no reforço da ação do bloco, remetendo o estabelecimento de alianças para um papel secundário.

A existência de movimentos de base que forcem a construção da unidade é a melhor maneira de ultrapassar os impasses das negociações. Por isso, o esforço para a construção da unidade da esquerda não pode ser deixado unicamente às direções dos vários movimentos e partidos. Ele deve ser feito em todos os níveis da nossa actividade desde os núcleos de base até à direção nacional. Devemos lançar o debate e praticar a unidade da esquerda contra a austeridade em todas as nossas ações. Só assim poderemos criar um movimento capaz de construir uma alternativa política.

O nosso objetivo deve ser criar um forte pólo de esquerda, com uma forte política de desenvolvimento económico contra a austeridade, que trave o poder de atracção que a actual liderança do PS exerce sobre a esquerda. A ausência de tal movimento só favorecerá a política ambígua do PS e ajudará António Costa na procura de uma maioria absoluta.

Em conclusão, direi que a nossa inação na construção da unidade da esquerda provocará um grave atraso na luta pela transformação deste país, na luta contra o poder do capital.

Paciência impaciente

JOÃO CARLOS LOUÇÃ, NUNO MONIZ E IRINA CASTRO

Os textos são sempre mais do que as palavras escritas e as ideias que se apresentam. São também os seus contextos, as pessoas que os propõem e as histórias que as envolvem. Deixemos isso por agora e vejamos o centro das propostas de cada uma das moções. Todas coincidem no essencial do diagnóstico sobre o país e a relação de forças, sobre a Europa e a chantagem dos tratados e da dívida, sobre a urgência do momento que vivemos. O que para um é a necessidade de uma *revolta cidadã*, para outro é a *desobediência à Europa* (mesmo que tenha a opção discutível de fazer da Constituição o centro dessa luta) e para outro ainda uma *frente contra a austeridade*. Formas diferentes de imaginar o mesmo: o Bloco partido/movimento a procurar alianças através de um programa político de combate que potencie a alteração da realidade e que nos faça sair do ciclo de derrotas e da austeridade implacável. Em todas as moções o anticapitalismo, em todas a necessidade de encontrar alternativas a modelos de desenvolvimento dentro do quadro do produtivismo predador do ambiente e dos baixos salários. Em todas a ideia de que as camadas excluídas da população (excluídas da economia e excluídas da política) são as prioritárias para a nossa militância. Para a moção *Uma Resposta de Esquerda*, estas não são as prioridades uma vez que volta a cair no erro repetido por anteriores Convenções de ver a política que faz falta através da solução de um hipotético governo de esquerda e exclusivamente através eleições. Não podemos estar mais longe desta ideia que propõe que o Bloco obrigue o PS "a uma solução governativa à esquerda". O caminho do Bloco não estará dependente do PS ou de resultados eleitorais de curto alcance. Do PS de António Costa só podemos ser oposição frontal e construir uma alternativa de poder a partir dessa clareza.

Mas em quatro das cinco moções apresentadas há visões concordantes. Concordarmos em tanto não é coisa pequena. Deve ser valorizado e entendido como o caminho aberto para construir o Bloco no imediato, com todas as diferenças e todas opiniões. O socialismo como programa político essencial, o anticapitalismo como ponto de partida, a vontade de encontrar respostas e construir movimento como tarefa imediata.

Nos momentos de encruzilhada como este que vivemos, não pode bastar a afirmação de tudo aquilo que somos contra e tudo o que propomos como alternativa. Sendo fundamental, deixa de fora como fazer, como concretizar, como fazer das propostas práticas as que resultem em movimentos de convergência e pontos de partida para a intervenção política muito para além das nossas forças militantes. Mudar a relação de forças é acumular força, é potenciar a organização social na resposta a problemas concretos, é ter o Bloco envolvido numa corrente suficientemente forte para mudar realidades (locais e mais além), é fazer parte de um processo que encontra na auto-organização das pessoas que sofrem os efeitos da crise, os sentidos para a mudança política necessária. Sem paternalismos, mas também sem vergonha. Cientes dos perigos, mas empenhados na sua construção. Sermos um partido que serve para muito mais do que concorrer a eleições (também uma ideia comum a todas as moções), que está nos bairros e nos processos de luta, que coloca ao dispor desses processos a sua força militante, presença institucional e meios técnicos. Essa é a ideia de solidariedade.

Essa é a solidariedade que está no centro da proposta que subscrevemos à próxima Convenção e que está para além dos importantes pontos de convergência. Encontrar respostas é encontrar pessoas que queiram fazer a caminhada connosco, é fazermos nós as caminhadas também dos outros, é encontrar soluções na luta de todos os dias, pela sobrevivência, muitas vezes. A solidariedade foi o que permitiu na Grécia construir essas respostas e que projetou o Syriza. A solidariedade das assembleias de bairro foi o que permitiu o Podemos existir como projeto político. Devemos aprender com estas experiências. A solidariedade foi o que sempre garantiu a resistência necessária e só ela poderá ser a resposta que nos tem faltado. Solidariedade de quem trabalha com quem não tem trabalho; de quem tem vínculo com quem é precário; de trabalhadores da saúde com quem não tem acesso a cuidados médicos; de juristas com quem tem ações sumárias de despejo determinadas pelos bancos; de quem tem conhecimentos técnicos com quem precisa de equipamentos coletivos; de quem pode pressionar autarquias e administração pública com quem está sujeito à arbitrariedade das suas decisões. Solidariedade é por si só um programa de ação.

Nas outras moções encontramos imensos pontos de convergência, mas ficamos sem entender o essencial: *e agora? qual o nosso papel? fazemos o quê?* Porque esperar pela revolta cidadã, apelos à desobediência e trabalhar na constituição de frentes amplas num quadro político numa esquerda bloqueada, pode ser bem menos do que tudo aquilo que o Bloco tem a responsabilidade de fazer e de fazer já.

Alterações climáticas, campo aberto da luta de classes

JOÃO CAMARGO

O último relatório do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas veio confirmar aquilo que já era empiricamente verificável há anos: a voracidade com que o capitalismo consome todos os recursos e coloniza todos os habitats desregulou o clima, os ecossistemas e a vida de centenas de milhões de pessoas, especialmente nos países mais pobres.

A certeza das alterações climáticas, possivelmente o maior consenso científico de que há memória, é a maior prova da falência da mentira do mercado livre. A ignorância deliberada dos efeitos secundários e colaterais das actividades económicas monopolistas produziu efeitos que põe em causa a viabilidade não apenas de sistemas políticos e económicos, senão mesmo da sociedade como a conhecemos. Os cenários construídos, desde o mais conservador ao mais catastrófico, deram um sinal que a agenda da crise ocultou: ultrapassaram-se várias fronteiras em sistemas como a biodiversidade, os sistemas hídricos e marítimos ou o gelo do Ártico. Isto significa que o estrago já provocado é irreversível. O 'business as usual' não é mais possível. Sem alarmismo, o alarme soou.

As alterações climáticas são uma questão social e económica da maior importância, já que a distribuição dos impactos está directamente relacionada com os riscos sociais. As populações que menos contribuíram para a degradação do ambiente, as mais pobres, principalmente em regiões de baixa latitude e com baixo desenvolvimento económico estão em maior risco. Nos países mais "desenvolvidos", o maior peso dos impactos das alterações sistémicas no clima recai sobre as populações frágeis, pobres e menos informadas.

As propostas requeitadas do capitalismo senil, como a economia capitalista "verde", o greening ou a economia de baixo carbono, a valorização monetária dos recursos naturais, créditos de carbono ou biodiversidade não passam de elementos de propaganda ou, no máximo, de breves remendos, uma vez que não colocam em questão em nenhum momento a natureza do sistema monopolista e predatório que subjuga o trabalho ao capital e introduz o fetiche da mercadoria à natureza, ao ambiente e ao clima. Se a capacidade de resposta latente do trabalho ao capital é visível, a força incontável da natureza não se enquadra nos modelos económicos neoliberais e não responde aos seus estímulos teóricos. Os "mercados" não têm qualquer capacidade de gerir as alterações profundas que causaram no planeta.

A planificação activa da economia e dos sistemas produtivos são a única possibilidade de mitigação e adaptação das populações humanas a um sistema terrestre altamente volátil e instável. A planificação da economia neste sentido suplanta a lógica selvagem da competitividade substituindo-a pela cooperação. A esquerda tem de ter um papel chave num programa abrangente e sistémico de mudança da economia global para adaptar-se aos novos climas que já emergem. Todas as medidas sérias necessárias à adaptação a esta nova realidade são anti-sistémicas e anti-capitalistas na sua base: combate aos monopólios, garantia de actividades económicas adaptadas às realidades materiais dos locais, defesa dos ecossistemas e a biodiversidade, redução da desigualdade e planificação com base nas necessidades reais das populações.

A adaptação às alterações climáticas é um processo social, cultural, económico e ambiental e as principais medidas oferecem benefícios imediatos às populações mais vulneráveis, estabelecendo as fundações para a construção de uma consciência colectiva de adaptação, melhoram a qualidade de vida e o bem-estar.

Esta questão não pode ser olhada com distanciamento ou simpatia alheia. A disputa pelo futuro da sociedade prende-se intrinsecamente com as condições do clima e a capacidade de responder a necessidades urgentes e de longo-prazo das populações. É por isso decisiva uma resposta sistémica eco-socialista. O Estado Social do futuro terá também que ver com a capacidade de responder a uma situação instável e muitas vezes imprevisível no que diz respeito ao clima e ao ambiente. É por isso necessária a criação de um grande programa internacional de emprego em ambiente de adaptação às alterações climáticas: em promoção de energias renováveis diversificadas e descentralizadas, em conservação de solos e água, em ordenamento de território, em preparação das zonas mais vulneráveis às secas e cheias, em alterações das redes de transportes públicos, em desmantelamento de estruturas inúteis que impedem os ciclos naturais, em adaptação da produção agrícola e industrial às realidades locais.

O vazio da despreparação fará com que caia sobre os povos o peso máximo de um ambiente cada vez mais adverso à vida em sociedade, onde a barbárie da lei do mais forte será a única. A esquerda radical tem de desmascarar todas as muitas fraudes que surgirão como falsas respostas a esta encruzilhada civilizacional. Tem de ter e ser a resposta imediata e séria às previsões de curto-prazo de alterações do clima.

Feminismos socialistas como ação política para o Bloco de Esquerda

JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA

Animado pela discussão crítica e pela necessidade de reinventar não só o Bloco, mas a forma como fazemos política, considero vital neste momento pensar em maneiras alternativas de refletir e agir que não nos tornem mais do mesmo e que sobretudo permitam dar voz aos anseios de uma população agrilhoada aos ditames da troika e do governo do empobrecimento coletivo. Para isso, acho que é preponderante irmos para além dos fragmentos em que a esquerda tantas vezes se enreda, para além das guerras fratricidas movidas pelas nossas diferenças, mas que tantas vezes ao invés de enriquecer o debate e ação, funcionam de modo a pulverizar qualquer possibilidade de aliança. A esquerda é um espaço político muito marcado pelo enorme legado das lutas revolucionárias, das obras e pensamento de muitos autorxs e por uma tradição de contestação e de movimento social. Esse legado assume roupagens particulares consoante a tendência ideológica dos grupos políticos e deveria servir para manter um debate sempre aberto e democrático e não para servir interesses de grupos específicos e fomentar a pulverização de forças, que é crítica num momento de guerra social como o que vivemos neste país.

Assim vejo uma alternativa no Bloco, o partido das solidariedades, caso consiga ultrapassar esta tendência sectária e de divisão em pequenos grupos ou tendências para conseguir em conjugação com os movimentos sociais e com as forças de contestação desta ordem social neoliberal, fazer valer a voz da esquerda. Não falo da necessidade de uma unidade num sentido de obliterar diferenças ideológicas que porventura são essenciais para a diversidade interna de um partido. Falo da necessidade de discussão estratégica para termos a capacidade de fazer alianças, somar forças e conseguirmos através da nossa ação, um futuro onde os direitos da população não sejam diariamente espezinhados.

Para tal, uma política feminista transversal a todo o partido e não apenas expressa em lugares de representação é necessária. Uma lógica feminista socialista que implique pensar o todo e não apenas a parte. Não me parece advogável um feminismo liberal só para que mais mulheres já privilegiadas tenham acesso a lugares de poder. Os feminismos socialistas estão mais preocupados em que todxs, não só mulheres, possam ter acesso a um mundo não determinado pelo acesso ao capital e que tenham direitos, em vez de terem na prática de se subjugar aos ditames de um estado austeritário, cada vez mais neoliberal, que canaliza os recursos de todxs para proveito de alguns privados, garantindo-lhes uma renda, à custa da retirada de direitos a toda a população, mas em particular às populações mais vulneráveis.

Pelo contrário, pensar um partido a partir dos feminismos implica ligá-lo umbilicalmente aos movimentos sociais, à luta contra todas as formas de discriminação – racismos, sexismos, homofobia, transfobia, classismos, idadismos, colonialismos, discriminação em função de diversidade funcional, e todos os pontos de interseção de múltiplas discriminações, sem esquecer exploração económica, a precariedade, as novas formas de trabalho que são formas encobertas de retirar direitos às pessoas. Pensar de forma feminista um partido implica pensar que todxs temos direitos e que nos recusamos a viver em sociedades onde a desigualdade cresce assustadoramente. Os feminismos são plataformas múltiplas de entendimento que permitem lutar em conjunto por múltiplas formas de resposta a estas situações. Basta ver a sua história. Que teria sido das Black Panthers sem as feministas negras? Que teria sido das lutas pelos direitos do trabalho sem as feministas socialistas? Os feminismos são o espaço da interdependência, da afirmação anti-individualista e centrada no bem comum, de espaço coletivo de decisão sem senhor nem senhora que determine a ação, mas um espaço de horizontalidade democrática, de discussão e soluções coletivas. Vejo no Bloco uma possibilidade de luta por este espaço de aliança, de afirmação da necessidade da nossa interdependência, de que não estamos a lutar apenas por uma coisa mas por um Bloco que vá fazer as lutas todas.

Estou portanto a advogar a necessidade de repensar o Bloco a partir destas coordenadas, envolvendo-se nas lutas dos movimentos por uma sociedade mais democrática, mais justa, mais solidária. E que o Bloco seja o espaço onde seja dada voz a estas pessoas, que vá onde o Estado se recusa agora a ir deixando a população ao abandono e ao bel-prazer dos novos senhores feudais e corporativos apoiados por este governo. Juntar as vozes da esquerda, aquelas que rejeitam estas políticas de austeridade. E que sejam vozes que possam ser uníssonas nalguns momentos e não alimentem o sectarismo. Há mais o que nos une do que o que nos separa: a luta anticapitalista, a luta contra todas as formas de opressão, o direito a ter esperança e a ter direitos.

Balances e lições de um século que se fecha e de outro que se abre

JOÃO MINEIRO

Duas narrativas e duas respostas que fecharam o século

Há duas décadas, o desmoronamento do chamado “socialismo real” produziu duas narrativas amplamente popularizadas. Para uma, o mundo tinha chegado ao seu destino. Fukuyama voltou aos escritos da filosofia da razão histórica de Hegel para, baseado no postulado de que “a história universal é o progresso na consciência da liberdade”, afirmar que “a única forma de governo que sobreviveu intacta até ao fim do século XX foi a democracia liberal”. O capitalismo contemporâneo dissolveria conflitos de classe e traria progresso e prosperidade. Para a segunda, a miséria do mundo só nos ensinava a desistir. Tínhamos chegado à “era do vazio” (Lipovetsky), ao “fim das classes” (Clark, Lipset, R. Aron, Lautman, Pakulski, M. Waters) e ao “fim do trabalho” (G. Aznar, K. Eder, A. Gorz).

Essas duas narrativas produziram duas respostas políticas desistentes. Uma foi adotada pela social-democracia que se apressou em criar uma nova teoria – a Terceira Via –, propondo que nos cingíssemos à “regulação progressista” do capitalismo. O “socialismo democrático”, por cá celebrado por Augusto Santos Silva, tornou-se a expressão de quem lutaria pelos mínimos. Ou nem isso. A segunda resposta proclamou que devíamos desistir de grandes transformações emancipatórias porque só é possível “mudar o mundo sem tomar o poder”. Perante o ataque só nos restava a fuga, tendo o próprio Zizek invertido a frase de Marx dizendo que “os filósofos têm-se limitado a transformar o mundo. Do que se trata, agora, é de interpretá-lo”.

Duas mortes que abrem o novo século

O início deste século trouxe a morte destas narrativas. A crença de que nos restava a regulação do capitalismo sucumbiu com a morte do Estado-social e com a capitulação da social-democracia ao neoliberalismo. Ao contrário da tese de que o Estado-social se construiu na base de um acordo (e não de um conflito) entre o capital e o trabalho, a crise mostrou que era manifestamente exagerada a notícia de que seria possível regular o capitalismo ou de que a crise financeira se traduziu numa “derrota ideológica do neoliberalismo”.

Já a crença de que só nos restava a fuga morreu com a Primavera Árabe, com a crise de 2008 e com os novíssimos movimentos sociais. É verdade, como demonstraram, entre outros, Gramsci, Debord, Lefevre ou Foucault, que a disputa institucional não esgota a disputa contra-hegemónica, mas o perigo é achar, como John Holloway escreve, que é possível “mudar o mundo sem tomar o poder”. Essa estratégia morreu nestes anos. As revoluções árabes, os novíssimos movimentos sociais e a crise financeira provaram que a revolução é um acontecimento do nosso tempo, que é possível mudar o mundo transformando o poder e que a luta de classes é a dinâmica mais viva desta época.

Quatro lições dos primeiros 14 anos deste século

Daniel Bensaïd em 2002 advertia-nos com muita clareza para o que viveríamos: “A época é mais convulsiva e violenta do que nunca. Já não se trata de uma crise de crescimento mas de uma crise crepuscular de civilização”. Esta é mesmo uma crise crepuscular da civilização capitalista que tenta levar ao extremo a exploração dos povos. E tinha razão Guy Sorman, um dos principais ideólogos do capitalismo moderno: “até mesmo em período de crise financeira, os lucros globais de mercados financeiros excedem os seus custos”. Mas devemos tirar lições desta década de assalto.

A primeira é a de que quem não tem horizonte estratégico só acumula derrotas. A “crise das dívidas soberanas” mostra-nos que a esquerda que aceita regular o capitalismo, acaba absorvida por ele e participa com invulgar entusiasmo na sua consolidação.

A segunda é a de que a única resposta consistente é a que na análise da relação de forças, procura construir uma alternativa de poder. Quem foge da responsabilidade de vencer o capitalismo, não tem nenhuma arma a propor ao movimento popular.

A terceira é a de que o horizonte estratégico da esquerda socialista continua a ser a luta de classes. Nem as classes acabaram, nem a “modernidade reflexiva” caminhava para a diluição dos seus antagonismos. Se dúvidas houver basta lembrar Warren Buffet, um dos mais ricos de mundo, que em 2006 lembrou que “a luta de classes existe e a minha classe está a ganhá-la”.

E a quarta lição é a de que a luta de classes tem de lutar pela transformação do poder. Só houve na Europa duas forças que fizeram tremer a burguesia. Uma foi o continente a arder com milhões nas ruas. A outra foi a possibilidade de na Grécia a esquerda do Syriza ganhar eleições e contaminar outros países. A burguesia só treme quando percebe que o seu poder lhe pode fugir por não conseguir resistir a um povo que se levanta e a um governo que se ergue para o defender.

São estas as lições desta época. O socialismo, enquanto projeto de emancipações, continua a ser o único horizonte disponível para responder à barbárie. O nosso papel continua a ser a sua construção. Para essa disputa continuamos a precisar de milhões.

Primeiro a política, depois as coordenações

JOÃO MINEIRO E JORGE COSTA

A Moção U - Moção Unitária em Construção - segue a melhor tradição do Bloco: evitar a política de grupo e definir escolhas claras na maior convergência interna possível. Essa procura da convergência não é um dogma; é uma cultura e um método para criar confiança e credibilidade numa força anticapitalista transformadora. Assim, juntaram-se na Moção U visões diferentes, todas elas recusando a ideia de uma direção dominada. Lamentamos que os promotores da Moção E, Bloco Plural, não tenham sequer querido tentar um caminho comum e unificador, tal como lhes foi proposto logo em Junho passado.

Temos ouvido relatos distorcidos acerca dessa proposta. Nesses relatos, a recandidatura de Catarina Martins e João Semedo à coordenação do Bloco teria sido “condição prévia” para um entendimento em torno de uma moção com a participação dos agora promotores da moção E, “Bloco Plural”. São relatos falsos aos quais se responde com a verdade dos factos.

No final de Junho, os que assinam este texto participaram numa reunião pedida pela tendência Socialismo à tendência Esquerda Alternativa, representada pelo camarada Luís Fazenda, entre outros. Na sequência da reunião, começou a distorção do que ali foi proposto e que, mais tarde, tantas vezes ouvimos repetido. Em 3 de julho, Catarina Martins e João Semedo viram-se obrigados a esclarecer por escrito a sua posição face a uma possível recandidatura. É esse esclarecimento, enviado à direção da tendência Esquerda Alternativa (Moção E), que aqui se transcreve na íntegra, para registo e avaliação rigorosa.

“Caros camaradas,

Na carta que nos dirigiram, em 1 de Julho, há um equívoco sobre a reunião que realizámos em Junho e que não podemos deixar de esclarecer, para que ele não possa dar origem a outros equívocos.

Ao contrário do que dizem, não fizemos qualquer convite para que a Tendência Esquerda Alternativa apoie a nossa continuidade na Coordenação da Comissão Política. Manifestámos, sim, a nossa disponibilidade para continuar a exercer aquelas funções. O convite que fizemos - e que constituiu para nós a razão de ser daquela reunião realizada a nosso pedido - foi para articularmos esforços entre nós para, em conjunto com outros, construirmos, apresentarmos e apoiarmos a mesma moção à próxima Convenção do Bloco.

Aliás, é em coerência com essa motivação que estamos entre os promotores da reunião do próximo dia 13 de Julho, no Porto, da qual vos demos conhecimento e à qual procurámos que se associassem quer na convocação quer na participação, mas sem sucesso. Não deixamos todavia de reafirmar que serão bem-vindos nessa reunião, cujo objetivo é lançar um processo participado, plural e representativo de preparação da próxima Convenção, incluindo a elaboração e apresentação de uma moção de orientação”.

Catarina Martins e João Semedo, 3/7/2014

Qualquer bloquista pode assim confirmar a possibilidade unitária, afirmada e praticada desde há muito. Em vez da alegada “condição de partida”, esta candidatura à coordenação foi, pelo contrário, uma decisão tomada apenas a 20 de setembro, por voto secreto em plenário nacional dos subscritores da Moção Unitária em Construção, como culminar de uma elaboração coletiva e da verificação de um consenso político. Primeiro, tratámos da convergência numa orientação clara; depois, da definição de modelos de coordenação e dos seus protagonistas. Sempre em plenários e de portas abertas.

O Tratado Orçamental e a centralidade da questão europeia

JOÃO MINEIRO, RICARDO CABRAL FERNANDES, RICARDO GOUVEIA, FRANCISCA BARTILOTTI MATOS E EDUARDO MARQUES

Portugal está a viver um verdadeiro processo de “desmocratização” em curso. As conquistas populares de quatro décadas estão a ser alvo da maior ofensiva liberal da nossa história moderna que se tem desenvolvido a três tempos: começou com os PEC’s do PS, em que se densificou a flexibilização do mercado de trabalho e começaram as privatizações; intensificou-se com a aplicação do Memorando da Troika que implementou mais austeridade; e entra agora na fase de delírio com a aplicação do Tratado Orçamental.

Estas três fases lembram bem o que escrevia Marx em 1867 no Capital: “O capital tem horror à ausência de lucro; quando o capital fareja o lucro torna-se ousado. A 20% fica entusiasmado. A 50% é temerário, a 100% enlouquece à luz de todas as leis humanas e a 300% não recua perante nenhum crime.” Em Portugal com os PEC’s o capital ficou entusiasmado. Com a Troika foi temerário. Com o Tratado Orçamental enlouquecerá à luz de todas as leis humanas. No final da jornada não recuará perante nenhum crime. Mas tendo passado o ciclo dos PEC’s e da Troika, como interpretamos o novo ciclo marcado pela entrada em vigor do Tratado Orçamental?

O que significa cumprir o Tratado?

França tremeu sobre o cumprimento das metas e Merkel retorquiu: “o Tratado Orçamental é para cumprir”. Se Portugal cumprir o Tratado, como defende Luís Amado, Francisco Assis ou Passos Coelho, seremos obrigados a reduzir a dívida para 60 % do PIB e o défice estrutural para 0,5 %. E devemos fazê-lo sob orientação de políticas de redução das funções do Estado pois qualquer investimento em políticas contra-cíclicas é proibido e fiscalizado.

A dívida pública estava no primeiro trimestre de 2014 em 132,4 % do PIB e o défice em 2013 estava em 5 %. Para cumprir este plano Portugal tinha de reduzir 72,4 % de dívida, segundo os valores do PIB de 2013, uma módestia quantia de 120 mil milhões. Ao mesmo tempo não podia fazer investimento público e tinha de dismantelar o Estado-social. Diversos dirigentes do PS, PSD e CDS acham isto possível. Mas não é. É impossível. Só a loucura pode guiar quem admite sacrificar mais um povo em nome da salvaguarda dos interesses financeiros.

E se não cumprirmos as metas e/ou prazos do Tratado?

Há dirigentes políticos que perceberam que não é possível cumprir os prazos ou as metas do Tratado. Entre eles estão António Costa, líder do PS, e Daniel Oliveira, dirigente do Fórum Manifesto. O primeiro diz que é preciso uma “leitura inteligente e flexível” do Tratado. No fundo, mais tempo e mais apoio. O segundo diz que “não é preciso «rasgar» um tratado que navega ao sabor de cada um”. São dois olhares que dizem mais sobre as suas intenções convergentes, do que sobre uma resposta séria ao problema.

Se Portugal não cumprir as metas o Tratado prevê no seu artigo 8º que o Tribunal de Justiça da UE nos pode imputar uma multa ou uma sanção pecuniária compensatória. Portugal é obrigado a cumprir uma orientação jurídica (e política) e poderá ter uma multa que até 0,1 % do PIB. Bruxelas e Berlim estarão disponíveis para flexibilização de todas as metas, como defendem Costa e Oliveira. Mas isso terá um custo: Portugal ver-se-á obrigado a executar um plano de austeridade de longo prazo que significará a venda dos hospitais, a flexibilização de trabalho, o encerramento de escolas e a privatização das empresas e serviços que estejam nas mãos do Estado. Bruxelas e Berlim forçarão a revisão da Constituição para que se aniquilar o que resta. Essa é a condição da flexibilização do Tratado.

Qual é a alternativa no atual contexto europeu?

Em Portugal o debate tem estado acantoando entre os fanáticos que dizem que é preciso governar sob mote do Tratado Orçamental e os não menos fanáticos que advogam que é possível uma governação diferente com uma renegociação dos seus prazos. Ambos querem cumpri-lo de alguma forma. Aos primeiros só sobrá um lugar negro da história da Europa. Aos segundos é preciso exigir clareza. A possibilidade de uma governação alternativa que não entre em rutura com as instituições europeias é absolutamente irrealista. Wolfgang Schauble, Ministro das Finanças Alemão, e Karl Lamers, deputado alemão e ex-presidente da Assembleia da NATO, já fizeram saber no Financial Times que a Europa terá um Comissário Europeu não-eleito com poder para vetar os orçamentos dos Estados e que se sobreporá à soberania de governos e parlamentos. E Schauble já respondeu a António Costa sobre os erros do Tratado: “o meu parceiro de governo [SPD] não pensa assim”. A saída para a crise não poderá nunca, na atual da relação de forças, desenvolver-se com base numa fé ou num mito de a Europa vai mudar a curto prazo.

A Esquerda que quer vencer a austeridade e construir um movimento popular que sustente uma alternativa só terá uma escolha a fazer: ou desobedece às instituições europeias e rasga o Tratado ou aceita barbárie que ambos se preparam para impor aos países. É uma escolha difícil e exigente, mas é a única que pode fazer o país respirar de novo.

Vantagem e desvantagem de um gambozino para a política do Bloco de Esquerda

JOÃO TEIXEIRA LOPES

Sob o manto confortável de um ajuste de contas a propósito das reuniões com o PS e PCP no verão de 2013, portanto com um ano de atraso - tanto silêncio qualifica uma direção alternativa? - a Moção E não diz uma palavra sobre a principal inovação estratégica que propõe à Convenção.

Essa inovação é uma análise, uma previsão e uma proposta.

A análise: "O centro do ataque da burguesia é à Constituição".

A previsão: "A revisão constitucional é o ponto seguinte do plano da elite portuguesa".

A proposta: "O BE deve esforçar-se para tornar central a luta contra essa revisão constitucional e pela defesa dos direitos, alargando a força e as convergências nessa luta".

A análise está errada, a previsão é inconsistente e a política seria uma viragem do Bloco para o centro.

Em primeiro lugar, o centro do ataque da burguesia não é à Constituição. A Constituição serviu como barreira contra alguns ataques, sobretudo às pensões, e foi por isso um obstáculo à troika que o Bloco concretizou em aliança com deputados do PS e do PCP, mas a austeridade foi sempre aplicada nos seus pilares fundamentais com autorização da Constituição. A Constituição não atrapalha privatizações nem aventuras como a concessão de hospitais. A Constituição não perturba o aumento de impostos sobre o trabalho. A Constituição não impede a precarização. Não é preciso rever a Constituição para prosseguir a austeridade ou o Tratado Orçamental. O centro do ataque da burguesia não é a Constituição, mas sim a transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

Em segundo lugar, a revisão constitucional não é o próximo passo da burguesia. O PSD não pode, o PS não quer e a União Europeia não precisa dessa revisão: tem o Tratado Orçamental e o euro para impor a sua lei. Foi por isso que a única tentativa de rever a Constituição nesta legislatura foi um projetotusco, que nem chegou a ser levado ao Parlamento e de que já ninguém se lembra. O "centro do ataque da burguesia" foi um tiro de pólvora seca. O próximo passo da burguesia não é rever a Constituição. O próximo passo é um governo do PS para aprofundar a austeridade, com a Constituição atual.

Finalmente, "tornar central" a luta contra a imaginária revisão constitucional leva a alianças bem surpreendentes, que começam em Rui Tavares (que propõe "unir o arco constitucional") e continuam pelo centro fora. E pouco mais, porque é duvidoso que alguma esquerda se embrenhe na denúncia desta putativa revisão. Por isso, a Moção E não nos diz o que pretende com "alargar a força e as convergências nessa luta" contra a revisão da Constituição. Não é fácil definir essas "convergências" em defesa da Constituição: "alargar" não é certamente à esquerda, onde se rejeitaria sempre essa revisão.

É assim que, entrevistado pela *Visão*, Pedro Filipe Soares dá esta resposta:

"Visão - Se coordenar o Bloco de Esquerda o que muda no dia a seguir?"

PFS - Passa a haver uma linha política mais clara. Vamos defender os direitos constitucionais e ter uma ação transformadora na sociedade."

Não se sabe se Pedro Filipe pretende dizer que o Bloco não tem defendido os "direitos constitucionais" ou que não tem tido uma "ação transformadora". Mas, à luz da Moção E, percebe-se que teríamos a Constituição como "linha política mais clara". O Bloco deixaria de fazer central a luta contra a dívida e a austeridade, tornando-se mais moderado e convival com o centro e com o PS. Assim, a "viragem" que a Moção E propõe é para um partido mais institucional e menos irreverente na sociedade.

"Essa revisão constitucional" é um gambozino. Pode desorientar incautos mas não serve para orientar um partido de esquerda contra a burguesia. A ideia de correr atrás de um gambozino não é política de luta. Merece ser rejeitada.

Algumas ideias sobre como recuperar a organização chamada Bloco de Esquerda

JORGE CANDEIAS

Começo por uma lapalissada: o Bloco de Esquerda é uma organização. Óbvio ululante.

Mas acontece que esse simples facto tem consequências que não são tão óbvias e que se prendem com a própria dinâmica inerente às organizações.

Elas nascem para responder a alguma espécie de necessidade. No caso dos partidos políticos, essa necessidade é influenciar ou determinar o rumo seguido pela sociedade de que fazem parte, através da representação política de um segmento dessa sociedade. No caso específico do Bloco, essa necessidade foi também mudar o panorama político português, insuflando-lhe frescura e novidade e desbloqueando-o, fazendo algo que nunca fora feito: federar um conjunto de agrupamentos com raízes e histórias diversas e alguma variedade na matriz ideológica.

No entanto, todas as organizações, se não se tiver cuidado, passam por um processo de fossilização que faz com que deixem de responder à necessidade que lhes deu origem para passarem a preocupar-se sobretudo, ou apenas, com a sua própria preservação o que, paradoxalmente, tende a acelerar a sua decadência e morte. No caso das grandes empresas ou dos estados, essa fase caracteriza-se pelo surgimento de gigantescas burocracias e pelo gasto de uma proporção cada vez maior dos recursos em manter, simplesmente, a máquina a funcionar. No caso dos partidos, pelo aparecimento de aparelhos que os dominam, arrancando-os à sua função original de representação dos cidadãos, pondo-os a representar apenas o próprio aparelho e os interesses de quem o domina... gente que tanto pode estar dentro dos partidos como em entidades externas. Em Portugal, nos últimos anos, tem sido particularmente clara a forma como é a banca, não os militantes ou os eleitores, que domina tanto o PSD como uma porção significativa do PS.

Era esse o estado em que se encontravam já os partidos portugueses quando o BE nasceu. E é nesse estado que continuam a estar hoje, mais até do que nessa época, o que constitui o principal motivo para a crise do sistema partidário. E é para esse estado que se encaminha hoje o Bloco.

A passos largos.

A boa notícia é que ainda vamos a tempo de evitar que esta nossa organização siga o caminho típico de todas as outras. Ainda vamos a tempo de refrescá-la, de lhe devolvermos a razão de existir. De a devolvermos à sua função original de representação de uma nuvem de ideologias diversas de esquerda e de renovação do sistema político-partidário. Para isso precisamos urgentemente de três coisas:

1. Democratização interna radical, abandonando de uma vez por todas tendências hegemónicas que só poderão contribuir para o esfrangalhamento de uma organização como a nossa, entregando às bases, na prática e não apenas em teoria, as rédeas do movimento.
2. Abertura significativa ao exterior, chamando para conversar e trabalhar connosco tanto simpatizantes como independentes, tanto organizações sociais como os partidos que nos rodeiam. Ou seja: precisamente o inverso do rumo seguido nos últimos anos.
3. Acarinhando os desalinhados dentro do próprio Bloco, porque ao longo da evolução das organizações são os desalinhados que melhor se apercebem dos sinais iniciais de fossilização e são eles quem tem mais condições para conceber planos viáveis que a evitem. Embora sejam uma força extremamente útil noutros aspetos da vida de um partido, para esse fim específico os alinhados são piores que inúteis: são uma parte significativa do problema. Uma organização que queira evitar fossilizar-se deve ter, portanto, a capacidade para ouvir com muita atenção o que os seus desalinhados têm a dizer. Eles nem sempre terão razão, mas partir do princípio de que não a têm pelo simples facto de serem desalinhados é o caminho mais direto para o desastre.

Dizendo tudo isto de outra forma: o Bloco precisa urgentemente, para evitar fossilizar-se de vez e desaparecer, de mais e melhor democracia e de um combate sem tréguas a todos os sectarismos, tanto os internos como os externos. Não é fácil e não dispomos de muito tempo. Mas ainda é possível e é absolutamente necessário.

Nesse sentido, praticamente todas as mudanças estatutárias propostas pela direção agora cessante vão no sentido certo, embora sejam tardias e não abrangem tudo o que há que fazer. Muitas dessas alterações deviam ter sido adotadas há anos e hoje já seria necessário que viessem acompanhadas por outras que as aprofundassem mais. Além disso, há questões de estratégia e de postura política que ultrapassam em muito os meros estatutos. É necessário romper com o que nos trouxe até aqui, não fechando-nos na concha que alguns setores no Bloco parecem querer construir à nossa volta mas, pelo contrário, saindo dela. Lá fora, o mundo é complexo, intrincado, confuso e perigoso.

Mas é fora da concha que se respira.

PS: Esta e outras ideias estão explanadas num longo texto disponível em:

<https://www.dropbox.com/s/dfnbv6u1ia3ar3r/Para%20o%20C3%A1%20das%20mo%20C3%A7%20C3%B5es.pdf?dl=0>

Uma questão de “paridade”

JORGE TEIXEIRA

É certo que o Bloco tem sido pioneiro na questão da paridade de género e prepara-se para, nesta Convenção, levar ainda mais longe esse objetivo, incluindo nos seus estatutos a paridade de género absoluta para a maioria dos seus órgãos dirigentes.

No entanto, as questões da “paridade” em órgãos colegiais não se extingue no género e deve ser levada tão longe quanto possível, e permanecer no centro das preocupações de todos os que têm a responsabilidade de fazer as listas para cada um desses órgãos. Refiro-me, entre outras, à “paridade” social e de condição socioprofissional. Sei bem que este tema é, manifestamente, mais difícil de colocar num qualquer regulamento ou nos próprios estatutos. Por isso, ele deve manter-se na esfera das preocupações dos responsáveis mais do que em qualquer artigo estatutário.

Se estes aspetos devem constituir um objetivo a ter em conta por parte de todos aqueles que tem por missão a elaboração das listas para esses órgãos há outros, à semelhança com o de género, que deveriam figurar nos estatutos do próprio partido. Refiro-me à “paridade” territorial.

É certo que tem havido por parte da Moção maioritária a preocupação de elaborar uma lista para a Mesa Nacional que tenham uma ampla representação do território mesmo que, creio, nunca a tivesse conseguido em absoluto. Já as Moções minoritárias têm uma enorme dificuldade em fazê-lo, senão mesmo uma impossibilidade.

O contexto em que esta Convenção irá decorrer é novo e exige soluções novas. Não sendo previsível que nenhuma das Moções tenha uma maioria suficientemente abrangente para poder elaborar listas para o principal órgão do Partido que assegurem a representatividade territorial, talvez fosse melhor encontrar um processo, consagrado estatutariamente, que o garantisse em definitivo.

Assim, seria razoável que houvesse, paralelamente à eleição dos membros da Mesa em Convenção, uma eleição para membros provenientes de cada um dos distritos e Regiões Autónomas.

Dever-se-iam então, elaborar listas distritais e regionais, afetas a cada uma das Moções em debate, para eleger um representante para a Mesa Nacional que poderiam decorrer em simultâneo com a eleição de delegados. Desta forma, quando se dessem início aos trabalhos da Convenção, já estariam eleitos vinte dos seus membros restando, aos delegados, a eleição dos restantes sessenta.

Esta solução teria o mérito de retirar das listas apresentadas em Convenção qualquer preocupação de ordem territorial uma vez que tal já estaria assegurado e garantiria, em qualquer caso essa mesma representação.

Penso que, se houver vontade de proceder a uma alteração estatutária, esta solução ainda poderá ser posta em prática para o mandato e composição da próxima Mesa, ainda que para isso a eleição distrital tivesse que se fazer em momento posterior à Convenção.

A nada ser feito, temo que a próxima Mesa Nacional, tenha deixado cair a capacidade de representação do todo nacional para os tempos iniciais do Bloco e, dessa forma, empobreça significativamente o seu estatuto de órgão máximo do Bloco de Esquerda entre Convenções.

Não se aceitando esta sugestão ou mesmo apresentando outra, restar-nos-á uma solução em tempos já utilizada que permitiu à Mesa, convidar elementos das Distritais em falta para a participação nas suas reuniões. Esta solução, para lá da arbitrariedade na escolha dos novos elementos a convidar diminui significativamente a capacidade de participação desses novos “membros” uma vez que, não tendo direito a voto, a sua participação ficará muito condicionada até mesmo em relação à apresentação de propostas. Assim, embora tentadora, esta proposta cria um paradigma de desigualdade inaceitável dentro de um órgão que é o mais importante do partido e que não gostaria de ver repetido agora que não existem quaisquer razões para que tal aconteça.

Acerca da cultura democrática (ou da falta dela)

JORGE TEIXEIRA

Neste processo preparatório para a Convenção do Bloco a realizar no final de Novembro fomos deparando com os efeitos nefastos de um calendário que, ainda que contestado por uma minoria, se tem mostrado bastante eficaz na perseguição de uma estratégia que tem de tudo menos inocência.

Os trabalhos preparatórios de uma Convenção deveriam ser momentos de um intenso e frutuoso debate dentro do Partido que se prepara para definir a sua estratégia para os próximos dois anos. Da Convenção propriamente dita não se espera muito.... Ela é apenas o corolário (ainda que mais mediático) deste debate. O que importaria, de facto, é que esse debate tivesse existido de forma intensa e transparente e que a Convenção fosse o momento da grande festa que se faz no final de qualquer trabalho árduo e que levou meses a ficar pronto.

O problema é que, se esse trabalho não foi feito, de que servirá fazer a festa?

Quando as Moções se apresentam a debate já com centenas de subscritores, que certamente desconheciam até a existência de outras moções ou pelo menos o seu texto final, para que servirá o debate que se lhe segue?

A pergunta que deveremos todos fazer é porque é que existem subscritores?

- Servirão para influenciar a opinião acrítica de outros.
- Servirão para que a contagem de "espingardas" se faça à margem de qualquer plebiscito.
- Servirão para condicionar o debate que se lhe segue.

Ou seja, não servem para nada de bom! Então porque se insiste, num partido como o Bloco, em perpetuar um modelo que inquina a própria democracia?

Porque é que as listas de delegados são obrigatoriamente entregues antes de haver qualquer debate entre as Moções?

- Porque a arregimentação das tropas se faz na ausência de debate, precedendo-o.
- Porque a vinculação às moções é algo que tem que ver com a mesma natureza da pertença a um clube.
- Porque essa vinculação é mais fácil para quem, dentro do partido, tem mais contactos.

Se estas são as questões mais visíveis da falta de cultura democrática que impera nos círculos de poder que, dentro do Bloco, determinam os regulamentos, não é menos verdade que estas práticas contaminam também, pelo exemplo, as militâncias mais discretas.

Andamos pelo país por estes dias com o objetivo de apresentar a Moção A para lá das palavras do seu texto inicial e para recolher contributos de quem os quisesse dar. Obtivemos mais simpatia pelas posições que defendemos por parte dos poucos que nos ouviram, do que à partida, eles próprios julgariam possível.

Deparamos com sedes vazias onde centenas de aderentes militam mas parecem já tudo saber. Deparamos com sedes tão vazias que nem quem nos abria a porta sentia o dever de cortesia de conversar um pouco connosco. Deparamos com sedes que se abriram por funcionários obrigados que estavam a fazê-lo.

Nos raros casos em que os ativistas locais tiveram connosco essa deferência, acabamos por ter uma conversa agradável e, creio, construtiva para ambas as partes não obstante o facto de, na maioria das vezes, eles próprios, já se terem vinculado a uma outra moção.

Deparamos até com o constrangimento de quem se vinculou a outra Moção não sabendo da existência da nossa e que a preferiria.

Por tudo isto entendo que na próxima Convenção, a direção que for eleita nesta, reflita sobre todas estas práticas e proponha um calendário que faça da democracia uma prática consistente.

Que as Moções não possam apresentar listas de subscritores e que haja um número mínimo e máximo de proponentes (entre 20 e 50 por exemplo)

Que os debates se façam após a apresentação inicial das Moções e que nesse período recolham todos os contributos necessários à elaboração da proposta final.

Que as listas de delegados sejam entregues depois de todos os debates, junto com a proposta final e só depois disso (se assim o entenderem) possam ser construídas listas de subscritores.

Que a eleição aconteça no final deste processo e que, depois disso, se faça a merecida "festa"!

Não desistir do arrojo

JOSÉ MANUEL PUREZA

A dívida é para a nossa geração o que o ultimato foi para a geração que implantou a República. É ela que justifica todas as estratégias de humilhação do país, é ela que dá razão a todos os programas de transformação de Portugal num país mais baratinho, mais rendido e mais vendido. Ao mesmo tempo, a dívida que nos asfixia a nós como asfixia também a Grécia ou Chipre e rouba cada vez mais democracia em França ou na Itália, é para a nossa geração o que a II Guerra Mundial foi para a geração que sonhou uma união dos povos da Europa. A luta contra a chantagem da dívida é a nossa escola de patriotismo e de internacionalismo.

Para essa luta tão difícil é precisa uma esquerda com toda a inteligência tática e com toda a firmeza estratégica. Mais do que nunca, este é o tempo de contrapor a exigência popular de uma alternativa de programa a décadas de uma mera alternância de rostos. Três entendimentos diferentes se confrontam a este propósito.

O primeiro é o de que a única possibilidade concreta para a esquerda neste momento é influenciar a alternância por dentro, fazendo com que ela seja o mais alternativa possível. É o entendimento partilhado por quem, partindo do juízo de que “não há governo de esquerda sem o PS”, se dispõe a fazer um alinhamento de princípio com o PS para incluir no programa de governo escolhas políticas de esquerda. Este entendimento tem dois problemas. Um é o da sobreavaliação das forças próprias, outro é a subavaliação da força do contexto. Em primeiro lugar, quem assim pensa atribui-se uma força excepcional para forçar o PS a aceitar escolhas políticas de esquerda para o seu governo. Apetece perguntar, parafraseando a canção: que força é essa que é capaz de fazer aceitar ao PS as linhas vermelhas que não decidiu nem quer manifestamente decidir? E, por outro lado, essa fé recusa-se a ver a realidade: é que, no quadro concreto da relação de forças existente na União Europeia e especificamente no quadro de uma aplicação do Tratado Orçamental cujos traços autoritários se vão exprimindo de modo cada vez mais claro, não há possibilidade real nenhuma de os governos adotarem políticas de subversão da ordem comunitária – porque é isso a defesa do emprego, dos direitos sociais e da autodeterminação de cada Estado.

O segundo entendimento é o de que a esquerda à esquerda do PS só se reforçará se cortar pela raiz o pecado grave da insistir em desafiar o PS para uma alternativa para o país. É o entendimento partilhado por quem vê nessa interlocução que desafia uma expressão de fraqueza, de titubeio, por quem teme nela um risco de contaminação capitulacionista. Este entendimento tem dois problemas, simétricos do primeiro. Um é o da subavaliação das forças próprias, outro é o da sobreavaliação das forças do PS. Em primeiro lugar, quem assim pensa não confia nas capacidades de a esquerda de combate manter toda a tensão com as direções políticas que escolhem o campo da desistência porque parte do princípio temeroso de que na interlocução que desafia se perderá a identidade pura e se projetará uma imagem de cedência. Por outro lado, essa desconfiança e esse temor de perder uma pureza imaculada representa implicitamente o PS como uma entidade internamente indiferenciada e dotada de uma capacidade de afirmação e atração políticas irresistíveis. O resultado líquido desta forma de entender as coisas é um convite a uma esquerda pequena, fechada em si própria, sem uma estratégia de afirmação e de crescimento e a sua condenação a resistir na trincheira a que se remete, abdicando de transformar a quietude da esquerda e disfarçando essa desistência com retórica tão inflamada quanto infértil.

Simétricos, estes dois entendimentos irmanam-se no seu efeito igual: ambos fecham a esquerda de combate num beco de quietude em que nenhuma transformação se opera. É necessária uma outra perspetiva para a esquerda. Esse outro entendimento sobre a estratégia e a tática de uma esquerda de combate é o que assume a formação de um polo agregador dessa esquerda como prioridade tática de uma estratégia de disputa da hegemonia da social-democracia desistente sobre setores sociais vastíssimos, percorrendo todos os caminhos de confiança e de crítica que facilitem essa disputa essencial. Quem assim pensa confia nas suas forças sabendo que elas são poucas e aposta por isso, com arrojo, na construção de uma maioria política capaz de promover a mudança em todos os planos. Quem assim pensa faz da interlocução crítica com os socialistas, os comunistas e todo o povo de esquerda o seu trabalho persistente, não abdicando de fazer frentes de reivindicação e de mudança tanto quanto não prescindindo de operar todas as ruturas com as propostas desistentes. Uma esquerda assim faz de uma unidade programaticamente clara o seu horizonte e não desiste nunca de nenhuma das possibilidades de o materializar em cada luta, em cada denúncia, em cada proposta. Uma esquerda assim não quer só contaminar, quer mudar a vida.

A posição do BE na votação da Proposta de Orçamento de Estado

LICÍNIO ANTÓNIO SARAIVA DE SOUSA, FERNANDO RAUL QUADROS RAMOS, JOANA RITA CONSTÂNCIO SARAIVA, MARIA IRENE GONÇALVES CONSTÂNCIO SANTOS SOUSA

É obvio que todos os militantes e eleitores do BE partilham com a maioria do povo português a profunda aspiração de ver derrotada a proposta de Lei do Orçamento de Estado do governo PSD/CDS e das instituições da Troika a que este se submete.

Contudo, é sabido que se for repetida a liturgia dos anos anteriores, o novo /velho Orçamento voltará como os anteriores a adquirir força de lei, para permitir ao governo consumir o seu plano de destruição.

Basta-lhes jogar na divisão entre as organizações sindicais e as manifestações sob o nome de CGTP /Unidade Sindical , fechando a porta a qualquer outra organização sindical e permitindo à direção da UGT ficar-se pela mera crítica , no quadro da política de concertação social. Lá dentro, na AR, por mais acutilantes que sejam os discursos dos deputados dos partidos da oposição , o Orçamento será aprovado com os votos da “maioria” que há muito perdeu a legitimidade.

No momento crucial da votação deste Orçamento de guerra e sabendo de antemão que todos os dados estão lançados para o fazer engolir ao povo sob a capa da democracia, é preciso fazer uma escolha:

- Ou se fica do lado do povo recusando participar na votação que cobre uma maioria ilegítima e desafiando a restante oposição a assumir a mesma atitude ;

- Ou em nome da “democracia” que convém ao governo e à Troika , se fica a votar negativamente para emoldurar um sim, na realidade ilegítimo;

Os deputados do BE, determinados a ajudar o povo trabalhador português a transformar a sua exigência em realidade, para que em vez de alternância possa existir alternativa para uma política de medidas socialistas, decidem tornar pública esta posição, antes da votação do Orçamento Geral do Estado:

“Conscientes de que os cidadãos portugueses de todas as gerações, que nos elegeram para a AR, o fizeram, esperando que ocupássemos este lugar para ajudar o nosso país a retomar o caminho iniciado com o 25 de Abril, aspiração que é partilhada por todas as camadas da população trabalhadora, como tem sido expresso em múltiplos momentos de mobilização , desde aquela que juntou um milhão de portugueses , a 12 de Setembro de 2012, sob a palavra de ordem:” *Que se lixe a Troika, fora com o Governo, queremos as nossas vidas*”;

Conscientes de que convém ao governo e a todos quantos hipocritamente o criticam diariamente que o Orçamento seja aprovado com os votos da oposição que dizem ser minoritária ;

Perante a votação para legalizar o Orçamento de Estado para 2015, tomamos a decisão de nos dirigir a toda a população trabalhadora e em particular aos que nos confiaram o seu voto para vos comunicar o seguinte:

Este Orçamento tem a condenação e também já o anuncio do voto contra de todos os partidos da oposição.

Tem também a condenação de todo o movimento sindical.

. É o orçamento da Troika , do PSD e do CDS para servir os banqueiros, as multinacionais e os especuladores.

Só a mobilização unida do povo que está nas mãos da Organizações sindicais pode pôr fim a este massacre da vida da maioria dos portugueses.

Como deputados do povo, faremos a nossa parte para ajudar a essa viragem histórica no nosso país rejeitando colaborar na farsa da legalização do Orçamento , através do nosso voto . Abandonemos a AR, no momento da votação, deixando somente um deputado como observador dos actos consequentes, a esta tomada de posição

O direito a uma vida digna e a emancipação pelo trabalho

LÍDIA FERNANDES, MARTA CALEJO, NUNO MONIZ

Em Outubro de 2013 um artigo do *esquerda.net* dava conta que mais de metade dos e das desempregadas não tinha subsídio e que 9000 pessoas perderam subsídio de desemprego num só mês¹. Perante estas estatísticas, uma leitora questiona:

...gostaria de compreender melhor porque razões o Bloco de Esquerda não apoia a Iniciativa Europeia para o Rendimento Básico Incondicional. A abertura para a discussão do rendimento básico incondicional parece não existir em Portugal e fica-se perplexo com tamanho encerramento intelectual existente quando por parte de outros partidos da esquerda europeia o tema é não apenas alvo de discussão, enquanto alternativa de resiliência às transformações recentes nas políticas europeias de austeridade e às crises económica, ecológica e social, como é manifesto o seu apoio à Iniciativa de Cidadania Europeia [ICE] para um Rendimento Básico Incondicional. (...) Por que espera o Bloco de Esquerda para abrir o debate e posicionar-se de modo consistente em relação a esta alternativa?

A pergunta não é disparatada, e por mais desconcertante que seja a resposta imediata dada à leitora/activista [obrigado pelo seu comentário...Se quiser colocar desafios ao Bloco de Esquerda ou questioná-lo formalmente aconselho-a a utilizar os contactos formais para o efeito] há que reconhecer que o apelo não caiu completamente em saco roto. Houve algum debate no universo *esquerda.net* e do Bloco, incluindo uma mesa redonda sobre o RBI no Fórum Socialismo, em formato prós e contras, que resultou num dossier publicado no *esquerda.net*.

Valerá a pena aprofundar o debate sobre o RBI no Bloco de Esquerda? Em que termos? O que está em causa quando falamos em RBI? Qual deve ser a nossa posição sobre o assunto?

É claro que vale a pena fazer esse debate. Não basta meia dúzia de artigos de opinião e uma mesa redonda que não dá conta da diversidade de posições existente no Bloco. Além disso, o debate deve ser feito tendo em conta a realidade concreta das pessoas que necessitam de protecção social.

Actualmente em Portugal assistimos à restrição de direitos sociais através da imposição de uma lógica de condicionalidade, presente nos programas do rendimento mínimo garantido, desde a sua aplicação, e que se foi intensificando e alastrando ao subsídio de desemprego. Neste contexto, argumentar que uma iniciativa cidadã em defesa do “direito incondicional, enquanto indivíduo, a ter as suas necessidades materiais satisfeitas para assegurar uma vida digna”² foge “ao confronto com o capitalismo e com a exploração do trabalho que o sustenta”³, é passar ao lado das condições e dos mecanismos pelos quais o desemprego massificado contribui para intensificar a exploração do trabalho. A ver:

1º Desemprego massificado contribui para pressionar as condições de trabalho. E quanto menos almofadas sociais tiverem as pessoas mais elas aceitarão trabalhar em qualquer tipo de condições, a que preço for. Não é à toa que o ataque sobre a protecção tenha sido uma das primeiras medidas impostas pelo FMI, ainda antes de aterrar na Portela.

2º Quanto menos estiver legitimada uma cultura de solidariedade e maior for a moralização em torno do trabalho mais aquelas e aqueles que não têm outro bem senão a sua força de trabalho se sentirão compelidas/os a trabalhar a todo um custo – até de graça.

Num momento em que o crescimento económico, e não tanto o bem estar geral das populações, é visto como a “saída” para a crise, esta é uma reivindicação com interesse para quem vive diariamente com cada vez menos. Responde a questões de direitos individuais e, indirectamente, de direitos colectivos, e rasga caminho no discurso da moral do trabalho.

Isto leva-nos a um segundo nível do debate: qual é o papel do trabalho numa sociedade socialista?

Na Moção Reinventar o Bloco, assumimos uma posição clara sobre o assunto: é necessário reafirmar hoje o princípio da livre escolha do trabalho. Porque só uma economia baseada na valorização do trabalho, na capacidade criativa, na redistribuição da riqueza, nos direitos sociais e na justiça ambiental, pode ser um instrumento contra a crise. Ao invés da imposição do trabalho, é a emancipação pelo trabalho numa comunidade de indivíduos livremente associados, que é a base da nossa escolha.

A ICE/RBI terminou em Janeiro de 2014 com 285.000 assinaturas, condições para passar à fase seguinte. Começou uma nova campanha europeia e está a decorrer uma petição nacional. É tempo do Bloco alimentar este debate e valorizar estas iniciativas, mesmo que assinalando os seus limites, na afirmação do direito incondicional de cada pessoa a ter as suas necessidades materiais satisfeitas.

1 -Disponível em <http://www.esquerda.net/artigo/metade-dos-desempregados-sem-subs%C3%ADdio-e-9000-pessoas-perdem-rsi-num-m%C3%AAs/30015>

2 - Texto da ICE/RBI, disponível em <https://ec.europa.eu/citizens-initiative/REQ-ECI-2012-000028/public/index.do>

3 - Adriano Campos e Ricardo Moreira, Rendimento Básico Incondicional: uma crítica. Texto disponível em <http://www.esquerda.net/dossier/rendimento-basico-incondicional-1/33951>

A propósito de fábulas

LUÍS FAZENDA

1 - Fernando Rosas, Mariana Mortágua e José Gusmão, a delegação que reuniu com o PS, na sua sede a 16/7/13, elaborou um texto de resposta, largamente publicitado, a declarações de Pedro Filipe Soares, quando da apresentação da moção Bloco Plural. As declarações criticavam a proposta de construção das bases programáticas de um designado governo de esquerda com o PS, ao tempo liderado por Seguro. Insurgem-se por ter sido dito a expressão de um "governo sem condições". A expressão resulta do comunicado da comissão política de iniciar negociações sem condições prévias. Coisa espantosa, o Bloco não tinha (?) sequer condições prévias para discutir com o PS, note-se, nem mais nem menos que um "governo"?! O eco que disso se obteve foi aquele que Francisco Louçã descreveu (in Público, 21/7/13). Usou até a mesma forma: "A novidade decisiva, no entanto, foi a iniciativa do Bloco, que muitos esperavam, provando vontade para um governo de esquerda. Sem condições e com uma agenda clara: a reestruturação da dívida e o Estado Social. A partir de agora não há mais nenhum obstáculo na esquerda para um entendimento de maioria, a não ser a devoção do PS ao ritual dos acordos com a troika". Há, obviamente, condições em qualquer negociação séria e no caso em análise não são difíceis de elencar. Uma destas condições, a posição face ao tratado orçamental, foi até corretamente usada por João Semedo, uns meses depois, para justificar que não podia haver convergência de governo com o PS. Curiosamente, em julho de 2013 havia mais de um ano que o PS já tinha ratificado o Tratado Orçamental! Insurgem-se ainda os autores do texto que não propuseram Seguro para primeiro-ministro. Claro que não. Como é evidente, o BE não escolheria o líder, estava na mão do PS. Tentar apagar essa consequência é que não parece apropriado.

2 - Quanto à agenda das conversações para um programa de governo com o PS e PCP, a agenda é certamente discutível. O que não será controverso é que essa agenda está bem distante da resolução política da Convenção. Basta comparar o Guião que foi entregue aos outros partidos para as conversações. O Guião, propunha reestruturar a dívida em montantes, juros e prazos, recuperar cortes dos salários e pensões, recuperar o Serviço Nacional de Saúde, e ponto. A Convenção compreendia esses elementos para um governo de esquerda mas ia bem mais longe: recuperação de todos os serviços públicos, nacionalização da banca intervencionada, nacionalização da energia, telecomunicações, combustíveis, reforma fiscal atingindo rendimentos e património das elites.

Em 13/5/13, Catarina Martins ainda dizia ao jornal Público: "É preciso renegociar a dívida, recuperar salários e pensões, ter o controlo público do crédito e ter um novo sistema fiscal, porque a tributação do trabalho e do capital são claramente desajustadas. Isto são quatro pontos básicos a partir dos quais se constrói um governo de esquerda". Dois meses depois, a agenda era drasticamente mitigada.

3 - Terá sido a crise política "irrevogável" que acelerou essa iniciativa do Bloco. Ao invés, o momento não podia ser mais inoportuno, com o PS cúmplice das condições de Cavaco para tentar um acordo tripartido PSD/PS/CDS. O que teria o Bloco a ver com aquela embrulhada? Abrimos os telejornais com a nossa proposta de governo. Para quê? Foi pena alimentarmos confusão sobre os propósitos do BE. Logo após as eleições autárquicas, e perante o alarme dos resultados, desapareceu o "governo de esquerda" da propaganda política do Bloco. Contudo, o BE ainda equacionou uma eventual coligação com o movimento 3D antes das eleições europeias, cuja filosofia difusa se aproximava daquela que continha o Guião e o processo que o envolveu. (F. Rosas, *Público*, 30/1/2014)

4 - O essencial das críticas sobre linha política imprimida pela maioria no Bloco radica no zigzag de posições. Nos últimos tempos, e no contexto do abandono da Associação Manifesto, as demarcações com o PS têm sido feitas. Entendemos que esse vaivém deriva da falta de um caminho de afirmação própria, com acertos e erros, como o Bloco teve até 2011. A questão radica em lutar para obter uma maioria social e não uma aliança parlamentarista. Afirmações de se pretender um governo com o atual PS, ou mais recentemente alvitar, em resposta a Jerónimo de Sousa, que insistia que PCP e BE cada um ia na sua bicicleta, que há bicicletas com 2 selins, não são de molde a gerar confiança no projeto.

5 - O facto de nem Pedro Filipe Soares, nem muitos outros, terem feito alarde das diferenças de opinião deve-se a uma atitude que é bem reconhecida. Ao contrário de outros não fizemos polémica pelos media, não prejudicamos o BE nas autárquicas e europeias, diferenças que seriam sempre empoladas, e discretamente marcamos posição. Quando me foi solicitado pelos coordenadores encabeçar a delegação que foi a essa reunião com o PS, disse o que pensava sobre isso e rejeitei. As dissonâncias foram claras. Talvez tenha havido falta de ouvido.

Por uma política coerente de defesa dos direitos dos animais

LUISA BASTOS, NUNO SERRANO, MÁRIO TOMÉ, RICARDO COELHO

Com a austeridade não são só as necessidades básicas da população humana que são postas em risco, mas também as dos animais não humanos. Desde a falta de dinheiro para os cuidados de saúde que precisam, à alimentação e por fim ao abrigo, todas as necessidades básicas estão em risco e, muitas, já em falta. É, por isso, preciso consolidar uma revolta cidadã para vencer a austeridade, tendo em vista também os direitos dos animais.

Nos últimos anos, o Bloco de Esquerda tem-se afirmado como uma força política que defende os direitos dos animais, tendo apresentado no parlamento e nas assembleias municipais várias propostas oriundas do ativismo animalista. A intervenção do BE nesta área, contudo, é errática e até por vezes contraditória, notando-se por vezes dificuldades em criar pontes com o ativismo.

Durante a primeira década de existência do BE, foram escassas as iniciativas em defesa dos direitos dos animais. O BE defendeu a esterilização de animais errantes como alternativa ao seu abate em canis, o fim do uso de animais selvagens nos circos e a alteração do código civil para que os animais sejam considerados seres portadores de direitos e não coisas, mas foi sempre claro para os/as ativistas durante este período que esta não era uma área prioritária de intervenção do partido.

No que toca às touradas, apesar de ser um pólo de polémica e mobilização ativista crescente, o BE não foi além de declarar-se contra as touradas de morte em 1999, quando o tema foi levado ao parlamento. Apenas em 2012 o BE assumiu uma posição anti-touradas, na sequência de uma votação em convenção que demonstrou o quanto esta posição era consensual dentro do partido. No mesmo ano, o BE apresentou no parlamento propostas para acabar com os apoios públicos às touradas, tornando claro que o objetivo destas propostas era separar o poder do Estado de um espetáculo que condenamos.

O que poderia ter sido o início de uma intervenção mais constante em defesa dos animais acabou, contudo, por ser pouco mais que uma iniciativa isolada. Desde então, o BE apenas voltou a contestar as touradas em janeiro de 2013, quando obrigou o governo a admitir que milhões de euros de fundos da PAC são destinados às ganadarias que criam touros de lide. A afirmação do BE como partido anti-touradas foi também prejudicada pelo seu apoio à Câmara de Salvaterra de Magos, um dos grandes bastiões da tourada no país, que declarou a tauromaquia como património imaterial do concelho em junho de 2012.

O BE é hoje o único partido da esquerda radical na Península Ibérica que não fez da causa anti-touradas uma das suas bandeiras de luta. Em todas as regiões do Estado Espanhol, os partidos de esquerda “irmãos” do BE têm colaborado com movimentos anti-touradas em campanhas e iniciativas comuns. Num momento em que a ofensiva conservadora tenta contrariar a erosão da base social de apoio das touradas, com o governo a rever o regulamento tauromáquico para defender a crueldade como uma tradição a preservar, ter no Bloco uma força política capaz de enfrentar o conservadorismo e defender os animais é fundamental.

A crescente evidência do fraco contributo da experimentação animal para as ciências biomédicas, da eficácia comprovada de metodologias científicas livres do uso de animais e das capacidades e interesses de animais não humanos torna imperativo o investimento na substituição da experimentação animal. Em 2011, o Bloco defendeu um estudo sobre as necessidades de animais para fins de experimentação científica e a criação de um centro de investigação de métodos alternativos. É necessário dar seguimento a esta iniciativa.

No que toca aos animais de companhia, o BE conseguiu afirmar-se como um partido que defende uma política de controlo da sua população respeitadora dos seus direitos, em alternativa a uma política que transforma os canis em matadouros. No entanto, na discussão da lei sobre “raças potencialmente perigosas”, no meio de uma enorme mobilização para salvar um dito “pitbull” acusado de causar ferimentos mortais a uma criança, o BE não foi capaz de apresentar uma única proposta de melhoria de uma lei que nada faz para proteger cães ou humanos e que se baseia numa espécie de discriminação racial aplicada aos cães que nenhum especialista em comportamento animal defende. Discussões como estas são oportunidades importantes para criar laços com o ativismo em defesa dos animais, que não podem ser desperdiçadas.

O BE afirma-se como o partido-movimento que abraça todas as causas justas, tendo evoluído no sentido de incluir novas causas no seu leque sem descartar as que já lá estavam. Porque a defesa de uma causa não pode estar dependente do voluntarismo das/os nossas/os protagonistas, é imprescindível consolidar e fortalecer a nossa intervenção na defesa dos animais, não permitindo que a conjuntura desloque esta causa para segundo plano.

Para além das moções ... o que está em causa

MANUELA TAVARES

Na Convenção do BE somos chamadas/os a votar numa moção escolhendo caminhos políticos. Mas, também iremos escolher a correlação de forças dentro do BE e uma direção. O que está em causa é se queremos um bloco dominado por uma tendência cuja hegemonia irá dar uma imagem de estreitamento político do BE, ou se queremos um Bloco onde cada aderente tem plenos direitos, quer pertença ou não a tendências. Foi este o caminho que escolhi ao participar na Moção Unitária em Construção.

O debate no BE é salutar se ele for transparente. Por isso, não pode ser feito na base da desresponsabilização de quem tem estado na Comissão Política e na coordenação do grupo parlamentar, não levantando a voz dentro dos próprios órgãos, no momento certo.

O que está em causa na Convenção é se queremos uma coordenação fabricada nos bastidores, uma "pluralidade" feita com aqueles/as que estão sempre de acordo com quem pensa de igual modo. Ou se queremos uma outra prática de ouvir e trabalhar com aderentes que pensam de forma diferente, mas que querem conjugar esforços para fazer renascer o Bloco na diversidade de pensamento que está nas suas raízes, recuperando a sua identidade de irreverência e de combatividade verdadeiramente plural.

A paridade na coordenação não é algo de somenos importância

A paridade não é compreendida e aceite por amplos setores sociais. O mesmo acontece com outras causas que o BE defende como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e outros direitos das pessoas LGBT. Contudo, defendemos essas causas, porque a nossa luta é também a da transformação de mentalidades.

A paridade na coordenação do BE constitui uma nova imagem da política e um indicador de modernidade. Dizer que até queremos paridade nos outros órgãos, mas na coordenação, enfim, não dá jeito, é uma falta de coerência. Se a moção E não concorda com as pessoas que estão na atual coordenação, poderia não ter deixado cair este modelo de coordenação e apresentar outros nomes como, por ex., o Pedro Filipe Soares e a Helena Pinto, deputada com papel na luta das mulheres. Mas recuar em relação à moderação paritária é algo que não se entende e não é coerente, quando falamos de feminismo no BE. A História mostra como a esquerda tem vacilado nas causas feministas, cedendo perante pressões, revelando falta de aprofundamento e de coerência política.

Recuar é alimentar a campanha que a comunicação social fez contra este modelo de coordenação chamando-o de "bicéfalo". Recuar entra em contradição com quem afirma que quer "recuperar a combatividade, a irreverência, a criatividade" como é dito na moção E. Recuar é próprio de uma esquerda que se acomoda ao que é dito, que não tem coragem para defender as suas causas, mesmo que elas não sejam bem recebidas de início por muita gente. Esta é a esquerda que o BE não pode ser. Urge regressar às origens do BE, uma esquerda que surpreende, que abre novos caminhos pela sua irreverência e pelas causas que defende. O feminismo de esquerda é uma delas.

E, agora as moções

A moção E quer criar a ideia de uma viragem à esquerda. Mas será?. Afirma-se nessa moção "O BE deve esforçar-se para tornar central a luta contra a revisão constitucional e pela defesa dos direitos, alargando a força e as convergências nessa luta". Deste modo, iremos ter o PS de António de Costa como um forte aliado, quando o mesmo António Costa nada irá dizer ou fazer sobre a reestruturação da dívida, esta sim a grande linha de demarcação e o problema de fundo que o país tem. Então o que dizer da política de "alianças"?

A moção E, afirma que é preciso recuperar a irreverência do Bloco, a criatividade, mas não se demarca da imagem demasiado institucionalizada do BE em torno do parlamento. Afirma-se na moção U: "O BE surge cada vez mais adaptado aos cânones da comunicação política dominante. O predomínio absoluto do parlamento na nossa visibilidade mediática é, só por si, um fator de institucionalização e normalização da imagem." (Moção Unitária-U)

Aparentemente não existem diferenças entre a moção E e a moção U em relação à UE. Será assim? Embora a moção E afirme: "A saída do euro não é uma prioridade, lá estar não é um dogma" e "o euro não pode ser um calvário para os povos", também se diz que o centro do problema não é o euro, "mas sim a falta de euros na bolsa das pessoas". Fala-se de poder de "negociação" (e não de confronto) com as instituições europeias, para rejeitar as políticas de austeridade. Reitero as posições da moção U sobre o assunto: "O euro, desenhado para facilitar a acumulação financeira no centro da Europa, sangra as economias periféricas. Contra a austeridade, a esquerda deve assumir todas as possíveis consequências do confronto com as instituições da UE. Este caminho alternativo pode resultar num rompimento com a união monetária".

Interrogo-me: "divergências" na base de uma "política mais à esquerda"? Será que não são fabricadas com a ideia de que existem "salvadores do BE", para mobilizar as hostes, numa "guerra interna" de muito pouca substância?

Suspender os exames no básico e correr com o Crato – repor a decência na política!

MANUEL GRILO, DEOLINDA MARTIN, BELANDINA VAZ

O início deste ano letivo foi uma verdadeira trapalhada, a partir de um processo que, por ser anual, deveria ser corriqueiro – a colocação dos professores. Todos os anos se faz e é uma tarefa que não é muito complexa. Depois de alinhados numa listagem a partir de critérios previamente estabelecidos colocam-se nas vagas indicadas pelas escolas. Qualquer informático medianamente competente faz isto sem grandes problemas. Este ano Nuno Crato resolveu experimentar! Inventou uns critérios por cada escola e transformou um concurso em centenas, um por cada escola de intervenção prioritária ou com contrato de autonomia. Para ajudar à festa resolveu demonstrar os seus conhecimentos de matemática e inventou uma fórmula para graduar os professores que somava números absolutos com percentagens.

Apanhado neste processo que não percebeu até muito perto do fim, quando finalmente alguém lhe soprou que afinal o algoritmo da colocação somava “batatas com cebolas” e que era objeto da chacota de todas as cabeças pensantes lá tentou emendar a mão mas foi pior a emenda que o soneto. O que prometeu numa semana, em plena Assembleia da República, desdisse quinze dias depois enredando-se desta vez no já célebre episódio do “mantêm-se não é o mesmo que manter-se-ão” para gáudio de todos os comentadores que viram um ministro à procura das palavras e a não ser capaz de conjugar um verbo simples.

Entre duas viagens à volta do mundo o ministro parecia olhar com displicência para o que acontecia nas escolas que, desesperadas com a falta de professores, davam as justificações possíveis aos pais furiosos com a ausência de aulas e com o justificado temor do que aconteceria no final do ano com os exames dos seus filhos.

Um ministro idiota? Não, um ministro muito distraído....

Na verdade este foi o ministro dos cortes na Educação – com o previsto no Orçamento de Estado para 2015, de 704 milhões de euros, chegar-se-á a um total acumulado de quase 3 mil milhões de euros desde o início deste governo. Traduzido diretamente na qualidade da Educação e, em particular da Escola Pública. Aumentou o número de alunos por turma, diminuiu o currículo do ensino básico, amputando-o de várias disciplinas e diminuindo o peso de outras, encerrou escolas e cursos, atacou o ensino superior pela via do financiamento e a investigação científica com a questão das bolsas através da FCT. Tudo isto apesar de não estar suspenso o artigo 73º da Constituição, onde a educação, a cultura e a ciência são garantidos a todas e todos.

Outra das marcas deste ministro foi a instituição de exames. A fé cega no mérito dos exames levou-o a criar exames para os professores, para o 2º ciclo, para o 1º ciclo. Algo que não acontece em nenhum país da Europa tantas vezes tomada como exemplo – exames a alunos de 9 anos no final do 1º ciclo. Escaparam as crianças do pré-escolar.... Até ver.

Passado mais de um mês e meio sobre o início do ano letivo, há ainda vários milhares de crianças e jovens que não tiveram qualquer aula. Uns são distribuídos por outras turmas, de qualquer ano de escolaridade, no 1º ciclo. Outros estão sem professor a uma ou mais disciplinas nos outros ciclos.

Era difícil resolver esta trapalhada quando finalmente perceberam a origem do erro? (Algo para que os sindicatos de professores já tinham alertado logo que o projeto de legislação foi conhecido). Não, não era! Bastava colocar todas as vagas em concurso nacional e com um par de horas de trabalho tudo se teria resolvido. Mas o governo não quis abrir mão do processo de colocações escola a escola e essa teimosia está a sair muito cara ao país!

A falta de professores atinge sobretudo as escolas inseridas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e com contrato de autonomia. Ou seja, atinge sobretudo os que já estão numa situação de desigualdade à partida. Todos são prejudicados mas em especial os que estão em anos de exame.

Até ao final do ano letivo dificilmente estes alunos recuperarão, em termos de verdadeiras aprendizagens, o tempo perdido. O tempo das aprendizagens não se compadece com a “compressão” dos conteúdos curriculares. Os alunos necessitam de consolidar os conhecimentos. Dificilmente se recuperam 26 ou mais aulas de Matemática do 9º ano (a título de exemplo) a tempo dos alunos poderem fazer exame este ano.

Torna-se assim imperativo que se suspendam este ano os exames no ensino básico em nome da igualdade de oportunidades que deve ser garantida a todos. Aulas de compensação ou mais professores podem ser equacionados no respeito pela autonomia das escolas mas é impossível repor o que foi roubado às crianças e jovens deste país, este ano.

Em nome da decência na política é imperioso correr com este ministro. Prejudicou de forma irremediável milhares de crianças, jovens e professores. Perseverou no erro por um mero preconceito ideológico. Mentiu ao país. Como é possível que Nuno Crato seja ainda ministro?

Democracia e votos por correspondência

MARIA JORGETE TEIXEIRA

Todos os sistemas geram anti corpos em relação à mudança, ou seja, as fugas necessárias para distorcer as regras e para que, no fundo, tudo se mantenha imutável.

Qualquer texto normativo é passível de várias interpretações e manipulações. Por isso, em democracia, é necessário que se elaborem regulamentos claros, precisos, sem omissões que deixem o campo aberto a diversas aplicações, porque o que é pacífico num determinado momento, deixa de o ser no seguinte e as situações ambíguas abrem sempre margem para deturpações e abusos.

Mesmo assim, as palavras são o que são, símbolos mortos que só se consubstanciam na realidade. **Ou seja, a democracia exerce-se, não se apregoa.**

- Exerce-se, no nosso partido/movimento, no funcionamento das estruturas onde é necessário inverter a pirâmide baseada num iluminismo de certas cabeças e os braços dos restantes, promovendo debates, abrindo os espaços do Bloco à participação dos militantes, e mesmo dos cidadãos em geral, numa partilha em rede, de experiências e saberes.
- Exerce-se lutando contra o sectarismo que determina que se rejeitem soluções ou propostas só porque os promotores não pertencem ao nosso "grupo". Poder-se-á, mais tarde, repescar essas ideias e defendê-las, num golpe de súbita clarividência, apostando no desconhecimento e falta de memória dos militantes.
- **Enfim, exerce-se na consciência de que todos, e cada um, são indispensáveis na construção de uma efectiva democracia partilhada e consciente.**

Porém, nunca se poderá falar de democracia interna sem a eliminação dos votos por correspondência e, neste seguimento, não vale a pena propor a existência de referendos se esta norma subsistir nos nossos Estatutos. **Este facto, aliado à falta de actualização dos cadernos eleitorais e à falta de rigor quanto à isenção de quotas, perverte, por completo, as votações e com elas a relação de forças existentes.**

O voto por correspondência é um corpo purulento dentro do sistema de votação.

O que foi criado para ser um recurso que visava, de um modo solidário, garantir a participação de quem estivesse impossibilitado de exercer o seu direito, rapidamente se tornou num aleijão do próprio sistema, uma forma perversa de falsear resultados.

Enquanto as diferentes sensibilidades se entenderam, no que era essencial, e no Bloco se convivia, confortavelmente, debaixo de uma maioria estável, em listas quase sempre únicas candidatas aos diferentes órgãos do partido, não se soube da real dimensão do problema. Mas quando as fricções começaram a avolumar-se e a maioria se fragmentou em diferentes "pensares e querereres", foi preciso sacar de todos os recursos e pôr em campo velhas manhas, de modo a garantir a supremacia de algumas tendências, ou melhor, da tendência que, por estar mais organizada, dentro e fora do Bloco, e ter uma maior representação a nível do aparelho, mais possibilidades tinha de "arregimentar" votos.

Perante as insistências dos camaradas da ex Moção B a questão foi discutida, porém, sem que tivesse havido real vontade de tornar transparente uma regra banida em todos os partidos da nossa democracia. Mudou-se ligeiramente o texto, exigiu-se que houvesse a assinatura dos votantes, sem contudo se assegurar a possibilidade da sua validação, passou a falar-se apenas em "votos por correspondência" não se salvaguardando a questão de fazer com que eles fossem, efectivamente, enviados através dos Correios, deixando campo aberto a novas transgressões, mantendo no texto dos regulamentos eleitorais apenas a referência a que devem dar entrada nas sedes até uma determinada data. Ou seja, ficou tudo, basicamente, na mesma.

Recolhidos por camaradas "diligentes", casa a casa, numa perpetuação de velhos métodos ao velho estilo patriarcal, pais, cônjuges, filhos, de aderentes que nunca compareceram em actividades do Bloco, nunca se viram nas sedes, nem mesmo em comícios, festas ou manifestações. **De militância nula.** Paga-se a quota, às vezes com 3, 4, 5 anos de atraso, e levam-se os envelopes para as caixas de correio das sedes em questão.

É preciso dizer que os chamados votos por correspondência nunca deixaram de ser votos trazidos em mão.

É uma farsa para quem assiste impotente a esta distorção da democracia. Chegam a entrar, "ditos por correspondência", mais votos do que os que são feitos presencialmente.

Poderá, em sã consciência, considerar-se isto normal?

Aquilo por que nos batemos desde sempre, as questões sobre a democracia interna, parece ser agora preocupação das diferentes moções. Ainda bem que assim é, embora se esqueçam, estes que agora as defendem, que ao longo deste tempo, nada fizeram para alterar práticas menos democráticas e inviabilizaram, na Mesa Nacional e mesmo nos órgãos intermédios do Bloco, qualquer proposta vinda nesse sentido.

Mas ainda vamos a tempo, haja vontade para, em nome da honestidade e transparência, se reverter a situação e fazer do Bloco de Esquerda um movimento onde a democracia não seja palavra vã.

O Bloco, o desafio de unidade e luta contra a austeridade

MÁRIO GOMEZ OLIVARES

Engels tinha razão quando, na sua crítica ao manifesto dos blanquistas-comunistas (1873), ridicularizava a sua declaração:

«Nenhuns compromissos!». Lenin, Sobre os compromissos, 16 de Setembro 1917

Os próximos tempos são tempos que obrigam ao Bloco a tomar decisões, o quadro político na Europa mudou desde o início da crise, o comportamento das instituições europeias e dos seus dirigentes é contra o sentido da solidariedade europeia. Esta ingenuidade colectiva foi alimentada pela visão oportunista dos partidos de governo e do PS, pelos pactos em que se envolvem com as suas famílias políticas, por um voluntarismo ignorante e interessado sobre o conteúdo do projecto europeu. Esta mudança obriga a reposicionar Portugal.

O discurso do Bloco deve ser clarificador: as instituições europeias não vão mudar o seu ponto de vista sobre a austeridade, seria ingenuidade esperar que a austeridade abrandasse, que o pacto de estabilidade não fosse para cumprir, que exista compreensão especial para nosso país. O governo alemão e os seus aliados afirmam com severidade que a linha seguida se mantém, que a recuperação da competitividade se faz com recurso a reformas estruturais. Qualquer proposta de renegociação da dívida deve contemplar este facto, os credores tem força política para impor esta linha, que implica que só pode estar aberta a saída do Euro.

A saída do euro não é uma panaceia, nem esta isenta de riscos, pode até ser tão dura como a austeridade, mas sobretudo não têm actualmente o apoio dos portugueses. Neste momento é errado falar de uma saída do euro como opção política, embora possamos ser empurrados para essa solução, pelo que o tema deixou de ser tabu e estará acima da mesa assim que sejamos obrigados a cumprir os tratados. Uma situação de prolongamento da austeridade põe em causa não apenas a economia do país, acentuando o carácter dependente do seu financiamento, cristalizando-o como um país de serviços baratos, de exportações de baixo valor agregado. Restará apenas ser um centro de serviços, mas isso pode vir a ser insuportável socialmente e radicalizara as posições, sobretudo da classe média urbana, cuja opinião sobre o Euro mudou.

A chave da solução para uma mudança na política seguida até agora, está na mobilização social em conjunto com a movimentação política tendente a gerar um quadro de convergência, de alianças políticas das forças à esquerda. O Bloco deve dialogar com todos sem excepção e propor uma plataforma anti austeridade, mas deve ir mais longe, procurando acordos transversais com todos os que estão contra esta política, no mesmo sentido que dirigentes do Bloco tem feito em iniciativas como o Manifesto dos 74, pelo que não se deve excluir acordos e negociações com ninguém, incluindo o PS.

O PS não obterá uma votação forte sem que clarifiquem o que pensam fazer em concreto, actualmente não é credível que as soluções venham de Europa, não é credível que se possa ler inteligentemente o pacto orçamental, não é confiável que a comissão abra um espaço a um não cumprimento do pacto por um governo socialista que ganhe as eleições em 2015. O PS não pode fazer o que tem feito até agora sem correr o enorme risco de perder a credibilidade e sofrer um desgaste rápido como está acontecendo com os seus homólogos europeus. A verdadeira possibilidade do PS sobreviver politicamente está na abertura à esquerda, não a nossa posição de esquerda, uma outra que é aquela que é aceite pelo seu eleitorado, cuja opinião está a mudar por força da austeridade.

Não se trata do Bloco ser uma muleta, uma convergência não obriga a cedência de posições, obriga a procurar pontos de entendimentos que derrotem a política de austeridade, que pode ir tão longo quanto a força que se tenha, que se obtenha no processo com as outras forças que aportam força social importante. Uma abertura à convergência, a compromissos é uma forma de ampliar a credibilidade do Bloco, torna-lo adulto na democracia, uma força capaz de adaptar-se às exigências e demandas sociais prementes. Não entender isto e marginarmos deste processo pagando um preço não apenas eleitoral, mas deixando os militantes, simpatizantes, eleitores na orfandade política, na deriva frustrante de não adicionar força às soluções de esquerda para este momento crucial da história de Portugal.

O mais arriscado é não arriscar

MÁRIO TOMÉ

Quando Bloco nasceu, era costume dizer-se que tinha boa imprensa. O liberalismo e até o neoliberalismo viram no Bloco de Esquerda aquilo que quiseram ver: uma força que podia ajudar o PS a governar com e para o capital sem ser de mãos atadas pela direita política. O Bloco garantiria que o PS deixaria de coligar-se com o CDS, com o PSD e abrir as portas ao cavaquismo: uma voz à esquerda a apoiar a política dos PEC.

A visão estratégica do jogo do dominó – juntas duas pedras desde que cada uma tenha num dos lados um número de pintas igual à outra – foi sempre, no fundo, a de alguns dos fundadores do Bloco, manobrando dentro das maiorias que traçavam e aplicavam o programa anti-capitalista do Bloco. Essa safra viu-se obrigada, graças ao enraizamento sem retorno da cultura anti-capitalista no corpo e na alma bloquistas, a procurar outros caminhos para cumprir o papel que a “boa imprensa” lhe atribuíra. O Bloco venceu a sua mais difícil batalha destes quinze anos.

Uma Constituição filha da Rua

O Bloco, como força anticapitalista e, portanto, socialista, tem como tarefa instantânea e permanente encontrar, passo a passo, as propostas políticas que mobilizem a cidadania e a ajudem a organizar-se e a orientar-se na luta contra a austeridade e a colocar as pedras angulares para a restauração dos direitos económicos, políticos e sociais do Trabalho, como condição *sine qua non* da democracia e da soberania populares.

A visão que se satisfaz e esgota com a interpretação do projecto social feita pelos colaboracionistas (têm agora o Costa cheio de pica) é a visão da capitulação e da derrota. A democracia construída sobre a derrota do movimento popular é a democracia controlada pelo poder dos monopólios.

Ela tem sido usada para sabotar a democracia que a cidadania, desde o PREC, e na prática, mostrou querer construir. A Constituição de que nos reivindicamos, aliás já muito mutilada pelos acordos do PS com a direita, foi construída a partir da rua, pela luta social impondo bases de organização para o poder popular autónomo, que a grande, persistente e permanente coligação do PS com a direita travou com recurso ao golpe militar.

A obrigatória defesa da pálida réplica da Constituição saída do 25 de Abril, será feita uma vez mais na rua pela luta social que tem hoje como objectivo central acabar com a austeridade e pelo caminho criar formas de organização e solidariedade de que o PREC foi a premoção. A Constituição ou é defendida nessa luta ou não será.

Começar, já começámos!

A luta anti-capitalista pressupõe gerar alternativas amplas, consistentes, perceptíveis e viáveis acumulando forças para derrotar o poder do capital. Para tal, é preciso uma referência suficientemente forte e de características radicais que assegure que tudo não se esfuma no ar uma vez mais.

A luta cidadã e pelo socialismo precisa ir fundo, às raízes do funcionamento do sistema com a denúncia fundamentada e o justo desprezo pela ordem da vigarice instituída em supra-sumo da democracia: precisamos mostrar a calma arrogância dos que são espoliados mas têm o conhecimento do funcionamento deste sistema de ladroeira e querem deixá-lo bem claro a todos, para que todos participem com orgulho na sua extirpação.

As propostas políticas do Bloco devem ajudar a construir referência política e ética que permanece para além dos sobressaltos e desafios das governanças mais ou menos radicais.

Temos que contribuir para a construção, pedra a pedra, dos alicerces do poder popular alargado e organizado e da capacidade de apoderamento da economia pelos produtores. O Bloco tem de encontrar-se entre os mais avançados dinamizadores da democracia participativa, da democracia global que não apenas apêndice da democracia representativa.

E como fazê-lo se não começarmos por nós próprios, se não formos intransigentes nesse objectivo dentro do Bloco? Acabou o tempo das respostas elaboradas quase à socapa à procura de apoios assegurados por boa publicidade e entendimentos restritos. Estamos no tempo, mais ainda que do colectivo ou das abstrações teóricas, da participação plural de todos e todas que se encontram num terreno comum de combate político radical ao capital e seu sistema mórbido. Esta a marca da **Moção Unitária em Construção**.

Há quem considere arriscado abrir mão da segurança que ilusoriamente decorre das cautelas do controlo “democrático” das pulsões da participação alargada e sem peias. Mas, de facto, o mais arriscado é não arriscar.

As consequências da crise, se não abrirem ainda o campo para um confronto claramente definidor – em que o nosso terreno tem de ser organizado naquelas bases – exigem já resposta concreta apoiada numa visão sólida de futuro.

Mas não se trata somente de uma perspectiva para o futuro: o Bloco de Esquerda, com o seu “Começar de Novo”, há 15 anos, deu os sinais e passos primordiais; o Podemos e o Syriza fizeram o mais difícil, rasgaram caminho.

Direito a ter direitos

MOISÉS FERREIRA

A madrugada de 24 para 25 de abril de 74 desembocou numa torrente de pessoas que, uma semana depois, voltava a sair à rua num 1º de Maio livre e reivindicativo. Já sabemos como cantam os versos: “Esperar tantos anos torna tudo mais urgente e a sede de uma espera só se estanca na torrente”. E foi assim que aconteceu.

As mulheres e os homens de Portugal tinham então um país que não fosse apenas miséria, guerra e exploração; tinham, acima de tudo, um futuro nas suas mãos. E não será de espantar que a Constituição, aprovada em 1976, apontasse claramente ao socialismo e garantisse, não só a liberdade e a igualdade, mas também uma série de direitos constitucionais que fundam o Estado Social, o direito ao salário justo, ao trabalho executado em condições dignas e à proteção na doença e no desemprego.

Pois é exatamente sobre esses direitos que a Direita e os partidos austeritários apontam baterias. Ataques e desfigurações da Constituição têm existido muitas ao longo de 30 anos, tendo existido já 7 revisões constitucionais. Mas o que se prenuncia agora é o assalto final.

Podemos discutir cenários, propostas e opções, mas temos que perceber uma coisa simples: o ataque do capitalismo em Portugal vai sobre os direitos conquistados pelo povo no 25 de Abril e, por consequência, sobre a lei que os garante: a Constituição. O centro da política é onde está o centro do ataque ao povo e aos seus direitos.

Na altura do resgate da troika, em 2011, e na iminência de um 2º resgate posterior, a renegociação da dívida estava claramente no centro da luta política. ‘Normalizada’ a política da troika e iniciado o conflito com a Constituição, alterou-se o centro.

Ainda no relatório do Orçamento de Estado para 2015 se pode ler: “Se analisarmos não apenas os acórdãos proferidos em 2014 mas, também, as decisões proferidas em 2012 e 2013, é possível verificar que o atual quadro constitucional, na interpretação que lhe foi dada pelo Tribunal Constitucional ao longo das suas sucessivas decisões, coloca fortíssimas restrições à adoção de mecanismos eficazes de reforma e contenção da despesa com a função pública e com os sistemas públicos de segurança social, numa lógica de proteção absoluta de posições adquiridas bem como de judicialização de determinadas pré-compreensões de políticas públicas, estreitando assim excessivamente a ação dos poderes legislativo e executivo”.

Neste ‘desabafo’ – que na verdade é a continuação do ataque que nos últimos anos o Governo e seus apaniguados têm feito à Constituição – percebe-se perfeitamente que o Governo quereria ir muito mais além, nomeadamente no que toca a cortes na Administração Pública, na Segurança Social e no desmantelamento das ‘posições adquiridas’, vulgo, direitos. Identificaram porém o obstáculo que não lhes permite ir tão fundo quanto quereriam: a Constituição e o quadro constitucional português.

A Constituição é o chapéu-de-chuva sob o qual se abriga o direito à habitação, à educação e saúde gratuitas e universais, o direito ao Estado Social, à contratação coletiva, ao salário justo, ao trabalho digno e com direitos, à solidariedade social... É tudo aquilo que está a ser atacado pela Direita, pelo Tratado Orçamental, pela política austeritária.

Por isso se percebe que o capital queira destruir o nosso quadro constitucional, fundando um novo regime de acumulação e exploração. Quando a burguesia identifica com tamanha clarividência o terreno onde quer atacar, a Esquerda socialista não pode ignorar o aviso e não pode fugir à luta. Não é institucionalismo, é mesmo a vida real e concreta dos portugueses.

Combater a austeridade leva-nos necessariamente à defesa dos direitos sociais e laborais existentes, bem como à exigência da plenitude desses direitos. Combater a austeridade é combater o desmantelamento do Estado Social - salário indireto dos trabalhadores -, defendendo o direito à saúde e à educação e um regime de solidariedade social redistributiva de rendimentos. Combater a austeridade é opor-nos ao esbulho fiscal, defendendo uma política fiscal justa, progressiva e redistributiva.

É como todos os problemas de linha política: se não acertarmos no centro, corremos o risco de ir por uma linha paralela. Convém não o fazermos para não nos perdermos no meio da batalha.

A defesa do quadro constitucional carece de uma forte participação cidadã e de muita luta de massas, bem como de articulação à esquerda. As posições do PS são dúbias. E a escolha está centrada crescentemente entre o cumprimento do Tratado Orçamental e a prevalência da Constituição da República.

Como inverter o declínio do Bloco de Esquerda?

MÓNICA FERREIRA, AMÉRICO CAMPOS

O Bloco de Esquerda teve um crescimento fulgurante nos primeiros anos, devido principalmente a dois factores: causas fraturantes e aproximação às propostas socialistas mais recuadas.

As causas fraturantes, quase todas desprovidas de profundidade ideológica, foram bem aceites por largos sectores da pequena burguesia urbana, que votou no BE fundamentalmente por se identificar com essas causas.

Os mesmos sectores sociais, desiludidos com as promessas não cumpridas do PS, mas que não se identificavam com o projeto do PCP, viram no Bloco o partido aberto e democrático, capaz de levantar as bandeiras socialistas que o PS foi deixando cair.

CAUSAS DO DECLÍNIO

As causas fraturantes, a partir do momento em que foram regulamentadas, com o contributo fulcral do BE, deixaram de servir de pretexto para recolher apoios para o Bloco.

A última tentativa, canhestra, de introduzir uma nova causa fraturante, sobre a questão do piropro, falhou completamente e revelou-se um autêntico tiro no pé.

Por outro lado, apesar de ter havido um enorme crescimento eleitoral do BE, não houve capacidade nem vontade política de organizar essa massa enorme de eleitores e o Bloco transformou-se num partido parlamentar eleitoralista e continuou a apresentar níveis paupérrimos de organização e democracia interna. Só assim se compreende que as enormes manifestações do movimento *Que se Lixe a Troika*, não se traduzissem num crescimento do BE, mas ao contrário, fossem acompanhadas pelo seu afundamento.

Ao mesmo tempo, a direção do Bloco foi ficando cada vez mais desnorteada e enveredou por uma política de ziguezague, que descredibilizou ainda mais o projeto que tanta esperança tinha feito nascer nos sectores sociais mais à esquerda.

No dia 15 de janeiro de 2010, enquanto se discutia o Orçamento do Estado do governo do PS (que continha inúmeras medidas antipopulares), o Coordenador anunciou o seu apoio à candidatura presidencial de Manuel Alegre, mesmo antes do assunto ser discutido na Mesa Nacional. Como resultado, o BE obteve uma dupla derrota: nas urnas e na sua democracia interna.

No dia 10 de fevereiro de 2011, o Coordenador anunciou que iria apresentar uma moção de censura ao governo de Sócrates, não obstante quatro dias antes ter declarado que não o iria fazer, porque não via «utilidade prática na sua apresentação» e que essa moção só poderia beneficiar os partidos da direita. Claro que este ziguezague brusco, provavelmente por causa da pressão da Comissão Política, não contribuiu para melhorar a credibilidade do Bloco.

Depois das Eleições Legislativas de 2011, em que o BE viu a sua representação parlamentar reduzida para metade, o Coordenador apresentou a sua demissão, alegando que os princípios republicanos assim o ditavam. No entanto, baseou-se num princípio monárquico para escolher os seus sucessores: dois deputados completamente desligados das bases, cuja principal «qualidade» consistia na sua fidelidade ao seu antecessor e proponente. O que significa que o Bloco de Esquerda continuou refém das decisões pessoais do anterior Coordenador que, ainda por cima, não têm sido as mais acertadas.

Em relação à saída do Euro, o ex-Coordenador afirmava em 2011 que ela seria «catastrófica para os trabalhadores» e que os seus defensores eram idiotas úteis ao serviço da senhora Merkel». Em 2014, afirma que a saída do euro «poderá ser o único caminho que resta».

No princípio deste ano e após algumas derrotas eleitorais, o ex-Coordenador decidiu assinar o Manifesto dos 74, em companhia da fina flor da burguesia, condicionando assim o partido numa questão tão importante como é o da reestruturação da dívida.

Mais recentemente, o ex-Coordenador elaborou um estudo sobre a reestruturação da dívida, em companhia de três economistas do PS. Este estudo viria a ser apoiado pelo Coordenador João Semedo, embora o estudo admita que o Estado português pode assumir a dívida ilegítima, mais uma concessão espúria à finança internacional.

Os ziguezagues do ex-Coordenador nos últimos anos condicionaram uma direção política sem rumo, incapaz de encontrar as respostas certas que as situações concretas exigiam.

QUE FAZER?

O Bloco de Esquerda precisa de **definir um rumo, uma estratégia** e depois ser consequente nas escolhas que vai fazendo.

O BE não pode navegar à vista, tem de **estabelecer a sua agenda**, que deve ser coincidente com os anseios populares. Para a podermos concretizar temos de nos organizar melhor, aprofundar a democracia interna e precisamos de estar mais voltados para a comunidade. Precisamos também de **escolher uma nova liderança**, que esteja mais em contacto com a realidade em que vive o nosso povo e que tenha capacidade política para definir um rumo coerente para o nosso partido.

A Educação ou a hipoteca das gerações futuras!?

PAULO TELES

A educação em Portugal nos últimos vinte anos tem vindo a degradar-se paulatinamente, apanhando quase todos os intervenientes de surpresa e numa encruzilhada nomeadamente pais, alunos professores, encarregados de educação, auxiliares de educação entre outros agentes educativos. O desinvestimento nas últimas décadas na educação em Portugal acompanha o desmembramento e privatização de todos os serviços sociais pelos neoliberais e pelas suas políticas que encaram as pessoas e o trabalho docente como uma mercadoria do tipo usa e deita fora.

O menosprezo e a humilhação da carreira dos professores teve início já nos governos do PS com a machadada no estatuto da carreira dos professores conseguido ao longo do pós vinte e cinco de abril à custa da luta de tantos educadores e professores, que viram de um dia para o outro o esvaziamento de todas as linhas fundamentais do referido estatuto, para dar lugar a uma nova lei antidemocrática que penaliza todos os professores e colocou o ensino num caos como está atualmente. Uma lei que terminou com a democracia na organização e gestão das escolas e promove uma fraca qualidade de ensino devido ao fraco investimento na escola pública em prol de uma escola privada para as elites e para os mais ricos.

Um país que continuamente assiste ao asfixiamento nos sucessivos orçamentos do estado e em que a cultura e a educação são filhos menores, que desinveste no futuro e hipoteca todas as gerações futuras é uma política desastrosa e sem orientação, se partirmos da premissa que mais e melhor educação é a condição primária para a liberdade de qualquer indivíduo.

A situação a que chegamos é calamitosa e tornou-se insustentável. Começou pela paranoia do PS e PSD no encerramento de escolas por todo o país, obrigando famílias em muitas localidades do país a percorrerem quilómetros para encontrarem centros escolares, configurando assim em termos de estabelecimentos educativos, um país a três velocidades, onde o desenvolvimento tem de cumprir a agenda dos cortes e da rentabilização do dinheiro e dos recursos humanos. A confusão instalou-se com a criação dos mega agrupamentos por todo o país, mais parecendo encarar-se a educação como um moribundo em fase terminal, em que meia dúzia de iluminados decidem realizar as últimas experiências numa morte anunciada em que já ninguém se entende e ninguém acredita. A desorientação nas escolas do 2º e 3º ciclo passa pelo aumento burocrático de papelada a preencher, a saber grelhas estatísticas, grelhas de avaliação de final de período, grelhas de avaliação intercalar, Planos de turma, percursos curriculares alternativos (Pei: Plano educativo individual, Apa: apoio pedagógico acrescido, Cei: currículo específico individual) entre outros, a crescer à miscelânea de níveis de ensino, em que muitos docentes são obrigados a fazer vigilâncias e lecionar apoios em níveis de ensino aos quais não pertencem.

O desinvestimento da educação passa ainda pela grande falta de apoio e incentivo por parte dos sucessivos governos. Os docentes que pretendem realizar investigação terão de se contentar com apoios verdadeiramente miseráveis, que não chegam para ninguém sobreviver quanto mais para fazer investigação e pagar propinas.

O ministério foi displicente na colocação de professores através do sistema da bolsa de contratação, em que seis semanas após o início do ano continuavam por colocar milhares de professores.

Por considerarmos a educação um setor demasiado importante para o desenvolvimento do país, contra a degradação da escola pública, o congelamento das carreiras e a desvalorização sucessiva nos salários dos docentes e auxiliares educativos. Por considerarmos que nenhum governo tem o direito de hipotecar a geração futura, porque todos os cidadãos têm o direito a uma educação de qualidade, igual para todos sem raça nem género e porque o governo continua a demonstrar uma falta de respeito e uma humilhação permanente para com os professores, fica aqui expresso com o contributo deste manifesto a solidariedade para com a classe de professores e a educação em Portugal.

Pela unidade, vamos debater

PEDRO MARTINS PEREIRA

A movimentação de um grande número de aderentes à volta das moções a apresentar à Convenção, veio comprovar que com discussão política é possível “reacordar” quem há muito se encontrava em estado “letárgico”. Devem estar surpreendidos, ou não, os que internamente anunciavam a possível desagregação do BE, face ao surgimento de tendências ou variadas moções. Relativamente a esta questão, tudo deve ser dito com clareza: quem aderiu ao Bloco, incluiu-se num movimento plural com todo o direito de organização em tendência. Ninguém entrou enganado, antes pelo contrário, entrou porque sentiu-se atraído pelo sentimento de desvinculação com o espírito sectário dominante durante décadas, e pela disponibilidade para enfrentar um novo desafio ideológico capaz de ostracizar o dogmatismo de vivências passadas. Nada temos a temer quando existe confrontação de ideias, pois será o maior elo de unidade, se entendermos o pleno gozo da liberdade e da discussão democrática. Não podemos é confundir rostos com ideias, nem podemos entender a alienação dos princípios como meio influenciador da discussão política.

Para todos aqueles que com “santa inocência”, aceitavam a ideia da diversidade alegando que não era o momento apropriado para esse surgimento, a resposta foi dada pelas cinco moções e pela grande participação coletiva, mesmo ao nível das subscrições. Nunca o “unitarismo” ou a diferença silenciada em nome duma paz “apodrecida”, representou unidade ou reforço partidário. Para toda a mistela mediática anunciadora do fim, quase como qualquer profecia religiosa, os aderentes deram uma resposta inequívoca: passem-nos os óbitos que quiserem que continuamos e continuaremos vivos. As quatro moções, para além da moção institucional dos coordenadores, tiveram o mérito de provocar inquietude e de acelerar o pulsar cardíaco do universo bloquista. A nossa esquerda também pensa com o coração, emociona-se com o sofrimento e a luta do povo explorado e oprimido, é aventureira, no sentido utópico e filosófico, na busca da mudança radical da sociedade. Os arautos da “miséria da ideologia” acantonados à volta de pressupostos de desunião, deveriam preocupar-se mais com a “ideologia da miséria” e da unidade contra a exploração capitalista.

Na qualidade de subscritor da Moção Bloco Plural, saúdo todas as moções que tiveram a capacidade e a coragem de quebrar a barreira do tabu divisionista, assumindo as diferenças e partindo para a luta ideológica. A história da esquerda que sempre busca um caminho cada vez mais à esquerda, tem encontrado na tentativa da instalação de um pensamento único e conseqüente predomínio na área do poder partidário, um escolho contra o qual não se inibirá de combater ideologicamente. À proposição dogmática de centralismo e reunião em torno de lideranças, como pressuposto unitário, respondemos, como na origem do BE, com a liberdade e a democracia como resolução das contradições no seio da organização e da sociedade.

A moção, como fator de viragem, apresenta com clareza a linha política a ser votada na Convenção. Não estando em causa as pessoas, está em causa a recuperação do Bloco, está em causa a coerência na afirmação dos princípios e a definição do campo estratégico onde devemos juntar forças. Porque a política é mais importante que as pessoas, não temos como prática relevante construir quadros com caras de reconhecidos aderentes nem fotografar nomes históricos a acompanhar os coordenadores. Já há muito tempo que entendemos que o culto da personalidade, nunca foi vetor de correta linha política ou de consistente unidade. Para a justeza do debate, não podemos ignorar que à incoerência e às derivas contraditórias da linha seguida, estão ligados os nomes presentes nas fotografias. Não basta escrever uma moção em nome duma revolta cidadã, transportar para a linha da frente a austeridade secundarizando a dívida, que fica anulada ou esquecida toda a prática política anterior. A verdade é que o economicismo foi colocado no centro da política. A manutenção do mesmo pensamento e prática, esconde-se por trás da radicalização do discurso, num esquerdismo flamejante de revolta, quando a prática mostra o nosso afastamento da rua. A prática, a ação política, é o verdadeiro alicerce analítico para a produção duma crítica ou autocrítica que nos conduza a um novo rumo de combate e vitória.

Aproveitando o nome da moção dos coordenadores, “Unitária”, alguns subscritores acusam-nos de divisionistas, fazendo-nos recordar práticas passadas e atuais de certa esquerda. Até o coordenador, João Semedo, acusa Luís Fazenda de quebrar a tradição de liderança partilhada, sem precisar o que isso é ou era, acabando por deixar no ar algo intrigante e incoerente, só para criar um sentimento de divisão provocada. Miguel Guedes, pessoa quase sempre afastada da realidade Bloco, acusa Pedro Filipe Soares de divisionista, numa entrevista a uma revista em que estava a justificar porque deixa o programa televisivo sobre futebol para transitar para juri de um sobre música com crianças. Tudo serve para cantarem a divisão. Seria importante e interessante que debatessem com clareza e lucidez, elevando o debate para o nível que merece o interesse de tantos aderentes. Coloquem o Bloco de Esquerda acima dos vossos interesses.

Qualquer tentativa de trazer o Bloco de volta, só será entendível se apresentar políticas credíveis e objetivos inequívocos. Só será possível se criarmos entendimentos em torno duma plataforma política, apoiada nas ideias, nas lutas e não nas pessoas. O nosso horizonte é o socialismo. Não nos subtemos, não conciliamos com o poder que condena trabalhadores ao desemprego e a trabalhar com fome. As sociedades transformaram-se pelo confronto de classe contra classe. Acreditamos que a mudança passa por aí, pela luta de classes com fator de transformação.

O Partido, movimento das solidariedades

PEDRO RODRIGUES, LUISA MOREIRA

Um partido das solidariedades é um partido movimento que atua na esfera da agenda política institucional, mediática, mas também, em paralelo, no combate às injustiças e desigualdades sociais no contexto de movimentos exteriores a si próprio. Deve ser uma estrutura em diálogo permanente com as comunidades, os ativismos e as organizações de trabalhadores que se defrontam com os problemas resultantes do austeritarismo e do desmantelamento do estado social, onde se inscreve.

Na dupla lógica que ocupa em diferentes escalas - nacional e internacional - o partido das solidariedades está representado institucionalmente, onde é reativo, proponente legislativo, inquiridor no quadro formal das políticas públicas, mas também propulsor da uma agenda mobilizadora, capaz de dar eco a uma ideia de sociedade anticapitalista. Deve por isso, centrar-se não só nos aspetos que se relacionam com a resposta imediata à crise, mas também no fomento de políticas alternativas que impulsionem uma economia que devolva a confiança aos cidadãos. Será através de um encadeamento de políticas conhecidas, outras experimentais, inovadoras, e necessariamente alternativas ao capitalismo, que se poderá iniciar esse processo.

O partido, movimento das solidariedades, necessita de uma dinâmica de luta social intensa que alimenta, no sentido de fortalecer a capacidade de enraizamento da sua militância, e procura estimular práticas de emancipação social, económica, laboral e cultural.

O objetivo é derrubar o capitalismo e construir uma sociedade socialista do século XXI. Este é um objetivo de longo alcance, que deve ser entendido como um objetivo de longo prazo. Ora um partido de cariz transformador, revolucionário, tem também de ter objetivos de curto e médio prazo.

O processo de desvalorização interna, no jargão neoliberal, está a deixar muitas marcas. Um país pobre, endividado, desempregado, emigrante, privatizado e assistencialista.

É neste contexto que o Bloco tem que fazer opções que são prementes. Num país exaurido, a esvair-se e a esvaziar-se, equacionar este modo de fazer política é fazer uma escolha.

Ser um partido mais amplo, representativo e inserido socialmente, capaz de discutir na ação concreta modelos e práticas transformadoras anticapitalistas que se reflitam na vida das comunidades é também o seu objetivo.

Discutir como poderia este movimento das solidariedades ser “fundado”, por que frentes de trabalho se começaria, a sua arquitetura, analisando os seus pontos fortes e fracos é outro desafio que se só coletivamente poderá ser alcançado. O partido, movimento das solidariedades para resultar terá que ter uma assunção coletiva e mobilizadora por parte do Bloco, dos seus aderentes e militantes. As repercussões internas na organização do partido, e de compromisso com os movimentos sociais far-se-ão sentir. Falamos por exemplo de uma diferente distribuição dos funcionários, uma nova centralidade política que permita apoiar, amplificar e dar voz aos projetos que existem, bem como defender política-social-juridicamente os movimentos e a expressão social que apoia.

É neste quadro que o BE tem de pensar e agir para dar resposta. Responder a esta crise significa também a capacidade de antever e desenhar no terreno políticas justas e alternativas ao capitalismo.

“Quem quer faz a hora, não espera acontecer” diz a canção de Geraldo Vandré. E trata-se disso mesmo.

A necessidade de criar modelos laborais e ecológicos sustentáveis, é indispensável para que um sistema de agricultura, indústria e ensino alternativo, se estabeleça e responda a necessidades concretas.

Ajudar as comunidades a fortalecerem-se, aumenta os laços de confiança numa sociedade espartilhada e avançar modelos piloto de economia anticapitalista, onde o mutualismo, a auto-organização, a solidariedade e a redistribuição capacitam ideologicamente as populações.

Ajudar à organização de movimentos de protesto é também fundamental. Eles alavancam a contestação direta ao modelo económico e social vigente. Mas é preciso gerar esperança e capacitação para pensar o que fazemos agora. Emigramos ou construímos nós as alternativas? Este é o binómio com o qual lida a população em idade produtiva, e nela uma boa parte dos aderentes do Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda conta no seu quadro de militantes com gente qualificada nas mais diversas áreas. A discussão inclusiva e militante em torno das saídas para a crise, não pode apenas alavancar-se na escolha de como se renegoceia ou rejeita a dívida, nem nas consequências de uma saída do euro, mas também deve alicerçar-se na questão de como construir um Portugal diferente.

O partido movimento das solidariedades não tem fronteiras. Articular redes e agendas com os diferentes coletivos que por essa Europa e mundo fora já se constituíram em torno da resistência à dominação neoliberal é uma prioridade. É por essa ideia que não baixamos os braços e é por essa ideia que afirmamos que um outro mundo é possível.

Para além das cinco moções - parte 1

PEDRO SARAIVA

Comecei por trabalhar no âmbito da Moção que se oficializou enquanto Moção U. Motivos principais: a maneira aberta como o processo se iniciou (e continuou); mas também o extenso esquema dos temas escolhidos para esqueleto da Moção. Hoje não sei ainda quem vou apoiar, provavelmente da única maneira que se me afigura possível, ou seja o voto numa das listas de delegados por Lisboa. Não dá para expor o conjunto das minhas dúvidas. Tenho de seleccionar. Assim:

1.º - PORTUGAL E A EUROPA – Luta contra a austeridade Refere-se contributo publicado no “site” da futura Moção U (finais de Agosto/princípios de Setembro).

Posição: Embora o centro da luta seja em Portugal, não é possível enfrentar as políticas austeritárias, sem, simultaneamente, enfrentar esta União Europeia.

Recuso uma saída do euro por iniciativa própria: se tivermos de sair, que seja porque directa ou indirectamente nos expulsam. **Isso teria de ficar bem claro.** Devemos esforçar-nos por ajudar a construir, **no terreno, uma ampla frente anti austeritária: em Portugal, sem dúvida,** e, nesse sentido, parece-me que poderia perfeitamente haver consenso entre as 5 Moções; **só que isso não chega:** é necessário que esse tipo de esforço seja desenvolvido **onde for possível, em todo o espaço europeu.** Já houve importantes lutas simultâneas em vários países e é fundamental **continuá-las, alargá-las e politizá-las.** Na minha opinião, e em termos do Bloco, põem-se, desde já dois problemas: Coordenação de todo o trabalho nos dois planos, português e europeu, necessariamente ao nível da Comissão Política, com meios de apoio materiais e humanos que confirmam a estas duas frentes e à sua interligação um estatuto de grande prioridade; divulgação permanente por todo o Bloco do que for sendo realizado.

Por último, sem menosprezar a procura de convergências com organizações políticas (partidos incluídos), personalidades, etc., considero que o esforço principal deve ser direccionado para a integração dos activistas do Bloco nos Movimentos Sociais, para que, recusando controlos administrativos, sejam capazes de os influenciar em termos de luta política contra a austeridade. Considero correcta a posição da actual Moção B propondo, como ferramenta política do Bloco, uma CARTA CONTRA A AUSTERIDADE.

2.º - DEMOCRACIA INTERNA DO BLOCO

É bom começar por dizer que, **objectivamente,** não é possível dispensar o centralismo. Na minha opinião trata-se de lhe contrapor medidas concretas que fomentem a **democracia participativa,** com empenhamento **de cima para baixo** e, claro, de baixo para cima, no sentido de as pôr em prática. Aqui e agora não dá para escarpelizar as cinco Moções, mas noto que, por todas elas, há um conjunto de medidas que merecem ser tidas em conta. Entretanto, no meu entender:

- Não valorizo a polémica sobre a coordenação, bicéfala ou não, embora seja claro que a percepção (distorcida) do grande público aí coloque (mal) uma importante causa dos males do Bloco. Penso que muito mais relevante é entender como é composta e funciona a Comissão Política e, claro, a Mesa Nacional. São bem vindas todas as medidas que confirmam transparência política nestas áreas.

- Valorizo o papel dos órgãos intermédios do Bloco. Interessante, pela negativa, que, no âmbito desta Convenção, todos os debates sejam entregues às Moções, sem que, do meu conhecimento, nenhum seja organizado pelas Distritais, Concelhias, ou Núcleos (onde os haja).

- Defendo a multiplicação dos Núcleos e, sabendo que, em regra, eles não se formam espontaneamente, considero que deve haver empenhamento **de cima para baixo** na sua criação, funcionamento e consolidação. Um esforço especial deve ser dedicado, onde for possível, a **núcleos de empresa.**

- Deve ser preparado e discutido **em todo o Bloco** um estatuto para todos(as) funcionários(as). Em termos de recrutamento, não vejo como é que a organização de concursos responderia aos problemas. Penso que pode haver **candidaturas,** definição dos respectivos âmbitos políticos, e, nesses contextos, submetê-las a discussão na(s) base(s). Considero fundamental que todos(as) sem excepção (incluindo os(as) assessores(as)) sejam incluídos(as) em organizações de base às quais prestem regularmente contas da sua actividade.

- Verifico que a formação das listas de candidatos a delegados continua, em termos práticos, na mão de quem dirige as moções. Defendo que os núcleos, onde os houver, elejam os seus próprios delegados e, até ver, devia encontrar-se um meio que cruzasse as listas das moções com candidatos indicados pelas bases.

- Num contexto em que abundam sinais de disputa de lugares em órgãos do Bloco, apenas vamos sabendo sobre quem se candidata a coordenador(es). Então e a Mesa Nacional e, porque não, a Comissão Política? Para variar só se saberá isso na Sessão Final!

Para além das cinco moções - parte 2

PEDRO SARAIVA

3.º - ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM 2015 – Estamos perante uma perspectiva muito desfavorável para o Bloco, na medida em que há uma grande massa de eleitores que, ou não acreditam em nada, ou aceitam seja o que for (o António Costa, nomeadamente), pois julgam que pior do que já existe não vai ser possível. Na minha opinião, precisamos de, **antes de mais**, propor e insistir na **reposição integral de todos os cortes nos salários e pensões** e, em termos de Estado Social, no **restabelecimento das situações anteriormente existentes** (saúde, educação, justiça, outras), que foram e estão a ser profundamente afectadas pelas **políticas de austeridade**. **A partir daí**, tornar então muito clara a relação com a **rejeição do tratado orçamental, a defesa de Estado Social, a renegociação da dívida e, mesmo, a refundação da Europa**. Nenhum partido do dito “arco da governabilidade” poderá comprometer-se com tudo isso. Na minha opinião, o Bloco poderia, contudo, fazê-lo se, claro, participasse num governo de esquerda com um programa anti-austeritário coerente.

4.º - LUTA CONTRA O DESEMPREGO E A PRECARIIDADE – Vou escrever uma heresia: a diminuição do horário de trabalho não é, **por si só**, a componente geradora de mais emprego. Com efeito, os capitalistas têm encontrado maneira de torner a questão, actuando, nomeadamente, sobre os outros factores que, **em termos de influência no desempenho dos trabalhadores**, afectam a respectiva produtividade. Para mim, a questão central (não única) está nos **investimentos**: controlo/nacionalização dos sectores estratégicos; investimento **público e privado** nos outros sectores; condicionamento do investimento estrangeiro, nomeadamente contra as ameaças de deslocalização; planificação do respectivo desenvolvimento no respeito dos direitos do trabalho (contratação colectiva; proibição do emprego precário em postos de trabalho permanentes; outras medidas) e dos constrangimentos ambientais. Em termos de garantia dos direitos do trabalho os sectores públicos **devem ser exemplares** (já agora, convinha que as organizações que se reclamam da esquerda o fossem também).

5.º - ECO-SOCIALISMO – É uma questão fundamental. Tem que haver debate(s) aprofundado(s), para já em todo o Bloco, pois as questões suscitadas são complexas e mais que muitas.

6.º - SOCIALISMO, no genérico – Algumas referências pessoais:

- Hoje não existe socialismo em nenhum país. Julgo que esta afirmação será (?) significativamente consensual no âmbito do Bloco.

- Seria um erro rejeitar toda a experiência do chamado “socialismo real”: não se deita fora a criança com a água suja do banho. Claro que, muito certamente, as coisas se complicam quando procuramos recuperar o “positivo” e rejeitar o “negativo”. Receio que, se o fizéssemos no momento actual, iríamos simplesmente dar machadadas no Bloco.

- Nenhum(a) de nós pode deixar de possuir convicções com carácter ideológico, mais ou menos acompanhadas de fundamentos teóricos. Só com o desenrolar dos processos sociopolíticos, culminando, nomeadamente, em novas experiências socialistas, é que teremos oportunidade para verificar até que ponto esses pressupostos são válidos.

- Tendo isto em conta, venho repetindo, desde há anos, que o “socialismo” do Bloco é, objectivamente, uma meta sociopolítica, de **geometria variável**, antes de mais em função das medidas de “carácter socialista” sufragadas em cada Convenção. Acrescento, também, já agora, a coerência com que tentamos propô-las/defendê-las na nossa postura diária.

- A Moção U tem um subcapítulo dedicado ao Socialismo. Pese embora o facto de, até agora, não ter tido tempo para escarpelizar o texto, considero que o mesmo **responde às preocupações que atrás deixei**. As outras quatro Moções não têm subcapítulos do género. Penso que **não saem diminuídas** por esse motivo.

- É claro que o confronto ideológico e teórico entre diferentes concepções de socialismo não pode ser apagado. Compete-nos, no que toca ao Bloco, encontrar maneiras de o ir fazendo.

- **Fora do quadro desta Convenção**, não resisto à tentação de deixar um apontamento: **Não devemos falar em Democracia, mas sim em Democracias**. Sou daqueles que entendem que todo o regime político tem um cunho de classe, e que, em Portugal (e não só) temos **democracias burguesas**. **Já agora, são elas que estão em crise**.

Uma aposta na audácia

PEDRO SANTOS COSTA

Fazer da reabilitação urbana um tema fraturante

Em Portugal existem centenas de milhares de fogos devolutos, os bairros históricos das nossas cidades esvaziaram-se enquanto, ao mesmo tempo, as carências de habitação continuam muito elevadas. Colocar no mercado os fogos vagos constitui um imperativo para o direito à habitação e para a revitalização e a animação das nossas cidades.

Tectos que não abrigam ninguém no coração das nossas cidades é inadmissível para os que esperam uma habitação condigna, e significa também comércios e equipamentos públicos desaproveitados. É a qualidade de vida que está ameaçada.

Na capital isto foi evidente logo a partir do momento em que a cidade começou a crescer em mancha de óleo, nos anos sessenta e setenta. A Área Metropolitana foi crescendo e Lisboa foi-se esvaziando, principalmente nos anos oitenta, com a terciarização do centro, o mesmo aconteceu com a Área Metropolitana do Porto.

Mas o mal é comum a quase todas as cidades do país.

O modelo seguido por cidades médias, como Coimbra, Guarda ou Castelo Branco, é o da dupla desqualificação. Por todo o país as cidades cresceram em mancha de óleo e esvaziaram ou terciarizaram os seus centros.

São as periferias desqualificadas, com infra-estruturas deficientes, sem equipamentos, mono-funcionais, sem espaços verdes, sem racionalidade na rede viária, sem estacionamento, com uma degradação evidente do ambiente urbano, em suma sem condições de vivência

E os centros desertos, com o seu corolário de insegurança, a desestruturação da rede urbana, a irracionalidade nas redes de transportes; são as deslocações pendulares, com o seu corolário de desperdício de tempo, energia e dinheiro e a incapacidade de gestão racional dos resíduos e efluentes e a inadequação das tipologias do tecido construído às funções urbanas.

Portugal suburbanizou-se, e as pessoas a quem a cidade se dirige, ficaram à margem dela, pervertendo-se o que de mais importante existe no conceito urbano.

É a lógica do lucro que tem comandado todo o crescimento urbano, o cenário desolador das periferias é o fruto de um processo de concentração urbana que privilegia as actividades mais rentáveis e expulsa as restantes.

Em Portugal aceita-se com muita facilidade o aumento do volume da construção e a transformação funcional e programática dos tecidos urbanos consolidados. A maioria dos PDMs prevê aumento dos índices de construção para os tecidos consolidados, o que significa que qualquer demolição será sempre premiada em termos económicos.

Ao contrário, em regra, deviam ser estabelecidos índices de ocupação inferiores aos índices existentes, o que convidaria à manutenção do existente.

Segundo o projecto Corine Land Cover em Portugal, havia em 2000 mais 50 por cento de área edificada do que em 1990, sendo o aumento mais significativo no litoral, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no Algarve, crescimento urbano este que se deu à custa da agricultura.

O país não necessita mais do mesmo: calija e desordem funcional e económica por todo o lado; construção sem uso e moribunda por todo o país.

Porque **a cidade do futuro já existe hoje** é urgente apostar na reabilitação do parque habitacional, na revitalização dos bairros históricos e na requalificação de áreas degradadas ou deficientemente estruturadas das cidades em detrimento de novas expansões e do terciário.

É preciso passar de uma cultura de mercantilização da cidade para uma cultura de qualificação da cidade, numa nova etapa que se direcione para a resolução dos problemas da cidade existente.

Mas uma requalificação urbana que se estenda a todas as partes da cidade, não só às áreas histórico-monumentais, mas também aos tecidos banais do final do século XIX e do século XX.

Reabilitação urbana, que seja entendida como integração social e física da cidade na sua totalidade, que recuse políticas que optam por soluções de lógica empresarial, como as das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU's) e retome a política de reabilitação cautelosa que foi levada a cabo no passado por GTL's e outros Gabinetes de Centro Histórico, uma política que recuse a expulsão dos residentes.

Para construir uma alternativa o Bloco deve propor a **suspensão e revisão de todos os PMOTs** em vigor, ou em elaboração, e a aprovação de normas provisórias com índice 0 (zero) para novas construções. As propostas de revisão devem ir mesmo no sentido do crescimento negativo dos municípios e até das cidades com a **devolução de terrenos à produção de alimentos**, diminuindo perímetros urbanos ou integrando esses terrenos na estrutura ecológica urbana (hortas urbanas e/ou corredores ecológicos) ou a sua integração no espaço público, com a criação de jardins, largos ou praças.

Para construir uma alternativa é preciso **fazer da reabilitação urbana um tema fraturante**.

Desenterrando fantasmas: a Moção E e o apoio a Manuel Alegre

RICARDO COELHO

Três anos e duas convenções depois, a Moção E vem criticar o apoio dado pelo Bloco de Esquerda à candidatura presidencial de Manuel Alegre: *“Percebe-se que foi indevido o apoio a Manuel Alegre. Quando ele apoiou o OE 2011 colocou o BE indiretamente a apoiar Sócrates.”*

Esta crítica é estranha, desde logo, por vir de quem apoiou esta decisão na altura. Tendo em conta que a moção é encabeçada por um setor maioritário da corrente UDP, no qual se inclui Pedro Filipe Soares e Luís Fazenda, vale a pena recordar quais foram as posições tomadas pela UDP ao longo dos últimos quatro anos.

As teses da 5ª Conferência da UDP, que decorreu a maio de 2010, apresentavam a candidatura de Manuel Alegre como uma oportunidade, mesmo se ocorresse o apoio do PS, como veio a suceder: *“A candidatura de Manuel Alegre nasceu fora da direcção do PS e posiciona-se justamente na defesa dos serviços públicos. Sócrates procura adiar a decisão do PS sobre as presidenciais, enquanto tenta calar Alegre. Para o governo uma vitória de Cavaco Silva não é um problema, por isso a direcção do PS só apoiará Alegre se não puder ter outra posição. A maioria dos votantes do PS, sabe que Alegre representa a oposição à direita na presidência e é a única alternativa ao conservadorismo cavaquista. O Bloco de Esquerda apoia correctamente a candidatura de Manuel Alegre e os membros da UDP devem participar activamente nesse apoio.”*

Luís Fazenda foi ainda mais longe, já em janeiro de 2011, apresentando num texto de opinião do esquerda.net: *“O PCP não vislumbrou em Alegre a possibilidade de uma convergência de sectores da esquerda, nem avaliou o papel que este candidato podia ter como garantia democrática face à ofensiva ultraliberal contra a Constituição da República.” (...)* *“O PCP continua fazendo as escolhas do seu sectarismo, mesmo quando troca o alvo e batalha.”*

A crítica ao apoio a Manuel Alegre poderia ter surgido depois, no seguimento quer do mau resultado das presidenciais de 2011 quer da queda de votação do Bloco nas legislativas de junho de 2011. Mas em nenhum momento os/as promotores/as da Moção E criticaram a decisão do Bloco.

Na VII Convenção do Bloco, em maio de 2011, a Moção A, apoiada pelos/as agora promotores/as da Moção E, defendia a justeza do apoio à candidatura de Alegre baseada na defesa de uma cultura unitária: *“Em toda a sua actividade, o BE procurou a convergência com sectores políticos comprometidos com posições anti-liberais. O nosso apoio à candidatura de Manuel Alegre obedeceu a esta política unitária, que rompe com tradições sectárias. Continuamos a precisar da mesma cultura unitária de diálogo, movimento e luta em todas as convergências contra as políticas recessivas.”*

Nenhum/a dos/as promotores/as da Moção E teve algo a dizer contra este balanço. Na VIII Convenção, em novembro de 2012, de novo ninguém na Moção A contestou o apoio a Alegre. Entretanto, nenhuma proposta de estratégia alternativa para as presidenciais surgiu.

A junho de 2011, a Direção Nacional da UDP fazia um balanço dos resultados de Alegre nas presidenciais, mas nem por isso deixava de reconhecer que *“A aproximação entre o Bloco e Manuel Alegre, em questões fundamentais para a Esquerda, criou um espaço de confiança que permitiu um crescimento eleitoral relevante [em 2009]. O apoio à candidatura presidencial de Manuel Alegre, decisão táctica coerente com este passado recente, veio a enfermar de um candidato que não conseguiu criar um espaço próprio, ficando colado à imagem de José Sócrates. (...)* *Quando Manuel Alegre se colou a José Sócrates e a este orçamento, saiu do caminho trilhado nos encontros da Trindade e da Aula Magna. O apoio de Manuel Alegre à submissão externa foi o canto de finados desta esquerda do PS. (...)* *A convergência do BE com vozes divergentes do PS, como aconteceu em 2009 [Alegre], tem um resultado eleitoral positivo. Contudo, como mostra o apoio a Manuel Alegre, a aproximação do BE com vozes convergentes com o PS resultam em erosão eleitoral.”*

“Indevido” ou não, o apoio a Alegre foi decidido há mais de quatro anos e analisado muitas vezes depois disso, no Bloco e na UDP. Quem agora critica este apoio deveria esclarecer o porquê, o quando e o como da sua mudança de posição. Mais importante ainda, seria de esperar alguma pista acerca da escolha que teria sido correta naquele tempo. Uma candidatura do Bloco, seguindo o caminho “sectário” que Fazenda criticou no PCP? A resposta a esta pergunta é um exercício certamente mais exigente do que uma sibilina “autocrítica”, feita quatro anos depois e como coisa de ocasião.

Responder à nova Política Agrícola Comum (PAC)

RICARDO VICENTE

Responder à nova Política Agrícola Comum (PAC)

2014 é o primeiro ano do novo quadro comunitário que se prevê durar até 2020. Caberá a Portugal um orçamento de 8,5 mil milhões de euros, a distribuir entre 2 pilares distintos: Pagamentos Directos e o Programa de Desenvolvimento Rural.

A PAC tem um historial desfavorável às agriculturas do sul da Europa, desde a sua origem é uma ferramenta que cria desigualdades produtivas entre países e que gera dependências alimentares internacionais através da destruição do potencial produtivo dos países menos favorecidos. Foi e continua a ser estruturada para os modelos de produção agrícola e sociais do centro e norte da Europa, mas apesar desta desadequação crónica existe margem de manobra para os países do sul concretizarem algumas adaptações e minimizarem as consequências negativas, no entanto os diversos Governos que implementaram a PAC em Portugal nunca demonstraram tal interesse.

Pagamentos Directos

Em Portugal, nos quadros comunitários anteriores, mais de 50% dos apoios foram aplicados no 1º pilar, Pagamentos Directos, e na sua maioria distribuídos pelos agricultores de forma desvinculada da produção e do emprego. O principal factor que determinava a atribuição e a distribuição de uma gigantesca fatia dos apoios comunitários era a posse da terra. Os grandes proprietários nacionais cresceram e especializaram-se na captação de subsídios, ganharam hegemonia sobre uma vasta área do território e impediram a instalação e o desenvolvimento de outras actividades. Fizeram-no por duas vias: os apoios por eles captados não foram aplicados noutros investimentos; e os recursos naturais por eles dominados deixaram de estar disponíveis. Esta realidade não mudou com mais uma nova reformulação da PAC. O anterior RPU, que distribuía mais de 70% do valor do 1º pilar, passou a designar-se Pagamento Base, funcionando da mesma forma. Só quem tem histórico de RPU se poderá candidatar ao Pagamento Base.

Para perfazer o valor total do anterior RPU, 30% do volume do 1º pilar da nova PAC está anexado à medida Greening, sendo o seu pagamento proporcional ao pagamento base. Mais uma vez, o acesso ao apoio depende do histórico de RPU no quadro comunitário anterior. Esta medida é supostamente uma mais valia do ponto de vista ecológico e ambiental, no entanto, foi tão desvirtuada que se transformou numa mera ferramenta de distribuição de fundos e perdeu a sua utilidade.

Programa de Desenvolvimento Rural

Ao nível do 2º Pilar, Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), tem-se cometido de forma permanente a injustiça de assumir que o desenvolvimento rural coincide com o desenvolvimento agrícola. Mais uma vez a quase totalidade do PDR corresponde a agricultura.

Nas medidas de apoio à produção destaca-se o diferenciamento dos níveis e tipos de apoio disponíveis para agricultores membros de Organizações de Produtores (OP) e para as próprias OP. Esta canalização de fundos tem sido justificada pela necessidade de concentração da oferta e de organização da produção, de forma a procurar maior capacidade negocial. Podendo a justificação ser válida, é importante perceber em que condições se estão a tomar estas medidas, pois actualmente são poucas as entidades oficialmente reconhecidas como organizações de produtores que realmente o são. Prevê-se a distribuição de apoios para as OP mas não se criam mecanismos para promover a construção dessas organizações, partindo-se do princípio que já existem. Está em marcha um plano de financiamento directo das estruturas empresariais de comercialização de produtos agrícolas e de destruição das ligações directas entre a produção e o mercado.

Prioridades de acção em resposta à nova PAC

O Bloco de Esquerda deve bater-se por políticas de desenvolvimento rural que reconheçam a diversidade e as especificidades socioeconómicas territoriais e combatam a ideia conservadora de que o desenvolvimento rural corresponde a desenvolvimento agrícola. Esta ideia tem de ser disputada não só em território nacional mas também internacional, é necessário juntar vozes entre os países do sul da Europa para disputar uma PAC mais justa e adequada às condições mediterrânicas.

As medidas da actual PAC e os planos traçados pelo governo rejeitam a produção de proximidade e a integração dos agricultores nos mercados locais como medida de sustentabilidade dos sistemas agrários, esta deve continuar a ser uma das principais áreas de trabalho do BE para o sector agrícola.

O factor mais contestado e mobilizador entre agricultores é a formulação de preços, pois é muito frequente a venda de produtos a preços inferiores aos custos de produção. Consequência de dois factores: 1) a liberalização dos mercados internacionais; 2) a destruição dos mercados locais pelo crescimento das grandes cadeias de distribuição. O BE deve lutar por políticas que promovam uma maior justiça na formulação de preços e o crescimento da importância dos mercados locais, com ganhos significativos para a dinamização da economia local e do emprego.

O Recall Election – Contributo para o debate na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

RUI COSTA, ALBERTO MATOS

Da Constituição da República Portuguesa: *Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e **na vontade popular**.. (artigo 1.º); A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, **baseado na soberania popular** ... (artigo 2.º) **A soberania, una e indivisível, reside no povo**, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição. (artigo 3.º, n.º 1)*

1 – Os limites da Democracia Representativa e a proibição do mandato imperativo – os fundamentos do Recall Election

A Democracia Representativa, assente na formação da vontade popular através de órgãos eleitos periodicamente, apresenta uma série de naturais limitações ao **“Princípio da Soberania Popular”**. Levada ao seu estado mais puro, a Democracia Representativa limita a soberania popular à eleição periódica dos órgãos de soberania. Se a soberania reside no Povo, importa pois assegurar que este a todo o momento a pode exercer, quer elegendo os seus representantes, quer revogando o mandato que conferiram.

Ora, considerando que o **“Princípio da Proibição do Mandato Imperativo”** dá uma ampla liberdade de exercício do mandato aos eleitos, sem qualquer vinculação jurídica às promessas feitas, o Povo, enquanto titular da soberania popular acabam por conferir um mandato periódico, perdendo qualquer forma de controlo que extravase a constitucionalidade e legalidade da actuação dos representantes eleitos ou o protesto.

Temos vindo a assistir constantemente, por parte dos representantes eleitos, à adopção de medidas graves que não foram debatidas nas campanhas eleitorais ou, pior ainda, à adopção de medidas antagónicas às que por eles foram defendidas em campanhas eleitorais. Quase sempre os representantes eleitos invocam para o efeito a alteração de circunstâncias. Assim, importa também que os eleitores possam fazer um novo juízo em função dessa alteração de circunstâncias!

Impõe-se, por isso, a consagração do **Recall Election**, ou referendo revogatório do mandato representativo, assegurando que a todo o momento, mediante consulta popular, o Povo pode interromper o mandato representativo, escolhendo novas soluções.

Negar a necessidade do **Recall Election** ao Povo, é persistir no caminho da descredibilização dos agentes políticos e, sobretudo, blindar os eleitos da sua responsabilidade política perante o Povo, favorecendo todo o tipo de populismos. Ao contrário do que se possa dizer, especialmente por parte daqueles que se arrogam de serem “donos do mandato”, encarando-o como uma alienação quase absoluta e periódica da soberania popular, o **Recall Election** não fomentará populismos. Pelo contrário estabelecerá um novo paradigma de qualidade na vida política, cujos agentes se passarão a debater com a possibilidade de, a todo o momento, prestarem contas, num claro exercício de responsabilidade política. Agir de outra forma seria dar razão ao velho slogan anarquista que diz **“Se o voto é a arma do Povo, então não votes, pois ficas desarmado”**.

2 – Que configuração para o Recall Election?

O **Recall Election** deve ser consagrado em termos muito amplos, não se limitando a sua aplicação por questões de constitucionalidade ou legalidade, e muito menos apenas por razões de improbidade política.

O **Recall Election** deve ser permitido por razões de mérito, isto é, de modo a permitir uma avaliação popular da bondade e conveniência da actuação dos órgãos eleitos.

O **Recall Election** deve ser dirigido ao órgão na sua totalidade e não aos seus titulares individualmente considerados, excepto quando se trate de órgão unipessoal, individualmente eleito.

Ainda importante é que o **Recall Election** tenha como requisito a sua convocação por um número muito considerável de cidadãos eleitores, sob pena de poder ser banalizado ou instrumentalizado por grupos de reduzida expressão.

3 – A importância da defesa do Recall Election para o Bloco de Esquerda

A Moção E – “Bloco Plural” propõe que o Bloco de Esquerda defenda o **Recall Election**. E faz muito bem! A defesa do **Recall Election** está na linha da defesa que o Bloco de Esquerda sempre fez do refrescamento das instituições democráticas, sempre assegurando aos cidadãos as máximas garantias de controlo e participação democráticas.

Esta proposta assegura indubitavelmente uma marca profunda na renovação do discurso político em Portugal, sendo uma marca clara de coerência com a nossa actuação. Outros partidos, tal como nós, têm nos seus estatutos mecanismos de interrupção do mandato dos seus órgãos a requerimento dos seus militantes. Simplesmente, isso não chega, e apenas o Bloco de Esquerda passará a ser consequente, defendendo tal possibilidade ao nível dos órgãos eleitos do Estado.

Como cantava Fausto:

*“A câmara da terra, as finanças também,
São as comissões que o Povo lá tem,
Democráticas por fora e por dentro
E revogáveis a todo o momento”*

No

RUI CURADO SILVA

“NO”, realizado por Pablo Larraín, narra-nos a campanha do “Não” durante o referendo de 1988 à continuidade de Augusto Pinochet na presidência do Chile. O publicitário René Saavedra (interpretado por Gael García Bernal) é quem dirige a campanha publicitária do “Não” a Pinochet. Em vez de optar por uma campanha pautada pela sinistra estatística dos inúmeros crimes de Pinochet como lhe foi recomendado por algumas das vítimas do regime, Saavedra prefere dar ênfase à liberdade e ao progresso social que o afastamento de Pinochet poderia oferecer aos chilenos. Isso valeu-lhe a hostilidade de algumas dessas vítimas. A vitória para a qual contribuiu Saavedra não foi apenas uma vitória do povo contra o regime militar chileno, foi também a vitória de uma estratégia que inverteu a tendência das sondagens e uniu os chilenos em torno da esperança da transformação social.

Os simpatizantes e os ativistas desta esquerda diversa a que pertencemos são mulheres e homens que perseguem sonhos, que ambicionam a transformação da sociedade, e é esta dimensão que tem estado demasiado ausente da intervenção recente do BE. Durante estes últimos dois anos repetimos milhares de vezes Troika Não, mas fomos demasiadamente omissos sobre as inúmeras alternativas de progresso social que ambicionamos. A “luta toda”, aquela luta arco-íris que já soubemos tão bem materializar atraindo muitos mais às nossas causas foi esquecida, a luta tornou-se progressivamente monocromática. Um ilustrativo exemplo desse monocromatismo foi a inexplicável desativação temporária do grupo de ambiente contribuiu para deixarmos espaço a propostas confusas na área do ambiente, como as do PAN. O alheamento pelas políticas autárquicas e políticas europeias (apesar do excelente trabalho realizado no Parlamento Europeu), esqueceu os inúmeros aderentes e simpatizantes que esperavam muito mais da intervenção do bloco na política da cidade e da ligação nacional à esfera europeia contra os abusos das grandes multinacionais e das instituições financeiras. Em suma, não soubemos gerar entusiasmo em torno dos nossos projetos, não soubemos transmitir esperança para sairmos das crises (económica, ambiental e social).

O BE tem um gravíssimo problema de comunicação de ideias e de propostas. Esse problema não será certamente resolvido pelas duas moções emergentes da direção política cessante. Ambas insistem nas mesmas soluções, ignorando as críticas da maioria dos aderentes do BE (e dos próprios aderentes destas moções) à fraca capacidade de comunicação do Bloco. Só quando voltarmos a bater no muro é que provavelmente reconhecerão o problema. A culpa nem é tanto dos principais porta-vozes do BE, são camaradas estimáveis como todos os outros e que certamente dão o máximo pelo Bloco. A culpa é de quem insiste em frágeis soluções resultantes de vetos de cariz sectário a camaradas provavelmente mais à vontade nas referidas tarefas. Numa esquerda diversa não cabem os vetos sectários, não fazem parte do nosso código genético e destroem a nossa unidade na diversidade.

Mas o problema da fraca comunicação da mensagem política do Bloco tem vindo a materializar-se também numa falta de imaginação gritante do nosso material de campanha. Excetuando o recente material das europeias, os piores cartazes de sempre do Bloco foram produzidos nos últimos dois anos. Alguns, à primeira leitura, são de uma tal banalidade, de uma tal falta de imaginação que poderiam ter sido da autoria de qualquer outro partido. A outros nem falta o colorido azul e amarelo do CDS. Mas, o pior cartaz de sempre foi esse caricato “Virar à esquerda”. Esse cartaz insípido e bocejante onde dominava um sinal de trânsito de sentido obrigatório à esquerda cuja seta nos mandava para penhascos, buracos e aberrações urbanas nalguns dos locais de afixação propagandística que nos foram atribuídos. Estamos hoje bem longe da imaginação e da criatividade que estiveram presentes nas campanhas do iniciais do BE, da ovelha negra do PSR, dos mupis com ilustrações criativas em vez da ditadura das fotos tipo passe, das performances de rua e daqueles tempos de antena irreverentes que só o Bloco era capaz de fazer. Isto não é nostalgia, porque todo este Bloco está e estará cá dentro. Basta apenas que a próxima direção perceba que a nossa luta sai reforçada se for diversa, que o fervilhar de ideias geradas pelo trabalho temático dá amplitude ao nosso projeto, que a crise se combate tanto melhor se transmitirmos vontade e entusiasmo em transformar a sociedade, em suma num ambiente mobilizador, livre de sectarismos.

A natureza do Bloco é a pluralidade

SANDRA CUNHA

O Bloco de Esquerda é sem dúvida um partido singular no panorama político português. O arco-íris de sensibilidades políticas que o compõe granjeou a simpatia de quem, como eu, procurava um partido assente em valores de esquerda e não se revia no centralismo do PCP. O Bloco nasceu da pluralidade e cresceu na pluralidade. Queremos isso mesmo. Que continue igual a si próprio, plural como mais nenhum.

Por isso e para isso subscrevo a moção E 'Bloco Plural: fator de viragem'.

Muito se tem dito sobre esta moção. Que é uma moção da UDP e que os seus subscritores escolheram arredar-se de uma tendência que se queria hegemónica e que pretendia "unir" o Bloco de Esquerda

Vamos por partes. Apesar de ser uma aderente do início do Bloco, não pertenço nem nunca pertenci à UDP nem a nenhuma outra corrente originária do partido. Não por diferenças políticas significativas mas porque até agora me sentia relativamente integrada e respeitada na minha diferença. E como eu a maior parte dos mais de 1000 subscritores da moção Bloco Plural. Quem cola esta moção à UDP, por um lado, não percebe que o seu universo ultrapassa em muito as fronteiras de qualquer corrente. Basta comparar o universo de membros da UDP e o da moção Bloco Plural para percebermos o ridículo da afirmação. Por outro lado, revela o quão pouco se pensa dos camaradas que se uniram em torno da construção de propostas concretas e do debate de ideias políticas. Até parece que se 'escolhem lados' por clubismos.

Esta ideia não passa também na análise da composição das outras moções. Todos sabemos que há camaradas da UDP noutras moções. Nomeadamente na Moção U. Todos sabemos também que as várias moções contam com subscritores que fizeram parte do PSR, da Política XXI, da UDP ou que eram simplesmente desacorrentados, como se vulgarizou chamá-los. E isto acontece porque este é o tecido real do Bloco de Esquerda. Plural, diverso e com várias origens.

Também não é verdade que os membros da UDP tenham escolhido arredar-se da formação de uma tendência hegemónica que pretendia "unir" o Bloco. Não se trata aqui de disputas pessoais ou entre correntes como se estivéssemos a discutir pertenças a clubes de futebol. A questão não diz respeito a escolhas de clube ou a táticas escondidas. Trata de escolhas políticas claras, de análises diferentes sobre o que tem trazido o Bloco a perder eleitorado e de aspirações diferentes sobre o rumo que se pretende seguir.

Querer unificar apagando diferenças e sensibilidades diversas é escolher o caminho mais fácil mas também o mais perigoso. Ignorar diferenças não pode trazer bons resultados. Funcionam como a verdade. Um dia vêm sempre ao de cima. Querer formatar o Bloco numa estrutura de pensamento unitário é não perceber que é esta diversidade que confere ao Bloco de Esquerda a sua identidade única, que o distancia dos outros partidos da arena política, que o torna tão especial. É não perceber que a unidade do Bloco reside precisamente no respeito pela sua pluralidade. E não perceber isto causa-me aliás bastante espanto.

Defendemos um Bloco que reconheça essa diversidade, que a acarinhe, que discuta as diferenças e as debata no espaço próprio que é a Convenção do Bloco. E é nesta pluralidade que me revejo e que tantos aderentes se revêm e é nesta pluralidade que podemos, de novo, fazer crescer o Bloco. Prova disso mesmo é termos nesta convenção cinco moções diferentes.

E porque fazemos esse reconhecimento e acreditamos que muitas cabeças pensam melhor que uma, propusemos e fizemos aprovar na Mesa Nacional como proposta de alteração aos estatutos, apesar da oposição dos coordenadores, uma real "d direcção partilhada". Propusemos que seja respeitada na composição da Comissão Política a proporcionalidade dos resultados de cada moção na Convenção. Só assim se pode ultrapassar a dominação do pensamento unitário. Ou como dizia Alfreda da Cruz da Política XXI e fundadora do Bloco de Esquerda, alcançar o pensamento pluritário. Só assim se garante a representação de todos os aderentes e de todas as sensibilidades do Bloco de Esquerda na tomada de decisão política. Só assim se efectiva a democracia que queremos no Bloco.

Para quê o Bloco de Esquerda?

SAMUEL CARDOSO

Nas nossas discussões coletivas (tantas vezes personalizadas demais, fugindo ao fundamental da questão em debate), tentamos refletir sobre as melhores formas de construir um partido-movimento que, no campo da esquerda que não se escusa a fazer todas as perguntas e a procurar (certamente que muitas vezes aos apalhões, como é característico dos processos de aprendizagem) encontrar todas as respostas, seja o mais capaz possível de contribuir para o evoluir de todas as lutas emancipatória. No entanto, talvez deixemos demasiadas vezes de lado a reflexão sobre o porquê destas lutas. Porque lutamos?

Creio que não há uma resposta única. Muito menos há uma resposta certa. Haverá certamente algo que nos une a todas e a todos, e haverá sempre alguma peculiaridade que distingue cada pessoa da outra. Esta diversidade obriga-nos a dialogar, a repensar, a tentar sempre encontrar a melhor via comum: e é certamente das coisas mais maravilhosas, se vista como uma riqueza, que poderemos ter. Porque ter este processo de discussão, de entendimento e respeito do/a outro/a, é já em si uma vitória, porque rasga os laços hegemónicos das relações de poder na nossa sociedade. Permite-nos ter um cheirinho do mundo porque lutamos, daquilo que lutamos para que aí venha.

E era sobre isto que queria escrever aqui, sobre a necessidade de encarar esta diversidade como algo que queremos manter e fortalecer. A pressão do mundo que nos rodeia é enorme, e cria em nós medos de diversas ordens. Um dos medos que temos de combater é este medo de nos confrontarmos desde já com um futuro mais justo. De termos medo de trocar as nossas ideias mais sinceras, de debater a fundo. Julgo que a Convenção e o que se lhe seguir devem ser baseados numa honesta e profunda tentativa de entendimentos. Não de criar acordos artificiais. Mas de criar uma síntese agregadora que nos permita juntar forças. Uma síntese que nos permita lutar de forma efetiva por um mundo em que o nascimento não define o que cada pessoa é, mas em que cabe a cada pessoa escrever a sua história: um mundo sem opressões. Que saiba que a política convencional está armadilhada e que temos de repensar a cada momento o nosso modo de atuação nas várias esferas da vida em comum. Que nos permita ser um partido que agregue experiências concretas de luta, numa relação de respeito mútuo, numa tentativa de reconfiguração de fundo da nossa vida coletiva. Que nos permita construir, dia após dia, um partido-movimento que seja de facto entendido pelas pessoas a que nos dirigimos como um instrumento próximo delas (ou, melhor, de que elas fazem parte) e promotor da sua libertação.

Estas visões do caminho comum que devemos trilhar são, certamente, pessoais. Mas acho que, no essencial, as visões do futuro que cada um/uma de nós tem não lhes fugirão assim tanto. Talvez possamos resumir esta nossa procura comum como a da tentativa de ter uma vida interessante, de lhe dar um sentido. Vamos arriscar ser felizes e combater os nossos medos?

A propósito do bem-estar e dos direitos dos animais

ABORDAGEM EM TORNO DOS ANIMAIS DE COMPANHIA (ESSES GATOS E CÃES QUE ESTÃO NO MEIO DE NÓS)

SANDRA ALMEIDA

No âmbito da problemática do bem-estar e dos direitos dos animais, há um conjunto de ideias no discurso do BE que tem de ser bastante mais defendido, difundido e feito consolidar, no sentido de conquistar um espaço de atenção crescente junto dos cidadãos em geral, e de fazer um caminho sem interrupções e com consequências positivas não só para os animais mas também para o conjunto da sociedade.

Uma sociedade que se pretende moderna e progressista não pode, pois, eximir-se de discutir o lugar que os animais devem ter no seu seio, sendo que esse lugar não pode, de forma alguma, deixar de ter em conta:

:: o seu estatuto jurídico; :: o que esse estatuto ou a sua revisão implicam para o próprio animal, para aqueles que consigo estabelecem laços mais diretos (os denominados “donos”, cuidadores, protetores...) e para a sociedade em geral :: os reflexos a nível da conceção de programas partidários e de governo (nacional e autárquico); :: o que isso pressupõe e significa em termos de ação governativa e municipal, assim como de produção (e alterações) legislativa(s).

O BE tem defendido que os animais são seres sencientes. Este princípio apresenta-se, assim, como determinante para a condenação dos comportamentos negligentes e extremistas verificados, quer por parte de particulares- os supostos “donos”, quer por parte de entidades públicas e não só. Não tem esquecido os problemas relacionados com o excesso de cães e gatos (errantes), defendendo a esterilização dos mesmos; tem ainda denunciado a existência de canis/gatis sem as devidas condições para alojamento e tratamento dos animais. Tem tido, também, uma posição de dureza relativamente aos abates verificados por este país fora, sem resultados no combate aos excessos existentes e causadores de atrasos no funcionamento apropriado destes espaços de abrigo animal. A recente Lei nº 69/2014, de 29 de agosto, que criminaliza os maus tratos a animais de companhia foi mais um passo em frente a nível dos “conteúdos legislativos pró-animal” em vigor e o BE esteve ao lado da sua aprovação. Está agora, e como não poderia deixar de ser, atento àquele que é o seu nível de eficácia.

Por tudo isto e face a tudo o que tem feito, a responsabilidade do BE não diminui. Pelo contrário, é preciso continuar a trabalhar para garantir o *aprofundamento do bem-estar e aumentar os níveis de proteção do grupo de animais em questão*, sem esquecer que estas vertentes estão diretamente relacionadas com *direitos que devem ser garantidos*.

É, portanto, preciso defender e divulgar mais persistentemente (sem esgotar o campo da ação) que:

os animais não são coisas- são sim seres sencientes mas também conscientes, com tudo aquilo que isso implica

:: para o animal em si; :: para o animal inserido num determinado contexto com os seus semelhantes (num canil/gatil/centro de recolha oficial, numa colónia, numa matilha...); :: para o animal que faz/durante determinado tempo fez parte de uma família;

os animais devem ser devidamente atendidos a nível da definição das políticas municipais, em particular no que respeita: :: às condições de captura, alojamento e cuidados nos canis/gatis/centros de recolha oficiais; :: à adaptação dos espaços verdes existentes, em especial com espaços de recreio devidamente apetrechados e/ou com a criação de parques para cães; :: ao lançamento de campanhas contra o abandono e a promoção da esterilização; :: à consideração do conceito de “animal comunitário”; :: ao aprofundamento dos acordos e estabelecimento de protocolos com as associações de animais, no sentido de, em conjunto, serem dadas as respostas necessárias aos problemas existentes; :: à sua entrada em (determinados) espaços/locais públicos;

a nível do Código Civil faz todo o sentido ter em atenção a defesa e aplicação de aspetos como: :: *indenizações* em caso de lesão ou morte de animal; :: *suscetibilidade de ocupação* (por parte de quem encontra animal abandonado); :: *casa de morada de família e animais de companhia* (dando-se especial atenção à situação do animal em caso de divórcio dos cônjuges).

Percebe-se que, só no que respeita aos denominados animais de companhia, o BE tem muito por que lutar, atendendo à realidade ainda existente no nosso país e às insuficiências políticas e legislativas verificadas.

Cabe-lhe, portanto, quer a nível parlamentar, quer a nível municipal tudo fazer para que um grupo determinado de seres vivos não seja esquecido ou negligenciado nesta sociedade em que vivemos, no sentido de a tornar mais progressista e mais conforme àquilo que entende ser o Socialismo, neste caso, aplicado às relações que devem ser estabelecidas com os animais e com a natureza.

Nem bandeira, nem pin de lapela - luta feminista aqui e agora

SOFIA ROQUE, DINA NUNES, ADRIANA LOPERA, CRISTINA ANDRADE, CECÍLIA HONÓRIO, ADA PEREIRA DA SILVA, ANDREA PENICHE, MARIANA MORTÁGUA, PAULA SEQUEIROS, ANA BÁRBARA PEDROSA, CONCEIÇÃO NOGUEIRA, SUSANA CONSTANTE, SÍLVIA CARREIRA, MARIA MANUEL ROLA, MANUELA TAVARES

Agora, camaradas, vamos ao trabalho! Temos de nos apressar, temos de criar o novo! Alexandra Kollontai

1. A tempestade de areia da austeridade veio alisar o terreno social, desenhando o deserto onde a resistência se tornou a nossa luta diária, onde a transformação radical da sociedade parece adiada. É preciso resistir e assegurar a sobrevivência, sim, mas também é preciso exigir a vida toda e organizar a emancipação. Para valer a pena. Neste sentido, afirmamos que as tarefas do Bloco de Esquerda são as que o nosso tempo e o seu projecto político exigem. Por isso, defendemos «uma revolta cidadã para vencer a austeridade» e «o socialismo como alternativa» económica e social.

2. A construção desta alternativa inscreve o Bloco na luta anti-capitalista, mas também no campo da intervenção política e social que procura desconstruir e subverter as relações de poder desiguais, sexistas, racistas, normativas e discriminatórias, reiteradas pelo regime económico-cultural dominante. O desejo de transformação feminista é parte do código genético do Bloco, um partido que desde o seu início afirmou a radicalidade da exigência da igualdade e do respeito pela diferença, recusando *uniformismos*, estereótipos, violências, preconceitos e hierarquias de qualquer espécie. Mas a experiência da liberdade que procuramos construir é ainda mais do que a libertação face à exploração e a opressão. É outro modo de vida.

3. Se reconhecemos que a luta feminista tem perdido terreno e organização dentro do Bloco, permanecendo votada muito mais ao mero estatuto de pin de lapela do que ao campo da intervenção real, então é preciso passar do diagnóstico à acção concreta. Não descuramos a intervenção parlamentar na área da igualdade de género, mas não ignoramos os limites institucionais da sua acção. Recusar a política do ornamento implica agir para transformar a sociedade e criar já, sem processo de transição, espaços de liberdade efectiva. O Bloco enquanto partido tem de procurar ser um desses espaços, assumindo todas as dificuldades e contradições.

4. O projecto da igualdade e o fim das opressões e discriminações não é uma etapa ou uma bandeirinha para compor o arco-íris, mas sim uma luta de todos os dias que deve ser organizada colectivamente. Os grupos feministas que surgiram recentemente em Lisboa e no norte do país são um sinal de que há vontades e forças feministas para conjugar no Bloco e fora dele.

5. Por outro lado, a reafirmação de uma coordenação paritária da Comissão Política inscreve-se no plano mais difícil da transformação social, aquele que esbarra com as mentalidades e os costumes conservadoramente instalados na sociedade, nos partidos e também na esquerda. Afirmar que tal foi uma escolha infeliz porque «as pessoas» não a compreenderam é um argumento que foge ao problema. Não sabemos quem são «as pessoas», mas se estas são as que têm acesso ao mundo mediado pela comunicação social que teima em falar de uma coordenação «bicéfala», então, é normal que a confusão seja a regra. De qualquer modo, perguntamos: lembram-se dos milhares de pessoas que ajudámos a compreender a injustiça de uma lei que colocava mulheres na prisão por causa de uma decisão que só a elas dizia respeito, em 2007? Por acaso desistimos do direito ao aborto depois de a maioria «das pessoas» ter votado «Não» no referendo do aborto em 1998? Se desistimos de direitos, princípios ou processos emancipatórios porque ainda não é o tempo, apenas asseguramos que chegaremos à hora certa para coisa nenhuma.

6. O projecto político socialista e feminista inscreve-se historicamente na herança das revoluções populares e culturais, mas também na tradição do pensamento crítico que trabalha a realidade de um mundo em mutação. Assim, para além das velhas/novas questões feministas que carecem de intervenção organizada, como a violência de género ou a desigualdade salarial, é também preciso colocar em prática a intersecção entre a crítica anti-capitalista e a reflexão feminista, respondendo ao desafio das reinvenções contemporâneas da teoria do género e da identidade.

7. O socialismo não é apenas luta anti-capitalista, tal como o feminismo não se resume à luta pelos direitos das mulheres. Procurar quebrar as relações de poder da desigualdade e de todas as dominações, é o traço que entrelaça o feminismo socialista como projecto de liberdade.

8. O Bloco surgiu para «começar de novo». Este «novo» convoca a linha do tempo num exercício de imaginação para que o passado, o presente e o futuro sejam inspiração e compromisso, num balanço crítico que nos faça avançar, sem capitular. Trata-se de fazer a luta feminista aqui e agora, para não ficar para depois.

Contributo

TEODÓSIO ALCOBIA, HELENA CARMO

IRREVERÊNCIA

Lembramo-nos de uma ministra do ambiente, que no pacote das primeiras medidas, ordena o fim da gravata...

Já com pouca agilidade para corridas para trás e para a frente, em manifestações reverentes, enquadradas, só marcadas quando são favoráveis ao partido dominante no movimento sindical.

Atevemo-nos a afirmar que somos irreverentes ativistas do Bloco de Esquerda.

Porque gritamos contra o direito a que o BE seja governado pela abstenção, no meio de uma assembleia em que alguns votam silenciosamente e obedientemente contra o saber adquirido ao longo de mais de um século, de experiência coletiva.

Porque nunca calámos convívios e desigualdades internas, tivessem origem onde quer que fosse.

Porque, quando em assembleia de moradores, gritamos pela necessidade de edificar um centro de apoio a toxicodependentes, numa sala em que somos insultados, por quem precisa de esconder o problema, para não ter de o resolver!

Atitude que se contrapõe aos que pedem licença para falar em debates, em que todas e todos falam por cima uns dos outros. Contrapõe-se aos que não usam gravata, mas aparecem sempre com fato bem engomado.

Esta conversa de memória, para transmitir a nossa opinião, de que irreverência não é opção política é atitude humana. Há os que têm e os que não têm.

INSTITUCIONALIZAÇÃO

Coisa diferente, parece-nos, são as prioridades escolhidas por uma Organização Política.

Pode escolher-se valorizar a formação, o apoio técnico e logístico, mais em assessores parlamentares ou **mais em gente para reforçar as raquíticas estruturas locais e as e os ativistas dispersos e isolados.**

Pode-se valorizar funcionar como rastilho da Revolta Cidadã sem “travar às quatro rodas”, quando não conseguimos ser hegemónicos. Ou pode-se condicionar o centro das denúncias políticas às posições que o tribunal constitucional vai tomando.

Nós acreditamos que se pode fazer fermentar a Revolta Cidadã em qualquer local em que se exerce atividade. Pensamos que a presença em lugares institucionalmente eletivos pode reforçar a compreensão dos dados para que a cidadania se imponha como dominante, pode-se procurar sempre alargar o campo em cada e em todas as lutas.

Sabemos que só quem vive da força do seu trabalho, tem as razões necessárias para lutar por um Mundo “com gente igual por dentro e gente igual por fora”.

Tendências e Liderança

VÍTOR CAVALINHOS

Situemo-nos no final de 2012.

Em Novembro realizámos a VIII Convenção do Bloco. Aprovámos um programa político e elegemos uma nova direcção. Adiante voltarei a este assunto. Ainda mal tínhamos acabado a convenção, somos informados que numa viagem a Paris, Francisco Louçã, José Manuel Pureza e João Semedo tinham decidido inventar uma tendência que baptizaram com o nome “Socialismo”.

Para não carregar muito nas cores, considero uma deslealdade este projecto ter sido escondido da convenção. No ambiente cosmopolita do Quartier Latin, os camaradas decretaram que as organizações que tinham estado na origem do Bloco tinham esgotado o seu papel na sociedade e o corolário seria a sua extinção.

Para não carregar nas cores, considero pretencioso o decreto dos camaradas.

No dia 3 de Fevereiro de 2013, em plenas Jornadas Autárquicas no Porto, com mais de duzentos aderentes que discutiam um Manifesto para as Autárquicas de 2013, a comunicação social noticia amplamente a constituição da tendência, relegando para segundo plano as jornadas.

Para não carregar nas cores, considero esta “coincidência” uma desconsideração e uma desvalorização do papel do trabalho autárquico na vida do partido.

Agora, em pleno debate da IX Convenção, a “Moção Unitária em Construção” na sua apresentação, define-se como unitária porque “... *juntam-se nesta moção visões diferentes*” e em construção porque “... *não chega feita de qualquer grupo ou tendência.*”

Para não carregar nas cores, direi que é no mínimo pouco sério, que os inventores da primeira tendência organizada dentro do Bloco assinem uma moção que, nos seus pressupostos, implicitamente criticam o legítimo direito do aparecimento de outras moções que, embora tenham tido a participação de outras tendências, são hoje realidades que ultrapassam amplamente o seu projecto original e não são feitas por qualquer grupo ou tendência.

A “Moção E – Bloco Plural, factor de viragem” é hoje uma realidade com amplo apoio de mais de 1000 aderentes do Bloco de Esquerda. Se isto é estreiteza, estamos conversados!

Vale a pena determo-nos sobre a nossa “constituição”, os Estatutos:

Artigo 4º - Direitos dos Aderentes – 1. a) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do movimento.

Em nome da coerência, aguardo que os camaradas que consideram as tendências um perigo para o Bloco proponham que tal direito seja retirado dos Estatutos. Porque é paradoxal que os estatutos de um partido contenham normas que possam levar à sua destruição.

Abordemos agora a liderança. Em tempo de fábulas, sobre este assunto a Moção U oferece-nos uma: “*O Bloco pagou o preço de ser o primeiro partido português a estabelecer a paridade de género na sua representação*”. O problema não é a solução ser boa ou má. O problema é o povo não compreender o alcance da coisa. Talvez devêssemos ter a ironia de Bertolt Brecht: “*se o povo não presta, muda-se o povo*”. Outro andamento da fábula é que esta solução teria resultado de um debate normal no Bloco. E a verdade é que tal solução foi “imposta” pelo camarada Francisco Louçã que em pleno debate pré-convencional postou no facebook que defendia um homem e uma mulher para a liderança e indicava os nomes. Tal opinião condicionou o debate porque a opinião do anterior coordenador não é uma opinião qualquer. Esta atitude foi motivo para a comunicação social considerar o BE uma monarquia em que o rei designava os seus sucessores. É preciso ter a humildade para reconhecer que esta solução não resultou, pelo menos com estes protagonistas, não entusiasma ninguém, nem dentro nem fora do Bloco. Invariavelmente, nos barómetros de popularidade, estão sempre nos últimos lugares.

E por que será que o PODEMOS, partido movimento mais inovador dos últimos tempos, na sua Assembleia constitutiva recusou a liderança tripartida e elegeu esmagadoramente Pablo Iglesias como seu líder? Iglesias afirmou na mesma Assembleia: “*Gostaria de deixar de ter esta responsabilidade mas creio que três secretários-gerais não ganham eleições a Mariano Rajoy nem a Pedro Sánchez [líder socialista], e um, sim*”. Há dois anos, quando Pedro Filipe Soares foi eleito líder da bancada parlamentar do Bloco de Esquerda, num perfil então publicado pelo “Público”, Francisco Louçã considerou-o “*simplesmente a melhor escolha*” e João Semedo elogiou-lhe a experiência e as qualidades pessoais e políticas. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades...

Como quero e sempre quis o melhor para o Bloco, apoio para a sua coordenação, simplesmente o melhor.

O Império não desarma

VÍTOR RUIVO

O texto do ponto 1.3. da Moção E parece refletir uma visão ambígua da relação entre as várias potências capitalistas e o seu desenvolvimento enquanto capitalismo global.

Por um lado, o uso do termo “império” neste e noutros pontos da moção, numa forma genérica, sem o identificar com uma potência ou um conjunto de potências, dá a ideia de que a crescente interpenetração capitalista a nível dos grandes monopólios internacionais se sobrepõe à disputa entre as potências e, embora não seja afirmado que esta disputa tende a atenuar-se, ela é muito desvalorizada.

Por outro lado, diz-se que “o conceito estratégico da NATO é o novo modelo para a velha dominação”. Aqui, é o carácter da disputa que está a ser mais considerado uma vez que o termo “velha dominação” só pode corresponder à dominação das potências ocidentais que saíram vencedoras na 2ª grande guerra, lideradas pelos EUA, e que criaram a velha NATO para manter e expandir o seu domínio, e, sobretudo, enfrentar e enfraquecer o bloco de países do Leste de ideal socialista.

Ora o “novo conceito” da NATO resulta de, tendo alcançado o fim daquele bloco e o quase desaparecimento da força do ideal socialista, as potências coligadas na NATO, ainda e mais subordinadas aos EUA, terem alargado o âmbito geográfico e as possibilidades de intervenção da NATO a nível mundial.

Sob este aspecto da realidade do capitalismo global é o carácter da disputa que mais se manifesta, pois a “velha dominação” – o “Ocidente”, procura, com a aplicação do novo conceito da NATO, não só manter o seu domínio como expandi-lo ainda mais. E isso tem sido obtido com a ligação à NATO de vários países do ex-bloco de leste, com o desmembramento da Jugoslávia, com as intervenções e invasões no Médio Oriente e na Ásia (Afeganistão e outros), etc..

Na relação do Ocidente com as duas maiores potências não englobadas nele, a China e a Rússia, verifica-se esse duplo carácter. Sob o aspecto da interpenetração de capitais, a China foi, entre outros factos, o suporte da crise financeira americana, absorvendo muita da sua dívida coberta pelas sucessivas e astronómicas emissões de dólares; crescentemente investe os seus capitais em África, na América Latina e mesmo nos EUA. A Rússia reconverteu a sua estrutura económica estatizada em grandes empresas privadas, de crescentes capitais na posse dos chamados oligarcas, cada vez mais entrecruzados com os capitais e as grandes multinacionais internacionais.

Porém, também a disputa se manifesta claramente. A China reforça o seu armamento, procura assegurar o espaço vital e aumentar a sua esfera de influência através do reforço das relações com os vizinhos ou em alianças mais alargadas. O mesmo se passa com a Rússia que, perante o não cumprimento das promessas do Ocidente de não expandir a NATO aos seus países vizinhos e ao ver a Ucrânia seguir o mesmo caminho, particionou um plebiscito na Crimeia para o regresso à Rússia, tendo-a anexado.

Ambas dinamizam a Organização para a Cooperação de Xangai, que inclui o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Uzbequistão e agora a Índia (querem entrar o Paquistão e o Irão). Firmaram um acordo bilateral de cooperação económica para os próximos 20 anos que pretende usar o yuan e o rublo como moedas de intercâmbio.

A Venezuela, a Bolívia, o Equador procuram um desenvolvimento político e económico em oposição ao neoliberalismo, tendo dinamizado junto com Cuba tratados de cooperação nesse sentido como a UNASUR e a ALBA e associando-se ainda no MERCOSUL, os quais agrupam diferentes países da América Latina, entre eles o Brasil, procurando um intercâmbio entre si e com países exteriores, não dependente dos EUA (ALCA...).

Como devemos encarar estes aspectos de diferenciação económica e demarcação política? Tenderão a agudizar-se ou serão muito secundários dando existência a um Império global agrupando o conjunto das potências capitalistas e agindo em comum contra os povos e os trabalhadores? Nem a Moção E nem as restantes moções fazem esta reflexão. Pelo contrário, permanecem em visões muito incompletas, julgo que não consonantes com a realidade actual, tipo “o Império não desarma” do ponto 1.3. daquela moção, ou de purismo pouco mais do que retórico, tipo “O Bloco recusa uma leitura saudosista dos conflitos entre potências que se refere ao con-fronto entre dois “campos”, um imperialista e outro anti-imperialista”, como diz a Moção U.

Na minha opinião, se não queremos ser meros treinadores de bancada, como temos sido, sobretudo nos últimos anos, é indispensável debater muito mais todas estas questões e partir para uma acção verdadeiramente internacionalista que não fique a meio caminho do combate ao imperialismo realmente existente (EUA/UE/Israel...), nem incapaz de ver mais além do que a actual ausência de um campo anti-imperialista, de que se recusa a saudade, mas que pouco se faz para que alguma vez venha a ser real.

Calendário de debates entre moções

Data	Hora	Distrito	Local
Oct 30, 2014	21h	esquerda.net	sede nacional
Nov 1, 2014	15h	Lisboa	Hotel Mundial, Lisboa
Nov 1, 2014	21h	Setúbal	Biblioteca de Setúbal - Av. Luísa Todi, n.º 188
Nov 1, 2014	16h	Santarém	Sede Avenida dos Combatentes 82, Santarém
Nov 1, 2014	15h	Faro 1	Faro: Associação Recreativa e Cultural de Músicos
Nov 1, 2014	21h	Faro 2	Sede Lagoa - R. da Liberdade n.º 29, Lagoa
Nov 2, 2014	15h	Évora	Sede R. Alarcova de Baixo, 45 Évora
Nov 3, 2014	21h	Guarda	Sede Av Cidade Safed 7 1º Ft, Guarda
Nov 4, 2014	21h	Castelo Branco	Sede Av Anil Lt 9 Rc Fracção J, Covilhã
Nov 5, 2014	21h	Viana do Castelo	Sede R Eça Queiros Torre Liceu 3º Piso Fracção AG
Nov 6, 2014	21h	Leiria	Biblioteca Municipal de Leiria - Largo Cândido dos Reis (a confirmar)
Nov 7, 2014	21h15	Coimbra	Casa da Cultura - R. Pedro Monteiro (a confirmar)
Nov 8, 2014	15h	Portalegre	Sede Rua Cândido dos Reis, 22; Portalegre
Nov 8, 2014	15h	Porto	Sede Rua Álvares Cabral, 77, R/C, Porto
Nov 8, 2014	15h	Bragança	Sede R. Alexandre Herculano, 106, 1º, sala C, Bairro de Sta. Isabel;
Nov 8, 2014	15h	Açores	Centro Cívico e Cultural de Sta. Clara, Ponta Delgada
Nov 8, 2014	21h	Vila Real	Sede Travessa da Portela, nº 12 - 1º Andar, Vila Real
Nov 8, 2014	21h30	Braga	Junta de Freguesia de São Victor - Rua S. Victor, 11, Braga
Nov 9, 2014	15h	Madeira	Sede Rua Brigadeiro Oudinot 10, 2º Piso, Funchal
Nov 9, 2014	15h	Aveiro	Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira Rua Conde Fijó, Santa Maria da Feira
Nov 9, 2014	15h	Beja	Casa da Cultura de Beja
Nov 9, 2014	15h	Viseu	Sede R Ameias 6 1º, Viseu

Data	Hora	Distrito	Moção A	Moção B	Moção E	Moção R	Moção U
Oct 30, 2014	21h	esquerda.net	Luís Louro	Adelino Fortunato	Pedro Filipe Soares	João Carlos Louçã	Catarina Martins
Nov 1, 2014	15h	Lisboa	Jorge Teixeira	João Ricardo Vasconcelos	Pedro Filipe Soares	Carlos Carujo	João Semedo
Nov 1, 2014	21h	Setúbal	Jorge Teixeira	Adelino Fortunato	Pedro Filipe Soares	Lídia Fernandes	Jorge Costa
Nov 1, 2014	16h	Santarém	Luís Louro	Francisco Colaço	Helena Pinto	Alex Gomes	Pedro Soares
Nov 1, 2014	15h	Faro 1		Sara Goulart	Luís Fazenda		Catarina Martins
Nov 1, 2014	21h	Faro 2		Sara Goulart	Luís Fazenda		Catarina Martins
Nov 2, 2014	15h	Évora	Luís Louro	Francisco Colaço	Helena Pinto	João Carlos Louçã	João Semedo
Nov 3, 2014	21h	Guarda		Margarida Santos	Alberto Matos		Pedro Soares
Nov 4, 2014	21h	Castelo Branco		Rui Curado Silva	Rui Costa	Carlos Carujo	Pedro Soares
Nov 5, 2014	21h	Viana do Castelo	Jorge Teixeira	Armando Herculano	Luís Fazenda	Nuno Moniz	Catarina Martins
Nov 6, 2014	21h	Leiria		João Madeira	Pedro Filipe Soares	Alex Gomes	Jorge Costa
Nov 7, 2014	21h15	Coimbra	Luís Louro	Adelino Fortunato	Luís Fazenda	Irina Castro	João Semedo
Nov 8, 2014	15h	Portalegre		João Madeira	Joana Mortágua	Samuel Cardoso	José Gusmão
Nov 8, 2014	15h	Porto	Jorge Teixeira	Adelino Fortunato	Pedro Filipe Soares	Nuno Moniz	Catarina Martins
Nov 8, 2014	15h	Bragança		Beatriz Dias	Nelson Peralta	Carlos Ermida Santos	Ricardo Moreira
Nov 8, 2014	15h	Açores	Luís Louro	Margarida Santos	Moisés Ferreira	Carlos Carujo	Jorge Costa
Nov 8, 2014	21h	Vila Real		Beatriz Dias	Nelson Peralta	Carlos Ermida Santos	Ricardo Moreira
Nov 8, 2014	21h30	Braga	Jorge Teixeira	Mi Felga	Pedro Filipe Soares	Lídia Fernandes	Catarina Martins
Nov 9, 2014	15h	Madeira	Jorge Gomes Teixeira	Adelino Fortunato	Humberto Silveira	Lídia Fernandes	Pedro Soares
Nov 9, 2014	15h	Aveiro	Luís Louro	José Boavida	Pedro Filipe Soares	Pedro Rodrigues	Catarina Martins
Nov 9, 2014	15h	Beja		Albérico Afonso	Mariana Aiveca	José Viana	João Semedo
Nov 9, 2014	15h	Viseu		Francisco Colaço	Luís Fazenda	Irina Castro	José Gusmão

Alojamento

PREÇOS INDICATIVOS

Nome	Telefone	Morada / Site	Single	triplo /4pax/5pax	Peq.Alm
PENSÃO FONTE LUMINOSA	218404896	Al. D. Afonso Henriques 70,6ºE 1000-124 LISBOA www.fonteluminosa.pa-net.pt	35€	55 €	sim
PENSÃO RESIDÊNCIAL O PARADOURO	218153256	Av.ª Almirante Reis, Nº106 - 7ºAndar residencial.paradouro@gmail.com	30€	50/55€	não
RESIDÊNCIA CAPITAL	217995490	Av. Elias Garcia, 87, 1050-097 Lisboa reservas@residenciacapital.com	30€	57 €	sim
ALBERGARIA CHILE	213530630	Rua António Pedro 40 1000-039 LISBOA albergaria.chille@mail.telepac.pt	45€	85€	sim
HOTEL A.S. LISBOA	218429360	Av. Almirante Reis, 188 1000 - 055 Lisboa www.hotel-aslisboa.com	60€	xx	sim
RESIDENCIAL LAR DO AREIRO	218493150	Praça Francisco S Carneiro 4 1000-159 LISBOA www.residencialardoareiro.com	35€	55€	sim
HOTEL ALBERGARIA PAX	213561861	Rua José Estêvão 20-r/c 1150-202 LISBOA Av. Frei Miguel Contreiras, 52 1749-086 Lisboa	30€		sim
HOTEL LUTÉCIA	218411300	lutecia@mail.telepac.pt www.hotel-lutecia.pt	69 €		sim
HOTEL ALTIS PARK	218434200	Avenida Engº Arantes e Oliveira, 9 1900-221 Lisboa reservations@altisparkhotel.com	70€	115€	sim
HOTEL D. AFONSO HENRIQUES	218117010	R. Cristovão Falcão nº8 - 1900-172 Lisboa reservas@hoteldah.com	55€	80€	sim
TURIM ALAMEDA HOTEL	21 8411550	Avenida Rovisco Pais nº 34 reservas.lisboa@turimhoteis.com	59€		sim
HOTEL AFRIN LISBOA	21 8485656	R. João XXI nº 6 1000-301 Lisboa reservas.estoril@netcabo.pt	35€		sim
POUSADA JUVENTUDE LISBOA	21 3532696	R. Andrade Corvo, 46 1050-009 Lisboa lisboa@movijovem.pt		16€*	sim
POUSADA JUVENTUDE PQ. NAÇÕES	21 8920890	Rua de Moscavide, Lt 47 - 101 1998-011 Lisboa lisboaparque@movijovem.pt		13€*	sim

*preço camarata



romper PAZ
com a PÃO
austeridade HABITAÇÃO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

IX CONVENÇÃO BLOCO DE ESQUERDA | LISBOA | 22 E 23 NOVEMBRO 2014